



CADERNOS DO CHDD

ANO 11 • NÚMERO 21 • SEGUNDO SEMESTRE 2012

Neste número:

Carta do Editor

Missão brasileira ao México

DUARTE DA PONTE RIBEIRO (1833-1836)

A Alemanha:

Correspondência de Berlim (1932-1936)

N. 21



Sendo conveniente restabelecer na correspondência desta Repartição e dos serviços que della dependem as formulas de cortezia usadas no estylo de chancellaria de todos os povos cultos, e nomeadamente no de todas as cutras Republicas, declaro revogada a circular de 7 de julho de 1893 e peço a V. Exa. que de ora em diante remate os officios que dirigir a funcionarios publicos brasileiros e a particulares dizendo que tem a honra de lhes offerecer e lhes reiterar, conforme o caso, os protestos mencionados no apontamento anexo a esta circular.

Quando forem dadas ou transmittidas ordens e instrucções, não será necessario ordenar ou recommendar sobre a sua execução: bastará, na generalidade dos casos, pedir ao subordinado que as tenha presentes ou que as execute, devendo este entender que o pedido do seu superior hierarchico ou de qualquer autoridade competente é neces-

CADERNOS DO CHDD

ANO 11 • NÚMERO 21 • SEGUNDO SEMESTRE 2012



*Repartição e dos serviços que della dependem a
os povos cultos, e nomeadamente no de todas as cutra
e peço a V. Ex. que de ora em diante remate os
articulares dizendo que tem a honra de lhes offerec
ontamento anexo a esta circular.
ções, não será necessario ordenar ou recommendar
ao subordinado que as tenha presentes ou que a
chico ou de qualquer autoridade competente é neces*

CADERNOS DO CHDD

ANO 11 • NÚMERO 21 • SEGUNDO SEMESTRE 2012



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



*Ministro de Estado
Secretário-Geral*

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA



Diretor

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão* (FUNAG), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, bloco h,
anexo 2, térreo, sala 1
70170-900 - Brasília, DF
Telefones: (61) 2030 6033 / 6034
Fax: (61) 2030 9125
www.funag.gov.br

O *Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), da Fundação Alexandre de Gusmão / MRE, sediado no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, prédio onde está depositado um dos mais ricos acervos sobre o tema, tem por objetivo estimular os estudos sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil.

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
20080-002 - Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2233 2318 / 2079
www.funag.gov.br/chdd
chdd@funag.gov.br / chdd.funag@veloxmail.com

CADERNOS DO CHDD

SUMÁRIO

VII	Carta do Editor	
11	Missão brasileira ao México: Duarte da Ponte Ribeiro (1834-1835)	
145	A Alemanha: A correspondência de Berlim (1932-1936)	

CARTA DO EDITOR

A publicação da documentação de Duarte da Ponte Ribeiro em missão no México se insere no ciclo da trajetória do ilustre diplomata do Império pelo continente americano. Publicada em diferentes edições destes Cadernos, independente de ordem cronológica, a correspondência, enviada por Ponte Ribeiro e depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, é sempre acurada e farta. Faz chegar aos dias de hoje perspicazes impressões, que trazem – para dizer o mínimo – o embrião daquilo que a história quase sempre se encarregaria de confirmar.

A despeito do relativamente pouco tempo que permaneceu em terras mexicanas, a descrição que faz da sequência de crises institucionais por que passava o país, suscitou comentários, cento e trinta anos depois de escritas, de José María González de Mendoza y Rodríguez¹, que analisa:

Este y los demás informes de Duarte da Ponte Ribeiro, curiosos e inclu-

- 1 José Maria González de Mendoza y Rodríguez (1893-1967), jornalista, escritor e diplomata aposentado, foi encarregado da análise desta documentação, que integra alentada coleção publicada pela Secretaria de Relaciones Exteriores do México. Ali, a documentação foi traduzida para o espanhol e ganhou notas, em ambos os idiomas. As escritas em espanhol são de sua autoria, de onde foram extraídos os comentários acima. Sob a ótica brasileira, escreveu Américo Jacobina Lacombe, contraparte de Mendoza na tarefa.

so interesantes, abarcan desde el 23 de junio de 1834 hasta el 2 de septiembre de 1835. Corresponden a un período muy agitado de la historia de México (...) Para quien conozca bien la historia de México, la insuficiencia de la información de Da Ponte Ribeiro es notoria: lo incidental y accesorio, lo externo, le impide apreciar el meollo de los hechos, sus hondas raíces, cuanto en realidad significaban².

Ao examinar a Memória escrita por Ponte Ribeiro, corolário do período em que esteve na região, o mesmo autor opina:

Esta *Memoria* da a conocer la opinión de un inteligente, pero no siempre bien enterado observador, acerca de la situación de México y de la idiosincrasia de los mexicanos, como fruto de quince meses de residencia en el país. La insuficiencia de su información está patente en multitud de pormenores; baste citar las alteraciones – enmendadas en la traducción – infligidas a los nombres geográficos. Muchos de los defectos políticos y sociales advertidos por él los eliminó después el gran movimiento nacional denominado La Reforma; otros subsistieron hasta que los dispó la renovación general, profundísima, que ha caracterizado a la vida mexicana a partir de 1910. Monárquico, el informante no parece percibir que aquellos males eran, en no pequeña parte, la consecuencia directa o indirecta del régimen autoritario, propio de la monarquía absoluta, a que México estuvo sometido antes de convertirse en república. Por añadidura, destinado el documento a ser llevado al conocimiento de quien era llamado “nuestro Augusto Amo” por sus súbditos, no figuran en él datos que pudieran parecer velados reproches al gobierno imperial. Así, por ejemplo no se dice que en México no había esclavos desde la Independencia, en tanto que Don Pedro II no abolió la esclavitud sino en 1888³.

Os instigantes comentários do escritor mexicano são um convite ao exame da documentação, que abre este volume.

Em sua segunda parte, o CHDD traz a público a correspondência oficial da legação do Brasil em Berlim e o corte temporal escolhido é a legislatura em que o Partido Nacional Socialista ascende ao poder.

2 *Relaciones Diplomáticas entre México y el Brasil (1822-1923)*. Cidade do México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1964. t. I. Archivo Histórico Diplomático Mexicano, Segunda Serie. Número 18. p. 526.

3 *Idem*. p. 529.

O período, bem conhecido dos estudiosos, é descrito pelos chefes de missão brasileiros e a documentação revela uma ótica contemporânea – viva e consequente – e, por isso mesmo, diferente daquela que costumamos ler traduzida, produzida em gabinetes e com a devida isenção que o distanciamento no tempo permite.

A transcrição dos documentos, sob a supervisão do CHDD, foi feita pelos seguintes estagiários de História: Aline Beatriz Pereira Silva Coutinho (UNIRIO), Anna Luisa May Vieira Somner (UFRJ), Jéssica Cristina de Sousa Teixeira (UNIRIO); Fernanda Pereira Pessoa (UERJ) e Flora Coelho de Azevedo (UNIRIO).

De acordo com a prática seguida nas publicações do Centro de História e Documentação Diplomática, a ortografia foi atualizada e, apenas quando necessária à melhor compreensão do texto, alterada a pontuação.

Maria do Carmo Strozzi Coutinho

MISSÃO BRASILEIRA AO MÉXICO

Duarte da Ponte Ribeiro
(1834-1835)

Missão Duarte da Ponte Ribeiro ¹

Com a nomeação de Ponte Ribeiro, o governo regencial pretendeu, certamente, não só desfazer a má impressão de duas nomeações sucessivas sem êxito, mas ainda estabelecer um nível elevado para nossa representação no país amigo, pois que se trata de um vulto de grandeza indiscutível na história diplomática brasileira. “Ninguém ainda o superou em atividade e zelo”. No Palácio Itamaraty – disse dele um embaixador da República – “é personagem de primeiro plano, sem favor algum”. (Mário de Vasconcelos, discurso publicado no *Jornal do Commercio* de 20 de março de 1938.)

O seu mais recente e completo biógrafo – o sr. José Antônio Soares de Sousa, no estudo que lhe dedicou – e que é um quadro da política exterior do Império (*Um Diplomata do Império*: Barão da Ponte Ribeiro. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.) em sua época, dá o devido destaque à missão que desempenhou no México aquele que se tornaria em breve o maior especialista de nossa diplomacia nas questões da América Latina.

Duarte da Ponte Ribeiro era natural de Portugal. Nasceu em 1795. Veio para o Rio de Janeiro com a família por ocasião da transmigração da corte em 1808 e diplomou-se como cirurgião em 1811. No exercício de sua profissão, realizou diversas viagens marítimas. Ingressou no serviço diplomático do Império em 1826, com a nomeação de cônsul do Brasil em Madri. Desde janeiro até setembro de 1827, porém, lutou em vão, perante o governo espanhol para que fosse aceito seu título. O reconhecimento de nossa independência processava-se em ritmo lento. Perto de um ano estive em Portugal, onde se supõe que tenha prestado serviços de ordem confidencial, como observador das atitudes do infante dom Miguel, que em breve iria usurpar o trono português.

De volta ao Brasil é nomeado, em 10 de fevereiro de 1829, cônsul-geral e encarregado de negócios interino no Peru, levando credenciais também para o Chile, a cujo governo poderia apresentá-las eventualmente. O governo peruano já nomeara em 1827 um representante no Rio de Janeiro, dom José Domingues Cáceres, que chegara a propor as bases de um tratado de limites. O Imperador apreciara extremamente

¹ LACOMBE, Américo Jacobina. Notas, in *Relaciones Diplomáticas entre México y el Brasil* (1822-1867). Cidade do México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1964. t. I. Archivo Histórico Diplomático Mexicano. Segunda Serie, número 18. p. 516-521. Nota 88. A publicação do presente texto foi gentilmente autorizada por Francisco José Masset Lacombe, filho do autor.

o gesto da república vizinha. O representante brasileiro ia autorizado a negociar um tratado de comércio “fundado em princípios liberais, ou, para melhor dizer, de política americana”, dizem as instruções.

Passando por Montevideu em março de 1829 e, no mês seguinte, por Buenos Aires, estava em junho no Chile, e em agosto no Peru. De todos os pontos de sua viagem foi enviando preciosas informações. Sua missão no Peru prolongou-se por três anos. O grande tema de suas conversações com o governo era a navegação do Amazonas, a que se mostrava plenamente favorável o governo do Brasil, com surpresa dos peruanos. Por falta de estudos e de planos práticos, não foi possível chegar à elaboração de um tratado de comércio e navegação. Tampouco foi possível chegar a um tratado de limites, apesar da boa vontade recíproca. Faltavam os estudos prévios e um bom conhecimento da misteriosa região. Terminou a primeira missão de Ponte Ribeiro em Lima em fins de 1831. Em abril de 1832 seguiu ele para o Rio, aonde chegou em agosto.

A 12 de julho de 1833 é nomeado encarregado de negócios no México. Suas instruções datam de 30 do mesmo mês. Curioso é que, com dois anos de intervalo, reproduzam *ipsis litteris* os trechos mais significativos das instruções de João Batista de Queirós. Assim é que devia fazer ver ao ministro dos Negócios Estrangeiros do México “que o principal objeto da nossa gloriosa revolução, com tanta fortuna realizada em 7 de abril de 1831, fora eximir-nos da influência portuguesa, não havendo sido senão nominal, até aquela época, a independência, que com tanto custo havíamos conseguido, de uma metrópole que por séculos nos escravizara”. Devia, assim, Ponte Ribeiro explicar o verdadeiro significado do 7 de abril. Bento Lisboa, repetindo as palavras do ministro Francisco Carneiro de Campos, recomendava: “não convém perder-se de vista as artimanhas das metrópoles”.

Este final do ano de 1833 foi inteiramente dominado por uma obsessão: a da restauração do antigo imperador, sustentada por um forte partido, o chamado Caramuru. Notícias ameaçadoras chegavam da Europa, onde dom Pedro, com o título de duque de Bragança, disputava – apoiado no exército liberal e nos aliados diplomáticos – o trono de Portugal para sua filha, contra o irmão, o usurpador dom Miguel. Um emissário brasileiro, Antônio Carlos de Andrada, irmão do tutor do Imperador (o célebre dr. José Bonifácio de Andrada), foi ao encontro do antigo monarca. Está publicada hoje a resposta escrita, negativa e decisiva, dada por dom Pedro a Antônio Carlos. Na época

ela foi, obviamente, objeto de grande mistério, que chegou a perturbar seriamente a atmosfera política. Exatamente um mês antes da nomeação de Ponte Ribeiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bento da Silva Lisboa, enviara à Câmara uma mensagem gravíssima, comunicando ao Legislativo as apreensões do governo. Só tendo em vista essa conjuntura, compreende-se a reiteração dos termos das instruções do encarregado de negócios do Brasil no México. Por isso mesmo, também, compreende-se que Ponte Ribeiro tivesse ido a Portugal antes de ocupar o seu posto. Chegou a Lisboa em outubro de 1833.

Aí, diz o seu excelente biógrafo: “desenvolve uma atividade pouco condizente com a de um diplomata em trânsito, não só descrevendo minuciosamente para o Brasil todos os passos do Regente [*de Portugal: dom Pedro*], mas também averiguando o que havia de verdade a respeito da missão Antônio Carlos”.

As instruções secretas que deve ter levado para essa missão preliminar em Lisboa não são encontradas, ainda que referidas explicitamente em seus ofícios. Mas seguro, por excelentes fontes, de que não haveria possibilidade de um golpe restaurador no Brasil, conforme escreve em ofício de 4 de novembro de 1833 (“tendo cessado em parte os motivos de que tratam as minhas instruções”) e tendo-se entendido com a representação ostensiva do Brasil em Portugal, embarca para Falmouth em 9 de fevereiro de 1834. A 23 do mesmo mês parte para o México via São Domingos, Jamaica e Honduras. Atinge Veracruz a 28 de abril de 1834.

Entrou no México a 8 de maio. Foi nesta ocasião que Juan de Dios Cañedo, plenipotenciário mexicano, que se encontrava em Valparaíso, por se achar cada vez pior da vista, que terminou por perder, escreveu ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil (Bento da Silva Lisboa) sugerindo que o Brasil credenciasse o substituto de Gonçalves da Cruz, nosso encarregado de negócios em Chuquisaca, para tratar com ele os assuntos que desde 1825 eram objeto de entendimento entre o México e o Império. Respondeu Lisboa em nota de 10 de dezembro de 1833, existente nos arquivos mexicanos, no sentido de preferir os entendimentos feitos no México através do encarregado de negócios já nomeado. O mesmo repetiu o novo ministro brasileiro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, em nota de 4 de junho de 1834, alegando a presença de um encarregado de negócios no México, apto a receber qualquer proposta de tratado “na bem fundada esperança de que o

Brasil muito folgaria de estreitar, com vantagem de ambos os países, os laços de amizade que entre eles subsistem”.

O grande tema do tratado de amizade e comércio, velho de já dez anos, foi afinal prejudicado por outro, que era aquele em que mais empenhada se achava a diplomacia mexicana: o do Congresso Americano, iniciado no Panamá e cuja continuação se esperava a todo momento. Para o Brasil o assunto apresentava um interesse todo especial em vista das dúvidas que muitos estadistas das repúblicas de origem espanhola mantinham com referência à participação do Brasil naquela assembleia. A opinião de Ponte Ribeiro – diz Soares de Sousa – foi sempre inteiramente favorável. De 1838 a 1841 será ele um verdadeiro propagandista da ideia no Brasil... Ainda em 1851, tantos anos depois, dirá o seguinte:

Creio conveniente não esquecer o que lembrei tratando da possível reunião de um congresso de plenipotenciários da América, e se reduz a mostrar que o Governo Imperial não deve escusar, e sim mostrar desejos e esperanças dessa reunião, mas buscar dar-lhe direção indiretamente, e impedir que os plenipotenciários republicanos se liguem para obrigar o Brasil a reconhecer a validade de tratados mortos para nós, e na adoção de princípios anti-monárquicos (SOARES DE SOUZA, op cit., p. 50.)

A *Memória* em que Ponte Ribeiro resumiu todas as suas observações sobre o México está datada de 28 de outubro de 1835 e foi encaminhada à Secretaria de Estado com ofício de 29 de outubro. A 30, deixava o México. Em Veracruz, estavam à sua espera três espécies de guaco, vindas de Tabasco, acondicionadas em caixotes para serem plantadas no Brasil.

Partiu de Veracruz a 8 de novembro e chegou a Filadélfia a 22 do mesmo mês. Em março de 1836 está de novo em Lisboa. É de lá que envia a importante terceira memória, com o título: *Golpe de vista sobre as repúblicas Centro-América, Antilhas e Estados Unidos*. De suas observações acerca do choque fatal entre a grande potência anglo-saxônica e as repúblicas latinas não resultaram conceitos muito simpáticos aos Estados Unidos. Escapando à finalidade desta publicação, não cabe aqui senão uma ligeira referência às conclusões:

Os norte-americanos – dizia ele – lançaram as máscaras com respeito ao

Texas. Em todos os postos há comitês reunindo fundos e alistando vagabundos para enviá-los, com munições de guerra, a auxiliar os colonos sublevados contra o governo mexicano, e publicamente lhes oferecem datas de terra e outras se vendem por ações.

Seu pavor do imperialismo se firmou. Em carta ao visconde do Uruguai, seu amigo, em 1851, assim exprime:

Deus livre o Império Brasileiro de uma questão com os Estados Unidos, que sirva de pretexto aos Cidadãos Reis para organizar expedições que venham dar liberdade aos brasileiros e uniformar os princípios americanos. Neste caso buscariam o Pará, como mais próximo, e não faltariam Ivos para fazer o mesmo que os Lopez de Havana.” (SOARES DE SOUZA, op. cit., p. 52.)

Nunca mais deixaria Ponte Ribeiro de ser utilizado pelo governo do Brasil no setor das relações com as repúblicas vizinhas. Ele seria o que hoje chamaríamos um perito em América espanhola. Assim é que, em 1836, é nomeado encarregado de negócios na Bolívia e Peru, em longa e importantíssima missão. Passa por Montevidéu e Buenos Aires, de onde envia valiosos dados acerca da grave situação dos partidos locais, que começavam a dispor-se de modo ameaçador ao equilíbrio platino. Rosas, ainda simpático ao Brasil, facilitou-lhe a penosa viagem até Chuquisaca, onde chegou a 30 de dezembro de 1836, através do interior da Argentina. A 5 de abril de 37 estava em La Paz, a 25 em Tacna, onde se estabeleciam as bases da Federação Perúvio-Boliviana. Seus contatos com o ditador Santa Cruz constam de interessantíssimos ofícios. Desde maio de 1837 está ele em Lima, onde se demora até 1841.

É aí que estabelece boas relações de amizade com o plenipotenciário mexicano Cañedo, que ainda não pudera, por motivo de saúde, vir apresentar suas credenciais no Rio de Janeiro. É através dele que mantém e reacende sua amizade pelo México. As notícias que envia ao governo brasileiro sobre a questão da Califórnia estão repassadas de simpatia para com o México. Era então Cañedo o decano do corpo diplomático em Lima. Em sua casa reuniram-se os representantes estrangeiros para protestar contra a ameaça que pairava contra os estrangeiros com a queda de Santa Cruz. Esta amizade pessoal teve uma relevante consequência no curso das negociações, novamente iniciadas para reunião do chamado Congresso Americano. Remetendo a Maciel

Monteiro, então ministro dos Negócios Estrangeiros, cópia das circulares de Cañedo aos governos americanos, de 18 de março de 1834 e 18 de dezembro de 1838, dizia Ponte Ribeiro:

Pelas adjuntas cópias verá V. Exa. que o governo do México procura reviver o antigo projeto de uma Assembleia Americana, como outra se reuniu no Panamá. O plenipotenciário Cañedo que, em 1831, foi destinado a correr as repúblicas do sul e convidá-las para esse fim, mas que só obteve resposta evasiva de alguns governos e nenhuma de outros, recebeu ordens de renovar aquele convite antes de retirar-se, como acaba de fazer por meio da circular de cópia n. 1, letra E. O governo do Chile a quem foi dirigida a nota n. 2 e contestou com a de n. 3, é o que hoje está mais empenhado na reunião da assembleia. O general Santa Cruz respondeu imediatamente prestando-se a ela por parte dos Estados que compõem a Confederação Peru-Boliviana, mas indicando que fosse nesta capital ou Guayaquil em vez de Panamá, que é doentio, ou Tacubaia, por mui distante das outras repúblicas.

Refere, então – comenta Soares de Sousa – o estado em que se achava a questão, a intimidade mantida com Cañedo e as conversas tidas com esta figura principal na propaganda da ideia do congresso. O que mais importava ao representante do Brasil – insistia ele – era averiguar o papel que estaria destinado ao delegado do Império na assembleia. Assim, continuava Ponte Ribeiro:

Quando o México fez reviver este projeto subsistiam todavia receios da Espanha e circulavam em toda a América, com glosas alarmantes, as instruções dadas pelo senhor d. Pedro I ao marquês de Santo Amaro, ocorrência que veio aumentar a desconfiança de ingerência que alguns países europeus quiseram tomar no Congresso de Panamá; destas circunstâncias e preponderância que ali quis ter o plenipotenciário dos Estados Unidos, surgiu a ideia de dar, ao projeto, caráter de família, convidando somente as repúblicas irmãs.

Pude conhecer que um dos objetos principais do governo mexicano foi buscar apoio à sua questão de fronteira com os Estados Unidos, fazendo causa comum com as outras repúblicas para exigir a observância dos tratados de limites feitos pela Espanha com as nações confinantes. Este plano de fazer causa comum para tratar dos limites é uma das indicações que mais agradam aos estados limítrofes com o Brasil, a quem todos su-

põem exageradas pretensões e não poder resistir a elas parcialmente. A realização do inculcado projeto satisfaria os desejos manifestados pelo governo de Montevideu em 1834, quando mandou à Bolívia o emissário d. Francisco Muñoz solicitar do presidente Santa Cruz uma liga, para tratar de comum acordo os limites com o Império. O mesmo sucederá ao Equador e Caracas, que segundo me consta já iniciaram igual disposição. Não obstante, estou persuadido de que tal congresso jamais se realizará; contudo, prevalecendo-me da amizade com Cañedo e também como representante do Brasil, fiz ver que o Governo Imperial nunca abandonaria o direito que tem, por muitos títulos, a concorrer àquela assembleia, sempre que chegue a realizar-se.

Confessara-lhe Cañedo – diz Soares de Sousa – ter sido contrário em outros tempos a que se convidasse o Brasil a participar da reunião. Mudara, entretanto, de ideia e desejava agora vê-lo concorrer entre os demais estados àquela assembleia. Afirmava ainda que, assim que chegasse ao México, faria que se dirigisse o seu governo neste sentido ao imperial. E terminava – E quando, por consideração às outras repúblicas não tomasse sobre si esta resolução, sempre o primeiro objeto de que se ocuparia a assembleia, uma vez reunida, seria acordar a convocação do plenipotenciário brasileiro.

Mas, por outro lado, previa Ponte Ribeiro dificuldades nesse comparecimento do Brasil ao congresso planejado. Não conviria que essa presença tivesse um sentido negativo e, sim, positivo: “O geral e profundo ódio contra os estrangeiros, inclusive os norte-americanos, será o único motivo de incitar os novos Estados a concorrer àquela assembleia para acordar com uniformidade a conduta que devem ter com eles”.

Seria preciso desfazer esta atmosfera de má vontade e incompreensão para obter reais benefícios da reunião continental. De tal maneira identificou-se com seu colega mexicano acerca do tema que, autorizado a tratar com os plenipotenciários das repúblicas americanas, dizia Ponte Ribeiro, no ano seguinte ao ministro chileno Ventura Lavalle: “Neste particular estou de acordo com o senhor Cañedo, como anteriormente falamos. Acho-me autorizado pelo meu governo para o que possa ocorrer aqui, a este respeito, de um momento para outro”.

A 9 de julho de 1841, assinou Ponte Ribeiro o tratado de limites com o Peru – infelizmente, não ratificado pelo Brasil –, embarcando no dia seguinte para o Rio de Janeiro, onde veio ocupar, como ofi-

cial da Secretaria de Estado, a chefia de uma seção. É desse tempo a redação de sua memória *Reflexões das vantagens da reunião do preconizado Congresso Americano*, datada de 11 de novembro de 1841.

Não ficaria por muito tempo nessa função. A 12 de abril de 1842, foi nomeado ministro residente em Buenos Aires, aonde chegou a 22 de junho, para desempenhar uma árdua e arriscada missão, que durou até janeiro de 1844.

Após nova permanência em seu posto na Secretaria de Estado, na qual produziu algumas dezenas de memórias substanciais, que se encontram no Arquivo Histórico do Itamaraty, seguiu em nova missão para as repúblicas do Pacífico, abrangendo o Chile, o Peru e a Bolívia. Em março de 1851 estava em Santiago do Chile, em agosto em Lima, em dezembro em Chuquisaca, onde não conseguiu entrar em contato com o presidente Belzu. Em 31 de dezembro de 1852 estava de volta ao Rio de Janeiro.

Desde aí, dedica-se Ponte Ribeiro à organização do Arquivo Histórico e Mapoteca da Secretaria de Estado, o grande arsenal onde se iriam armar todos os técnicos brasileiros na longa e bem-sucedida jornada de delimitação pacífica do país. Neste empenho, realiza viagens sucessivas à Europa, onde percorreu os arquivos portugueses e procurou recuperar a saúde seriamente abalada. Em 1873, recebeu do Imperador o título de barão.

Em 1º de setembro de 1878, aos 83 anos de idade, faleceu, carregado de serviços, o barão da Ponte Ribeiro. No arquivo da Secretaria de Estado, sua obra considerável será sempre a testemunho de sua valiosa contribuição para o erguimento do sistema pan-americano.

1833

DESPACHO • 30 JUL. 1833 • AHI • 317/04/17

Instruções de Bento da Silva Lisboa, barão de Cairu, ministro dos Negócios Estrangeiros, para Duarte da Ponte Ribeiro, encarregado de negócios no México.

Para Duarte da Ponte Ribeiro

A Regência em nome do Imperador o senhor d. Pedro II, tendo confiança no seu préstimo, nomeou a V. Mce. encarregado de negócios do Império do Brasil junto ao governo da República do México.

Desejando o governo brasileiro estreitar as relações de amizade e perfeita harmonia, que felizmente subsistem entre o Brasil e os Estados conterrâneos, fazendo-lhes constar esses seus sinceros sentimentos por meio de seus representantes, cumprirá que V. Mce. siga para o seu destino com a maior brevidade possível e, junto a estas instruções, achará a necessária credencial, que V. Mce. entregará, logo que chegue à capital da dita república, ao ministro das Relações Exteriores.

Nesta ocasião, bem como em quaisquer outras que se lhe proporcionar, procurará V. Mce., com toda a dexteridade, desvanecer todas as prevenções que, contra as nossas puras intenções de fazer perfeita liga com as outras nações americanas, possa haver produzido o equívoco comportamento do governo do ex-imperador, fazendo ver ao ministro competente que o principal objeto da nossa gloriosa revolução, com tanta fortuna realizada em 7 de abril de 1831, fora eximir-nos da influência portuguesa, que hoje mesmo procura ainda ingerir-se nos nossos negócios, não havendo sido senão nominal, até aquela época, a independência, que com tanto custo havíamos conseguido, de uma metrópole que por séculos nos escravizara.

A esta causa pois, unicamente, se deve atribuir a falta de relações diplomáticas entre os dois países e, tanto assim é que, apenas se viu o Brasil desasombrado do transato governo, apressou-se a nomear agentes diplomáticos que residissem nas capitais dos outros Estados americanos, sendo devidamente contemplados os Estados Mexicanos com a nomeação de João Batista de Queirós, que por causas supervenientes não seguiu para o seu destino.

Não podendo, jamais, a diferença de formas governativas diminuir a natural simpatia e afeição que ligam todos os corações americanos; e sendo, demais, perfeitamente óbvio que não convém perder-se de vista as artimanhas das metrópoles, que poderão ainda, em tempos futuros, querer reivindicar caducos direitos – nunca, sem dúvidas, realizáveis – mas que originarão, porventura, danos, se acaso os Estados americanos, não entendendo bem, como

devem, os seus interesses, se deixarem dilacerar com contínuas dissensões e guerras, e não fizerem uma massa compacta de todo este continente, que possa um dia verificar a profecia do célebre abade de Pradt².

Além das relações políticas, tem V. Mce. a seu cargo as comerciais e, por isso, convirá muito que V. Mce. promova, quanto estiver a seu alcance, que elas se entrelacem entre os dois países e, embora a maior parte dos gêneros de exportação seja comum a ambos, V. Mce., quando ali estiver, sempre encontrará objetos cuja permuta seja de utilidade aos negociantes respectivos. Nesta ocasião, lhe entrego também a tarifa por que deve guiar-se para a percepção dos emolumentos do consulado e que está em execução, enquanto não for sancionado o regimento consular pela Assembleia Geral. E, sendo de suas atribuições a nomeação de vice-cônsules nos lugares onde julgar conveniente, V. Mce. preferirá sempre, em circunstâncias idênticas, os cidadãos brasileiros e deverá remeter as nomeações a esta repartição, para obterem o indispensável beneplácito.

Devendo V. Mce. conduzir-se naquela república com a dignidade própria do caráter diplomático, tenho de recomendar-lhe, com a maior eficácia, que se comporte com toda a imparcialidade quando infelizmente ocorram algumas dissensões intestinas nesse país, evitando mesmo a amizade de pessoas que possam fazer crer que V. Mce. propende para este ou para aquele partido. Não se negará, contudo, inteiramente ao caráter de mediador, quando lhe seja reclamado isso por Estados vizinhos, cuja paz esteja perturbada, mas nunca entabulará negociações dessa natureza, sem que haja recebido as instruções que sobre o assunto pedirá imediatamente ao governo do Brasil. Quando, porém, se lhe proponha encetar tratados de comércio, convirá que V. Mce. não anua a tais proposições, fazendo ver que são, no Brasil, equiparados por lei os direitos de importação que pagam todas as nações. Insistindo[-se], porém, receberá V. Mce., *ad referendum*, as respectivas propostas que se apressará a submeter à consideração do Governo Imperial.

A carta adjunta, V. Mce. entregará devidamente ao presidente do México.

Os pagamentos do seu vencimento lhe serão mandados fazer no México pelos correspondentes do Tesouro em Londres a quem, pela repartição da Fazenda, se expedirão as necessárias ordens, em consequência de participação desta Secretaria de Estado.

Para o regulamento dos seus deveres neste emprego, remeto a V. Mce. as cópias das ordens por que se regem as outras legações do Império, que

- 2 N.E. – Dominique Georges Dufour de Pradt (1759-1837), secretário de Napoleão Bonaparte, bispo de Poitiers e arcebispo de Malines. Depois da queda do imperador, renunciou a suas funções públicas, dedicando-se a estudos sobre vários temas, especialmente sobre a América Latina.

V. Mce. observará literalmente e com toda a economia, não devendo perder ocasião alguma de corresponder-se com esta Secretaria de Estado, quer diretamente, quer por intermédio dos Estados Unidos ou qualquer outra via que se lhe proporcione, participando não só circunstanciadamente as ocorrências políticas desse e dos Estados vizinhos, como quaisquer descobertas ou melhoramentos que se possam fazer em matérias científicas, ou mecânicas.

Concluirei certificando a V. Mce. que a Regência em nome do Imperador espera mui felizes resultados desta missão que a V. Mce. é encarregada.

Deus guarde a V. Mce.

Palácio do Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1833.

Bento da Silva Lisboa

Sr. Duarte da Ponte Ribeiro

[*Anexo 1*]

Ilmo. e Exmo. Sr.,

A Regência em nome do Imperador, desejando estreitar cada vez mais os laços de amizade e perfeita harmonia, que ligam os Estados americanos, como tanto convém aos interesses deste vasto continente em que estão situados, acaba de nomear o sr. Duarte da Ponte Ribeiro para que, na qualidade de encarregado de negócios do Brasil, resida junto aos Estados Mexicanos.

Desde há muito que o Governo Imperial havia nomeado pessoa que deverá ir ocupar este cargo diplomático; mas circunstâncias supervenientes, tendo-o embaraçado de seguir até agora ao seu destino e, não querendo o Governo Imperial por mais tempo privar-se da satisfação de ter um intérprete dos seus amigáveis sentimentos junto ao presidente dos ditos Estados, apressei-me a nomear o sr. Ponte Ribeiro, cujo mérito e apreciáveis qualidades me são bem conhecidos.

Espero, pois, que este empregado mereça a benevolência e bom acolhimento do governo mexicano e que V. Exa., dando inteiro crédito a tudo quanto ele possa ter que representar a bem dos interesses do Brasil, por esta forma se aumentem as relações entre as duas nações.

Eu me julgo feliz de poder por esta ocasião certificar a V. Exa., que, com a mais perfeita consideração, sou

de Vossa Excelência,
muito atento e seguro servidor

Bento da Silva Lisboa



1834

OFÍCIO • 21 FEV. 1834 • AHI 212/02/04

N. 6

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de participar a V. Exa. que, tendo saído de Lisboa no dia 9 do corrente, cheguei ontem a este porto e vou sair amanhã no paquete para Veracruz.

Ontem escrevi ao nosso ministro em Londres, pedindo-lhe que me diga se a minha correspondência pode vir, dirigida àquela legação, livre de porte do paquete e ir da mesma forma a que me for destinada. Além da despesa do trânsito por aqui, há que pagar outra ainda maior (segundo me informam) pela condução de Veracruz à capital. Também lhe roguei que me remetesse para ali a resposta e as ordens de V. Exa.; visto não haver tempo para recebê-las aqui.

Deus guarde a V. Exa.

Falmouth, 21 de fevereiro de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Bento da Silva Lisboa



OFÍCIO • 09 MAIO 1834 • AHI 212/02/04

N. 1

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de participar a V. Exa. que cheguei a Veracruz no dia 28 de abril, depois de haver estado alguns dias em S. Domingos, Jamaica e Honduras. Logo escrevi ao governador a carta da cópia n. 1, a que respondeu com a de n. 2, trazida a bordo pelo comandante do porto; que, de seu mandado, veio cumprimentar-me e fazer oferecimentos. No dia seguinte desembarquei e segui para a capital, sem demorar-me um instante naquela cidade com receio do vômito preto, de que morriam diariamente de 15 a 20 pessoas. Entrei na capital em 8 do corrente, trazendo uma grande inflamação na cara, causada pela

repentina mudança de clima; e, como não é possível apresentar-me antes de 15 ou 20 dias, escrevi ao ministro dos Negócios Estrangeiros a comunicação copiada em n. 3. O pacote vai sair já e por ele não posso, como desejo, fazer a V. Exa. comunicações detalhadas. Este país não está tranquilo: há chefes militares sublevados contra o governo; este tem capitulado com alguns, dando-lhes dinheiro para saírem da república. Pode dizer-se que não existe federação: os estados não obedecem ao centro, e legislam como soberanos independentes. Enquanto o Congresso Geral cura dos meios de dotar a dívida pública, discute com grande oposição a lei que extingue as ordens monacais e destina os bens desta ao pagamento daquela; as câmaras de alguns estados se apressaram a decretar a extinção, expulsaram os frades e deram aplicação aos bens. O povo, naturalmente fanático, se tem sublevado em algumas partes, cometendo atrocidades contra as autoridades e pondo outros da sua eleição. O Partido Federal trata de dissolver o exército para tirar ao centro os meios de fazer-se obedecer e, sobretudo, evitar a ambição do presidente Santa-Anna. Este, vendo que o vice-presidente favorecia esta medida, como cabeça que é daquele partido, veio tomar a presidência em 24 de abril e está trabalhando para que o exército se conserve.

Conhecendo a influência do clero sobre o povo, busca nele apoio, advogando a sua causa. Entretanto, a administração federal faz grandes despesas e não tem mais rendas que os direitos das Alfândegas Marítimas, que quase se reduzem à de Veracruz, e são poucos, em razão do muito contrabando. Para suprir esta falta, tem tomado o expediente de cunhar cobre de valor nominal e contrair empréstimos forçados para serem descontados em direitos – em cuja transação perde mais de 40%. O país está de tal maneira inundado de ladrões, que poucos viajantes escapam de ser roubados, embora tragam escolta, porque eles andam em bandos até de 40 e mais. Para os comerciantes remeterem os seus fundos ao Porto de Veracruz, precisam reuni-los todos em cofres seguros e fixos sobre carros, e serem acompanhados por tropa de infantaria e cavalaria, nunca menos de 600, e comandados por um general de confiança e capaz de bater-se com os ladrões.

Há sete meses que não baixam destas condutas e, dentro de poucos dias, deve partir uma, que levará pouco mais de um milhão de pesos; e não partiu já porque o general encarregado não tem confiança na tropa.

No estado de Sonora e Sinaloa, os índios bravos se têm aproveita-

do das dissensões civis para fazer incursões e massacrar os habitantes. Os colonos do território de Texas, em número de 30.000 e quase todos norte-americanos, mandaram aqui um dos principais fundadores da colônia a pedir ao Congresso que elevasse Texas à categoria de estado; e sendo-lhe negada a pretensão, escreveu para lá aconselhando que se declarassem eles estado independente, sem receio que daqui vão forças fazê-los retroceder. A carta foi apreendida e o autor preso; mas, os colonos fizeram outro tanto a dois comissionados, que este governo ali mandou para fixar os limites com o estado de Nova Orleans. O resultado há de ser ficar Texas sendo um estado de Norte-América e esta conseguir ter por fronteira a margem esquerda do Rio Grande do Norte, como há muito deseja. Segundo sou informado, os estados mexicanos pretendem dividir-se em três seções federadas: norte, sul e central.

Deus guarde a V. Exa.

México, 9 de maio de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Bento da Silva Lisboa



OFÍCIO • 03 JUN. 1834 • AHI 212/02/04

N. 2

Ilmo. e Exmo Sr.,

Em meu ofício n. 1, tive a honra de participar a V. Exa. que havia chegado a esta capital a 8 do mês passado e que, por enfermo, não tinha entregado já a minha credencial. Efetuei a entrega no dia 30 e, depois de recebido pelo ministro de Estado, fui por ele apresentado ao presidente, o qual respondeu da maneira mais satisfatória às expressões de amizade e apreço que lhe signifiquei da parte do Governo Imperial; e me recomendou que lhe fizesse saber estes seus sentimentos, enquanto não eram devidamente comunicados por outro conduto. Então, referiu que o governo mexicano há muito mandou um ministro que devera acercar-se da corte do Brasil para fazer conhecer quanto

anela por estabelecer relações de amizade e mútuos interesses; mas que este enviado não pôde passar de Lima por haver perdido a vista. Há pouco tempo, nomeou o governo outro para continuar a mesma missão, porém não foi aprovado pelo Senado; e agora se diz que vai enviar o general Alvarez (que esteve em Lima) principiando por essa corte, o que duvido se realize em razão do estado em que se acha o país.

O corpo diplomático consta atualmente do enviado de Guatemala, d. José Maria del Barrio, indivíduo aqui casado e estabelecido, que não recebe paga do governo, nem dele tem correspondência há perto de três anos; do enviado de França, sr. Deffaudis, pessoa respeitável e de muita influência no país; do encarregado de negócios de Inglaterra, mr. Packenham, bem conceituado; e do encarregado de negócios dos Estados Unidos, mr. Buttler, homem desacreditado do público e mal visto no governo. Enquanto a cônsules, não há mais que o de Inglaterra: os consulados de França e de Norte América são unidos à legação; os de Prússia, Países Baixos, Confederação Helvética, Saxônia e Cidades Hanseáticas estão a cargo de caixeiros e são nominais, à exceção do último, em consequência do comércio de Hamburgo.

Os negócios políticos desta república chegaram ao último estado de complicação e oferecem o mais horroroso aspecto que se tem visto. Em todos os estados se tem levantado o povo contra os congressos e governadores, matando alguns e prendendo outros; de todos têm vindo deputações ao presidente da República pedindo que os livre dos demagogos, por quem se dizem subjugados, que se hão apropriado os bens do clero e querem acabar com a religião. Nos estados de Puebla e Querétaro houve resistência e continua a correr sangue: o governo acaba de mandar para ali tropas para cortar a guerra civil. Os povos dizem que querem um só governo e não muitos; os proprietários e o clero (a quem dão o nome de aristocratas) expressam igual vontade; e todos se dirigem ao presidente Santa-Anna para que seja seu protetor contra o partido denominado yorkino, demagogo e aspirante, em cujo [sic] entra a maior parte dos indivíduos que ocupam os governos e congressos. O governo federal guardou silêncio por algum tempo, mas afinal declarou-se pelo pronunciamento dos povos e, por conseguinte, está à frente do Partido Aristocrata: a guerra vai principiar e há de ser terrível e prolongada; se o presidente vencer, a república não continuará federal; e, se perde, fica dividida em quatro, quando menos.

O Jornal Oficial, que junto remeto a V. Exa., dá uma ideia aproximada do crítico estado em que hoje se acha o México; os papéis avul-

sos, publicados pelo partido contrário, mostram as acusações que se fazem a Santa-Anna e seu ministério. Não sei até que ponto se deve dar crédito a elas; os que duvidam, dizem que ele pode fazer o que quiser, porque tem muito partido e tropa para apoiá-lo; os que o acusam já o contam perdido, como Iturbide.

A República de Centro América não oferece melhor aspecto: quando estive em Honduras, tive ocasião de informar-me do estado do país. A miséria é o seu característico: o governo e empregos estão em mãos de negros e mulatos da raça caribe; conquanto homens fazem uma revolução e mudam o governo de um Estado, nenhum deles tem rendas e todos cunham moeda com muita liga e valor imaginário. Os poucos produtos que consomem da Europa entram, por contrabando, do depósito que os ingleses têm em Belize: em troca, recebem alguma cochinilha e anil. Em Jamaica, ouvi as amargas queixas dos colonos contra a emancipação dos negros, que deve efetuar-se no 1º de agosto. Segundo o cálculo do número de escravos, pouco mais de vinte libras esterlinas poderá o dono receber, por um que lhe custou mais de cem. Conhecem a dificuldade de fazê-los trabalhar depois de livres e renunciam à agricultura; nem os querem por aprendizagem [*siz*]. Eles, estão persuadidos de que o governo há de ser obrigado a transportá-los à costa da África, se não quer perder as suas colônias da mesma forma que a França perdeu S. Domingos. Esta medida filantrópica do governo inglês deve aumentar a extração dos gêneros do Brasil, enquanto os não cultivar na Índia, como intentam fazer.

Pouco tempo me demorei na ilha de S. Domingos, mas foi suficiente para conhecer que a agricultura está abandonada, apenas há algum café; o pouco açúcar que gastam, lhes vem da Jamaica. Por uma escuna vinda do Peru a Acapulco, em 19 dias, consta que, naquela república, obrigaram aos estrangeiros a residir nos portos de mar e lhes proibiram vender em detalhe, e exercer os ofícios mecânicos. Esta notícia agrada muito aos mexicanos, que odeiam os estrangeiros e, muito mais, por eles se terem apossado de todo o comércio. Se a notícia se verificar, farão aqui outro tanto dentro em pouco.

Deus guarde a V. Exa.

México, 3 de junho de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo Sr. Bento da Silva Lisboa



OFÍCIO³ • 23 JUN. 1834 • AHI 212/02/04

N. 3

Ilmo e Exmo Sr.,

Toda esta república está hoje em revolução.

Os pronunciamentos ou declaração dos povos contra as reformas têm continuado em todos os Estados, com mais ou menos violência, contra os congressos que as decretaram e os governadores que lhes deram execução: só nas capitais de Puebla e de S. Luis Potosí, poderão os governos sufocar a revolução e conservar as suas legislaturas; mas, tendo desconhecido a autoridade do presidente da república, já está sitiada a primeira pela tropa da federação, e marcham outras contra a segunda. É impossível que resistam por muito tempo, porque não têm

-
- 3 Este y los demás informes de Duarte da Ponte Ribeiro, curiosos e incluso interesantes, abarcan desde el 23 de junio de 1834 hasta el 2 de septiembre de 1835. Corresponden a un período muy agitado de la historia de México: las postrimerías del gobierno liberal al frente del cual, como vice-presidente en ejercicio del Poder Ejecutivo – pues el presidente Antonio López de Santa-Anna, con licencia del Congreso, se había retirado a su propiedad rural llamada hacienda de Manga de Clavo –, se hallaba Valentín Gómez Farías, secundado por José María Luis Mora, patricios reformistas a quienes México cuenta entre sus hombres más ilustres; la caída de ese gobierno por obra de la oposición conservadora apoyada en militares descontentos y en gran parte del alto clero, lastimado por diversas disposiciones gubernamentales; la abolición del régimen federal, reemplazado por el centralista; el acceso al Poder Ejecutivo, por cuarta vez, del nefasto general Santa-Anna; y el movimiento separatista de los colonos texanos; todo ello motivo para pronunciamentos, motines, rebeliones y otros actos de violencia. Para quien conozca bien la historia de México, la insuficiencia de la información de Da Ponte Ribeiro es notoria: lo incidental y accesorio, lo externo, le impide apreciar el meollo de los hechos, sus hondas raíces, cuanto en realidad significaban. No corresponde a la índole de esta obra la minuciosa corrección de los errores contenidos en esos informes y en la extensa Memoria en que el mismo diplomático recapituló sus observaciones acerca de México y de los mexicanos; este libro, como los cincuenta y cuatro del Archivo Histórico Diplomático Mexicano, sólo presenta documentos del pasado, en su integridad, para facilitar el conocimiento de ellos a los historiadores. A éstos les toca hacer las rectificaciones pertinentes. Las notas puestas a estos informes son simplemente aclaratorias. (GONZÁLEZ DE MENDOZA, José María. Notas, in Relaciones Diplomáticas entre México y el Brasil, 1822-1923. Cidade do México: Secretaria de Relaciones Exteriores, 1964. t. I. Archivo Histórico Diplomático Mexicano, Segunda Serie. Número 18. p. 526, nota 92)

forças, e os habitantes estão possuídos das mesmas ideias e desejam seguir o exemplo das outras povoações.

O plano chamado de Cuernavaca, a que se referem os Pronunciamentos, declara nulos os congressos e seus decretos, e autoriza o presidente Santa-Anna a obrar como entender. Ele, achando-se sem Congresso Geral, nem sessão permanente que lhe vá à mão e tendo a tropa por si, aproveita a declaração dos povos para pôr-se à frente da revolução popular e aniquilar o sistema federal. A sua intenção é substituir, aos congressos, juntas de administração provincial; e, aos governadores, prefeitos com poderes limitados.

Os que se prezam de conhecer o povo mexicano dizem que o general Santa-Anna pode, agora, conduzir a revolução como quiser: protegendo a exaltação religiosa da população e advogando os interesses do clero, nobreza, militares, ricos proprietários e comerciantes, que todos desejam um governo permanente e capaz de pôr termo às repetidas revoluções.

Ele já deu princípio a este plano e, ou há de levá-lo avante, ou está perdido para sempre. Há quem acredite que, depois de concentrar o governo e arranjar a administração, passará a coroar-se; não duvido da sua ambição, mas estou persuadido que o não conseguirá por falta de prestígio pessoal e oposição dos antimonarquistas. Dia de Santo Antônio, em que ele fez anos, concorreu grande cortejo a palácio, houve funções em toda a cidade e, no teatro, lhe deram muitos vivas; durante a noite, se reuniu a população em diversos grupos, lançando foguetes; e, pela manhã, se apossaram do parque de artilharia e torres das igrejas, e principiaram salvas e repiques, que duraram por todo o dia. Depois, dirigiram-se à municipalidade para lavrar a Ata de Pronunciamento pelo plano de Cuernavaca e, em seguida, foram à praça de palácio e em altos gritos exigiram que o presidente aparecesse à janela e lhes promettesse ser seu protetor contra os demagogos, que queriam acabar com a religião santa. No dia seguinte, houve grande função de *Te Deum* e missa solene, em que oficiou um dos bispos expulsos, que estava aqui refugiado. Não é fácil referir as loucuras que o povo praticou com este prelado – já dentro da catedral, já fora – tirando-lhe as mulas do coche para puxá-lo e levando-o depois em braços ao palácio.

Nessa mesma noite deu a oficialidade da guarnição desta cidade um esplêndido baile ao presidente, a que concorreram mais de oitocentas pessoas das primeiras famílias. No lugar principal da sala estava um quadro que representa a capitulação dos espanhóis em Tampico,

obtida pelo general Santa-Anna em 1829; em frente a este, colocaram o retrato de Iturbide com todas as decorações imperiais. A exibição deste último chamou a atenção dos expectadores porque, depois da abdicação, foi proibida e nunca mais se viu em público.

O jornal oficial, que junto remeto a V. Exa., contém algumas comunicações e artigos editoriais que mostram o estado político deste país; hoje, não há aqui um periódico da oposição: todos se calaram, fosse por convenção ou receio. Entretanto, o partido descontente não perde esperanças, nem deixa de trabalhar em clubes: alguns dos seus corifeus têm fugido daqui para Puebla e Potosí, a animar a resistência contra o presidente e seu governo. Neste partido há muitos homens de talento e travessos, assim como alguns militares bravos; também formaram já o seu plano: que é persuadir aos povos que os querem escravizar, sublevar algumas povoações nos estados distantes, fazendo pronunciamentos em contra, armar guerrilhas para dividir as forças do governo, e atrair a si os soldados com o prometimento de pilhagem sobre os aristocratas, nome genérico que dão aos ricos. Segundo o que me consta, esta ordem de cousas não tardará a manifestar-se.

Para segurança, e evitar o porte de cartas e periódicos destas 97 léguas a Veracruz e do paquete inglês, entendi-me com o encarregado de negócios de S. M. B. para remeter a minha correspondência, com a sua, à Secretaria dos Negócios Estrangeiros em Londres para, dali, ser mandado ao nosso ministro. Nesta data lhe escrevo, pedindo que me avise se a entrega é livre de despesa e se devo continuar assim. A não haver inconveniente, seria bom que pela mesma via fossem remetidos os despachos destinados a esta legação, tanto por economia como segurança. O correio está aqui tão mal montado que os comerciantes e agentes estrangeiros pagam, cada um, dez pesos mensais a um próprio, que leva e traz de Veracruz as cartas do paquete, além de um exorbitante porte a este correio, tanto por entrada como franqueio, para saírem do país.

O bispo de que acima falo acaba de ser nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Negócios Eclesiásticos: esta nomeação é recebida pelo povo com o maior entusiasmo e vai aumentar o partido do presidente.

Deus guarde a V. Exa.

México, 23 de junho de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Bento da Silva Lisboa

OFÍCIO • 26 JUL. 1834 • AHI 212/02/04

N. 4

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar a recepção do despacho que V. Exa. teve a bem dirigir-me em 10 de janeiro sob o n. 1, cujas determinações se acham cumpridas. Em meus ofícios antecedentes participei a V. Exa. as ocorrências políticas deste país até aquela data. Desde então, a tendência dos povos na atual revolução e os esforços do governo têm submetido à obediência do chefe supremo alguns dos estados que ultimamente a haviam desconhecido; mas ainda restam outros em guerra aberta: os corifeus do partido contrário conseguem sempre escapar-se com seus sequazes e vão promover a revolta em outras partes. A resistência de São Luis Potosí terminou, como diz o suplemento ao telégrafo n. 92; mas os chefes da oposição passaram a Guadalajara, capital do estado de Jalisco, aonde estão fortificando-se.

As tropas da federação que sitiavam Morelia, capital de Michoacán, entraram à cidade, mas a força contrária se evadiu, como refere o suplemento ao telégrafo n. 100, e ocupa outros pontos. No estado de Yucatán sucede outro tanto. Puebla acaba de ceder às propostas do governo, como mostra o suplemento ao telégrafo n. 106. O presidente, vendo que a resistência podia prolongar-se e entreter no sítio as tropas que precisa mandar a outra parte; conhecendo o transtorno que, pela dissidência de Puebla, sofre o comércio não só da capital como também do interior, que desde Veracruz faz caminho por aquele estado e cidade; sabendo, por experiência, que para mandar em México é necessário ter por si Veracruz como fonte dos recursos pecuniários e Puebla como barreira de passagem, insinuou-se a alguns pueblanos aqui residentes que aparecessem ante o governo, intercedendo por seus patrícios e perguntando sobre que bases se poderia entrar em capitulação para lhes dar parte e impulsá-los a evitar mais desgraças. Assim aconteceu e, de lá, veio uma comissão como a pedido do governo; este

quis tratar como se ela fora suplicante e, estando conformes sobre os artigos, só discordavam a respeito do preâmbulo, pretendendo cada um que se declarasse que o convênio tinha lugar a pedido do outro.

Com esta indecisão partiram os comissionados e, sem prévia assinatura, foram ali aceitas as condições, mas como se fossem propostas pelo governo, como mostra o ofício do governador ao presidente da república; entretanto que a resposta em nome deste é dada como anuindo ao que lhe pediram. As condições não se publicaram e se reduzem:

- 1º não entrar na cidade a tropa sitiadora e ir outra daqui tomar conta da praça e armamento dos cívicos [*sic*];
- 2º dispersar a tropa permanente em companhias estacionadas ao longo do caminho de Veracruz para perseguir os ladrões;
- 3º passar o governo civil ao vice-governador;
- 4º suspender, a legislatura, as suas sessões e proceder-se a eleição periódica;
- 5º admitir um novo comandante das armas.

O governo está muito contente por este resultado, que põe à sua disposição os três estados limítrofes: México, Puebla e Veracruz, os mais interessantes da república. Mas, os seus contrários cuidam de fazer-lhe a guerra nos estados distantes, conhecendo a impossibilidade de mandar ali forças atacá-los. O exército permanente é mui pequeno, não por falta de gente, que pode levantar mais de 40.000 homens, mas por escassez de recursos, que não chegam para 6.000, que tem atualmente em armas. Os oficiais só recebem a quarta parte do soldo e os empregados públicos estão com sete meses de atraso. As rendas da federação consistem, quase exclusivamente, no produto das alfândegas marítimas, que andam sempre comprometidas por antecipação, com empréstimos e livranças dadas a particulares, recebendo menos de metade do seu valor nominal. Esta especulação é a mais lucrativa do comércio e, só assim, pode pagar os excessivos direitos que carregam sobre os gêneros de introdução. Sobre o grande valor arbitrário lhes impõe 30%, quando menos; e, para sair, mais 12% ao estado aonde vão ser consumidos. Daqui resulta o grande contrabando que se faz e a excessiva carestia.

Os direitos de exportação produzem pouco porque este país só exporta prata, alguma cochinilha (que hoje não dá utilidade ao cultivador) e pau campeche, de insignificante valor. A falta deste comércio é, talvez, a causa de haver tantos vadios e salteadores, sempre prontos a seguir o primeiro chefe de partido que os chama. Para dar-lhes que

fazer e fomentar a indústria nacional, projetou o ministro de Estado Haman vários estabelecimentos, mas nenhum teve efeito. A indústria mexicana consiste nas minas, hoje quase todas trabalhadas por companhias inglesas e alemãs.

Estas empresas, depois de gastarem 30 milhões de pesos que trouxeram da Europa, enterraram mais vinte, dos primeiros produtos, para poder continuar os trabalhos e realizar suas esperanças: algumas pararam por falta de fundos e crédito; outras apenas extraem para cobrir os gastos; e só duas, Bolaños e Durango, dão um pequeno interesse. Entretanto, o país utiliza a vizinhança das minas: é bem cultivada e o comércio, ativo.

Para calar as acusações feitas ao presidente, de querer acabar com a representação nacional e fazer-se ditador, e sobretudo aproveitar a indisposição do povo contra os que a compunham, mandou o governo proceder às eleições das novas legislaturas e Congresso Geral, recomendando que a propriedade seja preferida a outras qualidades. O presidente conta que a eleição recairá em indivíduos que prefiram um governo estável e enérgico, a teorias para que os povos não estão preparados. É por meio dos representantes da nação que ele pretende se façam reformas na Constituição, principiando por coartar as atribuições dos estados. Não obstante as atuais vantagens e toda a influência do clero, não me parece que conseguirá o resultado que deseja; e, mais bem, creio que a guerra civil vai continuar e terminará contra ele.

O reconhecimento da independência do Brasil, que Espanha acaba de fazer (e me foi comunicado oficialmente pelo nosso ministro em Londres), é considerado por este governo como primeiro passo para o das suas antigas Américas; e alguma razão tem para desconfiar que dele se quer tratar em Londres.

Para evitar a intervenção do governo inglês, contra o qual estão prevenidos e conservam sobeja aversão, tem projetado mandar um ministro à Europa para estar ao alcance de negociar diretamente com a Espanha; assim como também para arranjar, com a fé apostólica, as questões de disciplina em que está envolvida a Igreja mexicana. Observo aqui a mesma disposição, que já notei nas repúblicas do sul, para impugnar quaisquer condições que Espanha proponha para fazer o reconhecimento; e estou persuadido que mais vantagens tiraria de fazê-lo espontaneamente, e tratar depois.

É opinião mui geral que o reconhecimento da independência está bem longe de trazer a estes povos a tranquilidade que precisam, se con-

tinuarem a ser abandonados aos arteiros aspirantes que, para colocar-se, buscam dividi-los; e que farão pior quando já não tenham inimigos externos. O projeto de um congresso americano foi novamente empreendido pelo ministro d. Lucas Alamán, mas ficou em esquecimento quando este foi lançado do ministério e desterrado: o atual governo não se ocupa dele.

Desde novembro não recebe este governo comunicações do enviado por Haman junto dos governos do sul; e só por cartas particulares sabe que estava cego e devia regressar de Chile a Lima. Por esta razão, a administração passada nomeou outro para substituí-lo, mas não foi aprovado pelo Senado: a atual não pensa em mandar algum, embora o presidente inculcasse o contrário quando me apresentei. O *Cholera morbus*, que o ano passado levou ao sepulcro a décima parte da população desta república, apareceu novamente nos estados de Veracruz e Oaxaca, e com mais violência que dantes. Remeto a V. Exa. cópia de uma circular que indica aonde devem fundear os navios de guerra.

Deus guarde a V. Exa.

México, 26 de julho de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Bento da Silva Lisboa



OFÍCIO • 25 AGO. 1834 • AHI 212/02/04

N. 5

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Havendo eu comunicado verbalmente a este governo que a Espanha reconheceu ultimamente a independência do Brasil e seu governo, pediu-me depois o secretário de Estado que lhe desse conhecimento deste ato por via de uma nota, a fim de usar dela oportunamente. Para condescender com ele, passei a da inclusa cópia, que tenho a honra de remeter a V. Exa., cingindo-me ao ofício que recebi da legação em Londres. O mesmo ministro me comunicou confidencialmente que

tinha mandado retirar Cañedo da comissão em que está, junto dos governos de América do Sul, com expressa condição de suspender quaisquer negociações pendentes, menos as que tiver encetado com o Brasil, que deverá ultimar.

Também retiraram o ministro que tinham em Guatemala. A notícia de haverem chegado de Colômbia a Cádiz os generais Montilla e Ollavaria, com destino de tratar de independência, não agradou a este governo e crimina a Santander por dar este passo separadamente, proporcionando assim mais vantagens à Espanha.

Com este motivo, parecem mais empenhados em mandar à Europa um plenipotenciário para tratar diretamente da independência; até agora, não está nomeado e, segundo me disse Lombardo, quer o presidente que vá ele mesmo, ficando a secretaria interinamente a cargo do oficial maior; porém, este empregado se escusa, encobrindo outras razões, como a de não saber mais que o seu idioma.

Qualquer que seja o indivíduo destinado àquela comissão, não partirá daqui antes de novembro, princípio do inverno, única estação em que um mexicano do interior baixa à costa, por haver menos vômito.

À exceção da capital do estado de Yucatán, todos os mais obedecem hoje ao governo federal; mas, em todos eles, há partidos sublevados, que assolam o país. Guadalajara submeteu-se, por um convênio que não foi ratificado pelo governo, e causou a desgraça do general e nova fermentação entre os rendidos. A guarnição de Puebla não quis estar pela capitulação dos seus chefes e continuou a bater-se por alguns dias, até que afinal debandou sem entregar as armas, nem ir estacionar-se nos pontos marcados: parte dos soldados se tornaram salteadores e infestam o caminho de Veracruz.

Em alguns estados já se fizeram as eleições para as novas legislaturas e Congresso Geral, e o maior número dos eleitos pertence ao partido chamado Escocés ou Aristocrata. Porém, estes tomam pouco interesse na revolução: uns, porque desconfiam do presidente em razão de haver pertencido sempre ao Partido Yorkino ou Democrático, e sido o seu maior inimigo; outros, porque conhecem a sua incapacidade, orgulho e despotismo. Esta divisão do partido Escocés pode ser-lhe fatal. A ele pertencem a antiga aristocracia, o clero, os grandes proprietários, os capitalistas e a maior parte dos militares; mas, não estão de acordo sobre o indivíduo que deverá consolidar os princípios que proclamam – uns, por espírito patriótico e afeição pessoal, desejam que

seja Santa-Anna; outros, insistem no Plano de Córdoba, acordado com O'Donojú, para a vinda de um príncipe que tenha prestígio. Estes, para convencer aqueles, alegam o ignóbil nascimento e paixões do presidente Santa-Anna, e analisam a sua vida pública, mostrando que fora o primeiro a aclamar Iturbide, que lhe deu o posto de general, e também o primeiro que se levantou contra ele; que fez a guerra a Victoria, em favor de Pedrosa; e, depois, a este para substituir-lhe Guerrero; que deu o grito para a expulsão deste e contribuiu para o seu assassinato; que apoiou a Bustamante, para depois lhe mover a mais desastrosa guerra que tem experimentado a república, até conseguir desterrá-lo e chamar a Pedrosa para presidir as eleições que o elevaram à presidência, que desde tanto tempo ambicionava; que o ano passado quisera pôr em prática o atual plano de revolução, mas aparecendo insuperáveis dificuldades por não estarem ainda dispostos os elementos, sacrificara os chefes que lhe deram princípio; que, então, deixou o governo ao vice-presidente para acreditar o seu desinteresse e, desde a fazenda a que se retirou, influiu para as reformas do clero, do exército e perseguição dos escoceses, para agora aparecer como seu protetor, reuni-los e servir-se deles para consumir a sua ambição; e que, também, será o primeiro a sacrificá-los, logo que as cousas vão mal, ou não precisar mais deles. Passa por certo que, em uma reunião dos mais ricos e influentes, mostrará o presidente a necessidade de concorrerem com dinheiro para habilitar o governo a continuar a empresa de mudar o sistema popular, e que alguns responderam que estavam prontos a fazê-lo, sempre que tivesse por fim a observância do Plano de Córdoba. Isto não podia agradar ao presidente, que se julga igual a Napoleão (a quem tomou por modelo) e digno de preferir a qualquer príncipe estrangeiro. É certo que ele e o ministro Lombardo se queixam de que os mais interessados na presente revolução não querem fazer sacrifícios para o bom resultado. Também não se fiam neste ministro, cuja venalidade passa em provérbio: fez a indicação da lei contra Iturbide; foi sempre corifeu do Partido Yorkino e, como tal, chamado ao ministério pelo vice-presidente.

O erário cada vez tem menos recursos; os gastos crescem com o aumento da tropa da federação e, se a estas se não paga pontualmente, passam a quem promete fazê-la ou desertam. Para pagar as tropas que regressaram do assédio de Puebla, ofereceu o governo aos negociantes o acompanhamento da conduta, que estava demorada há sete meses e

saiu no dia 20 do corrente para Veracruz, aonde o Estado deve receber 110:000 pesos de direitos, de dois milhões que leva para embarcar.

Os jornais, que junto remeto a V. Exa., contêm as peças oficiais de duas ocorrências que têm aumentado os inimigos da atual administração, e vem a ser a questão com a Corte Suprema de Justiça e a correspondência com o vice-presidente da república.

O Congresso, que feneceu, mandou formar causa ao ministério de Bustamante como culpado da morte de Guerrero, por haver dado 50.000 pesos ao italiano Picaluga, que o convidou a jantar a seu bordo no porto de Acapulco e, dando à vela para a costa de Oaxaca, foi entregá-lo aos que o fuzilaram. Quando a Corte Suprema se ocupava deste processo, foi acusada pela legislatura do estado de México e o Congresso Geral suspendeu os juizes e nomeou suplentes. Estes ativaram a causa e mandaram prender o ex-ministro Alamán, que chegara do seu desterro. O contramandado desta ordem e a suspensão do processo, determinado pelo Executivo ao Judicial, é olhado como invasão de poderes e comparado à dissolução do Congresso em 31 de maio: a resistência e protesto têm sido elogiados. O ofício do vice-presidente pedindo passaporte é um manifesto da conduta do presidente: o seu objeto era aumentar o descontentamento e munir-se de um passaporte para passar a Guadalajara e, desde ali, fazer-se reconhecer como chefe da república. Fosse por conhecer que a escolta oferecida devia levá-lo por diferente rumo, ou por se haver rendido Guadalajara, ele ficou calado. Este homem é médico; tem figurado em todos os congressos como deputado ou senador; é o chefe do Partido Yorkino e, como tal, influiu para a eleição do general Santa-Anna, a fim de evitar a contínua revolução que este espírito inquieto move aos governantes desde que foi feito general, por Iturbide, em 1823.

Os partidos fixam suas esperanças nas eleições: um, conta que o Congresso Geral vai declarar o sistema unitário e será abraçado pelos estados; o outro, espera que se oponham, ou aquela declaração lhes sirva para alvoroçar os povos. Os estrangeiros, e particularmente os franceses, tomam grande parte nestas dissensões, animando os partidos e espalhando a cizânia nos estados para que se não estabeleça um governo sólido, que possa coartar-lhes o escandaloso contrabando e o comércio e indústria que exercem quase exclusivamente em toda a república. A sublevação e resistência de S. Luis Potosí e Guadalajara foi movida por eles para servir de exemplo e apoio aos outros estados e, nela, gastaram bastante dinheiro. Eles têm sido os motores da ex-

pulsão dos espanhóis, com quem não podiam competir em razão do idioma, hábitos e relações: antes, lhes atribuíam apoiar a reconquista e agora, que se espera o reconhecimento da independência, dizem que a Espanha vai dar este passo para enviar à América muitos espanhóis, que induzam os povos a pedir príncipes para estabelecer monarquias absolutas, e que é preciso restringir a admissão. Tenho boas razões para crer que esta cizânia contra espanhóis, calculada sobre interesses comerciais, é recomendada por alguns gabinetes e fomentada por seus agentes; e não só aqui como em toda a América, inclusive o Brasil, com respeito aos portugueses.

Alguns estados se têm declarado pelo centralismo e recusado eleger a sua legislatura; e muitos colégios eleitorais expressam nas atas ser essa a vontade dos povos.

Deus guarde a V. Exa.

México, 25 de agosto de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Bento da Silva Lisboa



OFÍCIO • 01 SET. 1834 • AHI 212/02/04

N. 6

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Proporcionando-me o encarregado de negócios dos Estados Unidos ocasião oportuna de escrever por via de Washington, tenho a honra de remeter a V. Exa. a 2ª via do meu ofício n. 5, enviado por Londres, e uma cópia da nota que passei a este governo com respeito ao reconhecimento que a Espanha fez da independência do Brasil.

Eu não quis em princípio fazer esta comunicação por escrito por não me julgar suficientemente instruído e autorizado para fazê-la em devida forma e, por isso, me limitei a anunciar verbalmente aquele ato; mas, pedindo-me depois o ministro um documento de que pudesse fazer uso, não tive dúvida em condescender com ele: o que espero será aprovado por V. Exa.. Também remeto, agora, cópia da nota que acu-

sa recibo da minha e em que o governo expressa a sua satisfação por aquele acontecimento.

A capital do estado de Yucatán cedeu também ao voto geral dos povos e está já à disposição do governo federal: hoje, todas as autoridades dos estados reconhecem o centro e lhe obedecem. O governo está cuidando de reformar os diferentes ramos da administração: os ministros da Guerra e da Fazenda, não se conformando com a vontade do presidente, nem este com a deles, ambos deixam o ministério. O da Guerra está sendo desempenhado pelo oficial maior; para o da Fazenda, foram nomeados três e só o último aceitou, precedendo muitas condições. Nesta repartição, tem havido três ministros depois que estou aqui.

De um artigo oficial, que trata das reformas em que o governo se emprega, copiarei o seguinte extrato para V. Exa. conhecer as intenções que tem sobre relações diplomáticas.

Retiradas umas legações por escusadas nas presentes circunstâncias como as de Centro América, Colômbia, e outras das repúblicas sul-americanas; e reformadas as da Europa com uma boa eleição de indivíduos e sem esse aparato ridículo de ministros plenipotenciários, ao mesmo tempo [em] que fará mais expedito seu desempenho em o que no exterior se julgue necessário à nossa política, se consultará também a prudente economia de que tanto necessita a república na organização de todos os seus ramos.

As repúblicas de Sul América tinham unicamente a legação do enviado Cañedo, que devia ir também ao Brasil. Este sujeito tem contra si o seu talento, prova da inimizade ao general Santa-Anna, e conhecida adesão ao Plano de Córdoba para a vinda de um príncipe. Na Europa se tem legações em Londres e Paris; nesta última, está um tal Zavala, que há pouco publicou⁴ a história da revolução do México até 183[0], apresentando os indivíduos tais quais não são, de que resulta ter por inimigos os que figuraram nela, e particularmente a Santa-Anna. Além disso, foi sempre antimonarquista, fundou o sistema federal desde as lojas⁵ Yorkinas, advogou estas ideias em periódicos espalhados com profusão, subiu à tribuna para propor a sua adoção e, muitas vezes, su-

4 ZAVALA, Lorenzo de. *Ensayo histórico de las Revoluciones de México*, desde 1808 hasta 1830. Paris: Imp. de Paul Dupont et G. Laguionie, 1831-1832.

5 N.E. – Lojas maçônicas (bem como as “Escocesas”), que funcionavam como verdadeiros partidos políticos.

blevou e dirigiu tropas contra os antagonistas destes princípios. Semelhante homem não pode convir aos que dirigem a presente revolução e muito menos a Santa-Anna, cuja vida e caráter descreve exatamente naquela obra, assim como profetiza esta revolução e seus fins.

Quase todos os periódicos dos estados se ocupam em discutir qual governo convirá mais à nação: se o republicano unitário com um presidente a largo período, ou se a monarquia moderada; não fazem menção do atual sistema federal, senão para dizer que ele tem feito a desgraça da nação. O *Jornal Oficial*, quando transcreve algum daqueles artigos e fala do pronunciamento de povos ou corporações contra a federação, contenta-se com aconselhar a tranquilidade e que esperem as necessárias reformas, dos seus representantes, a quem devem dar amplos poderes para fazerem o que julgarem necessário para que a nação tenha um governo sólido e permanente. Os generais Victoria, Bravo e Cortázar são os que podiam contrariar as vistas de Santa-Anna e, para contentá-los e, ao mesmo tempo, comprometê-los, tem empregado os três de comandantes gerais do centro, norte e sul da república, cada um no lugar aonde tem mais influência.

Deus guarde V. Exa.

México, 1º de setembro de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Bento da Silva Lisboa

[*Anexo 1*]

Cópia

Ao Exmo Sr. D. Francisco Maria Lombardo,
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Legação do Brasil, México, 10 de agosto de 1834.

O abaixo assinado encarregado de negócios do Brasil tem a honra de se dirigir ao Exmo. Sr. D. Francisco Maria Lombardo, ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, para repetir a comunicação

que verbalmente fez a S. Exa. de ter o marquês de Miraflores, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Católica junto de S. M. Britânica, participado oficialmente com data de 3 de maio próximo passado, ao cavalheiro José de Araújo Ribeiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Imperial cerca do mesmo soberano, “que a independência do Império do Brasil e do seu governo fora formalmente reconhecida pela Espanha”.

O abaixo assinado aproveita a oportunidade de anunciar a S. Exa. este acertado passo do governo espanhol, para reiterar os protestos da sua mais distinta consideração.

(Assinado) Duarte da Ponte Ribeiro

[*Anexo 2*]

Ao Sr. Duarte da Ponte Ribeiro,
Encargado dos Negocios del Brasil.

Palacio del Gobierno Federal
México, 27 de agosto de 1834.

El infrascrito Secretario de Estado y del Despacho de Relaciones, tiene el honor de poner en conocimiento del Sor. Duarte da Ponte Ribeiro que el E. Sor. Presidente ha visto con placer su nota de 16 del corriente en que comunica el aviso que se ha dado oficialmente al Sor. Araujo Ribeiro, enviado extraordinario y ministro plenipotenciario del Brasil cerca de S. M. B. por el ministro plenipotenciario español en aquella corte, de que la independencia del Imperio del Brasil y de su gobierno ha sido formalmente reconocida por su nación; y que ha prevenido al infrascrito felicite al Sor. Duarte da Ponte Ribeiro por este paso de la España tan satisfactorio para su gobierno, como también para el de México, que toma el mayor interés encuanto tenga relación con la propiedad del Brasil.

El infrascrito, al cumplir con la orden de S. E., aprovecha la ocasión de reproducir al Sor. Duarte da Ponte Ribeiro las seguridades de su muy distinguida consideración.

(Assinado) Francisco M. Lombardo

Está conforme:
Duarte da Ponte Ribeiro



OFÍCIO • 03 OUT. 1834 • AHI 212/02/04

N. 7

Ilmo. e Exmo. Sr.,

A tranquilidade desta república será pouco duradoura. Por toda a parte aparecem indícios de nova revolução, uns contra os princípios que a última proclamou, outros contra a ambição daquele que a dirigiu. O partido caído ou yorkino tem influído nos dois estados distantes, Texas e Chiapas, para que se oponham ao centralismo; o primeiro, habitado por colonos norte-americanos, ameaça unir-se a sua madre pátria; o segundo, apresenta sintomas de realizar os desejos que sempre tem mostrado, de querer fazer parte da República de Centro América.

Mil e tantos homens marcharam a estacionar-se neste para prevenir a declaração; para aquele, não podem ir tropas em razão da distância, falta de subsistência e, ainda mais, porque seria provocar a rebelião dos colonos, fortes de 5.000 rifles, homens cuja ocupação é caçar. O Departamento Militar do Sul, que abrange os estados de Michoacán, Oaxaca e a maior parte do de México, tem estado alternativamente entregue à influência de dois generais: Bravo, decidido unitário; e Alvarez, inimigo de todo o governo. Este, era o segundo chefe de Guerrero e jurou vingar a sua morte. Depois dele, ficou à frente dos terríveis índios Pintos, que seguiam aquele chefe e, desde então, só por intervalos têm suspendido as hostilidades, recebendo para isso dinheiro, algumas vezes, como sucedeu o ano passado. Tendo o governo dado agora ao general Bravo o comando daquele departamento, Alvarez, seu inimigo capital, não quer obedecer-lhe e já começa a alvoroçar os mesmos índios: a isto é instigado pelo partido caído.

Os chefes mandados contra os estados revolucionários e os emissários destinados por toda a parte, levaram ordens para encaminhar os povos a pedir o centralismo: tendo vencido e disposto os elementos, voltaram a esta capital para que as representações não fossem feitas na sua presença e viessem, depois, para o governo as fazer valer ante o Congresso. Quando elas foram chegando, já havia aparecido a desinte-

ligência, entre o presidente e o partido vencedor, e em lugar de tomá-las, tão somente, em consideração para serem entregues, como estava projetado, mandou responder a elas com reprovação, de maneira que os autores ficaram surpreendidos e desconfiados. Desta forma ganhou, também, a inimizade de alguns dos que foram encarregados da missão. Todas estas ocorrências, juntas a certos atos caprichosos do presidente, que não atende mais que a sua vontade, aumentou a desordem no ministério, a ponto de ficar reduzido ao condescendente ministro de Relações. Têm sido nomeados três para a Fazenda: um durou seis dias, os outros não aceitaram; dois para a Guerra, e ainda é incerto se o segundo admitirá; o da Justiça, bispo de Michoacán, deu parte de doente e acabará por demitir-se. Os deputados e senadores, que já estão eleitos pelos congressos dos estados para a Assembleia Geral, são quase todos do Partido Escocês. A maior parte destes foram, em outras épocas, perseguidos pelo general Santa-Anna e prometem hoje perdê-lo, não só por vingança, como por conhecerem a sua incapacidade e desenfreadas paixões. Ele, sabendo estas disposições, ameaça – a seu turno – lançar-se no partido contrário e busca, entretanto, contentar o exército e com ele impor aos dois, fazer-se necessário ao escocês e obrigá-lo a secundar suas miras. O vice-presidente tornou a pedir passaporte, algum tempo depois de receber a resposta de que falei no meu ofício n. 5; o governo não teve dúvida em dar-lhe, então, por já se haverem submetido os estados dissidentes e não recear a sua influência, deixando ao seu arbítrio seguir por onde quisesse e levar a escolta que julgasse necessária. Saiu, dirigindo-se pelo interior com destino a Tamaulipas para embarcar-se para Nova Orleans, mas, passando por Zacatecas, o Congresso daquele estado se opôs a que seguisse, alegando que não pode sair da república, nem é motivo para isso a requisição de meia dúzia de miseráveis pagos para representar contra ele: ofereceu-lhe uma fazenda do Estado para viver nela, e prometeu garanti-lo de qualquer tentativa. Esta notícia chegou ontem; dá cuidado ao governo, mas não se sabe que medidas tomará.

Desde 1824 existem fortes contestações entre esta república e a de Centro América sobre o estado de Chiapas. Tendo-se unido ao Império em 1822 aquela, então capitania general de Guatemala, tornou a separar-se quando ele caiu; mas, a intriga influiu para que a comarca de Chiapas se declarasse estado unido a México. Como sempre pertenceu à capitania general e se interna até o centro de Guatemala, o governo de Centro América não há cessado de reclamá-la. Para esse fim, tem

por vezes enviado aqui plenipotenciários, que nada têm podido obter: no princípio, se fez valer a antiga união àquele centro e o desgosto dos habitantes pelo estado forçado em que se achavam; depois, propuseram a mediação dos Estados Unidos para decidir a questão; e, mais tarde, a da Inglaterra e França, mas nenhuma foi admitida. Em seguida, pretenderam que se retirasse a força armada e se deixasse ao povo a liberdade de declarar a qual das duas repúblicas quer estar unida: e também não assentiram a esta proposta. As revoluções sobrevindas, a uma e outra, têm suspenso as reclamações; delas depende a conclusão de tratados de limites e de comércio: neste, interessa México; naquele, Guatemala. Quando as desordens do primeiro podem dar esperanças à segunda, esta insta pelo de limites; aquele, aproveita as ocasiões para insistir pelo de comércio. O estado de Chiapas, ainda que hoje pareça estar mais conformado com a união a México, não perderá a oportunidade para declarar-se Estado Federal de Centro América, se aqui se muda o sistema de governo.

Há poucos dias chegou a esta capital um comissionado do governo dos Estados Unidos com despachos para o seu ministro e encarregado de ajudá-lo em uma negociação especial. Este indivíduo, Mr. Garaschè, foi emigrado de S. Domingos, tornou-se cidadão norte-americano e, por seus conhecimentos e sutileza, tem sido empregado por aquele governo em comissões delicadas. Segundo tenho entendido, o objeto da sua vinda é a aquisição do território de Texas. Em 1829, quando o governo de Guerrero se achava exausto de meios para sustentar-se, o dos Estados Unidos aproveitou esta ocasião para propor um tratado de limites fixados no Rio Grande do Norte e oferecer dinheiro por indenização do território de Texas. Esta negociação, habilmente conduzida, se teria concluído com o venal ministro Zavala, se não fosse a oposição de Guerrero. Em iguais circunstâncias se acha hoje a república e há razões para supor que este emissário vem ao mesmo objeto. As visitas amiudadas que o encarregado de negócios faz ao presidente, em Tacubaia, aonde está; a sua linguagem franca sobre os inconvenientes do sistema federal para o povo mexicano, necessidade de centralizar a república e dar força ao governo; dizer, quando se trata da inanição do erário, que o governo tem meios ao seu alcance, sempre que queira usar deles: tudo induz a crer que o emissário veio incumbido desta negociação, cujas instruções não quiseram confiar ao correio.

Texas é um vasto território, que faz parte do estado de Coahuila, do qual está separado pelo Rio Grande do Norte; apenas terá 30.000

habitantes, quase todos norte-americanos, cujos usos, idioma e culto, os separa do resto dos mexicanos; a sua obediência a este governo é nominal e contribui para isso terem 5.000 caçadores, que em caso de necessidade serão excelentes soldados. O interior deste vasto país é feroz e sadio; a costa, ao contrário, é baixa, arenosa e sem mais vegetação que alguma erva rasteira e está sujeita ao vômito, febre amarela e outras enfermidades endêmicas do golfo mexicano; não tem portos de mar, nem oferecem barra suficiente os rios Grande, Sabina e outros que, no interior, podem ser navegáveis. Os índios bravos que até agora assolavam somente o estado de Sonora e Sinaloa, vão atacando já outros estados mais centrais; antes faziam incursões, roubavam e volviam aos seus bosques: hoje, matam quantos encontram nas fazendas e se estabelecem nelas. Os dois consulados, de França e Estados Unidos, que estavam juntos com as legações, acabam de ser separado[s] e entregue[s] a cônsules nomeados pelo respectivos governos.

Deus guarde a V. Exa.

México, 3 de outubro de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo Sr. Bento da Silva Lisboa



OFÍCIO • 23 NOV. 1834 • AHI 212/02/04

N. 8

Ilmo. e Exmo. Sr.,

O estado desta república continua ameaçando outra revolução, tão logo como se reúna o novo Congresso. Em meu ofício n. 5 caracterizei o general Santa-Anna, atual presidente; e, tanto naquele, como em outros, tenho dado a conhecer a V. Exa. que a última revolução foi promovida por ele com o fim de coroar-se, único termo da sua ambição, depois que se viu geralmente aclamado Pai da Pátria e comparado aos primeiros heróis da história, por obrigar os espanhóis a capitular em Tampico; também referi o seu estratagema de fazer perseguir, pela administração passada, os aristocratas ou escoceses para depois aparecer

como o seu protetor e ganhá-los; igualmente indiquei o resultado deste ardil, mostrando que aquele partido o detesta e insiste no antigo plano de chamar um príncipe que tenha prestígio e traga apoio. Enquanto durou a revolução e se fizeram as eleições, estiveram os escoceses calados; mas, logo que elas recaíram nos do seu partido, começaram a manifestar as suas intenções de pôr em prática aquele plano e a falar de vinganças contra o presidente. O governo, tendo antes lembrado aos povos a necessidade de autorizar os seus representantes para reformar a Constituição, apontando os males que tem causado à nação, por espaço de 10 anos, mudou depois de linguagem negando a legalidade dos poderes já concedidos aos deputados, por serem outorgados pelos colégios eleitorais e não pelos povos votantes: únicos, segundo seus argumentos, que podem por unanimidade alterar o artigo 171 da Constituição Federal, que diz assim:

Jamás se podrán reformar los artículos de esta Constitución [sic] y de la acta constitutiva que establecen la libertad e independencia de la nación mexicana, su religión, forma de gobierno, libertad de imprenta y división de los poderes supremos de la Federación y de los Estados.

Ocupando-se já a legislatura do estado de México de um projeto de lei que iniciava a mudança do sistema federal, foi ameaçado pelo governo geral, ordenando ao governador daquele estado que se opusesse, por todos os meios ao seu alcance, a semelhante ataque subversivo, feito ao mencionado artigo, e contasse com a cooperação do chefe supremo, que se acha disposto a repelir tão arrojadas tentativas, aonde quer que apareçam. Esta declaração foi circulada a todos os estados: ela desanimou o Partido Aristocrata, mas ainda assim apela para a reunião do Congresso.

O Partido Democrata tomou alento e, achando acesso junto do presidente, lhe exagera o perigo que corre; este, conhecendo que um – e outro – partido medita perdê-lo e que o democrata jamais apoiará as suas vistas, trata de lisonjeá-lo para assustar o escocês, de quem não ousa afastar-se. Todos estão na expectativa de conseguir os seus fins, logo que se reúnam as câmaras: o presidente, não podendo anular as eleições, tem tomado medidas para dissolver o Congresso, logo que seus membros não vão de acordo com ele; e, com antecipação, vai aumentando o exército e dispondo os povos a uma sublevação geral, em que aleguem não se haver cumprido o que pediram na última e o

aclamem diretamente. O seu nome se tem generalizado tanto, que bem pode dizer-se que o povo não conhece outro, nem tem rival entre os militares. O Partido Escocês, receando aquele resultado, prepara os ânimos para então haverem pronunciamentos pedindo uma convenção nacional. O Partido Democrata deseja esta, e já trabalha para ela, mas com diferentes vistas. O governo cada vez tem menos recursos e a miséria em que se acham os empregados pode ver-se, no lastimoso quadro feito pelo atual ministro da Fazenda, em o preâmbulo do decreto que manda suspender a admissão das ordens ou letras geradas – pelos seus antecessores – contra as alfândegas marítimas, por empréstimos recebidos para serem descontados em direitos. Todas as medidas financeiras do governo consistem em pedir, aos negociantes, dinheiro por um determinado tempo, com o interesse de dois a cinco por cento ao mês; adicionar este à soma recebida e dar ordens – ou letras – pelo total, para serem admitidas como dinheiro no pagamento de direitos. Enquanto está no ministério o mesmo ministro, são aquelas mais ou menos atendidas; mas, como este se conserva pouco – seja por não poder procurar-se outros recursos, ou diferentes cousas – o que vem suceder-lhe suspende a admissão daquelas ordens e exige dos negociantes outro empréstimo, propondo entrar nele como se fora dinheiro um tanto por cento dos antecedentes, tanto menor quanto for mais antigo. Desta forma os interessados se veem obrigados a emprestar para não perder o atrasado, entregando de 60 a 85 por cento em dinheiro e o resto em antigas letras para receber outras novas pelo total, únicas que hão de ser admitidas.

Não podendo o atual ministro obter dos negociantes quantidade alguma, foram estes convocados pelo presidente para tratar com ele em pessoa: concorreram poucos, sendo a maior parte estrangeiros; e, escusando-se ao seu pedido, foram insultados e ameaçados com contribuições forçadas e expulsão do país. Nestes vales, especulam os que têm fazendas nas alfândegas e contam despachá-las imediatamente; mas, como quase todo o comércio se faz contrabando, há poucas ocasiões de amortizar aqueles créditos e, por isso, se acumulam extraordinariamente. A renda pública diminui todos os dias e a despesa aumenta: aquela, não chega a quinze milhões de pesos; esta, excede a vinte. O numerário, quase o único objeto de exportação, é hoje tão raro que conserva na praça o exorbitante interesse de dois e meio a três por cento cada mês.

Os ministros de França, Inglaterra e Estados Unidos estão em

contestações com este governo por interesses pecuniários: o primeiro, reclama a entrega de quantidades pertencentes a franceses abintestados, cuja arrecadação não permitem aos cônsules, apoiando-se nas antigas leis coloniais, e são feitas pelas autoridades do país; todo o saber e perseverança do barão Deffaudis não tem obtido a derrogação daquelas leis, ou outra providência definitiva. O segundo, além de iguais reclamações, tem as do pagamento do empréstimo feito em Londres e de outros, exigidos por força, a súditos ingleses residentes nesta república. O terceiro pretende, entre outras indenizações, uma de setecentos mil pesos pela queima e completa ruína de um estabelecimento de barcos de vapor destinado à navegação do rio Guaracoalco por uma companhia norte-americana e que os povos destruíram.

Neste país, nenhuma venda ou compra se faz sem intervenção de corretores; o número destes é infinito e a maior parte são estrangeiros, sobretudo franceses e ingleses. Para excluí-los, recorreu o governador do Distrito Federal às antigas leis, ainda vigentes, que só aos nacionais permitem este exercício. Imediatamente se apresentaram ao governador os ministros estrangeiros, reclamando em favor dos seus compatriotas a execução de uma lei dada pelo Congresso em 1828, chamando os estrangeiros a gozar na república todos os direitos civis que desfrutam os cidadãos mexicanos; mas até hoje nada tem resolvido. O periódico oficial, que tenho a honra de remeter a V. Exa., publica as peças oficiais a que me refiro.

Por este pacote parte a nova legação para a Prússia e, desta vez, será recebida, por terem aqui ratificado, sem as emendas propostas, o tratado feito com aquela potência, [qu]e antes não queriam admitir sem elas.

Deus guarde a V. Exa.

México, 23 de novembro de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Bento da Silva Lisboa



OFÍCIO • 12 DEZ. 1834 • AHI 212/02/04

N. 9

Ilmo e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar a recepção dos dois despachos que V. Exa. se serviu dirigir-me: um, em 21 de maio (com o n. 1, 2^a via), em que me ordena a remessa de um exemplar da planta preconizada para o curativo do *Cholera morbus*; outro, de 11 de julho (circular n. 6) fazendo-me saber o sossego, incremento do comércio, renda e crédito público do Império; a confirmação, feita pelo júri, dos procedimentos do governo contra os conspiradores de dezembro do ano próximo passado; e o andamento do projeto de lei de reformas da Constituição, para que eu possa desvanecer quaisquer impressões desagradáveis causadas por informes menos exatos que ponham em dúvida a estabilidade do Império e adesão dos brasileiros ao augusto monarca seu patrício. Por tão lisonjeiro quadro, me congratulo com V. Exa. e serei pronto a executar quanto me determina.

A planta que a Sociedade de Medicina deseja conhecer está longe de ser a que aponta em seu pedido e de ter as virtudes que supõem. Existe uma, quase específica para curar as mordeduras dos répteis e outros animais venenosos, à qual a ignorância atribuiu, também, virtudes contra o *Cholera*, mas que a experiência desmentiu completamente. Há poucos anos foi descoberta, por casualidade, em Guatemala e encontrada, depois, em alguns pontos desta república, ainda que diferindo alguma cousa segundo o terreno. Estou persuadido [de] que o temos no Brasil e é uma das muitas enredadeiras conhecidas, vulgarmente, com o nome de cipó. Vendo eu quanto seria útil conhecê-la no Brasil, aonde as mordeduras daqueles animais são tão frequentes, encarreguei ao negociante Murphy, que deixei em Honduras e seguia para Guatemala, que me remetesse uma planta para enviá-la ao Rio de Janeiro; mas, não tendo resposta até 21 de setembro, repeti então a mesma súplica. Sem perder esperanças de obter aquela, remeterei na primeira ocasião por via dos Estados Unidos amostras do tronco, ramos, folhas e flores, que sejam suficientes para conhecer-se e ser procurada. Não existe dela descrição botânica, nem desenho; mas, quando a remeter, enviarei uma nota abreviada da classificação que lhe tem dado os melhores botânicos e das virtudes mais conhecidas.

Este país continua em fermentação de partidos, todos esperan-

dos na reunião do Congresso para alcançar, cada um, o que deseja. O presidente tem preenchido os corpos e concentrado tropas, em Jalapa e sua vizinhança, para – no caso de ser contrariado em seus planos, pelo Congresso – abandonar a capital e ir pôr-se à frente do exército e com ele fazer nova revolução, como sempre tem praticado, até que estejam pelo que ele quer. O estado de Chiapas, único que não obedecia ao governo supremo, acaba de submeter-se, forçado por uma divisão que ali foi enviada. Os índios bravos continuam a devastar os estados de Sonora, Durango, Chihuahua e Nuevo León. A falta de recursos pecuniários é cada vez maior. O novo ministro da Fazenda só durou 20 dias e não há quem queira aceitar aquele lugar.

Algum dinheiro que podem apurar é para as tropas e, nem assim, chega para os oficiais, que apenas recebem, à boa conta, a quinta parte do seu soldo: a nenhum empregado civil se paga. Todos falam de reformas e economias, e o governo e todos os que desejam centralizar a república, aproveitam estas queixas para insinuar que a miséria provém dos muitos gastos que traz consigo o sistema federal e pode evitar-se reduzindo os estados a administrações provinciais. O enviado que este governo tinha em França escreveu uma carta ao presidente, reprovando a sua conduta durante a última revolução e demitindo-se: foi logo substituído por um encarregado de negócios.

O *Cholera morbus*, que se havia manifestado novamente em vários pontos da república e dava receio, tornou a desaparecer e só no estado de Oaxaca continuava a fazer alguns estragos.

Deus guarde a V. Exa.

México, 12 de dezembro de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 24 DEZ. 1834 • AHI 212/02/04

N. 10

Ilmo e Exmo Sr.,

Tenho a honra de acusar a recepção dos seguintes despachos, que por essa Secretaria de Estado me foram dirigidos com diferentes datas e recebi juntos no dia 16 do corrente: 1.º, de 24 de dezembro de 1833, acusando recibo do meu ofício n. 1 datado em Lisboa a 4 de novembro e determinando que eu seguisse sem demora para o meu destino; 2.º, de 25 de fevereiro deste ano, fazendo-me saber que a Regência em nome de S. M. o Imperador, havendo aceitado a demissão do conselheiro Bento da Silva Lisboa, nomeara a V. Exa. para encarregar-se interinamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros; 3.º, de 28 do dito mês, acusando recepção dos meus ofícios n. 6 e 7, de Lisboa, e reiterando a ordem para eu seguir ao meu destino, já a esse tempo transmitida por segunda vez, e apontando a pena com que seria castigada a falta de pronta execução daquela ordem; 4.º, circular n. 2, da mesma data, referindo às ocorrências políticas do Império depois das narradas na circular n. 18 e indicando-me o correio oficial para nele ver os ofícios que contêm as providências tomadas pelo Governo Imperial, a fim de fazê-las conhecer confidencialmente a este governo e dar-lhe publicidade pela imprensa; 5.º, circular de 14 de maio, que anuncia haver a Assembleia Geral começado os seus trabalhos no dia 3 daquele mês e faz menção da remessa da Fala [*do Trono*], recitada nessa ocasião pela Regência em nome do senhor d. Pedro II e os relatórios lidos perante a Câmara dos senhores Deputados, prevenindo-me que dentro em pouco me serão enviados o regimento consular e um projeto de outro para ser observado nas legações interinamente; 6.º, a 1ª via do despacho n. 1, de 21 do mesmo mês, ordenando-me que remeta um exemplar da planta preconizada para o curativo do *Cholera morbus*; 7.º, uma carta de gabinete, em resposta a outra, enviada por este governo ao de S. M. Imperial, em 9 de fevereiro de 1833.

A ordem – que expressam os despachos 1.º e 3.º – há sido prevenida, como era do meu dever, tão logo como pude, e estou certo que V. Exa. me fará justiça sabendo, como participei e é constante, que segui para esta república ainda enfermo, vencendo obstáculos e multiplicando dispendiosas viagens para chegar mais depressa. Pelo 2.º, fico sabendo que devo dirigir a V. Exa. a minha correspondência e me

felicitos por ter que obedecer a tão digno chefe. O conteúdo da circular 4.º chegou ao meu conhecimento pelos periódicos de Inglaterra e deles me servi para emitir aquelas notícias da maneira que julguei mais conveniente; não podendo fazer uso do correio oficial, porque nenhum tem chegado a esta legação, a fala da Regência em nome do senhor d. Pedro II na ocasião da abertura da Assembleia Geral, a que se refere a circular 5.º, foi por mim extraída dos mesmos jornais e aqui publicada; enquanto aos relatórios e regimentos, ainda não os recebi; ao 6.º, que trata da planta preconizada para o curativo do *Cholera morbus*, já respondi a V. Exa. em 12 do corrente, participando que brevemente faria a necessária remessa; a carta de gabinete foi entregue por mim ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no mesmo dia que a recebi.

A demora desta correspondência me impulsiona a indicar a maneira que me parece melhor para, com mais prontidão e economia, regularizar as comunicações entre essa Secretaria de Estado e esta legação. No meu ofício n. 3, participei a V. Exa. que, para mais segurança e poupar despesas, havia pedido ao encarregado de negócios de Inglaterra que remetesse a minha correspondência, com a sua, à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, para ser dali mandada à nossa legação e me prometera que sim; nesse conceito, continuou a recebê-la, mas, ultimamente, me preveniu que não pode ter lugar por aquela via e tudo vai ao correio geral: disto mesmo me avisou, depois, o nosso ministro em Londres.

Logo que cheguei a esta capital, escrevi também ao encarregado de negócios nos Estados Unidos, pedindo-lhe que me indicasse o modo de remeter por ali a minha correspondência com segurança e economia; e, ultimamente, me apontou o que julga mais conveniente. Para evitar os gastos do correio de New York a Washington, que são avultados, escrevo agora ao mesmo encarregado para que me diga quem é o vice-cônsul brasileiro naquele porto, para dirigir a correspondência a ele diretamente, a fim de remetê-la, na primeira ocasião, sem necessidade de ir a Washington. Por via do mesmo vice-cônsul, poderão ser remetidos a esta legação os despachos, periódicos e quaisquer papéis que V. Exa. tiver a bem enviar a ela.

De New York a Veracruz vem, todos os meses, um navio mercante com o nome de Paquete; e ainda que não siga exata regularidade, é por ele que se faz a correspondência entre este e aquele país. Daqui em diante, mandarei a minha por esta via e só remeterei por Londres

as 2.^{as} vias em papel fino e de maneira que faça pouco vulto; e assim continuarei, enquanto V. Exa. não mandar o contrário.

Esta república se conserva no mesmo estado de oscilação política: os partidos estão reunindo matérias para que reverta a seu favor a explosão que todos esperam, logo que se reúna o Congresso. Para apreciar a exaltação do Partido Escocês, chamo a atenção de V. Exa., tanto ao decreto do governador de Puebla, que anula as leis dos congressos geral e particular do estado, como sobre as causas da demissão do bispo de Michoacán, ex-ministro da Justiça: o que tudo mostram os telégrafos que tenho a honra de remeter a V. Exa.

Deus guarde a V. Exa.

México, 24 de dezembro de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 24 DEZ. 1834 • AHI 212/02/04

N. 11

Ilmo. e Exmo Sr.,

Dando cumprimento ao despacho de V. Exa. de 21 de maio último, remeto por via dos Estados Unidos um caixão com a planta que a sociedade médica exige, e vai acompanhado da seguinte nota que tenho a honra de elevar ao conhecimento de V. Exa.

As amostras do lenho, folhas e flores, que remeto em uma caixa são da planta guaco, ultimamente preconizada contra o *Cholera morbus*. O guaco, ou huaco, era conhecido desde muito tempo em Colômbia, Guatemala e México, como específico para curar as mordeduras de serpentes e escorpiões. Esta descoberta teve origem em Colômbia, aonde se observou que quando o guaco, espécie de águia, combatia as serpentes e era mordido, ia comer as folhas daquela planta e tornava a buscar o seu contrário. No princípio, se julgou existir somente naquele terreno, mas depois se descobriu em Guatemala e, mais tarde, em México, no

estado de Tabasco, conservando sempre o nome do pássaro que a deu a conhecer. Um médico francês, ao serviço mexicano, lembrou-se de empregá-la em Veracruz no tratamento do vômito preto e obteve algumas vantagens; e, tendo notícia dos estragos que em França fazia o cholera morbus, lhe ocorreu mandar ali uma porção de guaco para ser aplicado àquela enfermidade. Os ensaios feitos em Paris e Bordeaux, deram resultados equívocos, como mostra o folheto que vai junto escrito por um dos seus panegiristas. Depois, quando o mesmo flagelo invadiu esta república, o dito médico e todos os mais a seu exemplo, fizeram uso do guaco, mas à exceção daquele, que insiste em ter observado alguns casos de bons efeitos, todos os outros lhe negam virtudes contra o *Cholera* e muitos asseveram que a aplicação fora prejudicial. Os horrorosos estragos da epidemia aumentaram a credulidade do povo a respeito da elogiada planta e, apressurando-se todos a comprá-la, digo, usá-la de prevenção em chá e cozimento, bem depressa encareceu e acabou a que havia nas boticas. Mas, não faltaram especuladores a abastecer as povoações com diversas espécies de *Aristolochia*, que vendiam por guaco. Aquela falta, e este abuso, motivou uma ordem do governo ao diretor do Jardim Botânico para caracterizar a verdadeira planta e desenganar o público. Da sua resposta, tanto em termos científicos para conhecê-la, como em linguagem vulgar para acautelar o povo, remeto cópia extraída da respectiva secretaria: esta é uma memória publicada no jornal *Trimestre*, digo, *Registro do Trimestre*, que vai junto, e quanto a tal respeito se tem escrito aqui. Esta liana é tratada com o nome de Vejuco do Guaco por M. Bonpland no tom. II, p. 84, tab. 105 das Plantas Equinociais; e, também, por Kunth no 4.º tomo de *Nov. Gen. de Plant. Equin.* p. 107; e Curtio Springle, na sua obra impressa em Gotinguen, em 1826, a p. 422. Pertence à família das *Synanthereas* corimbíferas de Jussien, e à *Syngenesiae* poligamia, igual de liana, e é geralmente conhecida com o nome específico de *Mikania guaco*. O seu tamanho é irregular, sobe enredando-se nos vegetais imediatos, produz folhas do comprimento de 3 a 4 polegadas, de figura oval e muito agudas na ponta, nervosas e reticulares, com dentes na margem; as flores se apresentam em corimbos axilares, em número de 4 em cada cálix, que também consta de 4 folhetas escamosas, obtusas e nervosas; as sementes são montadas de uma coroa composta de pelos que sobressaem muito o cálix. Tudo isto se poderá ver nas amostras que vão bem acondicionadas para melhor exame. As virtudes do guaco são exageradas por alguns partidistas como aplicável a muitas enfermidades, como febres nervosas, espasmos, gota, reumatismo etc.;

mas, em que todos são conformes, é na sua eficácia para curar as picadas dos animais peçonhentos: há quem assevere que o prolongado uso do cozimento e a inoculação da tintura alcoólica preservam da ação do veneno.

Para provar a influência do guaco sobre as serpentes, se tem feito a experiência de aproximar a elas uma porção de *Aristolochia*, cujos lenhos se confundem, e não sentirem emoção; e, apresentando-lhes depois o verdadeiro guaco, ficarem convulsas e atordoadas. Esta preciosa planta deve existir nos nossos bosques; e, quando não aproveite no tratamento do *Cholera morbus*, para que foi pedida, deve dar-se por bem empregado qualquer trabalho para descobri-la e fazer conhecer a sua prodigiosa virtude contra as cobras, cujas picadas são tão frequentes e funestas no Brasil. Não há aqui desenho da planta, por isso não o mando; e só me consta que vem na *Flore Pittoresque et Médicale des Antilles*, de que não pude encontrar um exemplar.

É quanto posso remeter e informar para satisfazer os desejos da Sociedade Médica e cumprir com as ordens que a tal respeito me foram transmitidas.

Deus guarde a V. Exa.

México, 24 de dezembro de 1834.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza Oliveira Coutinho



1835

OFÍCIO • 12 JAN. 1835 • AHI 212/02/04

N. 1

Ilmo. e Exmo. Sr.,

No dia 4 do corrente mês se instalou o novo Congresso e, nesse ato, leu o Presidente da República o discurso que mostra o telégrafo n. 6, a que o Presidente do Congresso respondeu verbalmente, elogiando o procedimento daquele magistrado.

O telégrafo n. 9 publica a iniciativa da lei de anistia e total esquecimento dos crimes políticos, desde o princípio da independência, à exceção dos espanhóis que, por opostos a ela, foram expulsos até 1824, lei proposta pelo governo federal, conforme a recomendação do presidente em seu discurso. O telégrafo n. 122 refere à resposta dada ao governo federal pelo governador de Puebla, recusando revocar o decreto em que anulou as leis do Congresso Geral e da legislatura particular do estado. Logo que o governo recebeu esta contestação, expediu ordem ao comandante militar para prender aquele governador e remetê-lo aqui, a fim de ser julgado segundo as leis que regulam em tais casos; o que, sendo sabido pelos deputados e senadores daquele estado, que se achavam aqui para o Congresso Geral, foram falar ao presidente e rogar que se suspendesse os efeitos daquela ordem, enquanto eles passavam a aconselhar ao governador que cumprisse a primeira ordem para evitar um escândalo. Assim praticaram, e o governador revogou o bando e dirigiu ao governo federal a participação que mostra o telégrafo n. 4.

Sabendo o Congresso que o presidente pensa em pedir uma licença para retirar-se a sua fazenda de Manga de Clavo, entre Jalapa e Veracruz, a pretexto de tratar da sua saúde, mas em realidade para estar entre a tropa ali estacionada e observar a marcha que seguem os negócios para oportunamente obrar com o exército, mandou cada câmara uma comissão privada a persuadi-lo das boas intenções do Congresso para ir de acordo com ele, para que não se mova daqui a fim de evitar-se eleger um vice-presidente existindo outro, ou ter que entregar o governo em mãos deste, a quem se atribuem os motivos da ultima revolução.

Não obstante os mútuos prometimentos de boa harmonia e recíprocos sacrifícios, não falta quem duvide da continuação desse propósito. O partido vencido intriga quanto pode para introduzir a cizânia:

paga uma infinidade de periódicos que apareceram agora e se ocupam em desacreditar o governo, e em provar que o Congresso é ilegal.

À exceção do ministro de Relações Exteriores, todos os mais foram mudados e se diz que, este mesmo, não continuará por muito tempo e irá em missão à Europa.

O ministro que tinham em Londres escreveu, como o de Paris, uma carta ao presidente, estranhando a sua conduta na última revolução e foi, também, demitido.

Tendo o Congresso que acabou, declarado bens nacionais os pertencentes ao conquistador Hernán Cortés e seus herdeiros, foi privado deles o atual possuidor duque de Monteleón, súdito do rei das Duas Sicílias. Não sendo atendidas as reclamações ordinárias feitas pelo seu procurador aqui, rogou aquele ao seu soberano que se empenhasse com os reis da França e da Inglaterra a fim de empregarem a sua influência com o governo desta república para a entrega da imensa propriedade que lhe foi tirada. O rei de Inglaterra não quis tomar parte e o de França encarregou ao seu ministro aqui que falasse desta reclamação como um negócio de família, fazendo ver a justiça que assiste ao interessado. Os passos que o ministro deu nada aproveitaram, porque então existia o mesmo Congresso que deu a lei da desapropriação e o governo que a sancionou. Sabendo isto, o rei de Nápoles julgou marchar melhor dirigindo-se ao governo dos Estados Unidos para intervir na reclamação e ordenou ao seu cônsul-geral naquela república que passasse a esta, como particular, para – de acordo com o ministro dos Estados Unidos – diligenciar a entrega dos ditos bens.

Entretanto que isto se passava, sobreveio a revolução que suspendeu o efeito das leis dadas por aquele Congresso e o governo mandou entregar ao antigo procurador do duque de Monteleón, sob certas condições, todas as propriedades até a decisão do futuro Congresso.

Tudo se achava já neste estado quando chegou ao cônsul-geral do rei de Nápoles e, não sendo mais necessária a intervenção dos Estados Unidos, nem a agência a que vinha o cônsul, agradeceu este ao presidente, em nome do seu soberano, o ato de justiça que praticou em favor do duque de Monteleón e, depois de obter o prometimento de que tudo será confirmado pelo Congresso, volta nesta ocasião para Washington. Os bens de Monteleón valem muitos milhões de pesos.

Deus guarde a V. Exa.

México, 12 de janeiro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 01 FEV. 1835 • AHI 212/02/04

N. 2

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Não obstante os promettimentos feitos pelo presidente aos indivíduos que, em qualidade de comissionados privados, lhe mandaram as câmaras para persuadi-lo a não pedir licença para retirar-se a sua fazenda, insistiu no seu intento e o pôs em prática logo que teve tudo preparado. Enquanto que, por sua influência, tratavam as câmaras de se devia, ou não, declarar-se nacional o pronunciamento que deu princípio à revolução passada, na qual os povos desconhecera a autoridade do vice-presidente, por contrária a seus interesses, mandou chamar o comandante militar de Jalisco, d. Miguel Barragán, homem de toda a sua confiança; acabou de renovar o ministério substituindo Lombardo com um rico proprietário da antiga nobreza, d. José Maria Gutiérrez Estrada; fez marchar para Puebla e Jalapa o resto da tropa que se achava aqui; e deu ordens à alfândega de Veracruz para reter ali 15 por cento de todos os direitos de introdução, para pagamento do exército naquele estado de Veracruz. Logo que as câmaras reconheceram como nacional o pronunciamento dos povos e declararam que o Vice-Presidente da República (Gomes Farias) estava excluído daquele posto pelo voto geral da nação, o presidente Santa-Anna dirigiu às câmaras a sua renúncia da presidência, ou, pelo menos, uma licença para retirar-se a tratar da sua saúde (telégrafo n. 24).

Tudo estava preparado de maneira que, não obstante os fortes argumentos de poucos, prevaleceram os votos de muitos membros do Congresso para a eleição de um presidente provisório e a concessão da licença pedida. Procedendo-se a eleição, foi nomeado o dito d. Miguel Barragán (telégrafo n. 28). Esta decisão teve lugar no dia 27 de janeiro próximo passado e tomou posse no dia seguinte: nessa mesma noite saiu desta capital para Jalapa o general Santa-Anna.

Os partidários do vice-presidente Gomes Farias, que foi excluído; os descontentes da revolução; e os inimigos de qualquer governo, gritam contra tudo quanto acaba de fazer-se e anunciam a sublevação de alguns estados do norte. Os seus contrários, parecem descansar sobre a atividade do general Santa-Anna e os nove mil homens que ele tem postados desde Puebla até Veracruz, chave da república.

Este general Barragán é o mesmo que, em 1832, sendo governador de Jalisco, propôs aos outros estados uma reunião de generais, grandes proprietários e dignidades eclesiásticas, para cada uma destas três classes eleger dentre si quatro indivíduos e os doze decidirem a forma de governo que mais convém à nação, para essa decisão ser depois seguida e sustentada pelas três classes: o que não se realizou, então, em consequência da vitória sobre Bustamante e os tratados feitos em Zavaleta.

Acaba de publicar-se uma representação feita por vários mexicanos ao Congresso contra a permissão concedida aos estrangeiros para exercerem o comércio de retalho, ou por miúdo, e os ofícios mecânicos; e pedindo que sejam só admitidos nos postos da costa. Os ministros estrangeiros, ainda que estão [*sic*] persuadidos de que não há de ter efeito semelhante pretensão, não estão tranquilos sobre as consequências da rivalidade que vão produzir, entre a população e os estrangeiros em geral, publicações desta classe.

Deus guarde a V. Exa.

México, 1 de fevereiro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza Coutinho



OFÍCIO • 14 FEV. 1835 • AHI 212/02/04

N. 3

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Por via dos Estados Unidos tive a honra de dirigir a V. Exa. dois ofícios n. 1 e 2, de 12 de janeiro e 1 de fevereiro, acompanhados de

gazetas, nos quais participei as ocorrências desta república até aquela data. Não ajunto aqui as 2.^{as} vias para não aumentar os gastos do correio e as remeterei na primeira ocasião pelos Estados Unidos, assim como também cópias de algumas notas dirigidas a esta legação. Entretanto, aproveitarei esta via segura, posto que demorada, para referir em resumo o conteúdo daqueles e destas.

No meu ofício n. 1, participei a abertura do Congresso Geral no dia 4 de janeiro; a iniciativa do governo para uma anistia de todos os crimes políticos, sem restrições, desde o princípio da independência; as instâncias do Congresso para que o Presidente da República (general Santa-Anna) não insistisse em retirar-se do governo; a submissão do governador do estado de Puebla às ordens do governo geral, a quem antes recusara obedecer às suas ordens [*sic*]; a exaltação dos partidos e o empenho de uma infinidade de periódicos em provar que o atual Congresso é ilegal; e a marcha da ruidosa reclamação do duque de Monteleón para a entrega dos bens que lhe foram tirados por haverem pertencido ao conquistador Cortés.

No ofício n. 2, comuniquei que o Congresso desconhecia a autoridade do Vice-Presidente da República (Gomes Farias) e o declarou inábil para governar; que o presidente (Santa-Anna) renunciou à presidência, renúncia que não lhe foi aceita, e teve uma licença ilimitada para tratar da sua saúde, sendo substituído por um presidente provisório eleito pelo Congresso e cujos votos reconheceram no general Barragán; que o presidente, antes de retirar-se do governo, mandou marchar toda a tropa para o estado de Veracruz, aonde ele vai residir, e destinou para pagamento dela 15 por cento de todos os direitos recebidos naquela alfândega; e acabou de mudar o ministério, deixando nele homens de toda a sua confiança, como é o mesmo presidente interino; e, finalmente, que se havia publicado uma representação dirigida ao Congresso, na qual se exige que sejam expulsos do país os estrangeiros que exercem o comércio em retalho e ofícios mecânicos.

As notas recebidas nesta legação têm por objeto participar a instalação do Congresso, a mudança de ministério, a licença concedida ao presidente Santa-Anna, a eleição e posse do presidente interino, a terminação da sublevação que teve lugar, ultimamente, no sul da república para expulsar dela todos os estrangeiros.

De toda a América antes espanhola, era México a parte menos visitada de estrangeiros, por não lhe[*s*] ser permitida a entrada; e contra eles se indispunha o povo, fazendo-lhe acreditar que todos eram

hereges e pretendiam acabar com a religião católica romana. Esta prevenção existe, ainda, entre a maior parte da população e é entretida por classes nisso interessadas.

O concurso de estrangeiros de todos os estados e profissões, apoiados nos tratados com a França, Inglaterra, Estados Unidos etc., puseram em mãos deles todo o comércio, ofícios mecânicos e a exploração das minas, ficando os mexicanos reduzidos quase unicamente ao trabalho braçal; e, posto que a república tenha adquirido mais ilustração e vantagens, isto não contenta os que se julgam com direito a exercer aquelas ocupações e a possuir o que ganham os estrangeiros. Daqui nasce a geral indisposição contra estes e as indicações, que todos os anos se fazem nas câmaras, para expulsá-los da república. Desta vez, havia plano para se dirigir a elas a representação de que falei e, ao mesmo tempo, sublevar os povos em alguns pontos da república, destruir-lhe[s] os seus estabelecimentos e correr com eles. O primeiro grito foi dado em uma pequena vila junto de Acapulco, por um oficial com alguma tropa e povo, arrasando aos ingleses um estabelecimento de descaroçar algodão e maltratando os proprietários. O governo se apressurou a dar providências para sufocar o pronunciamento e ordenou aos governadores dos estados que prevenissem a imitação daquele exemplo.

Também dirigiu aos ministros estrangeiros uma circular para tranquiliza-los dos bem fundados receios do resultado daqueles acontecimentos e da exaltação do povo da capital, concitado pelos jornalistas mal intencionados, em contra dos quais apresentou o periódico oficial alguns artigos magistralmente escritos, provando as vantagens provenientes da administração de estrangeiros.

Não obstante haverem sido descobertas algumas conspirações de pouca importância, pode dizer-se que a república está hoje tranquila; porém, não há tempo para saber-se como os estados tomaram a declaração feita pelo Congresso contra o vice-presidente Gomes Farias, que se acha no de Zacatecas, aonde tem grande partido. Os índios que assolavam os estados de Durango, Chihuahua e Sonora pediram a paz e desta se cuida atualmente.

A lei de anistia tem sido discutida com bastante oposição e ainda não foi aprovada.

Por via dos Estados Unidos, vem a este mercado algum cacau do Pará e é respeitado como de primeira qualidade; também trazem alguns artigos de especiarias e tintas, mas são de pouca monta.

Deus guarde a V. Exa.

México, 14 de fevereiro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 28 FEV. 1835 • AHI 212/02/04

N. 4

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar a recepção dos despachos de V. Exa. sob n. 1, e circular n. 8, ambos datados de 6 de outubro último, incluindo o segundo uma carta da Regência em nome do Imperador para o presidente desta república. Para entregá-la, pedi imediatamente uma audiência (cópia n. 1) e, sendo-me designado o dia e hora (cópia n. 2), me apresentei de etiqueta e a pus em mãos do presidente interino, pronunciando um breve discurso análogo ao objeto dela e que pudera ser-lhe agradável pessoalmente, a que retribuiu com lisonjeiras expressões.

Como aqui se havia falado confusamente de novas questões políticas entre Montevideu e o Brasil, chegando mesmo a dizer-se que as tropas daquele Estado tinham invadido o Império, julguei conveniente dar a este governo conhecimento exato do que tem acontecido; e, para mais certeza, o fiz por meio de uma nota (cópia n. 3), principiando por lhe anunciar a recomendação do Governo Imperial ao seu ministro em Londres para o reconhecimento destes Estados pela Espanha. Também se havia falado de associações contra o governo e sistema que nos rege e, para desvanecer a impressão que possa haver causado esta notícia, tratei delas para apresentá-las como insignificantes.

O estado político da república não promete a tranquilidade de que o governo parece estar persuadido, talvez fiado na força que tem a sua disposição. Os periódicos, que junto remeto a V. Exa., poderão apoiar esta minha asserção. O Congresso nada tem feito, nem fará, segundo a marcha que leva, a qual vai causando geral desgosto.

A lei de anistia ainda está em discussão e o governo, vendo tan-

ta demora, antecipou-se a ordenar aos governadores dos estados que deem indultos (*Diário* n. 11).

O comandante militar do estado de Chiapas, perseguindo – ou apoiando o povo para perseguir – as autoridades civis, nomeou ele mesmo para governador do Estado a um seu subalterno: o governo federal repreendeu semelhante conduta (*Diário* n. 10), mas já depois de muitas arbitrariedades e comoções em todo o estado. Constou, ultimamente, que esse comandante militar fora assassinado e que reina ali a maior anarquia: entretanto, nada oficial apareceu a tal respeito.

A indisposição contra estrangeiros, em vez de aplacar, tem-se generalizado: a mensagem do governo às câmaras (*Diário* n. 15); a circular do bispo de Puebla (*Diário* n. 16); as iniciativas feitas por algumas legislaturas dos estados para que se declare os privilégios que deverão gozar os estrangeiros no México; as súplicas de algumas corporações e de indivíduos, para serem aqueles excluídos; as indicações apresentadas nas câmaras de união e tratados em sessões secretas, tudo agoura que esta questão dará pretexto para uma nova revolução. Os projetos de lei para restringir a liberdade de imprensa têm desagradado a poucos e não duvido que ela passe, visto o muito que se tem abusado dela (*Diário* n. 16).

Foi reinstalada pelo governo (*Diário* n. 6) a Sociedade de Geografia e Estatística, criada por d. Lucas Alamán, em 1832; mas continuará nominal, como então, porque seus membros não se reúnem, nem tomam nela interesse necessário.

No dia 6 de janeiro houve aqui um violento terremoto; nesta capital e a distância de 20 léguas, durou ele perto de dois minutos e só repetiu uma vez, porém mais longe, e particularmente em Acapulco, cuja direção seguiu, aumentando de intensidade, foi mais forte e repetiu muitas vezes, no mesmo dia, causando grande ruína (*Diário* n. 17) e tem continuado depois. No estado de Oaxaca apareceu um novo vulcão, vomitando lava e se crê que ele produziu estes tremores.

Devo explicar a V Exa. a razão por que o ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou em uma nota (cópia n. 4) a restituição do antigo oficial maior ao seu emprego. Quando este indivíduo exercia aquele lugar, a secretaria estava no costume de se entender com os agentes diplomáticos aqui residentes, por via de comunicações muitas vezes somente firmadas por este oficial maior: o ministro de França (barão Deffaudis) foi o primeiro que impugnou tal costume, logo que chegou aqui. E havendo, por esse tempo, mudança de ministério e a substituição daquele empregado, cessou semelhante costume. O anúncio da

restituição nos pareceu ser feito com intenção de continuar a antiga prática; mas, na resposta que dei, de acordo com os meus colegas, me desentendi, dando contudo a conhecer indiretamente, como V. Exa. verá da cópia da nota, que estávamos dispostos a não admitir comunicações oficiais que não emanarem do ministro, fosse efetivo, ou *per interim*. Hoje estamos persuadidos de que o governo reconhece que essa prática era um abuso e que nós temos razão.

Deus guarde a V. Exa.

México, 28 de fevereiro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

P. S. – Ilmo. e Exmo. Sr.,
depois de fechado este ofício, chegou de Veracruz um correio ao governo, com a notícia de se ter sublevado a guarnição do Castelo de S. Juan de Ulúa, dirigida pelos sargentos, prendendo os oficiais, e pronunciando-se pelo centralismo com um ditador; que, em seguida, tinham desembarcado na cidade de Veracruz, tomando-a, juntamente com os dois fortes que a defendem; mas que, acudindo o comandante geral com um regimento a cujo quartel não haviam chegado os sublevados, obrigara estes a voltar para o Castelo, aonde continuavam a proclamar o seu pronunciamento e a sustentá-lo.

O ministro da Guerra acaba de enviar às câmaras esta comunicação, dizendo que este pronunciamento não irá adiante, apesar de ter ramificações, porque o general Santa-Anna não há de consenti-lo. Entretanto, todas as probabilidades estão pela continuação desses pronunciamentos e somente se nota que o movimento foi prematuro.

Deus guarde a V. Exa.

México, 1 de março de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro



OFÍCIO • 26 MAR. 1835 • AHI 212/02/04

N. 5

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Depois do meu último ofício, datado de 28 de fevereiro, que tive a honra de dirigir a V. Exa. por via dos Estados Unidos, recebi o despacho n. 2, de 12 e 15 de novembro; a 2ª via do de 6 de outubro, sob n. 1; a circular n. 7, de 13 de agosto, incluindo o Correio Oficial, que publica a Lei de Reformas Constitucionais; e uma cópia dos apontamentos relativos às colônias de Nova Friburgo e S. Leopoldo; e, também, um exemplar do Regimento das Legações Imperiais, que de Bruxelas me foi remetido pelo comendador José Marques Lisboa.

Assim como havia eu dado conhecimento a este governo das ocorrências sobrevindas na província do Rio Grande de S. Pedro, também agora lhe fiz saber verbalmente que se aplanaram aquelas dificuldades e pus em dúvida que, depois, se haja roto o convênio por parte de Fructuoso Rivera, como publica um jornal norte-americano, referindo-se a notícias dessa corte até 20 de dezembro.

A guarnição do Castelo de S. Juan de Ulúa, sublevada e dirigida por sargentos, submeteu-se, no fim de 12 dias, por desinteligência entre si e não ser o seu exemplo seguido em outros pontos, como esperavam.

Segundo uns, foi prematuro este pronunciamento e devia ser feito quando o general Arista tivesse seduzido a tropa que se acha em Jalapa, para fazer o mesmo; outros estão persuadidos de que o general Santa-Anna promoveu aquela sublevação para conhecer a opinião pública e observar quais são os estados mais dispostos a contrariá-la. Este pronunciamento pelo centralismo, com o general Santa-Anna por ditador, é o mesmo que aquele general Arista proclamou em 1833. Conhecendo-se a importância da fortaleza de S. Juan de Ulúa sobre os destinos desta república, e julgando que Santa-Anna estava de acordo, e que não tardaria a pronunciar-se toda a tropa estacionada no estado de Veracruz, muita gente, antes indiferente, mostrou agora desejos de que se levasse a efeito este plano.

A legislatura do estado de Zacatecas, sabendo que o Congresso Geral – abraçando a iniciativa das legislaturas de vários estados, tratava de abolir a milícia cívica – resolveu, em sessão secreta, resistir à lei e obrigar os estados seus vizinhos a fazer o mesmo, preparando-se enquanto ela não se publica, a fazer-lhe as observações que a Consti-

tuição permite. Constando ao governo esta resolução e, sabendo que estão ali exercitando a milícia cívica como tropa de linha e fazendo outros preparativos de guerra, deu parte ao Congresso Geral em sessão secreta e este concordou em que não se publicasse a lei enquanto não estivesse uma força na fronteira daquele estado para rebater a premeditada oposição, obrigando[-a] a obedecer e desarmar os cívicos. Dentro de poucos dias devem chegar ali as tropas e vai partir daqui o general Cortázar, destinado a comandá-las: este homem é ativo, inteligente e contrário à instituição da milícia cívica. O estado de Zacatecas tem duzentos mil habitantes, compreendendo muitos estrangeiros, a cuja influência se atribui a resolução de resistir: é, de todos os que compõem a república, aquele que atualmente tem mais recursos. Possui a mina de Fresnillo, trabalhada por conta do governo do estado, que desde 1833 produz de 80 a 100 mil pesos cada semana, livres de despesas.

No estado de Chiapas, continua a guerra civil. Foi falsa a notícia de haverem assassinado o comandante militar que ali tem o governo federal, mas correu grande risco em um atrevido assalto, que um dos chefes revoltosos deu à capital, à frente de 400 homens.

As câmaras discutem presentemente um projeto de lei sobre curatos e benefícios eclesiásticos: esta questão é da maior transcendência e foi a causa principal da última revolução. Logo que este país se fez independente, os bispos e cabidos em sede vacante, arrogaram a si a prerrogativa do patronato, que antes exerciam os reis da Espanha, dizendo que ela havia caducado e devolvido à Igreja, enquanto não fossem celebradas com a Santa Sé novas concordatas. O Congresso, que em 1824 fez a Constituição, conhecendo a influência do clero sobre este povo verdadeiramente fanático e temendo então chocar com ele, contentou-se com declarar, entre as atribuições do Congresso Geral, a de regular com a Sé Apostólica o exercício do patronato em toda a federação. Havendo falta de bispos, mandou o governo a Roma um clérigo, com o caráter de enviado extraordinário, para apresentar ao Papa a nomeação de vários prelados, em cujo número entrava o mesmo enviado. Este nunca foi admitido em seu caráter público e, só depois de muitos obstáculos, pôde obter para si e para outros nomeados, a confirmação de bispos; porém, não como tendo sido apresentados pelo governo desta república e, sim, como aprovação de Sua Santidade sobre proposta que lhe foi feita pelo Sacro Colégio, conhecedor da orfandade em que se achava a Igreja mexicana e precedendo informações dos varões que são dignos de ocupá-la. Este governo deu posse a essas

bulas para acalmar a inquietação em que então estavam os povos, pela total falta de bispos. Estando também vacantes todas as dignidades e prebendas das catedrais, cuja nomeação não podia ser feita pelos bispos, como a dos curas, convencionara aquelas com a administração do general Bustamante em 1832, que o governo nomearia cônegos e beneficiados para todas as vagas que houvessem, sujeitando-se eles, bispos, a apresentar, em listas tríplexes, as propostas para curas; a fim do presidente eleger um dos três. A este convênio privado, seguiu-se uma lei do Congresso, redatada [sic] neste mesmo sentido, para ser observada enquanto não for regulado com a Santa Sé o exercício do patronato e o governo preencher todas as vagas. O Congresso de 1833 a 1834 derogou aquela lei; anulou a nomeação de cônegos, extinguiu estes e outros benefícios, declarou que o patronato residia na nação e que não havia caducado com a separação da Espanha; e que fossem desterrados da república os bispos e mais autoridades eclesiásticas que não obedecessem à lei. Nenhum quis obedecê-la e saíram desterrados, ou se ocultaram, ficando as igrejas desertas, do que resultou a revolução. Tendo o presente Congresso anulado aquela lei, discute atualmente o projeto de outra, que faz reviver a de 1832. Como todos os bispos e cônegos voltaram às suas dioceses por efeito da revolução e, hoje, não há necessidade de fazer o governo nomeações, alguns bispos, e outras autoridades eclesiásticas, não querem presentemente estar por aquela lei e têm escrito pastorais, mostrando que a Igreja está fora da potestade laical, nem eles podem submeter-se a ela sem preceder determinação do Sumo Pontífice, como cabeça da Igreja. Quando começou a discussão na Câmara dos Deputados, um deles exigiu que se declarasse naquela lei, que ela não prejudicaria os direitos da nação ao exercício do patronato. Posta a votos esta indicação, foi rejeitada por 66 votos contra 2.

Nenhum partido está contente: o clero julga que perde; os liberais estão persuadidos de que a soberania nacional sofre minguagem. Os periódicos ocupam-se da questão, uns em pró, outros em contra, mas os povos estão a favor do clero e, se não houver prudência, será fácil promover-se outra revolução, como a passada.

O Congresso acaba de dar uma lei para amortização da dívida pública, contraída desde 1832, por via de vales de quatro classes, segundo a qualidade da dívida, admissíveis em pagamentos nas estações públicas, na[s] proporções de 30, 18, 12 e 6 por cento das somas a

pagar. Até aqui, havia um déficit de 40 por cento nestes vales e agora é calculado em 60%.

O Congresso também anulou a lei que concedia aos empregados diplomáticos vencimento de ordenado, desde que saíam da república até voltar a ela; e decretou outra, em que lhe[s] manda dar um ano adiantado como ajuda de custo e que principiem a vencer desde o dia da saída até aquele em que acabar a missão; e se lhe[s] abone meio ano para regressar. Esta reforma foi pedida pelo governo para evitar o abuso de alguns diplomatas que, tendo acabado as suas missões, voltavam à república quando queriam.

Recebendo este governo uma participação do seu ministro em Paris, anunciando-lhe que o embaixador de Espanha naquela corte lhe fizera saber que o seu governo está disposto a ouvir e tratar com os representantes dos novos Estados americanos; e sendo-lhe, ao mesmo tempo, dirigida pelo encarregado de negócios dos Estados Unidos nesta capital, uma nota participando a resposta que, ao seu ministro em Espanha, dera o gabinete de Madri relativamente às instâncias que fazia pelo mesmo reconhecimento, asseverando as boas disposições do governo da rainha, propôs o Congresso mandar quanto antes um plenipotenciário a Madri. E, autorizado o governo para isso, expediu logo instruções ao seu ministro em Londres para passar à Espanha.

É escandalosa a intriga estrangeira que, por via de periódicos e diretamente junto do governo e do Congresso, procura suscitar obstáculos que retardem o reconhecimento da independência pela Espanha. Estão persuadidos de que se chega a efetuar-se, tornará o país a ser inundado de espanhóis, com quem não podem competir e perderão os ganhos que hoje desfrutam.

Deus guarde a V. Exa.

México, 26 de março de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 31 MAR. 1835 • AHI 212/02/04

N. 6

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de remeter a V. Exa. a 2ª via do meu último ofício, que mandei por Inglaterra, e a 2ª via do n. 2 do ano próximo passado, que devo supor haver-se extraviado, por que V. Exa., acusando a recepção de outros, não mencionou aquele.

Ontem, recebeu este governo participações do general Alvarez, avisando que em Texca (povoação na costa de Acapulco) tinha havido pronunciamento contra o general Santa-Anna e seu governo, dando por nulo tudo quanto se tem feito desde maio do ano próximo passado e exigindo a reposição do vice-presidente Gomes Farias, a do Congresso Geral, a das legislaturas dos estados, seus governadores e mais funcionários, que foram destituídos pela última revolução. Junto incluo a V. Exa. um exemplar daquela comunicação e plano dos pronunciados. Este general Alvarez é o mesmo de quem falei a V. Exa. em meu ofício n. 7, de 3 de outubro de 1834, como turbulento e de grande influência no departamento do sul e, sobretudo, entre os terríveis índios pintos, acostumados à guerra desde 1810. Parece certo que o governador do estado de Zacatecas ganhou, com dinheiro, a este chefe para chamar a atenção do governo geral para aquele lado, obrigando-o a dividir as forças para se poder resistir-lhe.

Quem conhece a marcha que neste país têm seguido sempre as sucessivas reações, prognostica como infalível um novo transtorno. Os corifeus do partido caído não pouparam esforços para mover pronunciamentos em diversos pontos, para mostrar que o voto nacional tem estado coacto. Esta palavra pronunciamento é aqui tomada como expressão de vontade conforme ao direito de petição e é por isso que semelhantes pronunciamentos não são julgados como sedição e se repetem a miúdo. Para remediar este abuso, foi iniciada agora na Câmara dos Deputados uma lei, que marca o direito de petição e classifica como sediciosos todos os pronunciamentos.

O presidente Santa-Anna, sabendo que as hostilidades com o estado de Zacatecas são inevitáveis, recomendou ao governo atividade com os preparativos e ofereceu-se para ir, ele mesmo, comandar e, se não está já em caminho para esta capital, virá prontamente, logo que receber a notícia do pronunciamento no sul.

A discussão sobre o patronato acabou passando uma lei que faz reviver a de 1832, que marcou aos bispos a faculdade de apresentar os curas em listas trípticas e, ao governo, a nomeação das dignidades e beneficiados dos cabildos eclesiásticos enquanto não forem celebradas concordatas com a Sé de Roma.

Está hoje em discussão no Senado, o projeto de lei que lhe passou a Câmara dos Deputados, declarando que o atual Congresso está autorizado pelos povos para reformar a Constituição. Os melhores oradores pretendem que, não obstante ter a maioria dos deputados trazido faculdades para isso, não podem usar delas enquanto estiverem reunidos em Congresso ordinário e, por outro lado, não forem nomeados para formar Assembleia Constituinte. Parte desta discussão pode ver-se no *Diário* de 30 do corrente, que remeto com outros a V. Exa.. Ainda assim, é provável que o projeto seja aprovado quando for posto à votação.

Da mesma câmara passou, também, ao Senado e foi ali aprovado um projeto de lei permitindo que os estrangeiros possuam propriedade rústica se forem católicos romanos.

O governo criou mais duas academias honorárias: uma, de história mexicana, outra das línguas espanhola e mexicana. Estas, assim como a de estatística, ficaram sendo nominais por agora. Todos estes estabelecimentos são inspirados por d. Lucas Alamán, que suposto não seja ministro, em razão de estar ainda indecisa a causa da sua cumplicidade na morte de Guerrero, contudo, é o diretor do atual ministério.

Tendo expirado o termo do tratado entre esta república e os Estados Unidos, e estando ambos de acordo em renová-lo como está, à exceção do artigo relativo a limites territoriais, de que devem tratar definitivamente à expiração daquele tratado, foram nomeados por este governo dois plenipotenciários para concordarem – aqui, com o encarregado de negócios e plenipotenciário de Norte-América – esta negociação de extrema dificuldade. Nota-se que, além dos poucos conhecimentos topográficos que têm aqueles plenipotenciários mexicanos do território em questão, nenhum deles fala mais do que seu idioma; e, a respeito de línguas, outro tanto sucede ao plenipotenciário dos Estados Unidos.

Deus guarde a V. Exa.

México, 31 de março de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 30 ABR. 1835 • AHI 212/02/04

N. 7

Ilmo. e Exmo. Sr.,

A legislatura do estado de Zacatecas dirigiu ao Congresso Geral uma iniciativa de rejeição da lei sobre a nova organização da milícia cívica e, não lhe sendo admitida, autorizou o governador do estado para opor-se à nova lei e obrar a respeito da maneira que havia concordado com antecipação. Entretanto, o general Santa-Anna deixou o seu retiro e seguiu para Zacatecas, a pôr-se à frente do exército destinado a fazer obedecer a lei naquele estado e consta de cinco a seis mil homens. Todo o mundo aqui está persuadido de que esta força é suficiente para vencer, porque dentro do mesmo estado há um partido que quer a lei e deseja o centralismo, o qual vai ser ali proclamado pelos vencedores.

A sublevação do general Alvarez na costa de Acapulco não tem produzido os resultados que esperavam os seus promovedores. O governo conseguiu mandar reforço e munições à guarnição de Acapulco, antes que Alvarez apertasse o sítio e pudesse tomar aquela fortaleza para lhe servir de apoio aos seus planos.

Em uma pequena povoação do estado de Yucatán, houve também pronunciamento no mesmo sentido do de Alvarez, mas foi logo sufocado.

A anarquia segue da mesma forma no estado de Chiapas; no de Coahuila e Texas, houveram [*sic*] alvoroços contra o seu governador por algumas medidas violentas; e as colônias de norte-americanos estabelecidos nesse estado, continuam pelas leis e autoridades mexicanas. A devastação, praticada pelos índios bravos, nos estados de Durango, Chihuahua e Novo León, não têm cessado, apesar de vários convênios celebrados com eles.

O Congresso decidiu que tem faculdades para reformar a Constituição, salvando somente os artigos dela que estabelecem a religião católica romana, a forma do governo, e a divisão dos três Poderes Su-

premos; para fazer esta reforma, prorrogaram as sessões ordinárias por mais 30 dias, como é permitido pela mesma Constituição, ainda em vigor. Esperam que, entretanto dure a discussão, será o centralismo geralmente declarado pelos povos e estes se apressarão a declarar que, entre as faculdades ilimitadas que deram aos seus representantes em Congresso, está incluída a de variar a forma de governo.

Os deputados e senadores de 11 estados, têm explícita autorização para aquele fim; três deixaram aos seus representantes o arbítrio de fazer o que entenderem; e seis excetuaram somente os três artigos acima declarados.

Foram finalmente absolvidos, pela Corte Suprema, os ministros acusados de cumplicidade na morte do general Guerrero; e estando dois – Alamán e Espinosa – nomeados deputados, houve ruidosa discussão na respectiva câmara sobre se deviam, ou não, ser admitidos nela; e, não obstante a votação decidir pela afirmativa, eles recusaram tomar assento para não chocar com a opinião, que ainda assim lhe[s] é contrária.

Digne-se V. Exa. prestar atenção à iniciativa de lei apresentada pelo ministro de Relações em sua memória ao Congresso, relativa a estrangeiros, sobretudo ao artigo 16º. O alvo do governo mexicano é obrigar os estrangeiros a naturalizar-se e evitar, assim, as multiplicadas reclamações dos respectivos agentes por extorsões e vexames praticados contra aqueles, por serem quem possui [sic] mais capitais disponíveis. Aquele artigo 16º parece contrário ao direito de gentes: nesse conceito é tido pelos meus colegas e estão protestando contra ele da maneira mais enérgica. Ainda que não tenha os motivos imediatos que a eles assiste para se oporem a que a iniciativa seja elevada a lei da república, contudo, julgo do meu dever resistir aos princípios nela assentados, a fim de que o meu silêncio não venha a prejudicar os cidadãos brasileiros, não só nesta república, como também os estabelecidos em outras, se um tal exemplo viesse a ser por elas seguido.

Pelo seguinte paquete terei a honra de remeter a V. Exa. cópias das peças oficiais dirigidas a este governo pelos meus colegas, assim como também da que tenciono endereçar-lhe, que será lacônica e dita da com prudência.

A mesma memória ou relatório dá a conhecer o estado das Relações Exteriores desta república. A experiência tem mostrado que o Partido Democrático é mais favorável aos estrangeiros, do que o Partido Aristocrático; quando aquele está no poder, são eles mais atendidos em

suas reclamações, com receio de que os respectivos governos aproveitem a oportunidade para contrariar e deprimir o sistema republicano.

Estando de cima o Partido Aristocrático, a nada atende, fiado em que as suas ideias e desejos têm o apoio dos governos monárquicos e, por negócios particulares, não hão de contrariar a quem abraçar princípios mais análogos aos seus. Assim raciocinam e obram.

O encarregado de negócios dos Estados Unidos fazia as suas reclamações ameaçando; destas ameaças, tirava o governo mexicano motivo para recriminações e deixar de lado o assunto principal. O encarregado de negócios da Inglaterra tem seguido o sistema de protestar; mas, não tendo resultado os primeiros protestos que fez, todos os que ainda dirigiu são recebidos com indiferença, persuadido o governo de que a Inglaterra prefere continuar suas relações comerciais com o México, a lançar mão de hostilidades contra ele. O ministro de França, tendo-se contentado até aqui com importunar este governo citando exemplos, em repetidas notas, do procedimento do seu governo quando desatendido em reclamações idênticas, desenganado de que nada tem a esperar, acaba de informar a sua corte, que só por meio de ameaças apoiadas imediatamente pela força, é que poderá obter justiça a favor dos seus concidadãos; e que se o governo assim resolver, convém fazê-lo saber ao ministro mexicano em Paris, a fim de participá-lo para cá e saberem, com antecipação, que as advertências e protestos do ministro da França não ficam como os do encarregado de negócios britânico.

Junto com a memória e gazetas, envio também a V. Exa. o n. 1 da Revista Mexicana.

Deus guarde a V. Exa.

México, 30 de abril de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Imo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 30 MAI. 1835 • AHI 212/02/04

N. 9

Imo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar a recepção da circular de V. Exa. sob n. 9, com data de 17 de dezembro, e a 2ª via do despacho n. 2, de 12 de novembro últimos.

Havendo dito a V. Exa., em meu ofício n. 1, que tencionava protestar como fizeram os meus colegas contra a iniciativa de lei sobre estrangeiros, tenho agora a participar a V. Exa. que, sabendo eu que o governo variou de intento à vista das fortes notas que lhe dirigiram os ministros de França e da Inglaterra, julguei desnecessário dar por agora este passo, que talvez não fosse aprovado por V. Exa.. O dois ministros se serviram dos mesmos argumentos para impugná-la. A resposta deste governo foi igual para ambos, e consiste em asseverar que não é sua intenção prejudicar aos estrangeiros; mas, sim, igualá-los com os súditos mexicanos e evitar a preferência que aqueles têm gozado, até aqui, de serem indenizados das perdas resultantes da guerra de partidos; entretanto que os nacionais não são atendidos e se calam, reconhecendo a impossibilidade em que se acha a nação de repará-las.

Quanto às mais condições a que se quer sujeitar os estrangeiros, pretende que são regulamentares e estão ao alcance de qualquer nação, sem ofender os direitos de gentes.

Esta resposta e a exposição que o ministro de Negócios Estrangeiros fez, em sua memória ao Congresso, a respeito das relações com a França, tem dado motivo a que o representante desta insista hoje, com mais forças, nas reclamações não atendidas até agora.

Para melhor inteligência do que diz o ministro em sua memória, devo explicar a V. Exa. que, tendo a França feito em 1832 um tratado com esta república, precedeu nos dois exemplares o nome do rei ao do presidente, e foi logo confirmado por aquela. Sendo depois submetido à aprovação do Congresso mexicano, este nada disse sobre aquela precedência e só reprovou um artigo do tratado que estipulava ser decidida por árbitros comerciantes a discórdia entre os oficiais da alfândega e os interessados em efeitos cujos direito não estejam designados na pauta. Enquanto o ministro mexicano em Paris diligenciava a admissão da reforma desse artigo, propôs aqui o da França uma convenção para que, até final resolução, gozassem os franceses as regalias concedidas

à nação mais favorecida. Esta convenção foi celebrada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, em cujo ato pretendeu a alternativa, mas o enviado da França alegou o exemplo do tratado e conseguiu a precedência em ambos originais.

O governo francês não tem querido admitir que tirem do tratado o artigo acima referido e, entretanto, está regulando a convenção. Neste estado estavam as cousas quando o ministro das Relações Exteriores deixou o ministério e entrou o atual, que reclama contra a precedência, como V. Exa. verá na memória supradita.

Com este motivo, dirigiu o ministro da França uma nota a este governo, negando à presente administração a faculdade de desfazer o que foi tratado competentemente, e arguindo-a de indisposição com a França.

Por esta questão da alternativa, vim a saber que o conde de Gestas foi repreendido por havê-la admitido no tratado que concluiu nessa corte em 1826.

Pelas gazetas inclusas, verá V. Exa. que o general Santa-Anna derrotou, no dia 11 do corrente, as tropas do estado de Zacatecas e fez obedecer ali a nova [lei] sobre a milícia cívica.

Houve grande mortandade, por se baterem em uma planície, sem oficiais que os dirigisse. Santa-Anna seguiu para Guadalajara e Mechoacán a visitar aqueles estados e fazer-se mais popular; dentro de 20 dias deve estar aqui. Este é o tempo que se julga necessário para que se generalizem os pronunciamentos pelo centralismo. A sessão permanente do Congresso pensa em convocar as duas câmaras para que se reúnam em Congresso Constituinte e mudem a forma de governo, apresentando nova Constituição: o presidente Santa-Anna pretende que esta mudança seja novamente pedida pelos povos e que cada estado nomeie dois deputados para esse fim. Todo cuidado do governo é evitar que a tropa apareça nestes pronunciamentos e tudo se faça pelas municipalidades.

O general Alvarez, sublevado no sul da república, está em transações com o governo para submeter-se, depois que viu o resultado de Zacatecas. Hoje ninguém se atreve a contrariar a vontade do governo.

O ministro de Relações Exteriores, Gutierrez de Estrada, vendo próxima a desaparecer a federação, que ele tanto defendeu em sua correspondência oficial, deu sua demissão e, sendo-lhe negada, pediu uma licença para tratar da sua saúde; e, decerto, não volta ao ministério. Este ministro havia proposto uma missão de três plenipotenciários para ir

à Espanha tratar do reconhecimento da independência: as propostas eram Santa Maria (que já está na Europa), Alamán e Bocanegra; mas, o Senado não concedeu licença a este último para aceitar a comissão, por ser juiz da Corte Suprema, a quem a Constituição proíbe tomar outro serviço. Tão estrondosa missão tornou a ficar em projeto e tem dado motivo a pesada crítica. O mesmo ministro havia encarregado a Gorostiza e outros diplomatas que têm estado em diferentes missões, uma narração da prática seguida pelos diversos governos, nas relações diplomáticas e consulares, a fim de organizar um sistema para ser observado na república.

Mr. Packenham, antes encarregado de negócios de Inglaterra, recebeu ultimamente credenciais de ministro plenipotenciário e foi como tal recebido, no dia 23 deste mês. Tendo-se retirado com licença o encarregado de negócios dos Estados Unidos, o corpo diplomático consta hoje dos três plenipotenciários: de Guatemala, França e Inglaterra.

A missão que este governo tinha em Guatemala, foi mandada retirar e chegou aqui há poucos dias: durante dois anos nada pode conseguir, por não haver governo com quem tratar. Ultimamente, haviam ali elegido um território federal, no estado de San Salvador, para estabelecer nele o governo e tirar de Guatemala a influência que exerce sobre toda a república. Segundo a opinião dos que compuseram a missão mexicana, as novas mudanças pouco puderam melhorar a sorte daquele país.

Deus guarde a V. Exa.

México, 30 de maio de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 25 JUN. 1835 • AHI 212/02/04

N. 10

Ilmo. e Exmo. Sr.,
Como tenho enviado a minha correspondência a V. Exa. pelos

Estados Unidos e não confio muito nos condutores, julgo convenientemente mandar por via de Inglaterra uma recapitulação resumida, não obstante, continuar a remeter as comunicações e periódicos por Norte América.

O pronunciamento que fez a guarnição de S. Juan de Ulúa (e que foi prematuro, como disse) parece haver sido feito de propósito para observar a opinião pública e conhecer os opositores ao câmbio de sistema. Como o atual não tem feito a felicidade da nação e a ele atribuem as contínuas dissensões que a têm aniquilado, os seus contrários aproveitaram a ocasião para dispor os povos a pedir a mudança do sistema de governo.

Enquanto o general Santa-Anna marcha com o forte do exército para Zacatecas, a obrigar o governo daquele estado a cumprir a lei dada pelo Congresso Geral para reforma da milícia cívica, o general Alvarez se levantou com os índios das imediações de Acapulco, desconhecendo a autoridade daquele presidente, fazendo-lhe acusações e exigindo que seja punido. Esta sublevação foi promovida pelo governo do estado de Zacatecas para chamar a atenção do governo geral e obrigá-lo a subdividir as forças. Santa-Anna atacou e dispersou as tropas de Zacatecas, entrou na capital, nomeou autoridades para substituir as que se haviam ocultado, ou fugido, tomou posse e declarou pertencerem à federação, as minas que faziam aquele estado opulento e orgulhoso.

A cidade de Aguascalientes e seu distrito, que era a melhor parte do estado, dirigiu imediatamente uma representação ao Congresso, pedindo ser declarado território da federação, para livrar-se do despotismo dos governantes daquele estado e para ser atendida alegou todos os inconvenientes do sistema federal. Este foi o sinal para se fazerem por toda parte declarações ou pronunciamentos para variar o sistema de governo. O general Santa-Anna, depois de restabelecer a ordem em Zacatecas, passou a visitar os estados em que poderá haver alguma oposição, tais como Guadalajara e Mechoacán; e, aonde chegava, era recebido com entusiasmo e logo proclamado o centralismo. Em todas as atas dos pronunciamentos, se exige que se varie o sistema; que o presidente Santa-Anna e todas as autoridades atuais continuem até que se origine a nova Constituição, que só não poderá variar a religião e a divisão dos três poderes políticos; e que o Congresso seja convocado para dar andamento à nova organização social.

O povo desta capital da república também se pronunciou no dia 13 do corrente, aniversário do presidente; e, desde então, se preparam

festas e arcos de triunfo para recebê-lo. Entrou no dia 21, sendo acompanhado desde as portas da cidade por todas as autoridades e, depois do *Te Deum* na catedral, recebeu um magnífico refresco que lhe tinha preparado o cabildo eclesiástico.

No dia seguinte foi obsequiado pelo presidente interino com um esplêndido jantar de cem pessoas e, no dia 23, com um luzido baile. A um e outro foi convidado o corpo diplomático, que assistiu todo, e teve a colocação e atenções que lhe são devidas.

O general Santa-Anna, perseverante no seu sistema de aparentar que não tem ambição, entretanto que nada se faz sem ordem sua, não quis tomar a Presidência e pretende voltar para a fazenda de Manga de Clavo até que reúna o Congresso Constituinte e discuta a Constituição. Esta deve ser análoga à sancionada em Chile, em 1833, dilatando mais o tempo da presidência, ou permitindo a reeleição, como sucede em Bolívia. Os interessados no câmbio de sistema desejam que Santa-Anna ofereça esta Constituição aos povos para que a adotem e autorizem os seus representantes a sancioná-la; porém, ele não quer e prefere ganhar, ou atemorizar, a convenção para que a apresente como obra sua.

Sabendo este governo que os colonos de Texas, quase todos norte-americanos e sempre desobedientes, pretendem agora declarar-se independentes, destacou para lá alguma tropa e vai mandar mais.

O general Alvarez, sublevado no sul, vendo o resultado de Zacatecas e sendo perseguido, debandou os índios e retirou-se às montanhas, aonde está sitiado pelas tropas do governo.

O ministério de Relações Exteriores continua a ser desempenhado pelo oficial maior, mas já está nomeado para ele o governador do estado do México d. Manuel Diez de Bonilla, que não tardará em tomar posse.

Por via dos Estados Unidos, remeto a V. Exa. os diários do governo em que estão publicados por extenso uma parte das notícias a que me refiro.

Deus guarde a V. Exa.

México, 25 de junho de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Cotinho

OFÍCIO • 28 JUL. 1835 • AHI 212/02/04

N. 11

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Depois do último ofício, que por duplicado tive a honra de dirigir a V. Exa. pelos Estados Unidos e por Inglaterra, continuaram os pronunciamentos, ou declarações dos povos, pelo sistema de governo central. Esta manifestação se generalizou em toda a república, menos em Texas, e até as legislaturas de alguns estados têm iniciado esta variação como necessária. O Congresso foi convocado extraordinariamente para examinar as atas dos pronunciamentos e iniciativas, e conhecer se a vontade da nação está bem expressada; e, nesse caso, resolver a maneira de satisfazer os seus desejos. Reuniu-se no dia 19 do corrente, em cujo ato foram pronunciados os discursos inseridos no Diário n. 82, que junto remeto a V. Exa.

Atualmente, a questão vital é decidir se estas câmaras, que foram nomeadas pelos estados federais para sessões ordinárias e, nessa conformidade declararam antes, solenemente, não terem faculdades para variar o sistema que lhes deu ser, podem agora em virtude dos atos dos pronunciamentos, variar esse sistema e dar outra Constituição; ou se deve convocar-se uma convenção que venha competentemente autorizada para esse fim. Os homens mais sensatos das câmaras estão por esta última resolução e julgam aquela ilegal; porém o maior número, já seja por convencimento, já por espírito de partido, ou receios dos inconvenientes e demora de novas eleições, pretendem que a atual expressão da vontade dos povos, unida às faculdades que a maioria dos estados havia dado aos seus representantes, é suficiente autorização para que este Congresso decrete o novo pacto social. No caso que prevaleça esta última opinião, outra dificuldade se apresenta entre os que a abraçam, e vem a ser: se a Constituição deve ser feita reunindo-se as duas câmaras em Assembleia Constituinte, ou conservando-se separadas. O Senado se opõe a esta junção. Até agora, nada se tem decidido; mas, há probabilidade de que se declarem constituintes e farão a Constituição com as duas câmaras separadas.

O presidente Santa-Anna, contando já com esta decisão, encomendou de antemão a três indivíduos – Togle, Alamán e Bonilla – um

projeto de Constituição para ser abraçado pela comissão que o Congresso nomear para apresentar um. Dizem que este contém um Senado vitalício e o Poder Executivo composto de três membros, um com o título de chefe supremo, sem responsabilidade, nem deliberação nos negócios ordinários e obrigado a firmar todos os atos apresentados pelos outros dois; mas, tendo o comando do exército para com ele exercer, em casos marcados, um quarto poder conservador, que contenha os três em seus limites. Os outros membros terão a seu cargo: um, os negócios civis; outro, os militares, despachando independentemente com os respectivos ministros e tendo responsabilidade como eles. O primeiro lugar será ocupado por Santa-Anna, o segundo por Alamán e, para o terceiro, se dividem as opiniões entre os generais Barragán, Bravo e Bustamante. Semelhante Constituição, ainda que seja adotada pelo Congresso, o que não creio, será mal recebida pela nação.

O general Santa-Anna, para evitar suspeitas de ter influência nestas deliberações e estar mais apto para obrar, se for preciso, tornou no dia 3 do corrente para a sua fazenda junto a Veracruz, conservando sempre o comando em chefe da força armada e tendo a sua disposição as rendas das principais alfândegas marítimas. Antes de sair daqui, fez desterrar da república os redatores de dois periódicos da oposição, os quais foram logo conduzidos até Jalapa; mas ficaram ali demorados por alegarem o costume de não serem os presos obrigados a baixar à costa desde maio até outubro, para não expô-los ao mortífero vômito preto.

Esta devastadora enfermidade tem causado este ano terríveis estragos: de 18 passageiros que desembarcaram ultimamente de um navio francês, morreram 17 em cinco dias. Este flagelo é ainda mais perigoso para os que baixam do interior e mudam repentinamente de clima e, por esse risco, ninguém se embarca senão de novembro até março, quando na costa diminui a epidemia.

O motivo principal do desterro destes periodistas é terem escrito que a expedição sobre Zacatecas tinha por objetivo apoderar-se da mina de Fresnillo (hoje a mais florescente da república e pertencente àquele estado) e principiarem, depois, a criticar a conduta do general Santa-Anna por tomar posse da mina para o governo federal, nomear nova administração e vender por baixo preço o mineral escavado, sob pretexto de fazer dinheiro para pagar a tropa. Não obstante este exemplo, outros escritores apareceram em Zacatecas, denunciando esta venda e exigindo a responsabilidade do ministro que a firmou. Desta denúncia, se ocupou imediatamente o atual Congresso, ainda

que convocado para determinados objetos: acusou o ministro da Fazenda e exigiu que apresentasse este e todos os mais contratos que tenha celebrado.

Como aquele foi feito por Santa-Anna e sem as formalidades do estilo, mal pode o ministro defendê-lo; e, para responder à acusação, ou negar ao Congresso a faculdade de tratar agora deste assunto, consultou aquele general, o qual respondeu que declarasse nulo esse contrato, pagando aos compradores o dinheiro que o adiantaram, e remetesse ao Congresso cópia dos outros. Remeto a V. Exa. o incluso impresso, que analisa a venda em questão e pretende provar que se prejudicou a Fazenda Pública em 180\$ pesos.

Os colonos de Texas – quase todos norte-americanos e há muito dispostos a declarar-se independentes de México – pretextam agora a mudança de sistema de governo para levar a efeito o seu intento. O general Santa-Anna, prevendo este resultado, havia mandado para aquela província alguma tropa da que levou a Zacatecas; e, tendo depois notícias positivas de haverem algumas colônias manifestado já aquele desígnio, está enviando para lá mais forças e promete, ele mesmo, comandá-las. Conta com alguma resistência, em razão de haver um grande número de colonos que, para vender peles, se ocupa de caçar e são temíveis pelo acerto de seus tiros. Se ele chega a ir ali, o que duvido, é com intenção de destruir os colonos de norte-americanos, ou obrigá-los a estabelecer-se no interior da província e colocar na fronteira com os Estados Unidos colonos mexicanos em lugar daqueles. O mesmo fará aos que estão próximos da costa, ou rios navegáveis, aonde não querem colonos estrangeiros e, muito menos, dos seus vizinhos.

Alguns capitães de navios norte-americanos fizeram em Campeche um protesto pelas violências praticadas contra eles e o mandaram publicar em Nova Orleans. Este protesto está escrito com acrimônia e descomedimento, mas contém verdades que este governo tem ouvido por vezes em notas diplomáticas. O *Diário* n. 72 mostra esta peça e sua análise.

O general Alvarez, que se levantou no sul, acaba de enviar um emissário ao governo, dizendo que aceita agora a proposta que antes lhe foi feita, de retirar-se da república com vencimento de soldo. O governo consultou o general Santa-Anna para saber a sua opinião.

O ministro de França continua com a maior atividade em instar com este governo para indenizar e fazer justiça aos seus compatriotas; e, não podendo obter resultado favorável, ameaça com a resolução que

possa tomar o seu governo à vista das respostas que vai enviando a Paris. Ele conta retirar-se em novembro e já está vendendo a sua mobília.

A nomeação de plenipotenciário, que ultimamente recebeu o encarregado de negócios de S. M. B., foi para apresentar-se com mais formalidade e energia a exigir as indenizações não atendidas até agora.

Junto com os diários do governo remeto a V. Exa. as memórias ou relatórios, apresentados ao Congresso pelos ministros da Justiça, e da Guerra; o da Fazenda não apresentou a sua.

Deus guarde a V. Exa.

México, 28 de julho de 1835

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho



OFÍCIO • 02 SET. 1835 • AHI 212/02/04

N. 12

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Por via da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, acabo de receber os seguintes despachos de V. Exa.: 1º. circular n. 1, de 16 de janeiro, anunciando estar V. Exa. encarregado da repartição dos Negócios Estrangeiros; 2º. despacho n. 1, de 11 de fevereiro, em que me faz saber que a Regência em nome Imperador e senhor dom Pedro II houve por bem dar por acabada esta missão e determina que me recolha para o Império; dando-me conhecimento de terem sido expedidas as ordens necessárias para me ser abonada a competente ajuda de custo; 3º. a recredencial que devo entregar a este governo.

Já me preparo para sair o mais breve que me seja possível e, dentro de poucos dias, farei competente despedida, executando em tudo as ordens de V. Exa.

A Câmara dos Deputados, depois de cinco dias de acalorada discussão, decidiu que a vontade da nação está suficientemente manifestada pela mudança do sistema federal, que o atual Congresso tem

faculdade para efetuar essa mudança, e que a nova Constituição se deve fazer com as duas câmaras separadas.

Esta resolução passou à câmara de senadores, aonde se discute atualmente: e havendo aprovado já os dois primeiros artigos, mostra repugnância em adotar o terceiro, pretendendo a maioria dos oradores que se reúnam as câmaras para dar a Constituição.

Não obstante alguns pronunciamentos insignificantes promovidos desde esta capital por uma associação de descontentes, cujos clubes são conhecidos do governo, pode dizer-se que a república está tranquila, aguardando o resultado do câmbio de sistema do qual espera grandes vantagens.

Os colonos de Texas que não haviam desconhecido a autoridade do governo, têm mandado aqui protestos de obediência e prometem chamar à ordem os outros, para evitar os males que a todos pode causar a premeditada expedição contra aquela província.

Deus guarde a V. Exa.

México, 2 de setembro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Manoel Alves Branco



OFÍCIO • 29 OUT. 1835 • AHI 212/02/04

N. 13

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de participar a V. Exa. que, no dia 15 do corrente, entreguei com as formalidades do estilo a recredencial que dá por acabada a minha missão junto deste governo e, tendo recebido dele a nota da cópia aqui junta, acompanhando a inclusa carta para V. Exa., vou partir amanhã para Veracruz embarcar-me no paquete de novembro para New York, a buscar ali navio para passar a essa corte. Levo comigo o arquivo da legação para entregá-lo na Secretaria de Estado, quando aí me apresentar a dar conta da minha comissão e a receber as

ordens de V. Exa..Também conto levar três espécies da planta guaco, que mandei vir de Tabasco em caixões e já se acham em Veracruz.

Aqui junto, envio também a V. Exa. uma cópia da nota que este governo dirigiu ao corpo diplomático fazendo-lhe saber como e quando a sua equipagem será isenta de registro e de direito. Antes, havia ordem nas alfândegas para deixar passar sem tocá-los, todos os volumes dirigidos aos ministros e cônsules estrangeiros; e a nova resolução foi motivada pelo escandaloso abuso praticado por alguns. Eu teria saído daqui no fim do mês passado se não fosse atacado de uma perigosa esquinência, da qual ainda estou mal convalescido.

Deus guarde a V. Exa.

México, 29 de outubro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ilmo. e Exmo. Sr. Manoel Alves Branco

[*Anexo 1*]

A S. E. el Sr. Srio. de Estado y del Despacho del Imperio del Brasil

Palacio del Gobierno General
México, octubre 17 de 1835.

El infrascrito, Srio. de Estado y del Despacho de Relaciones Exteriores de la República Mexicana, tiene el honor de comunicar a S. E. el Sr. Srio. en igual departamento del Imperio del Brasil, que el Sr. Duarte da Ponte Ribeiro ha puesto en sus manos la nota de S. E. de 10 de febrero último en que se sirve participar que la Regencia del mismo, ha tenido a bien mandarlo retirar del encargo de negocios que desempeñaba cerca del gobierno del infrascrito.

S. E. el Presidente interino, que aprecia como corresponde las relevantes cualidades del Sr. Ribeiro, que le han merecido la confianza y estimación del Supremo Gobierno ve con sentimiento su retiro mas se lisonjea de que este paso en nada altera las relaciones francas e benévolas que existen entre esta República y el Imperio del Brasil, que los mexicanos desean que se estrechen y consoliden.

El Sr. Duarte da Ponte Ribeiro asegurará, sin duda, a S. E. el Sr. Srio. de Estado de dicho Imperio, de la sinceridad de estos sentimientos, y el infrascrito aprovecha gustoso la ocasión de protestarle las seguridades de la distinguida consideración y respecto con que se suscribe.

De S. E.

Muy atento y seguro servidor.

Manuel Díez de Bonilla

[*Anexo 2*]

Inventário do Arquivo da legação imperial no México.

Livros rubricados – Cinco, a saber:

N. 1 Registro de despachos e ofícios.

N. 2 Copiador de ofícios.

N. 3 Copiador de notas.

N. 4 Registro de notas.

N. 5 Despesa da legação.

Regimento das legações imperiais Um

Despachos da Secretaria de Estado Vinte e um

Ofícios das legações imperiais Nove

Notas do governo mexicano Vinte e nove

Selo da legação Um

México, 29 de outubro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro



OFÍCIO • 29 OUT. 1835 • AHI 212/02/04

N. 14

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de apresentar a V. Exa. a inclusa memória, que contém as minhas observações no México. Persuado-me cumprir as-

sim o dever de chefe da legação, tanto mais quanto esta obrigação pesa sobre mim em maior grau, em razão de ser nova a que ocupei neste país, recentemente elevado à categoria de nação.

O meu empenho é mostrar ao Governo Imperial o estado desta república e me julgarei feliz se o que refiro merecer alguma atenção de V. Exa.

Deus guarde a V. Exa.

México, 29 de outubro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro



DUPLICADA N. 2

MEMÓRIA

SOBRE A REPÚBLICA DO MÉXICO

POR

DUARTE DA PONTE RIBEIRO

ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DO
IMPÉRIO DO BRASIL

1835

MEMÓRIA • 28 OUT. 1835 • AHI 279/01/01

É DIVIDIDA ESTA MEMÓRIA EM 17 §§, A SABER:

1. Antiguidades, monumentos, usos, costumes, raças primitivas e secundárias.
2. Topografia – situação geográfica.
3. População – seu número e castas.
4. Propriedade – territorial e urbana, sua divisão e possuidores.
5. Indústrias – minas – fábricas – agricultura.
6. Comércio – importação – exportação – seus valores.
7. Portos – no Golfo do México – no mar Pacífico.
8. Renda Pública Geral – privativa dos estados ou províncias.
9. Despesa Geral – como dividida – e meios para cobrir o déficit.
10. Dívida – interna – externa.
11. Força Armada – exército – marinha.
12. Instrução Pública – universidades, academias, colégios, escolas.
13. Instituições políticas – monárquicas – republicanas.
14. Administração da Justiça – Corte Suprema – julgados de direito – de distrito.
15. Política – relações diplomáticas e com outros governos.
16. Limites – com os Estados Unidos – com a República de Guatemala.
17. Colonização – francesa – norte-americana – suas consequências.

– 1 –

[*Antiguidades, monumentos, usos, costumes, raças primitivas e secundárias*]

O México apresenta ainda hoje testemunhos de haver sido, em tempos remotos, a primeira nação do continente americano e de ter possuído conhecimentos e civilização: e, para prova, aí estão patentes em Chiapas as ruínas do célebre Palenque, cidade de monumentos formados de enormes massas de granito, em que se admira a arquitetura e a perfeição das figuras em baixo-relevo, representando guerreiros e deuses fabulosos. Xochicalco, templo ou túmulo de reis, edificado sobre uma colina no centro do vale de Cuernavaca, apresenta o mesmo gosto, simetria e perfeição. O calendário perpétuo e relógio solar, gravado em uma soberba pedra, descoberta há poucos anos, mostra que tinham alguns conhecimentos de astronomia.

Não há tradições que possam descobrir a origem e a história dos primeiros habitantes do México, mas as figuras emblemáticas indicam que foi habitado sucessivamente por duas gerações diferentes da que hoje existe: a primeira, é representada vencida e tem estatura atlética, nariz curvo, nascendo no alto da testa e olhos muito oblíquos; a segunda conserva atitude de haver submetido aquela, tem fisionomia tártara e todos os costumes e armas que usaram os egípcios, até é repetida nas paredes desse monumento de Xochicalco a figura do crocodilo com o globo sobre a cabeça. Enquanto a terceira geração, de quem descendem os atuais mexicanos, isto é, de Montezuma - a tradição, as figuras alegóricas, pintadas em longos rolos de casca de árvores em forma de papiros, e alguns escritos do tempo da conquista, que os índios escreveram na própria língua – tudo induz a crer que veio do noroeste da América e que, encontrando um delicioso país, fez a guerra a seus habitantes e se estabeleceu nele.

Fossem, ou não, bárbaros esses invasores, soubessem já ou aprendessem dos vencidos, é certo que possuíram um grau de ilustração desconhecida ao resto da América, sem excetuar o Peru, aonde talvez eles mesmos a levassem.

As pirâmides que se acham em ruínas junto a Texcoco, a calçada que a elas conduzia, as figuras de monstruosas deidades que se encontram dispersas, a grande pedra dos sacrifícios que está no museu e outros hieróglifos que parecem escudos d'armas, tudo está bem longe da perfeição daquelas remotas antiguidades, mas atesta o prosseguimento da civilização entre este povo.

– 2 –

[*Topografia – situação geográfica*]

A nação mexicana ocupa, atualmente, o vasto território compreendido entre os graus 15° e 38° de latitude norte e 86° e 120° de longitude oeste do meridiano de Londres.

Os Andes [*sic*] se prolongam de sul a norte pelo centro do país, abraçando as províncias de Chiapas, Oaxaca, Puebla, México, Querétaro, Guanajuato, Zacatecas, Durango, Chihuahua e Novo México, dando, em todos os paralelos, diversos produtos e clima; aos 19 graus, se dividem em várias cordilheiras, que formam um tabuleiro, cuja elevação média sobre o nível do mar são 9.600 pés, aonde há ricas minas, deliciosos frutos e excelente temperatura.

Nessa planície se notam dois vales, o do México e o da Tula, que ambos parecem grandes crateras de antigos vulcões. O primeiro contém as duas lagoas: Texcoco e Chalco, entre as quais está edificada a Cidade de México, capital da república; apresenta várias projeções vulcânicas; brota, em vários pontos, água sulfúrea – com extraordinário calor – e é cercado por um anel de montanhas em que figuram os vulcões Popocatepetl, Iztaccíhuatl e Ajusco. O primeiro com elevação de 18.400 pés sobre a superfície do mar, o segundo de 16.700 e o terceiro de 12.300.

O segundo vale, ou de Tula, tem a mesma configuração e apresenta uma abertura de 160 varas de alto, que manifesta ter, em algum tempo, dado passagem às águas da lagoa que encerrava, segundo confirmam outros indícios, que ainda hoje ali estão patentes.

Em ambos estes vales se têm encontrado esqueletos fósseis, sendo o último em 1828, que era do megatério e se perdeu por ignorância dos encarregados de conduzi-lo à capital, desfazendo-se em pó.

As províncias do centro alto possuem minas e todos os frutos das zonas frígida e temperada, e são muito saudáveis: as da costa oriental – Yucatán, Tabasco, Veracruz, Tamaulipas, Coahuila e Texas – que cercam o Golfo México, produzem os frutos dos trópicos, têm clima ardente e são o berço da febre amarela ou vômito preto. As províncias mais próximas da costa do Pacífico estão sujeitas a febres intermitentes.

– 3 –

[*População – seu número e castas*]

A extensão e variedade do terreno influi sobre a cor, robustez e costumes dos habitantes: excetuando-se a província de Yucatán, aonde a quinta parte da população é mestiça de casta caribe, todos os mexicanos são mais ou menos brancos, em geral dóceis, sóbrios e robustos.

A república conta hoje perto de sete milhões de habitantes, sendo a metade índios puros, e, destes, os quatro quintos não falam castelhano e vivem de jornal.

– 4 –

[Propriedade – territorial e urbana, sua divisão e possuidores]

A propriedade está mal distribuída; porque à exceção de alguns terrenos das províncias de Texas e Califórnia, todo o das outras pertence às seguintes classes:

1º aos descendentes dos principais conquistadores, a quem foram dadas imensas possessões em recompensa de seus feitos. Daí vem a fortuna colossal do duque de Monteleón, dos condes de Santiago e del Valle, do marquês de Agualló e outros;

2º às ordens religiosas e diversas instituições de piedade, por largas concessões reais, grandes legados particulares e doações inter vivos. Resultado de tantas dádivas, pertencem hoje a essas ordens e instituições, quatro quintos dos edifícios e terrenos de seus subúrbios, cujo rendimento anual passa de 3 milhões de pesos;

3º aos descendentes de espanhóis que, havendo em tempos remotos comprado ao governo, e aos mesmos índios, muitas terras por diminuto preço, formaram fazendas que hoje valem milhão e meio e até dois milhões cada uma, como são a do marquês del Jaral, do marquês Bivanco, do conde da Regla, dos Fagoagas, Alcáceres, Nicarios e outras muitas. O primeiro reúne, só na fazenda de Jaral, mais de doze mil jornaleiros e arrendatários e se lhe calcula um milhão de pesos de renda por ano;

4º a uma quarta classe de proprietários pertencem todos os terrenos de valor menor de 20 mil pesos, adquiridos por herança ou compra, classe que tem aumentado com a revolução à custa da 1.^a e da 3.^a classes, conservando-se intacta a 2.^a.

A numerosa classe jornaleira, sendo a que fez mais sacrifícios de sangue com a independência, é quem menos ganhou com ela: tem servido de instrumento a todos os partidos e ambições, e continua no mesmo estado de miséria e degradação política. Desde 1808, tem sido

empregada pelas diversas facções entre o vice-rei e a Real Audiência, entre a Regência e o governo provisório, entre a independência e Fernando VII, entre a monarquia e a república, os federais e os centralistas; e até entre dois centros maçônicos Escocês e Yorkino, que tantas desgraças têm causado ao país.

Foi com essa numerosa classe jornalreira que depuseram o vice-rei Iturrigaray, (o primeiro que ali lembrou os direitos do povo); com ela obtiveram ações heróicas os pais da pátria Morellos, Hidalgo, Allende, Abasolo, Matamoros e Guerrero; e com ela fizeram os espanhóis cruenta guerra a seus compatriotas; com a mesma, fuzilaram o imperador Iturrigaray, que lhe deu independência; e levaram ao patíbulo o presidente Guerrero, que tinha fundado o sistema popular.

Nestas vicissitudes, tem-se relaxado ao último extremo a moral no país, contraindo esta classe o hábito da guerra e vida errante. Daqui nasce repetirem-se tanto as comoções revolucionárias políticas, estar a república infestada de salteadores.

— 5 —

[*Indústrias — minas, fábricas e agricultura*]

O ramo de indústria que emprega mais braços é o da mineração.

As províncias onde se acham as minas são as que apresentam mais população, por correrem a elas maior número de jornaleiros.

Assim, vemos a de Guanajuato reunir, em pequeno território, 527.792 habitantes, dos quais só 27.873 são contribuintes ao Estado; entretanto que outras províncias com muito maior extensão de território, como Chiapas, apresenta 27.463 contribuintes em uma população de 187.775. Mas, enquanto que a renda pública de Guanajuato sobe a pesos fortes 725.693, a de Chipas chega apenas a pesos fortes 52.614. Esta comparação comprova que o trabalho é a base da riqueza dos estados.

Em todas as províncias dos altos, há multidão de minas em atividade, muitas mais estão descobertas e repartidas, segundo a lei, para serem laboradas. A mesma província de Guanajuato conta 300, em cujo número entram as decantadas Valenciana, Sirena, Peregrina, Secho e Rayas, trabalhadas pelas Companhias Anglo-Americanas, que nelas têm enterrado, desde 1832, pesos fortes 1.353.593 para tirar só 1.094.512. Enquanto que, neste mesmo ano e nos seguintes, outras minas menores dobrarão o capital aos que as trabalharão. Na província de

México, há 567 minas; na de Zacatecas, 283 – e estas são hoje as mais produtivas da república; na de Durango, 200; e as outras províncias têm, cada uma, número pouco mais ou menos igual ao desta última.

A prata extraída das minas da república, durante o ano próximo passado de 1834, de que se pagou ao Colégio de Mineiros uma oitava por cada marco, conforme a lei da criação desse colégio, excedeu a 13 milhões (treze milhões) de pesos e é provável que não pagasse direitos toda a que saiu do país.

Também há minas de ouro, de fino cobre e de abundante chumbo, que ocupam muita gente e são rendosas.

Existem duas de ferro e uma delas é trabalhada por alemães, na qual já fizeram bons ensaios de ferro fundido.

Para promover o estabelecimento de fábricas, aumentaram os direitos de importação sobre panos grossos e proibiram a entrada de tecidos de algodão. A experiência mostrou que ninguém se aplicava a este gênero de indústria, fosse por falta de capitais, ou por terem outras mais lucrativas; e entretanto, eram esses gêneros introduzidos por contrabando, sem utilidade do Tesouro e com prejuízo da moral pública.

Com o fim de animar as empresas e impedir depois a introdução, tornaram aqueles gêneros a ser admitidos em 1830, pagando um direito exorbitante, cuja quinta parte foi destinada para fundo do Banco de Avio, que deve adiantar aos empreendedores, por três anos, capitais sem interesses, recebendo seis por cento anualmente e uma décima parte do capital emprestado.

Querendo apressar a vinda de máquinas, admitiram ações, que deviam ser pagas depois, com prêmio; mas, quando chegaram aquelas e outros artigos de pública utilidade, havia rebentado a revolução que deitou por terra a administração promotora da empresa e o novo governo lançou mão desses fundos para suprir as despesas gerais.

Algumas das máquinas se perderam ou arruinaram e os estabelecimentos principiados ficaram paralisados. Ainda assim, houve particulares que continuaram alguns e, só na capital da república, trabalham atualmente três, dois de fiação movidos por cavalos e um por vapor, que tece diariamente 60 a 70 peças de algodão cru, empregando poucos homens e mais de duzentas mulheres.

Na cidade de Tlalpan, estão acabando outro, maior, que há de trabalhar com água. Há também pequenas fábricas deste gênero em Tepic, Puebla e Tultepec; e pretendem levantar uma em Guadalajara.

O tecido que todas fabricam se reduz a uma só qualidade semelhante ao algodão cru dos Estados Unidos.

Não obstante o auxílio do Banco de Avio e os crescidos direitos, de 125 réis de prata (nova moeda) [*1/8 e 1/32 de peso*] por cada vara do algodão estrangeiro que se introduz, quase todos esses estabelecimentos estão dando perda; o que procede dos subidos jornais e grande despesa para trazer o algodão das costas do Pacífico e do golfo mexicano.

Nas províncias centrais, aonde prospera o gado lanígero, há algumas fábricas de pano ordinário, baeta e cobertores; tais são as de Querétaro, Celaya, León, Allende e Puebla. Nesta última cidade, há também uma de sofrível tapeçaria e outra de reboros, espécie de xales geralmente usados pelo sexo feminino. Em Tulancingo fazem estes mesmos reboros, com tanta perfeição, que debalde têm sido imitados pelas fábricas da Europa. São de uso peculiar ao México, custam de quatro a cem pesos cada um, e têm tanta extração que põem em giro mais de três milhões de pesos por ano.

Não têm fábricas de seda, e cuidam de estabelecê-las e de aumentar a criação do bicho-da-seda. Por agora só tecem fitas matizadas, em que trabalham com gosto e primor.

A fiação do ouro e da prata é bem feita e em grande quantidade. Os costumes não se ressentem de atraso e quase dão para o consumo.

Em 1822, estabeleceu-se a primeira fábrica de papel em México e com privilégio por dez anos: tem dado grande interesse e, agora que acabou aquele privilégio, vão levantar mais duas, em diferentes pontos da república.

Posto que a agricultura não apresente aquela extensão e atividade de que é suscetível, não deixa de ocupar bastantes braços e é feita com inteligência e destreza, principalmente o manejo do arado. Nas províncias dos altos colhe-se muito trigo e cevada, que comerciam com as duas costas do Pacífico e do golfo mexicano. Nestas, cultivam tabaco, açúcar, cacau e pimentas, que mandam àquelas. Nas primeiras, abundam os porcos e carneiros; as segundas criam gado vacum e muar. Resulta desta permutação um comércio interior em que se ocupa muita gente e empregam avultados capitais.

Há suficientes cereais para abastecer a república, a introdução estrangeira está proibida e só à província de Yucatán se tem permitido admiti-los em anos de seca e esterilidade.

Não obstante a interdição, vendem a norte-americanos alguma

farinha por contrabando na costa do golfo mexicano, aonde chega mais barata do que a vinda do interior do país.

O milho é o principal alimento dos indígenas, e da pobreza em geral. Depois de o molhado e reduzido a farinha sobre uma pedra curva, semelhante à de moer o cacau, é frito como filhós e serve de pão, e muitas vezes de único alimento, adubando-o com molho de pequenos pimentões, a que chamam chili. Aquela pedra curva e uma frigideira de cobre, ferro ou barro são os primeiros e indispensáveis utensílios de uma casa e do viajante pelo interior do país.

Além das produções gerais, há algumas que são peculiares a estas províncias: tais são a cochonilha, em Oaxaca, e o maguei em Puebla e em México. A propagação e preparo da cochonilha tem diminuído por haver baixado seu preço nos mercados da Europa, aonde antigamente valia cada libra seis pesos e, hoje, se vende pela quarta parte. Ainda assim, excede a um milhão de pesos a quantidade que se exporta.

Com o maguei, espécie de piteira, fazem, desde a mais remota antiguidade, vinho que tem sido celebrado como ambrosia mexicana. É plantado com esmero e à maneira de vinha: fica na terra seis a sete anos, até dar sinal de madurez, que consiste na mudança da cor e brandura das folhas, então sobrecarregada de sucos. Neste estado, cortam-lhe transversalmente um pedaço do âmago, pouco acima da raiz, e formam uma espécie de panela ou concavidade para onde as grossas folhas dessoram aqueles sucos de consistência leitosa. Este licor é tirado uma a duas vezes por dia durante quatro a seis meses, raspando sempre, depois de extrair o líquido, as paredes da panela ou concavidade e o depositam em grandes dornas para fermentar e adquirir a qualidade vinhosa.

É tal o consumo que se faz desta bebida em toda a república, que só a quantidade que entra na capital (de 200.000 habitantes) vende mais de 200.000 pesos por ano, pagando meio real (ou 1/16 de um peso forte) de imposto sobre cada arroba de líquido (de 25 libras cada arroba). Depois que o maguei morre, exausto de forças, serve ainda para fazer cordas, linhas, tecidos grossos e outras aplicações. Dele faziam também os antigos mexicanos um famoso papiro, a que chamam iztle, no qual escreviam, ou pintavam, os seus hieróglifos. Ainda existem pedaços desse antigo papiro em que estão consignados fatos históricos dos astecas, mas não falta quem imite essas antiguidades para enganar os estrangeiros.

Em Coahuila há abundância de uvas e principiam a fazer al-

gum vinho. Com mais facilidade se dão na Alta Califórnia, para onde têm ido alguns colonos com destino de empregar-se neste gênero de agricultura.

A pesca de pérolas, que antes se fazia no golfo de Califórnia, está hoje inteiramente abandonada.

– 6 –

[*Comércio – importação, exportação e seus valores*]

O comércio estrangeiro encontra ainda no México grande consumo e bom interesse. À Inglaterra, importa o valor de oito milhões de pesos fortes por ano, em panos, sedas, chitas, algodões, louças, vidros, ferragem, drogas, azougue, papel; à França, importa seis milhões em objetos de modas, sedas, vinhos e outros licores; à Alemanha, importa quatro milhões em tecidos de linho, quinquilharias e ferragem; à Espanha, importa três milhões em azougue, vinho, aguardente, papel e frutos secos; aos Estados Unidos, importa seis milhões, em tecidos e fio de algodão para as fábricas que ali fazem tecido deste gênero e quase não empregam outro; e em carruagens, máquinas e vários produtos de outras nações, mormente da China; [a] diversos estados conterrâneos e europeus importam mais o valor de dois milhões.

Em troca, exporta o México dez a doze milhões de pesos fortes em ouro e prata, despachada nas alfândegas; um milhão em cochonilha e anil; três milhões em minério de cobre, pau-brasil e de campeche, madeira, salsa-partilha, jalapa, guaco, algodão em rama, lãs e couros: o resto do retorno equivalente à importação, sai do país em metais por contrabando.

Tendo o comércio inglês tomado extraordinário incremento de 1823 a 1826 e o governo britânico adquirido grande preponderância no país – concorrendo para isso os empréstimos então feitos em Londres ao governo mexicano – os norte-americanos, sempre ciosos das vantagens de seus rivais, enviaram logo ali, como ministro plenipotenciário, o célebre Poinsett, para contrabalançar, aproveitando o conhecimento que já tinha do país e suas antigas relações com indivíduos que, na atualidade, tinham influência nos negócios públicos. Foi nessa época que principiaram as desavenças entre os clubes, que davam a lei à nação, os quais, por animosidade e interesses particulares, a sepultaram em completa discórdia.

Os descontentes buscaram Poinsett, que os aconselhou – ou di-

rigiu – a instalar uma nova Sociedade Maçônica denominada Yorkina, em contraposição à que já existia e que, desde então, foi chamada Escocesa, mais por alusão à influência da Inglaterra, do que pelo rito que a caracteriza.

A título de reunir os verdadeiros republicanos para se oporem aos monarquistas ou escoceses, a nova sociedade engrossou rapidamente com os descontentes do governo, os ambiciosos sem partido, os que nada tinham que perder, com os muitos que julgavam ir buscar um apoio para obter um emprego, ou para conservar-se no que já tinha.

Os dois bandos, yorkinos e escoceses, se declararam guerra de morte: aqueles publicavam que estes eram servís e pretendiam restabelecer a monarquia apoiados pela Grã-Bretanha; estes, chamavam canailha aos seus rivais e divulgavam que o seu intuito era lançar por terra a religião e apropriar-se da propriedade alheia.

Seguiu-se daí a guerra civil, em que venceram os yorkinos, por mais numerosos, e se apossaram dos empregos, lançando deles os seus contrários e desterrando-os sobre pretexto de serem monarquistas do partido de Iturbide, ou afeitos à Espanha.

Desta maneira, conseguiu Poinsett diminuir a influência inglesa, mas a sua nação pouco ganhou porque os mexicanos não simpatizam com os yankees; quem aproveitou foram os franceses e alemães. Ainda assim, o comércio dos Estados Unidos com o México tem aumentado consideravelmente: com os produtos do próprio solo, levam também ali os de outras nações, seja reexportando-os, ou indo como carreteiros buscá-los ao país produtor. É deste modo que chega ao México algum cacau do Brasil, mas não tem aceitação.

– 7 –

[Portos – no Golfo do México e no mar Pacífico]

A vantajosa posição da república mexicana entre os dois mares, Atlântico e Pacífico, está contrabalançada pela escassez de portos em ambas as costas. No golfo mexicano não tem um que seja bom; e, no Pacífico, só Acapulco é excelente, porém insalubre e situado no local mais difícil para as comunicações com o interior do país.

Nem todos os suscetíveis de serem abordados estão abertos ao comércio estrangeiro; este só era admitido, antes, em Veracruz e em Acapulco, mas logo que adotaram o sistema federal, cada estado quis ter um porto. Até alguns estados preponderantes, que não tinham li-

toral obtiveram prolongamentos de terreno para possuir um porto. Todos ficaram logo habilitados para o comércio estrangeiro; mas, a experiência veio bem pronto mostrar que não fizeram mais que abrir outras tantas portas ao contrabando e aumentar gastos com alfândegas, sem proveito da fazenda pública.

Para evitar estes inconvenientes, tem o governo demonstrado ao Congresso a necessidade de fechar alguns; mas, contra esta medida, fazem enérgicas representações os povos interessados na abertura.

Os portos habilitados no Golfo do México são:

1º Veracruz, o melhor de todos, não obstante ser costa de mar somente abrigada pelo Castelo de S. Juan de Ulloa, muito exposto ao vento norte, de cujos tufões apenas escapam os navios amarrados aos arganeos da fortaleza. Duas léguas mais ao sul desta, há outro ancoradouro junto à Ilha dos Sacrificios, também aberto e perigoso, com o mesmo vento norte.

2º Tampico, em que só podem entrar, por suas várias bocas, pequenas escunas, entretanto que embarcações maiores ficam fundeadas na costa, correndo grande risco: é ponto interessante para introdução ao centro da república, por isso tem aí aumentado a sua população, em meio de um areal doentio e estéril.

3º Matamoros, também na província de Tamaulipas, baía aberta, porém melhor fundeadouro, é o mais frequentado e conveniente para as comunicações com as províncias interiores setentrionais.

4º Campeche, porto de pouco fundo e menos risco, é considerado como a chave do golfo e, nesse conceito, construíram aí os espanhóis uma fortaleza mais ampla que a de S. Juan de Ulloa, que lhe[s] servia de depósito militar e na qual os mexicanos conservam hoje uma forte guarnição, com o fim de resistir a qualquer tentativa da próxima ilha de Cuba.

5º Porto da ilha Del Carmen, na entrada da lagoa de Términos, por onde sai muito pau-brasil e campeche.

6º Sital, no mesmo Yucatán, também mau, e que exporta iguais produtos.

7º Tabasco, rio de pouco fundo, mas porto interessante em razão dos muitos gêneros que aí se embarcam, principalmente para o mercado de Veracruz: quase toda a cochonilha e anil de Oaxaca e de Chiapas, e todo o cacau, guaco, caíro e tabaco da própria província, sai por este rio de Tabasco.

Os portos do Pacífico são:

1º Acapulco, grande, seguro e defendido por boas fortalezas. Depois da independência, ficou deserto, por acabar a Companhia de Filipinas, que nele tinha o seu depósito: hoje só entra por ali algum cacau de Guaiquil. Os habitantes desta parte da costa são os mais pobres da república e pouco gostam do estrangeiro, por cujo motivo não vem este sujeitar-se às despesas do porto. A importação para o interior não convém por aquele ponto, em razão dos péssimos caminhos por cima de pedras e lava vulcânica, que a poderosa Companhia de Filipinas apenas fez transitáveis por mulas, e não sem dificuldade e risco.

2º San Blas, na província de Jalisco, baía exposta a furacões periódicos e pouco frequentada, por isso e por ser sujeita a febres intermitentes como Acapulco. Ainda assim, faz-se aí algum comércio com o interior, e se embarcam metais em moedas e barras.

3º Mazatlán, na província de Sinaloa, à entrada do golfo de Califórnia, porto bastante concorrido pelos estrangeiros por haver aí objetos para carregamento dos navios que regressam à Europa, tais como pau-brasil, couros, sebo e crina;

4º Guaymas, em Sonora, no golfo de Califórnia, bom porto e de bastante comércio.

5º Loreto, e

6º La Paz, ambos na Alta Califórnia, os quais principiam a ser visitados por navios estrangeiros.

Há outros portos, que são de pouca importância, como Tuxpan, na província de Puebla, e Tehuantepec, na de Oaxaca.

– 8 –

[*Renda Pública Geral – privativa dos estados ou províncias*]

As rendas nacionais pertenciam, umas, ao governo federal; outras, aos dos estados; as primeiras, consistiam nos direitos arrecadados nas alfândegas marítimas e das fronteiras, nos direitos de consumo e mais impostos do Distrito Federal e dos territórios que estão sob a imediata administração do governo geral; dos direitos do Correio Geral, da circulação interior do numerário, do produto da Casa da Moeda da capital, das loterias, do papel selado, do desconto do Montepio Militar e Civil, da renda dos bens nacionais e do contingente dos estados.

A renda privativa destes difere segundo a sua situação geográfica e seus produtos: recebem todos 12 1/2 por cento sobre os gêneros estrangeiros que entram nas cidades e grandes povoações para abastecê-

-las, assim como também sobre o produto das minas e outros ramos da indústria.

Logo que um navio dá fundo nos portos mexicanos, está obrigado aos direitos de importação por toda a carga que conduzir, ainda quando não lhe convenha o mercado; esses, são de 40 por cento sobre o valor que os gêneros tiverem na pauta, ou lhe derem os feitores, e são pagos naquela alfândega. Querendo depois levá-los para qualquer ponto da república, precisa dar fiança aos direitos de internação para o estado a que esse ponto pertencer; e estes direitos se calculam sobre a soma dos direitos pagos nas alfândegas marítimas, na razão de 12 1/2 %, ou de 27 1/2, se forem gêneros líquidos.

Se, dos portos, seguirem diretamente para o Distrito Federal, têm 40 dias de prazo para resolver vendê-los aí, ou mandá-los para qualquer parte, sem pagar mais direitos do que os de importação nos portos; mas, passando a fronteira do Distrito Federal para qualquer estado, paga, à entrada nele, 12 1/2 % de consumo. Se não são vendidos no Distrito Federal antes de expirar o prazo de 40 dias, pagam também aí os 12 1/2 %, embora sejam levados depois para qualquer dos estados.

Se, depois de entrarem em um estado, tornam a sair dele, para serem levados a outro, pagam outros 12 1/2 %, e assim sucessivamente em todos aqueles que tais gêneros forem levados;

Devem ser sempre acompanhados de uma guia da alfândega em que o[.] gênero[.] fo[ram] desembarcado[.], na qual se especifique o número, qualidade e os direitos que pagaram esses gêneros, a fim de se deduzir os direitos de consumo na mesma proporção. A falta desta guia é punida com a confiscação do objeto encontrado sem ela.

O termo médio do rendimento federal (renda geral) nos três últimos anos, de 1831 a 1834, é de 13 milhões de pesos; produzindo as alfândegas marítimas nove milhões, o Distrito Federal e os territórios dois milhões e trezentos mil pesos; o Correio Geral, 180 mil; a Casa da Moeda, 200 mil; o direito de 2 % sobre a circulação da moeda, 280 mil; os bens nacionais, 40 mil; as loterias, 30 mil; o papel selado, 40 mil; o desconto do montepio, 40 mil; o contingente dos estados, 790 mil. Todas estas parcelas são produto líquido da arrecadação, menos os ordenados dos empregados por decreto do governo; a última é da dívida da receita geral de cada estado, na proporção 30%. Antes, pertenciam também ao governo federal os estancos de tabaco e do sal, porém, este monopólio não podia subsistir com o sistema adotado atualmente e, muito menos, produzir as vantagens do tempo dos espanhóis. Um

clamor geral se levantou em todos os estados e, particularmente nos que produzem aqueles gêneros e, afinal, foram abolidos, ficando ao arbítrio do governo federal fazer trabalhar, ou arrendar as salinas, como propriedade nacional. Estes dois ramos aumentavam muito a receita da federação. Também lhe fez mal a criação de Casas da Moeda em Zacatecas, Guadalajara, S. Luis Potosí e Durango, que, além de diminuir os direitos de circulação da moeda que seriam pagos se ela fosse cunhada somente na capital da república, facilitam a sua saída do país por contrabando.

É notável a irregularidade da moeda feita nessas casas, posto que toda seja de bom quilate e peso. Ainda o ano passado (de 1834) se cunhou na de México 3 milhões de pesos, outro tanto na de Zacatecas, 2 na de Durango, 1 1/2 na de Guadalajara, e 1 na de S. Luis Potosí.

A moeda paga 3 1/2% por cento de exportação; e quando vai da capital acompanhada por tropa, como é costume, desde a capital até Veracruz, tem o governo a certeza de receber mais 2 % do imposto de circulação, que é cobrado à entrada da povoação aonde vai embarcar.

– 9 –

[Despesa Geral – como dividida e meios para cobrir o déficit]

Os gastos do governo federal excedem muito à sua receita: a maior parte é absorvida pela repartição da Guerra, que está sobrecarregada com os militares de todas as épocas e partidos, e com um numeroso exército sempre em pé de guerra.

O termo médio da despesa dos três últimos anos é de 17 milhões de pesos; sendo 840.000 pela repartição de Relações Exteriores; 5.630.000 pela da Fazenda; pela da Guerra, 10.200.000; pela de Mari-nha, 136.000; pela da Justiça e Negócios Eclesiásticos, 194.000.

Comparada a despesa com a receita, resulta um déficit de quatro milhões, que vai sendo mais ou menos coberto com recursos extraordinários, empréstimos e vales adiantados para serem recebidos nas alfândegas, como dinheiro em pagamento dos direitos de importação. Se aqueles vales fossem admitidos religiosamente, seriam bastantes os existentes para pagar as importações de dois anos; mas não sucede assim porque vão ficando postergados, sendo quase sempre necessário, para que sejam recebidos, entregar o possuidor deles mais 70, 80 por cento em dinheiro, para lhe receberem o resto em vales.

Quando o ministro se vê precisado e não pode conseguir emprés-

timos de outra forma, é pratica usada por todos, suspender a admissão dos vales, e chamar os possuidores, sobre pretexto de verificar a soma total que anda em giro, e mudar-lhe o padrão. Com esta manobra, obriga aos interessados a um continuado desembolso, tanto para que as quantias já adiantadas não fiquem em esquecimento, como também pelo interesse de 3 a 5 % cada mês por todo o tempo convencionado para a sua amortização.

Os contratistas estão persuadidos de que a nova mudança de sistema, que se acaba de efetuar, vai diminuir as despesas nacionais e melhorar a arrecadação da Fazenda. Falam de pôr em prática alguns dos recursos do tempo dos espanhóis e de capitalizar os soldos de algumas classes de empregados para lhes serem pagos em bens nacionais. Outra medida que se reclamam é a de limitar por lei o número dos empregados a fim de não serem destituídos sem culpa formada e evitar as jubilações e reforma que o partido que está no poder concede com profusão para colocar os seus sequazes.

As repetidas convulsões políticas não prometendo estabilidade ao empregado, este trata de aproveitar o tempo em seu benefício prejudicando a Fazenda Nacional e a moral pública.

– 10 –

[*Dívida – interna e externa*]

A dívida interna não está bem conhecida, apesar de haver um tribunal destinado a processar essa liquidação; entretanto, a liquidada já excede a 80 milhões de pesos.

A dívida externa é de duas classes: uma proveniente de empréstimos contraídos em Inglaterra nos anos de 1825 e 1826, cujo principal e juros excede atualmente a 35 milhões de pesos; outra, de reclamações de vários governos e passa de 4 milhões.

Para pagamento dos juros da dívida interna, foram destinados alguns tributos e um fundo de Crédito Público; e, para pagamento do juro dos empréstimos de Londres convieram — o governo inglês e o mexicano — em separar para este fim a sexta parte do rendimento das alfândegas de Veracruz e de Tampico; porém, as urgências do Estado têm obrigado o governo a gastar aqueles fundos. Outro tanto têm praticado com a quinta parte dos direitos lançados sobre tecidos de algodão aplicada ao Banco d'Avio.

– 11 –

[*Força armada – Exército e Marinha*]

O Exército se compõe de tropa permanente, ou de linha, e de milícia ativa. Esta só difere daquela em ter maior soldo e nenhum direito à reforma: tem a mesma disciplina, está sempre em serviço ativo e é movível. Os oficiais, que não são já de tropa de linha passam facilmente para esta e vão aumentar a lista militar. Não obstante as demissões que dão, alternativamente, os diversos partidos que vêm ao poder, ainda assim pode-se formar um exército de oficiais.

Aqui, como em todas as repúblicas irmãs, prevalece a mania militar, por ser a escala para subir ao poder e a todo o gênero de empregos, e é a classe que goza mais privilégios e consideração pública. Não é raro ver indivíduos abastados sacrificar a sua fortuna para obter uma patente de general ou de coronel para pertencer a esta nova aristocracia.

Atualmente, tem o Exército 49.000 homens, sendo 19.000 tropa permanente e 30.000 milícia ativa. Aquela consta de 10.000 de infantaria, 7.000 de cavalaria e 2.000 de artilharia: e a milícia ativa se compõe de 24.000 infantes, 4.800 de cavalaria e 1.200 artilheiros. Uma grande parte desta força miliciania guarnece com a força de linha os presídios fronteiros aos índios bravos em Texas, Coahuila, Chihuahua, Novo México, Sinaloa, Sonora e Califórnia; o maior número de artilheiros ocupa as fortalezas de Campeche, S. Juan de Ulloa, México e Acapulco. A cavalaria permanece mais em Puebla, México, S. Luís de Potosí e Guadalajara.

O ministro da Guerra acaba de propor a redução do Exército a 38.000 homens, diminuindo a milícia ativa e aumentando a tropa de linha. Mostra que a nação fica assim mais bem servida e poupa quatro milhões de despesa anualmente.

A Marinha é quase nula. Consta de uma pequena corveta e uma escuna no mar Pacífico, e de um bergantim e outra escuna no Atlântico: todos em mau estado.

A nau *Aria* e a fragata *Independência* — que completavam a força naval — essas, depois de se fazer com elas grandes gastos sem proveito, foram encalhadas junto ao castelo de S. Juan de Ulloa e, ultimamente, desmanchadas.

Em razão do pouco fundo dos portos do golfo, não pode o México ter neles embarcações grandes, nem precisa ter mais marinha do que navios guarda-costa. Neste conceito, propõe agora o Executivo ao

Congresso, a compra de dois bergantins, seis escunas e 18 canhoneiras; calculando em 260 mil pesos o custo de todos esses vasos e em 600 mil a despesa a fazer com eles anualmente.

Porém, a maior dificuldade está em adquirir e criar marinheiros: têm pouca navegação costeira e nenhuma de longo curso; nem o povo mexicano simpatiza com este gênero de ocupação.

Têm hoje poucos oficiais de Marinha, porque a esquadra que tiveram no princípio da independência era guarnecida por estrangeiros engajados, que depois foram despedidos; por isso, os gastos do Ministério da Marinha não passam de 140.000 pesos por ano.

No Exército, apenas há três chefes estrangeiros: dois franceses, com o posto de general, e um polaco, com o de coronel. Todos os militares e empregados civis espanhóis – a quem a Convenção Triguarante, feita por Iturbide e O'Donoju, afiançou a propriedade de seus postos e empregos – têm sido separados deles em várias épocas, mas nunca deixaram de pagar-lhes os soldos de que desfrutavam, ainda mesmo àqueles que têm sido expulsos da república.

– 12 –

[Instrução Pública – universidades, academias, colégios e escolas]

Não faltavam a México estabelecimentos científicos, posto que organizados segundo as luzes e a conveniência dos seus instituidores. Tinha duas universidades, 10 Colégios Conciliares – ou Liceus – em que havia 24 cátedras de latinidade, 18 de filosofia, 20 de teologia, 8 de direito canônico, 9 de direito natural e civil, 3 de direito natural, 5 de história eclesiástica e sagrada escritura, 4 de cerimônias eclesiásticas, 3 de direito constitucional, 2 de geografia e 1 de língua mexicana.

Além destes estabelecimentos literários, existiam outros, de menos consideração, montados sobre o mesmo pé. Com a independência poucas alterações se fizeram neste ramo, em razão de estar entregue ao clero, classe preponderante, assim como também a mais ilustrada; porém, o Partido Yorkino, vencedor em 1832, julgando ter chegado o momento de fazer as necessárias reformas na instrução pública, lançou tudo por terra para lhe dar forma mais análoga ao século e ao sistema de governo adotado pela nação.

O espírito de partido buscou extremos que a experiência reprovava; e arbitrou pingues ordenados para indivíduos sem conceito, nem saber acrisolado; e ocupou os colégios com as famílias dos empregados, em

vez de admitir neles o número de estudantes para que foram instituídos e dotados. Esta ordem de cousas acabou em 1834, com a revolução que restituiu aos seus postos e empregos os indivíduos que tinham sido depostos em 1832. Uma comissão nomeada pelo governo ocupa-se atualmente de organizar um plano de estudos mais conforme com as luzes do nosso século.

Há na capital um Colégio de Mineralogia, que é o melhor estabelecimento da república, e também o edifício mais suntuoso e de melhor arquitetura. Foi destinado pelos espanhóis à instrução de mineiros, e destinou-lhe [sic], além de outras rendas, o imposto de uma oitava em cada marco de prata, ou ouro, que se extraísse das minas; tributo que ainda o ano próximo passado de 1834 rendeu 200.000 pesos.

Neste colégio há um depósito de máquinas e inventos para a instrução dos estudantes, que se destinam à mineração, e tem hábeis professores de mineralogia, zoologia, matemáticas, física experimental, desenho e língua grega.

Há também na capital uma academia de pintura, litografia e escultura, a que concorrem bastantes jovens e, alguns, com aproveitamento; um museu com preciosidades, porém sem ordem nem classificação, mas, para efetuar-la nomeou o governo há pouco uma comissão de homens instruídos; um jardim botânico muito limitado, não obstante as fadigas do seu diretor para aumentá-lo; uma biblioteca assaz pobre, colocada no mesmo edifício do museu.

Em Guadalajara, província de Jalisco, foi substituída a universidade por um instituto literário no ano de 1825, que tem seguido até agora com mais ou menos alterações: ensina-se nele matemáticas, física experimental, história, direito constitucional, economia política e filosofia.

O estudo da medicina é o mais atrasado no México, como em todas as novas repúblicas espanholas; os indivíduos desta profissão não têm o saber, nem gozam a consideração que desfrutam, em outros países, os seus colegas.

Para o ensino da pilotagem, criou o governo republicano uma academia náutica em Orizaba, de que não resultaram vantagens: trata agora de mudá-la para a capital, aonde será igualmente improfícua, até por se afastar mais do mar.

Ultimamente foram criadas três academias honorárias, uma de estatística, outra de história mexicana e a terceira de línguas espanhola e asteca ou indígena.

Tanto na capital da república, como nas de todas as províncias

há, presentemente, alguns colégios estrangeiros, mais ou menos defeituosos, que ensinam as línguas francesa, inglesa, a geografia, desenho e música.

As escolas de primeiras letras se multiplicam: nas grandes povoações há algumas gratuitas e, nas principais aldeias de índios, continuam aos cuidados dos respectivos curas, também gratuitamente, como havia estabelecido o governo espanhol.

Não se pode dizer que há no México muitos homens de talento, mas pode asseverar-se que abundam os de conhecimentos regulares. O clero é a classe mais ilustrada; nela se encontram os melhores oradores parlamentares e lhe pertencem os escritos mais apreciados. Eram curas os primeiros patriotas, que deram o grito da independência e capitanearam as massas contra os opressores espanhóis; e a experiência tem mostrado que, quando esta classe está concorde entre si, é infalível a vitória do partido a quem [sic] ela se une. O clero é hoje menos numeroso, mas ainda suficiente para conservar a sua influência sobre o povo.

Há na república um arcebispado, oito bispados, 177 prebendas e 3.400 clérigos. O arcebispado e 4 bispados estão vagos e são governados pelos respectivos cabildos. Existem também 155 conventos com 1.600 frades, e 66 com 1.200 freiras. As rendas destas classes privilegiadas são superiores a todo cálculo.

– 13 –

[Instituições políticas – monárquicas e republicanas]

O povo mexicano é o menos próprio para consolidar o sistema republicano e, sobretudo, o federal. Embalado com as tradições do governo patriarcal de seus antigos soberanos, cujos nomes ainda hoje recorda; acostumado, depois da conquista, a obedecer às autoridades em nome d'El Rey, que o clero lhe pintava como de instituição divina; a influência deste e das classes ricas que, perdendo com o novo sistema, procuraram inspirar ódio contra ele; o anterior conhecimento da vida e costumes dos indivíduos elevados, depois, aos primeiros empregos; o desespero por não ver durante tantos anos de revolução realizar as vantagens preconizadas; e, finalmente, o desejo de melhorar de sorte, tudo concorre para a disposição que apresenta em favor da monarquia; que talvez tivesse já sido novamente proclamada, se houvesse no país um indivíduo de prestígio suficiente. Poucos são os que têm algum, em uma ou outra província; só o general Santa-Anna é geralmente conhe-

cido, pelo fato da capitulação a que obrigou os espanhóis em Tampico no ano de 1829. Por fortuna, o soldado treme dele e não conhece outro general que o rivalize; mas, também, para desconceituá-lo, não falta quem se ocupe de denegrir o seu nascimento, educação, vida privada e atos públicos. Enquanto a estes últimos, mostram ter sido ele o primeiro que aclamou imperador ao general Iturbide, e fora também o primeiro a sublevar-se contra este; que declarou guerra ao presidente Pedraza para elevar à presidência o general Guerrero e concorreu para que este fosse depois lançado dela e acabasse no patíbulo; que combatera a Bustamante para colocar-se a si e, não podendo consegui-lo, chamara Pedraza do desterro sob pretexto de restitui-lo à presidência, a fim de conciliar-se com o partido daquele expatriado, desejava a sua volta à república e ter ele, Santa-Anna, mais força para derrubar o governo de Bustamante, e fazer-se eleger presidente em lugar deste. Alegam também a maneira como, sem mostrar-se, dita atualmente a lei ao Congresso, que em matéria grave nada delibera sem primeiro saber a sua vontade a respeito. Finalmente, propalam que ele tem o plano de armar, um contra o outro, os partidos rivais para fazer-se necessário a ambos até que, cansados, o aclamem como Íris de Paz.

Não duvido deste plano, mas estou persuadido de que serão baldados os seus intentos. Entretanto, todas as pessoas que conhecem o verdadeiro estado da república, desejam que Santa-Anna se conserve na presidência, porque é ele o único chefe capaz de sufocar a anarquia, que ameaça por todos os lados, e evitar que a multidão de pequenos ambiciosos dilacerem [sic] o país.

Ele tem hoje em seu favor quase todos os corifeus do Partido Escocês ou aristocrata, não por afeição pessoal, mas por convicção de que é o homem necessário para levar adiante a mudança, agora encetada, de centralizar novamente o governo, de cuja consolidação julgam depender a felicidade da república; e é apoiado pelos generais Bravo, Moctezuma (que se crê descendente do último imperador desse nome), Barragán, Rincón, Quintana, Rayón, Toro, Ruy, Sesma e outros.

A antiga nobreza de México, que contava 57 títulos de marqueses, condes e barões, foi sempre inimiga do general Santa-Anna, talvez por não ser da sua hierarquia, porém, já se vai conformando e faz causa comum com o clero para sustentá-lo no poder, a fim de pôr termo à perseguição que tem sofrido constantemente do Partido Federal.

Ainda que a classe nobre fosse privada dos títulos e não tome parte nos negócios públicos, não deixa de ser respeitada pelo povo.

A lei que aboliu os morgados, mandando que o herdeiro designado pelo instituidor conserve metade dos bens e se disponha da outra metade, de pouco serviu, pois continuam da mesma forma que estavam antes quase todos os morgados, seja por espírito de classe, ou por ser assim mais vantajoso aos interessados.

As bases da nova Constituição Centralista já foram discutidas e brevemente serão aprovadas e sancionadas. Elas desagradam aos que perderam, ou vão perder, os lugares que desfrutavam nos estados, que tornam a ser governados como províncias; aos que esperavam obter algum de tantos empregos que o sistema federal proporciona; aos estrangeiros, em cujo benefício criava necessidades aquela divisão administrativa; e, finalmente, aos que reprovam a contradição, em que têm estado sempre os legisladores mexicanos (como os de todas as repúblicas de língua espanhola), de criarem instituições democráticas com elementos monárquicos, e proclamarem igualdade e liberdade, a par da conservação dos privilégios e sujeição da consciência.

– 14 –

[Administração da Justiça – Corte Suprema, julgados de direito e de distrito]

A administração da Justiça não está bem montada: à sua má organização se atribui a multiplicidade, que há, de crimes e de pleitos intermináveis. Aos erros do antigo sistema, reúne todos os defeitos do atual; aquele, por suas delongas, deixava escapar o réu ou esquecer o crime; o novo estabeleceu fórmulas que subtraem o culpado à prisão e castigo merecido. O perverso sagaz vive tranquilo no meio da sociedade a quem insulta, rouba e assassina, levando na mão a Constituição e códigos do Estado para prevalecer-se das garantias que ali são outorgadas ao cidadão pacífico; e conta com a impunidade de seus crimes, certo de que ninguém se atreverá a fornecer as provas por temer uma vingança infalível.

A antiga Audiência – ou supremo Tribunal de Justiça – e as Ouvidorias foram substituídas por uma Corte Suprema na capital da república, oito Julgados de Circuito e 21 de Distrito. Há também um Supremo Tribunal de Guerra e Marinha, composto de quatro generais e quatro juizes letrados, sendo presidente um dos primeiros e fiscal um dos segundos. São julgadas, neste tribunal, as causas, crimes de todos os indivíduos que gozam foro militar, e são estas as que têm mais pronto andamento e decisão razoável.

O Foro Eclesiástico tem um Julgado de Paz privativo, mas dele passam as causas aos juizes de Direito.

O júri provou aqui tão mal nos primeiros ensaios, que logo foi abandonado; só continua para julgar os abusos de liberdade da imprensa, mas sempre com mau resultado.

O sistema federal, elevando as províncias à categoria de estados, trouxe sérias complicações a todos os ramos da pública administração, mas sobretudo à da justiça.

– 15 –

[Política – relações diplomáticas e com outros governos]

O Congresso Mexicano, descontente do modo equívoco com que a sua nação era tratada por alguns gabinetes europeus, em 1826 decretou que não se admitisse na república a bandeira das nações que não tivessem antes celebrado com ela um tratado de comércio. O seu fim era obrigar a que reconhecessem a sua independência, ainda então contrariada pela Espanha, circunstância que alguns governos aproveitaram de modo tal, que hoje pesa sobre o México. Tem tratados de comércio e navegação com a Inglaterra, Dinamarca, Holanda, Suíça, Cidades Hanseáticas, Saxônia, Prússia, Estados Unidos, Chile, Peru, Colômbia e Guatemala.

O tratado que fez com a França em 1832 está considerado nulo, de um lado por ter o Congresso Mexicano reprovado um artigo; do outro, por se julgar menoscabada a soberania nacional, não admitindo a França o alternato e exigir a precedência em ambos os originais.

Durante que [*sic*] o enviado mexicano reclamava em Paris a reparação daquela injustiça, o da França no México concordava com o ministro das Relações Exteriores uma declaração para os franceses serem em tudo equiparados à nação mais favorecida, enquanto não forem devidamente resolvidas aquelas questões sobre o tratado; e é provável que assim continue por muito tempo, porque a França não quer ceder o alternato e tem, naquela declaração categórica, tudo quanto o tratado pode proporcionar aos franceses e ao seu comércio.

O México tem atualmente seis legações fixas e uma ad hoc: em Inglaterra, França, Peru e Roma são desempenhadas por enviados extraordinários; e por encarregados de negócios na Prússia e Saxônia. A legação ad hoc é a que deverá estar atualmente em Madri, para onde seguiu o ministro que estava em Londres.

Das referidas nações, só a França e a Inglaterra têm em México enviados extraordinários; e os Estados Unidos um encarregado de negócios. Posto que exista também aqui, desde 1827, um ministro plenipotenciário da América Central, contudo deve considerar-se nulo porque o seu governo o desconhece, ou, pelo menos, não o ocupa nem lhe paga.

Os mexicanos, em geral, detestam os estrangeiros, antipatia que lhes vem da educação espanhola e de que, em grande parte, são culpados hoje os mesmos estrangeiros. De qualquer a nação que estes sejam, o povo os confunde e toma todos por hereges. As classes que estão acima deste vulgar prejuízo não podem sofrer a arrogância e desprezo que ostentam aqueles estrangeiros; e, muito deles, sem terem em seu favor qualidade alguma, a não ser a de haverem nascido no outro lado do oceano, que tanto os preocupa.

Esta aversão nacional é sentida com mais força por quem tem a seu cargo dirigir os negócios públicos, em razão de que diariamente se lhe oferecem desagradáveis testemunhos dessa arrogância e desconsideração. Daí nasce, sem dúvida, o desejo, que o gabinete mexicano tem manifestado, de que as novas nações conterrâneas de origem espanhola e portuguesa, reunidas em um congresso, concordem no Direito Público Americano, que deva ser uniformemente observado por todos, a fim de acabarem os exemplos de aberração do direito comum praticados na América por exigências dos governos europeus e por estes oportunamente alegados como regra estabelecida, embora não seja conforme às que são observadas no Velho Mundo.

E tanto mais se empenha México em que todos os Estados deste continente concordem nos princípios que hão de seguir em comum, sejam quais forem as circunstâncias acidentais de cada um, quanto que se lisonjeia de poder dar impulso à política geral por ser o de mais população.

Um dos pontos de interesse comum que mais chama atenção, para ser tratado nesse congresso de plenipotenciários, é o patronato, a fim de regular a ingerência que nele deve ter a Sé de Roma. Destinavam propor este e outros assuntos graves quando aquele congresso se reunisse em Tacubaia, como assentaram antes de retirar-se do Panamá, o que para ali foi convocado por Bolívar. E, não obstante haver desaparecido o principal motivo da primeira convocação, que era tratar da defesa continental, México insiste, todavia, na junção do congresso para nele se ventilem outros negócios de não menos importância

para os novos Estados.

Ainda são considerados, pelo governo mexicano, em missão permanente os plenipotenciários que mandou a Panamá e vieram depois para Tacubaia, aonde têm esperado que se lhe reunissem os outros plenipotenciários, como concordaram.

– 16 –

[*Limites – com os Estados Unidos e com a República de Guatemala*]

A fixação dos limites da república é o assunto que mais ocupa presentemente o governo mexicano: receia perder ao norte e pretende ganhar ao sul. O susto que noutro tempo tiveram da Rússia, quando se divulgou que ela havia concluído com a Espanha um tratado que lhe dava ambas as Califórrias para estender até ali as suas possessões do noroeste, desvaneceu-se refletindo que entre estas e aquelas medeia a Nova Albion e que a Inglaterra não abandonaria para um tal engrandecimento o direito que lhe deu a esse território a posse tomada em 1578 por sir F. Drack [*sic*].

A marcha que o governo dos Estados Unidos seguiu com a Espanha, depois da compra da Louisiana a Napoleão em 1803, alegando direitos adquiridos por essa compra sobre as Flóridas, em vez de se contrair a fixar os seus limites com elas e que teve por final resultado irem aquelas aumentar o número dos Estados da União, tem sido praticada posteriormente pelos mesmos Estados Unidos com o México a respeito do território do Texas.

A título de cortar questões de direito, mas sem prescindir dos argumentos a que dá lugar a aquisição da Louisiana com uma fronteira indeterminada, têm os norte-americanos proposto por vezes ao governo mexicano comprar a província de Texas. É constante o fato de ter o ministro Zavala, subornado por Poinsett, em circunstâncias apuradas, pretendido persuadir ao presidente Guerrero que firmasse a cessão daquele território por 20 milhões de pesos; e que semelhante proposta causara não só a demissão imediata deste ministro, mas, também, a retirada do agente Poinsett, exigida com insistência pelo mesmo Guerrero ante o governo de Washington.

Tendo o governo do México admitido, em 1826, discussões com o astuto Poinsett sobre o tratado concluído em 1819 pela Espanha e os Estados Unidos para a cessão das Flóridas, o qual não podia ser objeto de discussão com a república, que então não existia, resultou

que a inabilidade do ministro mexicano deu armas ao de Nort'América para fazer reviver questões sobre os antigos limites da Louisiana, que deviam considerar-se terminadas.

Afinal, fizeram um tratado, que ficou logo regulando as relações comerciais, e marcou um prazo para se fazer um tratado de limites entre ambas as repúblicas, prazo que tem sido prorrogado duas vezes, a instâncias do gabinete mexicano.

Os nort'americanos desejam que o Rio Bravo, ou Grande do Norte, lhe[s] sirva de fronteira – sem atender a que México perderia, com essa raia, uma parte das províncias de Tamaulipas, Novo México, Coahuila e Texas em totalidade – e para isto alegam que são esses os limites da antiga Louisiana.

Mas por compra, intriga e sagacidade pretendem fixar a fronteira pelo rio Colorado até a lagoa que lhe dá origem, ao oeste do Monte Sabá, e daí para o norte, por uma reta a encontrar o rio Rojo; seguir por este até sua nascente e costear depois as vertentes da Cordilheira Oriental, o que lhe[s] daria a província de Texas em totalidade. Exigem como de direito inquestionável todo o terreno desta província, que fica além dos presídios estabelecidos em tempo dos espanhóis e, neste caso, lhes pertencerá mais de dois terços de Texas pelos fundos, correspondentes ao rio Rojo. Apresentam iguais pretensões na fronteira de Novo México com Arkansas.

A questão de limites é diferente a respeito da América Central. Por este lado, aparece México como ambicioso agressor. Havendo-se unido Guatemala a México quando este se proclamou império, tornou a separar-se logo que ele adotou o sistema de governo republicano federal, abraçando iguais formas governativas com a denominação de República de Centro América, composta das províncias que formavam a antiga Capitania General de Guatemala.

Como em tempo dos espanhóis nem sempre dependiam do mesmo centro as autoridades militares, civis e eclesiásticas, dava-se esse caso na província de Chiapas e na comarca de Soconusco, aonde umas estavam sujeitas a México e outras a Guatemala, o que tem dado motivo a sérias alterações entre os governos destas duas repúblicas vizinhas. Tendo ambas concordado deixar ao povo de Chiapas a liberdade de escolher a qual das duas repúblicas queriam [sic] ficar pertencendo, México alcançou, por via de intrigas, que esta se lhe unisse. Soconusco conseguiu também ficar considerado neutral, para mais tarde resolver de qual dos dois há de fazer parte.

Estes sucessos têm, desde o princípio, dado lugar a disputas e desgostos entre ambas as repúblicas. O fato de estar a província de Chiapas encravada nos Estados de Guatemala e Honduras, dificulta a demarcação dos limites de México com a América Central e oferece um refúgio aos criminosos e conspiradores desta última república.

Os povos de Soconusco, em número de 13 a 15.000 almas, fizeram, em 1827, propostas a México para unir-se a ele, que não tiveram resultado; agora, tornaram a repeti-las e se crê que serão admitidas, à vista da debilidade em que se acha a América Central para [se] opor à incorporação.

Outros vizinhos mais perigosos, e de risco imediato, afligem o governo mexicano: estes não questionam limites, disputam o usufruto. As províncias de Chihuahua, Coahuila, Sinaloa, Sonora e Novo México são continuamente assoladas pelos índios bárbaros, entre os quais se distinguem os terríveis yaquis, mayos e apaches, que em suas incursões só lhe[s] falta devorar as vítimas. Para conter estes selvagens, tinham os espanhóis um grande número de presídios e 98 missões, porém, as continuadas desavenças políticas depois da independência, diminuíram aqueles estabelecimentos e aumentou a ousadia dos invasores.

– 17 –

[Colonização – francesa, norte-americana e suas consequências]

A colonização no México está reduzida à província de Texas, mas há, em toda a república, muitos estrangeiros, especialmente franceses, que se ocupam das artes e comércio, e nenhum da agricultura.

Sabendo o Poder Legislativo do estado de Veracruz que M. Lainé de Villeveque, deputado em França no ano de 1827, havia advogado na respectiva Câmara o reconhecimento da independência da República Mexicana, mandou oferecer a este, em sinal de gratidão, uma grande porção de território nas margens do Rio Guatzacoalco, para ali estabelecer colônias, sob certas condições. Então, se julgava possível fazer a comunicação dos dois mares, Atlântico e Pacífico, por aquele rio ao Golfo de Tehuantepec, e achava-se lá uma comissão de engenheiros fazendo reconhecimentos.

M. de Villeveque aceitou logo a oferta e mandou examinar o terreno: o seu comissionado chegou ali em tempo de menos calor e, por conseguinte, de poucas febres e vômito negro; e, voltando à França, fez uma exagerada pintura da vegetação, abundância de preciosas ma-

deiras e vantagens que prometia a premeditada comunicação dos dois mares.

Bem depressa organizou uma colônia de 700 indivíduos – tendo por chefe aquele comissionado – que, ansiosos, partiram de França para irem possuir tanta riqueza. Chegaram ao Guatzacoalco na pior estação do ano e, sem precauções para garantir-se dos males próprios dela, subiram o rio em canoas, expostos ao sol, chuva, sereno e toda a qualidade de insetos, sem verem mais produções que grossas árvores em meio de pântanos; sem poderem, por muitos dias pôr pé em terra. De pouco lhe[s] serviram as barracas de madeira que construíram depois, enquanto tinham forças – que logo perderam – e, por fim, acabaram quase todos vítimas da febre amarela, dos insetos e da fome. Os poucos que tiveram a fortuna de escapar a tantos males, chegaram a Veracruz descalços, nus e moribundos, em busca do seu cônsul para socorrê-los e dar-lhe[s] passagem para regressar à França. Este deu parte ao governo francês, que mandou imediatamente uma embarcação de guerra para recebê-los; mas, já não encontrou senão 72, os quais voltaram à sua pátria maldizendo a América e quem os tinha enganado.

Em 1818, veio o general Lallemant com vários franceses, que haviam emigrado como ele para os Estados Unidos, estabelecer-se na província de Texas, em um lugar a que deu o nome de “Campo de Asilo”. Pouco depois, a política inglesa daquela época e, quiçá, o interesse dos Estados Unidos, fizeram desaparecer esta colônia ou reunião fraternal. Um nort’americano de nome Austin correu a substituí-la com indivíduos da sua nação e essa nova colônia foi consentida e, prosperando, atraiu mais povoadores.

O governo mexicano, sempre ocupado com as dissensões intestinas, descuidou aquela parte do seu território e, quando lhe deu atenção, encontrou nele nort’americanos em linguagem, costumes, leis e governo. A esse tempo, estava a colônia legalmente permitida pela legislatura do[s] estado[s] de Coahuila e Texas, a quem o Congresso Geral tinha autorizado em 1824 para colonizar o seu território, reservando-se porém a faculdade de ditar as leis que julgasse necessárias a respeito dos indivíduos de qualquer nação que não conviesse serem admitidos: reserva de que fez uso em 1830, decretando que ficava proibido aos estrangeiros pertencentes a estados limítrofes colonizar os territórios que est[ives]em em contato com os da respectiva nação.

Esta lei, e outras providências do governo, assustaram os colonos nort’americanos e indispuseram o gabinete de Washington contra

o de México, a ponto de ameaçá-lo com fazer valer o direito dos Estados Unidos àquela província.

México empregou, então, todos os meios possíveis para nacionalizar aqueles colonos, estabelecendo entre eles autoridades, leis e costumes mexicanos; mas, já era tarde e tudo foi infrutífero. Os colonos continuaram a viver como antes, servindo-se de pretextos para não obedecer ao governo e fizeram-lhe aberta resistência, fiados nas forças que já t[*inham*], no conhecimento prático do terreno, na distância em que estão da capital da república e contando com serem ajudados pelos seus compatriotas.

O governo dos Estados Unidos, não tendo podido obter por transação a posse daquele vasto território, não perderá a ocasião de consegui-lo, sem estrépito, fomentando a resistência e promovendo a separação da província como Estado independente, certo de que este há de vir engrossar a sua federação.

Para que assim suceda, aproveita agora a oportunidade da mudança do sistema federal para o unitário, que o México acaba de efetuar, e faz aparecer à frente da resistência a essa mudança um mexicano, de nome Zavala, para pretextar que se trata de combater o novo sistema e, não, de separar-se da família mexicana.

Entretanto, as cousas têm chegado a ponto que já não admitem meio termo, isto é, ou México há de ficar sem a província de Texas, ou os colonos nort'americanos hão de ser expulsados [*sic*] dali; ou, quando menos, conduzidos para longe da fronteira da república com os Estados Unidos e dispersos aí. Qualquer destes últimos expedientes conduzirá infalivelmente a uma guerra entre as duas nações, cujas consequências serão sempre fatais ao México.

O governo vai passar por essa prova. Conhecendo quanto importa obrigar aqueles colonos a serem mexicanos, em vez de continuarem a considerar-se cidadãos de Nort'América, prepara atualmente uma expedição de tropas para Texas, à cuja frente irá o próprio presidente Santa-Anna, e acaba de enviar aos Estados Unidos um ministro plenipotenciário para observar e impedir que os rebeldes sejam dali auxiliados.

México, 28 de outubro de 1835.

Duarte da Ponte Ribeiro

1836

OFÍCIO • 08 MAIO 1836 • AHI 212/2/4

N. 15

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Persuado-me dever referir a V. Exa. algumas cousas que ouvi, ou presenci, nos países que venho de transitar; e para não incomodar a V. Exa. com longos discursos, tomei o expediente de arranjar o incluso *memorandum*. Queira V. Exa. desculpar-me se não obro como devo e acreditar que me prezo de ser

De V. Exa.

Muito atento venerador e criado

Porto do Rio de Janeiro,
8 de maio de 1836.

Duarte da Ponte Ribeiro

MEMÓRIA • 1 ABR. 1836 • AHI 259-3-2

N.3

Golpe de vista sobre a República de
Centro América, Antilhas e Estados Unidos

Centro América

1º. O Estado de Guatemala, sendo o maior da federação e dando 17 deputados para o Congresso Geral, composto de 40, tinha preponderância em todas as deliberações; e, como a reunião se fazia na capital, havia sempre nela muita intriga e suborno para as eleições de representantes.

Para evitar um e outro mal, conseguiram os estados mudar o Distrito Federal para a capital do estado de San Salvador, adicionando-lhe um raio de quatro léguas de extensão. Fez-se a primeira reunião do Congresso Geral em 1835 e o assunto de preferência que trataram foi a divisão do Estado de Guatemala em dois, um conservando a mesma denominação, outro com o nome de Estado de Guetzaltenango, com capital a 40 léguas da fronteira de Chiapas. O governador de Guatemala passou uma circular aos dos outros estados, fazendo-lhes ver que semelhante medida era uma traição à pátria e seus autores, os mesmos que já quiseram unir Guetzaltenango a México e que ainda tratam de levá-lo a efeito, de acordo com alguns emigrados que estão naquela república. Esta circular correu impressa e assustou o Congresso, a ponto de não agitar mais essa questão.

Depois que Centro América teve conhecimento da mudança do sistema de governo efetuada em México, principiaram também a fazer *Pronunciamentos* para República Central e há toda a probabilidade de que venha a parar nisso. Agora fazem valer a falta de homens para as legislaturas, servindo-se das razões alegadas antes por alguns estados, quando pretenderam que os mesmos indivíduos pudessem ser alternativamente deputados ao Congresso Geral e às legislaturas.

A população cada dia diminui mais: segundo informações que merecem algum crédito, consta de 700.000 índios puros, 500.000 mestiços da raça caribe, e 60.000 brancos. Continua de presidente um tal Morazán, a quem não tardará a sorte a desterro, que têm tido todos os seus antecessores. Este presidente recorreu ao governo francês para intervir com o de Inglaterra para retirar o seu estabelecimento de Belize,

no estado de Honduras, mostrando que, enquanto aquele existir, não terá a república integridade, nem poderá evitar o ruinoso contrabando que por ali se faz. A França, para resolver, ou ganhar tempo, nomeou um cônsul para Campech, homem de conhecimentos e viveza (M. le Comte D'Hauterive) para, daquele ponto imediato, observar e fazer as indagações convenientes para tomar a final resolução a respeito do pedido.

Cuba

2º. A ilha de Cuba goza de florescente agricultura e comércio ativo. O atual capitão general, dr. Miguel Tacón, tem seguido o sistema de deixar a todos em plena liberdade, castigar os abusos e administrar reta justiça: de que resulta reinar a paz e estarem todos contentes com ele. As rendas do estado sustentam o numeroso exército de 20.000 homens, que guarda os portos e contém os negros em obediência; pagam em dia todos os empregados e mand[am] anualmente para Espanha mais de milhão e meio de pesos. A maior parte dos emigrados de México, Guatemala e Colômbia, vieram com os seus cabedais estabelecer-se nesta ilha. A população tem aumentado, desde 1820, mais 200.000 habitantes: hoje conta perto de 1.000.000; sendo 300.000 brancos, 100.000 de cor libertos e 600.000 escravos.

Porto Rico não apresenta tão lisonjeiro quadro; mas ainda assim tem melhorado. A sua população anda por 90.000: 16.000 brancos, 40.000 libertos e 34.000 escravos.

Possessões B[ritânicas]

3º. A liberdade dos escravos tem diminuído os produtos agrícolas em quase todas as possessões britânicas nas Antilhas. Em algumas tem havido desordens, que têm sido castigadas com o maior rigor; em outras os proprietários se arruinam diariamente pagando jornais e, só naquelas aonde os negros são obrigados a trabalhar para comer e por módico preço, em razão de faltar terreno e frutos para eles, ainda dão algum interesse: tais são as pequenas ilhas do arquipélago caribiano [sic].

Os 20 milhões de libras esterlinas, voltados para liberdades dos escravos em todas as colônias inglesas, foram regulados a 25 libras cada um, calculando sobre 800.000 cativos, que têm em todas elas. Esta diminuta indenização fez muitos descontentes e, principalmente, os que tinham comprado por 100 e mais libras, e ficaram sem os rendimentos

desse capital, de que viviam. Nenhum proprietário quis ficar com os jovens por *aprentissagem*, como determina a lei. Se esta não foi suscitada pelos acredores dos colonos para se pagarem das somas fiadas, só a eles trouxe benefício, porque embargaram para seu pagamento as quantidades que aqueles deviam receber por indenização. Se o governo inglês concebesse o plano de fazer passar às Índias Orientais o maior número possível de seus súditos para conservar aquelas vastas possessões, não podia pôr em prática outro melhor que a liberdade aos escravos para obrigar os senhores a ir, com o seu capital, estabelecer-se no Indostan, que lhe proporciona braços por insignificante salário para colheitar os mesmos gêneros. Já alguns têm tomado aquele caminho.

Antilhas Fr[ancesas]

4°. Princípiam a sentir-se nas Antilhas Francesas os efeitos da liberdade que os ingleses deram a seus escravos. Daquelas fogem muitos para as destes, julgando que vão ali ser livres: alguns têm perecido em pequenos barcos, outros têm sido entregues pelas autoridades inglesas, e vão fazer desordens. Na Martinica e Guadalupe, já houveram sublevações de assustar os colonos e algumas foram punidas com a guilhotina. Estes acontecimentos dão lugar a sérias reflexões e fazem reear a sorte de S. Domingos. Os que pensam ser necessário praticar o mesmo que os ingleses, instam com o governo para cuidar disso o mais pronto possível; até já houve na Câmara de Deputados quem iniciasse esta medida. Aqueles a quem ela convém, demonstram ao governo que deve opor-se, se quer conservar as suas colônias. Este, para ter mais exato conhecimento do assunto e poder deliberar, chamou o procurador geral da ilha de Guadalupe, M. Auguste Bernard, letrado de conhecimento e probidade, para vir informar sobre o estado das colônias, encarregando-lhe que passasse às inglesas a indagar e ver as consequências, que ali produziu aquele rasgo de filantropia inglesa. Este empregado visitou as Barbadas [sic], Antígua, Nevis, Jamaica; passou depois a S. Domingos e, dali, veio aos Estados Unidos. Já seguiu para França e vai convencido de que as colônias se perdem se a câmara se ocupar de seguir o exemplo de Inglaterra. É, porém, de opinião que, sem falar de liberdade, se tomem medidas policiais que obriguem os senhores a tratar os escravos com mais brandura e a inspirar-lhes sentimentos de homens.

Estas duas ilhas – Martinica e Guadalupe – quase são as únicas colônias francesas e exportam prodigiosa quantidade de café e açúcar:

a primeira tem 97.000 habitantes, em que não há 10.000 brancos; a segunda conta 15.000, em 107.000.

Estados U[nidos]

5º. Os norte-americanos lançaram a máscara com respeito a Texas. Em todos os portos há *comitês* reunindo fundos e alistando vagabundos para enviá-los, com munições de guerra, a auxiliar os colonos sublevados contra o governo mexicano; e, publicamente, se lhes oferecem *datas* de terras, e outros se vendem por ações. Tendo-se queixado o ministro mexicano ao de Washington, proibiu este a saída de armas e gente para Texas. Enquanto tudo partia para o mesmo lugar, com diferente denominação, protestaram os interessados contra o embargo como anticonstitucional: o governo ouviu o Poder Judicial, que declarou que a Constituição não proíbe aos cidadãos norte-americanos que mandem a sua propriedade aonde lhe fizer conta e se dirijam a qualquer parte com uma espingarda ao ombro, ou uma cana na mão. Depois desta declaração, em que o governo teve parte, segundo dizem, têm aumentado os auxílios e se fala da separação de Texas como assunto concluído. Há quem acredite que esta empresa está recomendada privadamente a um tal Huxton⁶, amigo de Jackson, que foi governador de Tennessee e se acha atualmente à frente dos colonos, com o coronel Austin e Zavala. Engajam para ali todos os pretos forros, a quem desejam desterrar do seu país, e esta classe detestada embarca gostosa para livrar-se do desprezo e completa degradação social a que está reduzida em a terra clássica da liberdade. Já ali vão encontrar muitas da sua cor, que os colonos compram a contrabandistas americanos, cujas armações se fazem mesmo em New York, a título de ir buscar madeiras e marfim. A empresa de mandar para a costa de África os escravos libertados está quase abandonada: os maus resultados têm esfriado a filantropia dos cuakeros⁷.

Os novos governos americanos não devem desprezar a asserção do presidente dos Estados Unidos na sua mensagem ao Congresso, quando fala da necessidade que haverá de usar da força para fazer-se justiça e obter as reclamações, que diariamente aumentam e são desatendidas, desculpando-se com as intermináveis revoluções. Esta ameaça parece ser dirigida mais particularmente a México. Ao mesmo tempo que dirigiu ao governo mexicano uma nota, exigindo que as

6 N.E. – Sam Houston, governador do Tennessee entre 1827 a 1829.

7 N.E. – Quakers.

tropas que se encaminham a Texas respeitem a sua fronteira, manda marchar para lá alguma da sua para defendê-la, em caso de ser invadida em seguimento dos sublevados.

Também é digno de reparo o discurso do governador da Carolina do Sul à sua legislatura, em que se queixa muito do governo federal e mostra a impossibilidade de continuarem unidos, pela mesma Constituição, estados cujos elementos são inteiramente opostos. Se a contenda com a França acabasse em guerra, há quem esteja persuadido, que os estados do sul aproveitariam essa ocasião para separar-se.

Deve notar-se, que a questão com a França não fica concluída com o pagamento dos 25 milhões, como os franceses se persuadem: o tratado declara que não renuncia às outras reclamações a que tenha direito e o presidente bem claro fala a este respeito na sua mensagem.

O negócio que mais ocupa presentemente os políticos norte-americanos é a futura eleição de presidente: a pluralidade está por Van Buren.

6º. A persuasão de que a senhora d. Maria II não dará sucessão ao trono, por estar muito gorda e não haver concebido de seu defunto marido, faz aparecer intrigas ambiciosas e muito mais, depois que foi sabida a declaração feita pela Assembleia Geral do Brasil, que chama a senhora d. Januária a suceder no trono ao senhor d. Pedro II. A senhora duquesa de Bragança nutre esperanças de ver sua filha reconhecida pelas cortes de Portugal como princesa portuguesa e, por consequência, herdeira da coroa, faltando sua augusta irmã sem sucessores. O reconhecimento não poderá tardar: nele estão empenhados José da Silva Carvalho, Agostinho José Freire, Marinho d'Albuquerque e outros, e já contam com 60 votos na câmara. O marquês de Loulé e sua esposa contam que a sucessão recairá em seus filhos e têm em seu apoio os indivíduos do atual ministério e toda a facção de Leonel Tavares e Barjorna. O conde de Sampriest⁸ anima esta pretensão e se esforça em contrariar os desejos da ex-imperatriz: este enviado, aborrecido por todo o corpo diplomático, vangloria-se de que há de acabar com a influência inglesa em Portugal. Disto é sabedor o ministro britânico e o trata com muita etiqueta.

O governo português, não podendo opor-se à imigração dos seus súditos, busca meios indiretos para evitá-la: assim é que faz aparecer as publicações que traz o *Nacional*, de 28 de março, a respeito dos co-

8 N.E. – Saint-Priest.

lonos idos das ilhas do Açores para a Bahia. Tendo passado àquelas ilhas um comissionado pela sociedade colonizadora da Bahia, foram logo ordens aos governadores para dificultar os engajamentos, exigindo muitas garantias, que não possam prestar-se e ponham os colonos em desconfiança.

O atual ministério vai ser mudado, logo que chegue o príncipe: fala-se que o novo será arranjado pelo conde de Lavradio, que ficará presidente do Conselho de Ministros.

Lisboa 1º de abril de 1836.

Duarte da Ponte Ribeiro

A A L E M A N H A

A correspondência de Berlim
(1932-1936)

APRESENTAÇÃO

No intuito de oferecer, aos estudiosos do período, um universo documental que esperamos lhes seja de valor, o Centro de História e Documentação Diplomática traz a público ofícios da legação brasileira em Berlim à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em meados da década de 1930.

As informações veiculadas pelos documentos abrangem múltiplos aspectos da Alemanha no quadriênio 1932-1936, tão significativo para aquele país, e essa perspectiva – de personagens daquela história que, se não foram decisivos, nem por isso eram menos observadores – pode contribuir para a análise de acontecimentos que deixaram marcas profundas na sociedade e continuam a instigar pessoas que desenvolveram uma extensa gama de interesses ligados ao tema.

Durante os quatro anos e quatro meses cobertos pelos documentos a seguir transcritos, a legação teve como chefes de posto Adalberto Guerra Duval, no período de 12/11/1932 a 28/07/1933, Artur Guimarães de Araújo Jorge (entre 18/10/1933 e 04/02/1935) e José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão (de 28/12/1935 a 20/03/1936). Todos tiveram o primeiro-secretário Adriano de Souza Quartín como auxiliar e eventual substituto; nesta condição, alguns dos documentos selecionados trazem a sua assinatura.

Delimitado pelas eleições para o Reichstag de 1932 e de 1936, o

corte temporal executado sobre a documentação abre aos pesquisadores a possibilidade de acompanhar a evolução do quadro político alemão, no período, pelo relato de observadores distintos. A seleção dos ofícios recaiu sobre as “notícias políticas” – mais tarde transformadas em “mês político” –, resumo nem sempre compilado pelo próprio titular do posto, mas cujos temas, certamente, eram pinçados dentre os informes mais significativos do período. As informações detalhadas sobre o posto, tanto no plano econômico como no social, militar e político, bem como assuntos específicos, peculiares às relações entre-tidas por ambos os países, eram antecipados às respectivas seções do ministério por outro meio de comunicação, de amplo uso no período, como foram os telegramas.

Como é praxe do CHDD, as fontes aqui publicadas são primárias, o que exclui artigos de imprensa e outros anexos à documentação, não originais ou não pertinentes à seleção. Tampouco é contemplada a correspondência expedida pelo MRE, dado que esse tipo de documento não carecia de resposta, tendo mais um caráter de relatório.

Mesmo com abundância de estudos a respeito deste como de outros temas, o distanciamento no tempo sempre abre espaço para novas pesquisas, objetivo que o Centro procura estimular. Transcrever esta correspondência, assim, cumpre o propósito de ampliar as fontes de informação sobre o período com registros contemporâneos do desenrolar histórico de um contexto de enorme complexidade e marcado por situações que conformaram o século XX como uma “era de extremos”.

1932

OFÍCIO • 12 NOV. 1932 • AHI 04/02/15

[Índice:] Eleições para a renovação do Reichstag.

N. 130

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 12 de novembro de 1932.

Senhor Ministro,

As eleições para a renovação do Reichstag¹ realizaram-se em toda a Alemanha, no dia 6 do corrente, dentro de relativa calma e absoluta regularidade. Os resultados do pleito não apresentam nenhuma surpresa, antes eram previstos por todos quantos acompanham a ação partidária e as alternativas do seu desenvolvimento desde a última eleição presidencial.

2. O número dos sufrágios, com relação ao pleito de 31 de julho, apresenta uma diminuição de cerca de dois milhões. Os nacionais-socialistas obtêm 33% dos votos contra 37% da eleição de 31 de julho; os sociais-democratas 20,4% contra 21,4%; os comunistas 16,9% contra 14,4%; o Centro Católico 11,9% contra 12,3%; os nacionais-alemães 8,7% contra 5,8%; os populistas bávaros 3,1% contra 3,2%; os populistas alemães 1,9% contra 1,2%; os cristãos-sociais (protestantes conservadores) 1,2% contra 1%; o Partido do Estado (antigo Partido Democrata), 0,9% contra 1%. Reduzindo a algarismos esta porcentagem, os nacionais-socialistas obtêm 11.713.785 votos contra 13.745.780 da eleição de julho; os sociais-democratas 7.327.894 contra 7.959.712; os comunistas 5.974.200 contra 5.282.626; o Centro Católico 4.228.633 contra 4.589.336; os nacionais-alemães 3.064.977 contra 2.177.414; os populistas bávaros 1.081.932 contra 1.192.684; os populistas alemães 660.092 contra 436.014; os cristãos-sociais 412.685 contra 364.542; o Partido do Estado 338.064 contra 371.799.

3. Os nacionais-socialistas elegem 196 representantes contra 230 no pleito de julho; os sociais democratas 121 contra 133; os comunistas 100 contra 89; o Centro Católico 69 contra 75; os nacionais-alemães 51 contra 37; os populistas bávaros 20 contra 22; os populistas alemães 11 contra 7; os cristãos-sociais 5 contra 3; o partido do Estado 2 contra 4. O Partido Camponês elege 3 representantes; o Partido Médio 2; o camponês do Wurtemberg, 2; o partido do Hanover, 1; o Partido Agrário da Thuringia, 1. O número dos representantes no novo Reichstag é de 583 contra 608 na assembleia de julho. Estes 583 repre-

1 N.E. – Parlamento alemão.

sentantes formarão o novo Reichstag, a reunir-se no próximo dia 6 de dezembro.

4. Os resultados do pleito indicam que a composição do parlamento não sofreu grande modificação. A mesma impossibilidade da formação de uma maioria estável, verificada nos parlamentos reunidos após a última eleição presidencial, se apresenta agora. A união dos nacionais-socialistas com o Centro Católico não é suficiente para a formação de maioria.

5. Em uma declaração à imprensa, o chanceler declara que a possibilidade de fornecer o novo parlamento um trabalho útil, sobretudo no que diz respeito ao problema constitucional, depende somente dos partidos. De sua parte, o gabinete aceita a colaboração de todos, não dando maior importância a questão de pessoas. Se o novo Reichstag se apresentar com a mesma incapacidade de trabalhar, constatada nos anteriores, será também dissolvido.

6. O principal resultado do pleito é, sem dúvida, o desaparecimento da possível maioria formada pela adição dos católicos aos hitleristas no parlamento anterior. A maioria absoluta no novo Reichstag será de 292 votos e os hitleristas, o centro e os bávaros reunidos, não disporiam senão de 283. Não é menos digno de nota o aumento da votação comunista. O número de votantes em Berlim, com relação ao pleito de 31 de julho cresceu de 170 mil, dos quais quase a totalidade veio reforçar a votação dos candidatos comunistas. O progresso dos comunistas se manifestou igualmente nos centros industriais do oeste e do centro, e, bem assim, entre os agrários do sul.

7. A imprensa comenta serenamente o resultado da consulta eleitoral, ao mesmo tempo em que constata a diminuição de votos nacionais-socialistas e o progresso comunista. O *Deutsche Allgemeine Zeitung*, órgão nacionalista, pergunta se a ação hitlerista vai evoluir para o extremismo, se vai prestar sua colaboração a outros partidos, ou se vai eventualmente apoiar o gabinete presidencial. O *Vormwaerts*, socialista, diz que a pretensão dos nacionais-socialistas à hegemonia sobre o Reich fracassou. Pergunta este diário se os comunistas estarão dispostos a unir-se com os sociais-democratas. O *Hamburger Tageblatt*, órgão nacional-socialista, constata, do resultado do pleito, que os nazistas formam o partido mais numeroso do Reich e deduz que, assim, tem o direito de pretender a totalidade do poder.

8. Ainda é cedo para afirmar se, do pleito, advirá maior prestígio e força do gabinete atual por alguma possível coalizão de partidos

da direita, que permita, enfim, governar com a maioria real no Reichstag. Seja como for, a situação política é, no momento, ainda instável e melindrosa.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 5 DEZ. 1932 • AHI 04/02/15

[Índice:] Situação política

N. 140 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 5 de dezembro de 1932.

Senhor Ministro,

A falta de apoio ao governo, verificada ainda uma vez nas diversas correntes políticas de que se compõe o novo Reichstag, a oposição mais e mais violenta de alguns estados confederados e, outrossim, o descontentamento maior de certas classes sociais, levaram o chanceler a apresentar ao presidente, nos primeiros dias de novembro último, a demissão irrevogável do gabinete.

2. Ligado a von Papen pelos laços de uma velha amizade, que a colaboração no governo ainda lograra aumentar, relutou o presidente, até o dia 17 do referido mês, em conceder a demissão ao chanceler. Decidiu-o, porém, a convicção gerada pelos acontecimentos, de que nenhuma combinação governamental seria passível de acordo com as correntes políticas sob o gabinete Papen.

3. A crise ministerial verificada então era, de certo modo, prevista nos meios políticos mais ligados ao governo, onde a dissolução do terceiro Reichstag, apreciada como uma medida que só a absoluta necessidade poderia aconselhar, era uma hipótese a afastar. Demais, o desejo de Hindenburg de formar uma maioria parlamentar estável, pela coalizão das direitas, com a adesão dos nacionais-socialistas e dos partidos católicos, era conhecida daqueles meios.

4. Com a nomeação, no dia 2 do corrente, do novo chanceler, teve a crise seu desfecho natural. Recaiu a nomeação no general von Schleicher, que ocupava no gabinete Papen o cargo de ministro da Reichswehr² e de quem tenho feito referências em meus ofícios anteriores sob o índice “Situação política”³.

5. No dia 3, o presidente ratificou a lista ministerial apresentada pelo novo chanceler, assim organizada: Chancelaria, Defesa Nacional e Comissariado na Prússia - general von Schleicher; Negócios Estrangeiros - barão von Neurath; Interior e Sub-Comissariado na Prússia - dr. Bracht; Finanças - conde Schwerin von Krosigk; Justiça - dr. Guertner; Trabalho - dr. Syrup; Comunicações e Correios - barão von Eltz-Ruebenacht; Ministro sem pasta - dr. Popitz; Economia - dr. Warmbold; Alimentação - von Braun; Comissário para os sem trabalho - dr. Gereke.

6. A lista ministerial foi dada à publicidade juntamente com uma carta do presidente a von Papen. Nesta missiva, concebida em termos extremamente cordiais, Hindenburg testemunha a von Papen sua mais completa confiança, sua maior consideração e apreço pelos serviços por ele prestados ao país.

7. Os nacionais-socialistas continuam a manter a mesma atitude em relação ao atual gabinete, pois, o chefe *naçi* persiste na mesma política de pretender o poder ditatorial para o seu partido e não encontra, para esse fim, o apoio do presidente. A resistência de Hindenburg em entregar o Reich⁴ à ditadura de um partido foi mais uma vez evidenciada nas diversas fases da crise ministerial.

8. A constituição do gabinete Schleicher obedeceu ao critério de estabelecer a trégua política de que tanto carece a Alemanha para a tarefa de sua reorganização econômica e financeira.

9. Pelo meu ofício n. 72, de 20 de junho último, enviei a Vossa Excelência um extrato da biografia de von Schleicher.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

2 N.E. – Defesa Nacional, também usado para designar as forças armadas.

3 N.E. – Fora do corte temporal.

4 N.E. – Termo usado, desde a unificação alemã, para designar a nação, o governo central.

A Sua Excelência o Senhor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 22 DEZ. 1932 • AHI 04/02/15

[Índice:] Programa do gabinete Schleicher.

N. 146

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 22 de dezembro de 1932.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, em suas linhas gerais, o programa com que o novo gabinete, presidido pelo general von Schleicher, assume o governo em um dos momentos mais críticos dos fastos políticos da Alemanha.

2. Consta aquele programa do discurso pronunciado pelo chanceler, no dia 15 do corrente. Este discurso foi irradiado e teve a maior divulgação possível, pois, a imprensa prestou, no dia imediato, o seu concurso para que o programa do novo governo fosse conhecido em todos os recantos deste país e, como acontece nesses casos, tivesse a sua natural repercussão no estrangeiro.

3. Von Schleicher iniciou o seu discurso refutando as declarações do general von Lietzmann, presidente do Reichstag, que, na sessão inaugural do parlamento, pretendeu diminuir a ação do marechal von Hindenburg nas campanhas da frente oriental, durante a Grande Guerra. Em seguida, von Schleicher diz que hesitou em aceitar o posto de chanceler, por dois motivos: primeiro, por não querer ser o sucessor de seu amigo von Papen; segundo, por não desejar acumular as funções de chanceler e de ministro da Guerra.

4. Continuando, diz o chanceler que não governará somente como soldado, mas, como árbitro de todos os partidos. Não vem para o poder com a espada, vem fazer um governo de apaziguamento, quer assegurar a paz interna da Alemanha. Diz que é bem conhecida sua opinião sobre a ditadura militar e que não pode conceber um governo sem apoio na opinião pública.

5. Em breves trechos do seu discurso-programa, o chanceler indica ao parlamento a diretriz que deve seguir: o Reichstag não se deve envolver nos negócios governamentais, nem fazer a política de partido,

nem procurar agradar aos eleitores com medidas que custam [sic] milhões e não poderão ser executadas. Diz que a única preocupação atual do povo alemão é a restauração econômica do país. A reforma constitucional não tem no momento nenhum interesse. A tarefa primordial do governo é, pois, a de combater a crise econômica, bem como, evitar que certas camadas da população se abandonem ao desespero. A nomeação de um comissário encarregado de procurar trabalho, por todos os meios possíveis, para os desocupados, não tem outro objetivo.

6. As obras suntuárias estão absolutamente prosritas do programa de von Schleicher. Da valorização da produção, o chanceler se ocupa com vivo interesse; diz que, na tarefa que vai empreender neste sentido, não necessita lançar mão da inflação, pois, já está aparelhado com os fundos necessários e o plano do dr. Luther é uma garantia de êxito. Sobre o ponto de vista financeiro, o governo espera poder administrar sem aumentar impostos e sem reduzir salários. O auxílio pecuniário do Reich aos estados e às comunas está previsto no programa.

7. O chanceler não é partidário, nem do capitalismo, nem do socialismo: pensa que se deve agir, em cada caso, de acordo com as circunstâncias e a oportunidade, e reputa erro grave o apego demasiado aos dogmas. O amparo à agricultura e aos mercados internos é um dos pontos principais do seu programa e será iniciado imediatamente; o regime de subvenções, entretanto, não será continuado.

8. Em certo trecho do seu discurso, von Schleicher faz apologia do militarismo quando diz que o exército é a imagem de uma organização social perfeita. Rememora, em apoio de sua afirmação, os resultados obtidos durante a guerra por todas as classes da população mobilizada. Para a educação cívica da juventude, von Schleicher preconiza o serviço militar geral, que seria prestado dentro dos quadros de uma milícia.

9. Referindo-se ao desarmamento, diz que os alemães vêm sendo acusados de pretenderem o rearmamento, e acrescenta: “Estamos prontos a nos armar com armas de papelão, se todos os nossos vizinhos fizerem o mesmo”. Em seguida, o chanceler dirige um agradecimento a Mussolini “que sempre compreendeu e sustentou o ponto de vista alemão”. As decisões de Genebra representam um grande progresso, afirma o chanceler, que aproveita a ocasião para agradecer os esforços de Bruening, von Neurath e von Papen “que tão bem souberam defender os interesse alemães”.

10. Sobre o grave problema da manutenção da ordem pública, o

chanceler fez declarações muito incisivas e enérgicas em seu discurso. Depois de anunciar que as medidas de exceção, decretadas pelo governo de von Papen, serão em parte modificadas, em parte abolidas, diz:

O presidente me encarregou de divulgar que ele não hesitará em adotar as medidas mais draconianas, se as esperanças de tranquilidade pública se desvanecerem. Aos profissionais da desordem e a uma certa imprensa que envenena a atmosfera, eu advirto que um decreto de repressão já se encontra pronto em minha gaveta. Espero, entretanto, que terei tão pouca ocasião de aplicá-lo, como de fazer intervir uma força do exército. Cumpre-me, ainda, declarar, para que não subsista dúvida alguma no espírito dos dirigentes do movimento comunista, hostil ao Estado, que o governo do Reich não recuará diante das medidas draconianas contra o Partido Comunista se este tentar explorar a nossa tentativa de conciliação, com o objetivo de excitar ainda mais a população.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



1933

OFÍCIO • 7 JAN. 1933 • AHI 04/02/15

[Índice:] Discurso do chanceler em 1º de janeiro de 1933.

N. 9

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 7 de janeiro de 1933.

Senhor Ministro,

O discurso do chanceler von Schleicher, pronunciado por ocasião da apresentação ao presidente von Hindenburg dos cumprimentos de praxe do governo alemão, pela entrada do ano novo, constitui a primeira manifestação política do ano no domínio internacional.

2. No discurso mencionado, referiu-se von Schleicher à atuação, no problema das reivindicações alemãs, dos chanceleres Stresemann, Bruening e von Papen. Disse, em resumo, que seus predecessores na chancelaria haviam logrado libertar a Alemanha do grande fardo das reparações; que as grandes potências haviam reconhecido, expressamente, o princípio da igualdade de direitos e haviam confiado à Conferência de Genebra a tarefa da aplicação deste princípio; que a Alemanha voltaria a Genebra com os objetivos de trabalhar para o desarmamento geral e conseguir as mesmas garantias de segurança que venham a ser outorgadas às demais nações.

3. A ação primordial do governo do Reich está, pois, bem definida, em suas linhas gerais, nas declarações do seu chanceler. O governo atual prosseguirá, etapa por etapa, no mesmo programa de política internacional dos governos anteriores. A continuidade da ação governamental, no que diz respeito às reivindicações, é bem evidente e raramente poder-se-á notar, em outros países, por parte dos governos que se sucedem, uma convergência de esforços tão acentuada na execução de programas políticos, como a que apresenta a administração alemã na questão das reivindicações.

4. Ao chanceler Stresemann coube preparar o terreno, obtendo a substituição do plano Dawes pelo plano Young e, sobretudo, conseguindo a evacuação da terceira zona renana antes do prazo fixado pelo tratado de paz. Bruening, pelo acordo de Lausanne, resolveu o problema das reparações, mediante a fixação do pagamento de uma cota final de 3 bilhões de marcos. Von Papen logrou fazer prevalecer em Genebra o princípio da igualdade de direitos, em matéria de armamentos. Ao chanceler von Schleicher cabe a tarefa de tirar o melhor partido possível do próximo debate sobre a organização da segurança.

5. A discussão sobre as garantias de segurança, muito provavelmente, fará surgir em Genebra a questão das reivindicações territoriais. O caso do corredor polonês vem sendo muito debatido pela imprensa ultimamente. Todos os jornais, pondo de lado o partidarismo político, estão de acordo em que a fronteira oriental do Reich precisa ser imediatamente retificada e fazem os mais veementes apelos ao governo para que satisfaça os patrióticos anseios do povo alemão neste sentido. Parece-me, no entretanto, prematura a esperança de um resultado próximo.

6. Como tudo faz prever, a próxima reunião de Genebra terá excepcional importância, pois ela deverá decidir sobre as modalidades da aplicação do princípio da igualdade de direitos, em matéria de armamentos. As reservas com que a França aprovou aquele princípio, fazendo depender sua atitude futura das garantias de segurança geral, possivelmente farão surgir o problema das reivindicações territoriais alemãs, sendo imprevisível a extensão e o desenvolvimento do debate internacional sobre a matéria, que envolve interesses vitais das potências signatárias do tratado de Versalhes.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Alberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 9 FEV. 1933 • AHI 04/02/15

[Índice:] Situação política. Organização do novo gabinete.

N. 22 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 9 de fevereiro de 1933.

Senhor Ministro,

A crise política, ocasionada pela demissão do gabinete Schleicher, acaba de ter uma solução inesperada com a nomeação do chefe nacional-socialista, Adolf Hitler, para chanceler do Reich, em 30 de janeiro próximo findo. A nomeação do chefe *naçí*, – na ocasião mesma em

que o movimento nacional-socialista parecia entrar em declínio, e seu partido perdia um dos seus maiores líderes, Gregor Strasser – nada, de fato, fazia prever.

2. Tão brusco como foi o desfecho da crise política, não logrou assim esta missão – no seu desejo natural de ir autorizando [*sic*], se possível, a marcha dos acontecimentos – prever em tempo a ascensão de Adolf Hitler à chefia do governo, tão rápida foi na verdade a evolução da crise na fase final.

3. A candidatura do atual chanceler só começou a delinear-se na última quinzena de janeiro. Nos últimos dias do mês, as probabilidades aumentaram; entretanto, a imprensa, em sua maior parte, foi ainda assim surpreendida com a escolha do chefe *naçi*. Boatos de uma conspiração das forças aquarteladas em Potsdam precipitaram a constituição do governo. No mesmo dia da organização do gabinete, o *Berliner Mittag Zeitung*, na sua edição que sai ao meio dia, anunciava que, segundo as melhores informações, a escolha de Hitler era considerada improvável.

4. A combinação ministerial, que acaba de vencer, surgiu dos conciliábulos que, durante dias sucessivos, se realizaram entre o ex-chanceler von Papen, Hitler e o chefe do Partido Nacional-Alemão, A. Hugenberg. Colocando-se em segundo plano, com a aceitação da vice-chancelaria, von Papen teria facilitado a vitória da fórmula em que inegavelmente foi *magna-pars*. Desempenhando a vice-chancelaria e as funções de comissário do Reich na Prússia, não há dúvida de que este último cargo dá ao ex-chanceler um lugar de destaque excepcional no gabinete.

5. A lista dos novos ministros ficou assim constituída: chanceler do Reich - Adolf Hitler; vice-chanceler e comissário do Reich na Prússia - von Papen; ministro dos Negócios Estrangeiros - von Neurath; ministro da Economia e da Alimentação - Hugenberg; ministro do Trabalho - Seldte; ministro das Finanças - conde Schwerin von Krosigk; ministro do Interior - S. Frick; ministro do Ar - Goering; ministro dos Correios e Comunicações - von Ruebenacht; ministro da Justiça - dr. Guertner; ministro da Guerra - general Blomberg.

6. Dos atuais ministros, quatro já faziam parte do gabinete Schleicher: Neurath, Guertner, Krosigk e Ruebenacht, conservam respectivamente as pastas do Exterior, Justiça, Finanças e Correios. Sobre estes, bem como sobre Hitler e Papen, deixo de enviar novas informações a Vossa Excelência, pois, em ofícios anteriores desta legação

existem dados suficientes sobre os mesmos. As biografias de Hitler, Papen, Neurath e Goering foram, em tempo, enviadas para o arquivo biográfico⁵, cuja recente criação nessa Secretaria de Estado apresenta já resultados.

7. Entre as individualidades que formam o gabinete, destaca-se, na pasta da Economia, o grande chefe dos nacionais-alemães, Hugenberg. Representante de grandes forças eleitorais, sua inclusão na fórmula de 30 de janeiro vem trazer grande prestígio ao governo nacional-socialista. Reputado cultor da ciência econômica, está muito bem na pasta que lhe foi designada. A presença no gabinete de Seldte, ministro do Trabalho, assegura ao governo o apoio dos Capacetes de Aço⁶, de cuja associação é ele o presidente. Goering, ministro do Ar, acumula estas funções com as de presidente do Reichstag e suas ligações com o chefe *nazi*, pelos seus grandes trabalhos no Partido Nacional-Socialista, determinaram sua inclusão no gabinete. As nomeações para as pastas das Finanças e da Guerra, conde Schwerin e general Blomberg, não obedeceram a nenhum critério político. Prevaleceu nestas nomeações o desejo de entregar as duas pastas a dois técnicos. O general Blomberg comandava a divisão da Prússia Oriental e representa a Alemanha em Genebra, na comissão do desarmamento. O ministro do Interior, Frick, é pessoa de imediata confiança do chanceler e está perfeitamente identificado com o programa nacional-socialista.

8. A ascensão de Hitler ao poder – se não fossem modificadas as linhas mestras do seu programa político-social, se a intransigência continuasse ali a predominar, se persistissem as mesmas reivindicações, no que respeita à política exterior do Reich –, reservaria, estou certo, à Alemanha um período de graves comoções. Entretanto, as primeiras declarações do chanceler e algumas decisões já tomadas permitem supor que ele evitará, no exercício do poder, os exageros naturais da propaganda partidária de oposição. De qualquer modo, o governo nacional-socialista de Hitler é considerado como o mais importante acontecimento político neste país, depois da queda dos Hohenzollern.

9. O apoio do Centro, indispensável para a formação no Reichstag de uma maioria estável, não foi conseguido nos termos em que

5 N.E. – Pela circular n. 686, 20 de abril de 1932, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores recomendara a compilação e envio dos dados biográficos das personalidades de destaque no cenário político mundial, com o objetivo de ampliar seus arquivos.

6 N.E. – Stahlhelm. Nome de uma associação dos veteranos da Grande Guerra, que atuava como milícia e era legalmente reconhecida.

era desejado pelo chanceler. Por este motivo, foi o Reichstag dissolvido e marcada nova eleição para 5 de março próximo.

10. Parece-me plenamente provável que as novas eleições constituam uma maioria absoluta formada de nacionais-socialistas e nacionais-alemães, dando assim facilidades a um governo de aparência parlamentar.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Alberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 MAR. 1933 • AHI 04/02/15

[Índice:] As eleições de 5 de março. Triunfo da revolução *naçi*.

N. 42 / CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 12 de março de 1933.

Senhor Ministro,

Apenas investido da autoridade, o chanceler Hitler apressou-se em fixar as eleições gerais no dia 5 de março. O prazo foi o mais curto possível, enquanto o entusiasmo dos companheiros e o pânico dos inimigos faziam mais propícia a propaganda eleitoral e mais segura a vitória; enquanto as inevitáveis decepções dos sonhadores políticos gulosos de milagres e os desgostos dos interesses pessoais insatisfeitos ainda não arrefeciam o ardor romântico do primeiro instante.

2. Ao exato entendimento da psicologia das revoluções vitoriosas correspondeu logicamente a recompensa do sucesso. O governo presidido pelo *führer* e composto de nacionais-socialistas e nacionalistas de Hugenberg conquistou 52% dos mandatos. Os *naçis* isoladamente obtiveram 44% da votação total e os nacionalistas 8%.

3. Foram às urnas 90% dos alistados, o que, mesmo na Alemanha acostumada à grande frequência de votantes, significa um movimento nacional.

4. Em anexos, envio quadros comparativos desta eleição e das

de julho e novembro do ano passado. Deles se vê que, com ressalva dos comunistas, que perderam pouco mais de um milhão de sufrágios sobre uma média de 5 milhões e meio, os outros partidos principais – social-democrata, Centro Católico e populistas bávaros – mantiveram quase os mesmos números das duas campanhas anteriores.

5. Os *nazis*, na última eleição presidencial e na parlamentar de julho, coletaram mais de 13 milhões e meio de votos e, em novembro, sob von Papen chanceler, perderam uns dois milhões.

6. Em 5 de março, votaram 17.264.298 eleitores *nazis*. O fato de não terem perdido votos os outros partidos principais, põe em incisivo relevo o fluxo de opinião que levantou e levou às urnas mais cinco milhões e meio de eleitores hitlerianos.

7. O índice afirmativo das eleições de 5 de março é, antes de tudo, a diminuição de influência do Centro Católico, sem o qual, agora, pode-se conjugar maioria de governo. Desde Bismarck, o Centro tinha sido o fiel da balança no Parlamento.

8. Também, pela primeira vez, depois da Constituinte de Weimar, um governo alemão dispõe de maioria homogênea no Reichstag e tem a possibilidade de levar adiante um programa de conjunto lógico e harmônico.

9. Todos os outros gabinetes, cuja trajetória hesitante acompanhei nos meus 12 anos de residência em Berlim, viveram instavelmente da tolerância de partidos de programas adversos. Foram governos de minoria, num parlamento onde era impossível constituir maioria real. A ameaça de dissolução; as concessões a interesses de classes ou às ambições de indivíduos predominantes entre os adversários; a necessidade de apresentar à política externa uma fachada mais ou menos aparente permitiram àqueles governos viver, dia a dia, vida precária e artificial. Alguns tiveram mais longa duração apenas pela dificuldade de os substituir, já que a sua queda em nada mudaria a viciosa subdivisão em pequenas frações e facções de um parlamento, a que os jornais chamavam de colcha de retalhos e manto de arlequim.

10. Com todas estas desvantagens e fraquezas, os governos alemães dos últimos dez anos levaram a cabo uma gigantesca tarefa de administração e de prestígio externo, tal é a força magnífica e a genial organização da mentalidade alemã.

11. Hoje, o chanceler e os seus aliados naturais, os nacionalistas, comandam 52% do Reichstag. Mais ainda, se realizarem-se os boatos oficiosos, os *nazis* terão, eles sozinhos, a maioria absoluta, à mercê da

proibição do comunismo. Seriam, desta sorte, cassados automaticamente os 81 mandatos comunistas. E o Reichstag que, tal como está constituído, conterà 647 deputados, ficaria reduzido a 566, onde os 288 *naçis* teriam 3 votos de maioria absoluta.

12. Realizada esta hipótese, não seria impossível uma ruptura com os nacionalistas de Hugenberg, se estes não se vergarem a uma submissão quase completa.

13. Nestas semanas de alvoroçada celebração da vitória, têm sido perpetradas numerosas violências individuais contra comunistas e judeus. Em Berlim e em cidades das províncias, forçaram por algumas horas o fechamento de casas comerciais, apuparam e manusearam, nas ruas, alguns transeuntes de tipo semítico e, mesmo, um *naçi* enfurecido arrancou do automóvel do ministro da Rumânia a flâmula que, nas cores, se assemelha à primeira bandeira republicana alemã, substituída, ontem, por decreto do presidente do Reich, pelo antigo estandarte preto, branco e vermelho. Este decreto estatui que em todos os edifícios públicos a bandeira nacional deverá ser acompanhada da insígnia *naçi*.

14. Uma proclamação severa do *führer* ordena, hoje, às suas tropas mais perfeita disciplina, e condena, sem *ambages*, os excessos cometidos, mostrando o evidente interesse do governo em manter a ordem urbana e a estreita obediência das forças *naçis*, que colaboram com a polícia na instalação do novo regime. Porque – é preciso salientar – não se trata de uma simples mudança de governo, mas da instituição de um novo regime.

15. Na previsão dos próximos acontecimentos há, porém, que contar com a agitação dos elementos da esquerda do Partido Nacional-Socialista. À frente deste grupo se encontra o sr. Goering, comissário do Reich na Prússia. Em discursos espalhados aos quatro ventos pelo rádio, ele tem falado abundantemente das projetadas perseguições aos judeus, e, quando foi do fechamento violento de certas casas comerciais, disse que a polícia não devia intervir para assegurar o exercício profissional de usurários e ladrões.

16. Até que se firme a predominância de uma ou outra destas diretivas, a tranquilidade das ruas é precária.

17. No entretanto, se o alvoroço destes primeiros dias não deu ensejo a atacar intensamente, desde já, a tarefa construtiva, o governo se tem empenhado em alargar o seu poder por todo o Reich, deixando transluzir uma orientação unitária nas medidas de arbítrio de que tem usado para assumir completamente a administração de Hessen e

parcialmente a da Baviera e outras. Os nacionais-socialistas querem imprimir duramente a sua diretiva a toda a Alemanha, sem resguardo de antigos foros regionais que a Constituição de Weimar parecia ter mantido.

18. Ainda é cedo para expressar opinião fundada sobre a eficiência e solidez deste governo. Para que ele guarde o seu prestígio romântico sobre a imaginação popular que o elevou às posições de comando, é indispensável mostrar ao povo, sem demora, um êxito econômico, alguma vantagem de bem estar das massas. Senão, será rápido o desgaste e perigosa a perda de velocidade revolucionária.

19. No seu profundo conhecimento da psicologia da multidão, o chanceler Hitler, para entreter o ardor *naçi*, conta com a declarada guerra de morte ao comunismo.

20. É verdadeiramente trágico o destino da geração atual, que, apenas saída da guerra das nações, entra, sem remédio, na guerra de classes.

21. Esta minha informação, escrita em meio do ruído e confusão do triunfo *naçi*, que apenas se começa a organizar, reflete, na sua desordenada estrutura, a desordem da hora presente. E é por isso que desejo notar ainda uma vez que a ascensão dos *naçis* significa o triunfo de uma revolução, que se está processando por meios revolucionários, sem freios constitucionais, e cujo desenvolvimento e última sorte podem afetar a paz interna e externa.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 3 ABR. 1933 • AHI 04/02/15

[Índice:] Duas firmas brasileiras incluídas no boicote de 1º de abril.

N. 49

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 3 de abril de 1933.

Senhor Ministro,

No boicote de 1.º de abril, de que me ocupo em outro ofício⁷, foram incluídas duas firmas de propriedade de brasileiros. Pela cópia anexa da nota verbal (redigida em francês pela urgência do assunto), que hoje passo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Vossa Excelência se servirá conhecer dos fatos e da interferência que, no instante, a legação se viu forçada a tomar, para opor-se ao constrangimento injustificado das duas casas de comércio.

2. Cumpre-me, porém, informar que, dos dois proprietários dos negócios, ambos possuidores de passaportes expedidos ou reformados pelo consulado geral em Berlim, um se diz brasileiro nato, vivendo na Alemanha há mais de 30 anos e não falando nem entendendo o português; e o outro é naturalizado, não tendo há muito moradia no Brasil, nem pretendendo lá voltar.

3. Se não me falha a memória, há na legislação americana uma cláusula que obriga os naturalizados a retomarem, de tanto em tanto, residência nos Estados Unidos, em falta de que a naturalização é cancelada. Não seria conveniente a adoção de um princípio análogo, protetor dos nossos interesses e do nosso prestígio no exterior?

4. Os dois brasileiros a que presentemente me refiro, com o Brasil, não têm nenhuma ligação, a não ser o seu passaporte. São elementos negativos na comunidade pátria e dela só pretendem auferir benefícios. Nem servem, nem serviram ao Brasil, nem contribuem para a economia pública ou privada do país. São exploradores da nacionalidade, cujo sincero sentimento não têm, nem podem ter. Um deles, não entendendo sequer a língua vernácula, é de todo um corpo estranho no organismo nacional.

5. Estes exemplos de brasileiros de passaportes são, como Vossa Excelência sabe, cada vez mais numerosos depois da guerra e, frequentemente, o próprio documento de que são portadores lhes foi, em tempo, concedido sem verificação estrita dos imprescindíveis comprovantes legais.

⁷ N.E. – Refere-se ao ofício n. 52, de 5 de abril de 1933.

6. No caso vertente, vou exigir de ambos a demonstração do seu direito a um passaporte brasileiro e apressar-me-ei em comunicar a Vossa Excelência o resultado da pesquisa.

7. Solicito a Vossa Excelência as suas ordens para o eventual prosseguimento da ação iniciada pela nota verbal anexa, por cópia.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

[*Anexo:* Cópia de Nota Verbal ao Ministério dos Negócios Estrangeiros]



OFÍCIO • 5 ABR. 1933 • AHI 04/02/15

[*Índice:*] Firmas brasileiras incluídas no boicote.

N. 51

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 5 de abril de 1933.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao ofício n. 49, de 3 de abril, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a inclusa tradução da resposta do *Auswaertiges Amt* ao memorando desta legação, de 3 do corrente sobre duas firmas brasileiras incluídas no boicote aos judeus.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*]

Legação do Brasil

Auswaertiges Amt

Berlim, 4 de abril de 1933.

Senhor Ministro,

Sobre o assunto dos cidadãos brasileiros Nica e Benedik, que segundo a comunicação de Vossa Excelência foram atingidos pelo *boycott* contra os judeus do dia 1º do corrente, já tive a honra de lhe declarar que este movimento tem caráter privado e, portanto, não está sob a influência imediata de uma repartição oficial. Querendo, porém, vir ao encontro dos seus desejos, tanto quanto possível, e, no caso de reinício do *boycott*, poupar os cidadãos brasileiros, incumbi o funcionário competente do *Auswaertiges Amt* de se pôr pessoalmente em contato com a direção do movimento do *boycott*, o qual recebeu a declaração de que os proprietários de lojas judias de nacionalidade estrangeira que podem, além disso, apresentar uma declaração em língua alemã, com o selo da legação, não serão atingidos por futuras ordens de *boycott*.

Queira receber, Senhor Ministro, a expressão de minha mais distinta consideração.

(a.) Dieckhoff.

Conforme:

Joaquim de Sousa Leão



OFÍCIO • 5 ABR. 1933 • AHI 04/02/15

[*Índice:*] Notícias políticas. Novo Reichstag, lei de poderes e boicote aos judeus.

N. 52 / CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil

Berlim, 5 de abril de 1933.

Senhor Ministro,

Desde o meu ultimo ofício desta série, datado de 12 de março,

três fatos maiores assinalam o caminho da revolução *naçi*: abertura do novo Reichstag; a votação da lei de poderes, por toda a Câmara, com exceção dos social-democratas; o boicote pacífico aos judeus, no sábado, 1.º de abril.

2. A 21 de março, fez-se na *Garnison Kirche* da cidade monarquista de Potsdam, a cerimônia inicial da Câmara eleita, que, logo depois, celebrou a sua primeira sessão, em Berlim, num local provisório, o teatro Kroll. O edifício do Parlamento sofreu tanto com o incêndio, que ainda levará muito tempo em composturas e reparações.

3. Só os deputados dos partidos da direita e centro compareceram à solenidade da *Garnison Kirche*. Os social-democratas não foram convocados e os comunistas estão foragidos ou presos. Creio que estes detalhes ilustram um pouco a situação.

4. O corpo diplomático, o Kronprinz⁸, os generais veteranos da Grande Guerra e os altos dignitários do Reich foram convidados à reunião na igreja e ao desfile militar. Na rua, por toda parte, e, sobretudo, à passagem dos soldados, o ardor das massas era muito mais impressionante do que a prestigiosa galeria de uniformes e condecorações. As rajadas de entusiasmo e de alegria da multidão à vista das tropas pareciam ir muito além da hora e do lugar. O chamado dia de Potsdam tinha o aspecto de uma ressurreição. Sugeriu o renascimento do antigo espírito da raça que, depois do eclipse de um período democrático resplandecia de novo, iluminada e eufórica, no nacionalismo triunfante. Mais do que nos personagens oficiais, era no povo atopeando as ruas, que o dia era de gala.

5. Terminada a revista de Potsdam, voltaram os deputados a Berlim, onde, com a presença dos social-democratas, reuniram-se em sessão e elegeram a sua mesa. O sr. Goering foi reeleito presidente e, dentre os secretários e vice-presidentes, nenhum é social-democrata, apesar deste partido ser o segundo, em número, na nova Câmara.

6. Na vigência da guerra declarada pelos *naçis* ao marxismo, no qual se inclui o socialismo, o social-democrata terá na política alemã apenas um papel de testemunha. A sua própria existência é combatida e duvidosa. Sei de inúmeros operários que, sentindo-se ameaçados nos seus empregos ou contratos de trabalho, se alistam às pressas entre os nacionais-socialistas, cujo nome também autoriza esperanças proletárias.

7. A maior parte do país segue e apoia o governo nacionalista

8 N.E. – Herdeiro da Coroa.

- nacional-socialista. Este é o efeito da triste experiência parlamentar, que durou quatorze anos.

8. A demonstração mais clara do volumoso contingente de opinião que acompanha o gabinete Hitler foi o êxito da lei de poderes, onde o *führer* pediu ao Reichstag quatro anos de ditadura legal, ou pouco menos. Lei que derogava temporariamente a Constituição só podia ser aprovada pelo voto dos dois terços. O projeto governamental teve a seu favor 441 votos e 94 contra. Os votos contrários são exclusivamente social-democratas. Todos os outros deputados afirmaram, assim, a sua confiança na revolução.

9. Com o prestígio de tal maioria e com o auxílio dos poderes excepcionais conferidos pelo Reichstag, o governo é forte e pode ser durável. Desde a república, é a primeira vez.

10. O ponto de menor resistência, que um exame atento acusa no organismo *nazi*, é a inflamação demagógica da sua ala esquerda. Esta fração do partido, que é superlativamente dinâmica e tem como chefe um professor de energia, guarda, infelizmente, no governo, a mentalidade irrequieta, impulsiva, do ciclo da oposição. Ela tem criado dificuldades ao *führer*, cujo maior esforço, disse-me ontem um seu amigo, tem sido conter a efervescência das suas tropas, sem desgostá-las.

11. Há dias, por exemplo, foi dissolvida, por exigência dos extremistas, a formação do *Stahlhelm* de Brunswick e presos todos os seus membros, uns mil e quinhentos homens. À intervenção imediata do ministro Seldte, foram soltos quase todos os arrestados e, dentro de uns dias, o *Stahlhelm* de Brunswick voltará à existência.

12. Outro exemplo foi o boicote aos judeus, levado a cabo no primeiro dia de abril. Pode-se dizer que o comércio a varejo de Berlim foi boicotado naquele dia, tal é a proporção de judeus neste negócio.

13. Contou-me alguém bem informado que o chanceler desejava postergar a data de boicote, esperando, deste jeito, evitá-lo. Não conseguiu vencer a obstinação dos amigos de Goering e, não querendo arriscar sua popularidade, perfilhou aparentemente o projeto. E de toda a parte ecoam impressões contrárias ao boicote de sábado. Ainda ontem, depois do jantar, ouvi a S. A. o Kronprinz uma opinião semelhante, entremeada de referências a uma longa conversação que sobre isto tivera ele com o chanceler.

14. A quota nacionalista do ministério pensa assim mesmo. Parece ter sido por sugestão do vice-chanceler von Papen que o marechal Hindenburg se opôs a uma repetição da inoportuna experiência.

15. Logicamente, esta disparidade de critério entre a ala esquerda dos *nazis* e os elementos que obedecem a Hugenberg e a von Papen conduzirá a um conflito. É possível, mas improvável, que o choque seja demorado por muito tempo.

16. Se, porém, a crise surgir de maneira aguda, exigindo decisão executiva, prevejo que os nacionalistas apelem ao exército, para que tome posição na luta. E, até agora, a Reichswehr é uma incógnita.

17. Mas todos os sintomas desta erupção são ainda muito vagos. A situação é confusa e o equilíbrio de valores demanda tempo para se fixar, pelo menos até que, nos revolucionários, o movimento adquirido seja dominado pela força de gravidade do governo. No entanto, a rotação dos acontecimentos tem sido tão veloz, nos últimos meses, que é de bom aviso admitir a possibilidade de uma súbita revelação e de uma solução pela força.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexos*: n. 1. “Ermächtigungsgefeck bechloffen”. *Vossische Zeitung*, Berlim, 24 mar. 1933.

n. 2. “Die erfte Reichstagsfikung”. *Vossische Zeitung*, Berlim, 22 mar. de 1933.]



OFÍCIO • 22 ABR. 1933 • AHI 04/02/15

[*Índice*:] Discursos pronunciados na recepção da *Auswärtigen Preffe*, pelo chanceler e pelo ministro da Propaganda.

N. 55

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 22 de abril de 1933.

Senhor Ministro,

Na recepção anual da imprensa do interior⁹ (*Auswärtigen Preffe*),

9 N.E. – Imprensa que atua dentro do território da Alemanha.

a que costumam comparecer representantes do governo e do corpo diplomático, o chanceler e o ministro da Propaganda pronunciaram discursos, que, pela sua significação atual, envio em anexos recortes e em tradução vernácula feita pelo senhor Sousa Leão.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo 1*]

Discurso do chanceler Hitler
(Tradução)

Meus senhores,

Em 30 de janeiro, verificou-se na Alemanha uma transformação que será conhecida, a justo título, na história, pelo nome de Revolução Nacional. É graças a duas circunstâncias que devemos tal acontecimento.

I. A violência feita pela revolução de novembro de 1918 à vida alemã, tanto no interior como no exterior, tornou-se afinal insuportável e exigiu uma reparação.

II. O afastamento e a opressão aos elementos nacionais tinha que inevitavelmente conduzir a uma congestão dessas forças e a uma revolta violenta. Que um tal acontecimento histórico dê lugar, aqui e acolá, a atos censuráveis, como em todas as lutas, é tudo o que há de mais natural. É preciso transportar-nos à atmosfera dinâmica desses acontecimentos para poder julgá-los. Os crimes de guerra não há que sentenciá-los em Leipzig, com intervalo de meses ou anos, mas sim no momento da ação, sob a sua influência psicológica.

Para se bem apreciar o decurso da revolução alemã, faz-se mister comparar dois fatos:

Em primeiro lugar, o terror inaudito que o movimento nacional-socialista sofreu durante os anos da luta. Do momento da fundação do partido, foram os sem prosélitos tratados como cidadãos de segunda ordem. Milhões de alemães, cujo único objetivo era reconquistar

pelo seu trabalho o direito à consideração e à existência, que cabem ao povo alemão, foram postos à margem, curtindo as suas nobres intenções; foram excluídos de todas as posições, escorraçados da mais humilde oficina e enxotados dos mais modestos empregos. Trezentos assassinatos e mais de 40.000 feridos são testemunho sangrentos desse regime. Centenas de milhares foram atirados, com mulheres e filhos, à ruína econômica.

Como contraste deparamos, em segundo lugar, a absoluta disciplina, o freio sem exemplo da revolução vitoriosa, tanto mais de admirar quanto o prêmio não está em proporção com a grandeza dos sofrimentos e, se houve violências, estas foram forçadas pela resistência dos homens de novembro¹⁰.

Agora, que a revolução terminou gloriosamente a primeira fase de luta, resta-nos a tarefa de reorganizar as relações dos alemães entre si e de suas organizações. Os interesses legítimos de cada um têm que se subordinar ao interesse da coletividade. Os interesses de classe há que reorganizá-los dentro do interesse geral mais alto. Isto não quer dizer que renunciemos ao entabulamento de relações de interesses entre o nosso povo e os demais povos, significa apenas que, para o futuro, estas relações terão que ser da nação toda e não, como antes, de algumas classes, profissões ou partidos somente. O interesse geral do povo é o único fator decisivo.

Salta aos olhos que, para uma tal reorganização, não poderá haver vencidos ou vencedores dentro da nova ordem de coisas. Muito pelo contrário, o novo regime empregará todos os esforços capazes de êxito pela salvação do país. Será uma benção para todos o dia em que a razão e a inteligência prepararem o caminho para a reconciliação. Mas é também dever de um regime levar por diante os imperativos dos povos e dos Estados, quando, em vez da reflexão encontramos a irreflexão; em vez do acomodamento, a prevenção, senão o ódio.

Em épocas como esta, a imprensa tem uma grande missão a cumprir. Há que compreender que ela não pode ser em si um fim, mas sim um meio para esse fim, e que esse fim só pode ser uma luta política pela existência da nação.

Quando hoje nos esforçamos por uma união espiritual da nação, a imprensa só pode ter um objetivo a visar, que é este.

Suas reportagens, seus comentários, suas conclusões, da mesma maneira que sua influência consciente, só poderão ser de uma real utili-

10 N.E. – Hitler refere-se à revolução comunista na Baviera, entre 1918 e 1919.

dade quando ela colaborar pela realização do ideal desta luta pela existência – o direito à crítica deve ser um dever à verdade. E a verdade só pode ser encontrada dentro do programa da luta pela existência de um povo.

A crítica nunca deverá constituir um objetivo em si. Quem liberta a crítica do dever moral de se subordinar ao problema da existência de um povo, trilha uma estrada que conduz à anarquia e ao niilismo. É de todo impossível que, sob a cobertura da crítica, favoreçam-se tendências que se devem considerar como traidoras dos interesses vitais de um povo.

Cada instituição possui a importância correspondente ao valor do seu próprio trabalho.

Nenhum governo pode destruir uma imprensa que sirva à verdade e, portanto, aos interesses vitais do povo. Imprensa alguma pode prosseguir com êxito uma campanha contra a verdade, mesmo porque uma vitória de tal campanha conduziria finalmente à sua própria destruição.

Critica-se o governo nacional de não ter a necessária compreensão da missão da imprensa. Meus senhores, nós estamos vivendo um momento que nos impõe uma formidável tarefa – a salvação do povo da sua completa destruição.

Cumpriremos o nosso dever até o fim. Foi o próprio povo quem nos chamou para essa tarefa e, assim o fazendo, aprovou *ipso facto* o nosso programa. Apelamos para todos os alemães e todos os organismos alemães, entre eles a imprensa, a participar na resolução desta tarefa. Sabemos, porém, que ela só poderá ser levada por diante se o povo apoiar o governo com aquela força, filha da união espiritual e da confiança. E na época atual, a crítica não é o primeiro dever, sim a formação dessa união e dessa confiança, pois temos que governar não um estado bem organizado, mas extrair, de um caos tumultuoso, um estado bem organizado. Oxalá a imprensa alemã reconheça a grandeza dessa missão histórica e a abrace. Ele colocar-se-á, então, no lugar que lhe cabe e o único que pode ter. Ela colaborará, então, a desenvolver e a formar – no caos em que se agita o povo alemão e o Reich –, em terreno firme, novos princípios vitais, não somente para a nossa felicidade, como para a do mundo inteiro.

A importância da nossa tarefa exige de nós coragem e perseverança. E se se requer de nós estas virtudes, do nosso lado, o gover-

no pode exigir que todos os fatores que formam a opinião pública se dêem ao trabalho de inculcá-las também ao povo.

O povo deve ter compreensão para a necessidade das grandes decisões, bem como para a largueza de tempo que a execução delas exige.

O histerismo nervoso, que conduz a mudanças perigosas de decisões, tem que ser dominado. Povo e governo precisam de se compreender; há mister de perseverança e paciência de ambos os lados. A imprensa, com a experiência do passado, deve auxiliar a formação da opinião pública. Não deve, porém, cometer o erro de ajuizar dos fatos históricos unicamente pelas consequências falaciosas de acontecimentos isolados, senão que, da grandeza da tarefa do momento e das tentativas por ela ditadas, assumir uma atitude em face de cada um deles.

Serão o único meio de resguardar a sua reputação. Meus senhores, o período da dissolução parlamentar democrática está prestes a desaparecer. A reorganização do exército, da administração pública, a nova diretiva das belas artes etc. acarretam uma nova organização da luta política. Esta reconhece de novo a lei da responsabilidade dos de cima e das obrigações dos de baixo. Mas ela também reconhece como última e mais alta instância as suas responsabilidades para com o povo e para com o Estado. É esta a razão pela qual não é mera coincidência que os governos passados foram os que menos souberam aproximar o povo do governo, e que sejamos nós, meus senhores, antidemocratas, como somos, pelo contrário, que nos esforcemos por encontrar uma ligação entre nós e o povo.

Vereis, nos anos que se vão seguir, a eloquência do nosso apelo ao povo alemão, compreenderéis e reconheceréis as razões que nos decidiram a empregar os meios próprios a aproximar espiritualmente o povo do governo.

Por isso, talvez, reconheçamos melhor que os nossos predecessores a importância da missão da imprensa.

Senhores representantes da imprensa alemã no interior, eu vos saúdo e vos quero agradecer aquilo que já tendes feito pelo nosso povo, como boa influência e educação, ao mesmo tempo em que vos convido a participar numa obra, que, quer queiram quer não, será um dia uma página gloriosa da historia alemã.

Mas, mesmo quando o nosso povo venha a passar por altos e baixos, as ações humanas serão julgadas na história pelo sentido de afirmação vital criadora que elas encerrem e não pela destructora [*sic*]. Esse povo será um dia o nosso juiz e há de constatar, então, que uma

só ideia nos governou dia e noite, acordados ou dormindo, um só pensamento: a Alemanha.

Confere: Joaquim de Sousa Leão

Conforme: A. D. Souza Quartin

[*Anexo 2*]

Discurso do Ministro da Propaganda dr. Goebbels
(Tradução)

Meu Chefe! Meus Senhores!

É com grande prazer que vos recebo, em nome do governo, nos salões deste ministério em que sou dono de casa, senhores representantes da imprensa estrangeira.

Em diferentes ocasiões, nas últimas semanas, em discursos públicos e conversas privadas, tenho acentuado a necessidade, hoje mais que nunca, de estabelecer maior confiança entre o governo e a imprensa. Só a circunstância que o Departamento de Imprensa do governo do Reich foi subordinado ao novo Ministério da Propaganda é prova suficiente de quanto o governo toma a sério o estabelecimento dessa confiança.

Diz-se da imprensa que ela é a sétima grande potência e não há dúvida que o é, hoje mais ainda, na idade do filme e da radiotelefonia. Mais que todos os outros órgãos da opinião pública, a imprensa está naturalmente indicada para colaborar em primeira linha na sua educação. O governo tem perfeita consciência da importância da imprensa de Berlim, como a da província. Mais que todos os seus predecessores, é este governo o resultado de vontade do povo. Atrás dele se encontra uma massa compacta e decidida que fornecerá a necessária armadura para a sua difícil tarefa, tão cheia de responsabilidade.

A opinião pública não é somente constituída pelos que aprovam ou pelos que desaprovam. Ela é principalmente o resultado de uma influência preconcebida, que tanto pode agir para o bem como para o mal. A opinião pública é plástica e aqueles que têm ação sobre ela assumem – por este fato, perante a nação e perante o povo – uma enorme responsabilidade. Só com o sentido nesta responsabilidade se pode conceber a liberdade de imprensa. Como liberdade, porém, de, à custa do bem público e da honra nacional, fazer, sobre a ruína do povo, um

campo de acrobacias intelectuais, ela não será admitida, pelo menos sob o governo da revolução nacional. Certamente cabe à imprensa o papel de exercer a crítica, dar conselhos, chamar a atenção para as consequências perigosas das decisões precipitadas ou erradas.

Ninguém querará tolher uma crítica pública que se exerça dentro do quadro de uma útil disciplina nacional, tanto mais digna de apreço quanto mais tensos e dificultosos forem os tempos.

Só o fato de termos que insistir sobre este ponto é sinal eloquente de quanto esta disciplina nacional nos fez falta nos anos próximos passados. Na França e na Inglaterra, está fora de discussão que, nas grandes questões nacionais, cessam as oposições dos partidos e a opinião pública apresenta uma frente única. Quanto mais compacta for essa frente nacional, tanto mais segurança de êxito terá a disciplina da nação. O povo alemão é um povo individualista. Mais forte que em qualquer outro povo, ressalta aqui o desejo de manifestação livre do pensamento individual e a formação de um juízo aparentemente espontâneo. Enquanto esta opinião não é perigosa à vida nacional e se subordina às exigências superiores dos destinos dos povos, este desejo deve ter o campo livre. Do momento, porém, que ele se revela nocivo, perigoso ao interesse público, não só o governo está autorizado, senão que obrigado, a intervir. Inútil é insistir sobre esta necessidade. Isto não visa o jornalista consciencioso que sabe cumprir o seu dever perante a opinião pública. Visa sim e, em primeiro lugar, aquela desarraigada e desregrada literatura de beira de calçada – *Asphaltliteratur* – que, em geral, não provém da nossa raça, mas dos cérebros doentios que consideram a imprensa como um esgoto fácil e cômodo para as suas costumadas excreções.

Não é absolutamente ilegal agir contra estes processos intelectuais. É mesmo interesse do povo e daí a razão sem restrições.

A literatura de beira de calçada era evidentemente um produto repugnante do período de decadência intelectual originária de novembro de 1918 e que a Alemanha está acabando de liquidar. É uma luta contra a anarquia intelectual e cuja vitoriosa execução é indispensável ao renascimento espiritual da nação alemã. Apraz-me, nesse terreno, acentuar que ao governo novo não repugna o uso da palavra “tendência”. Somos de opinião que nada de humano ou material é outra coisa senão tendencioso. É mais corajoso e honesto admitir claramente uma tendência conscienciosa, que arvorar uma tendência clandestina, sob a capa de uma objetividade não tendenciosa. A tendência que nos inspira

é a de reformar a nação alemã de cima a baixo. Esta missão não está circunscrita a um partido. Está aberta a todo o povo. Perante ela há que dizer sim ou não, claramente. E este sim ou não proíbe restrições. As forças espirituais do jornalismo alemão, que estiverem pela afirmativa, podem contar com a assistência moral e material do governo. Aqueles, porém, que se negarem a ela, que acreditarem poder miná-la, ou retardá-la, não deverão se espantar de que afinal sejam afastados da comunidade construtora, como indignos de colaborar na renovação e na formação da opinião pública.

O período da decomposição intelectual está terminado. Do dia 30 de janeiro surgiu uma nova era de união e dever sobre a Alemanha. Ela triunfou por toda a parte, através de movimentos revolucionários. O movimento que a alimenta e impele já, durante a oposição criou uma nova legalidade, novos homens, novas autoridades. Estas novas ideias penetraram no Estado com o nosso movimento e estão sendo nele incorporadas e transfundidas. Vivemos um período de revolução histórica de que não podemos prever a extensão. Ninguém melhor que nós conhece a responsabilidade que temos nesta transformação. Suportamos tanto mais facilmente esta responsabilidade, quanto sabemos que a assumimos perante o povo e que vemos nele o centro de todos os esforços e que por ele estamos prontos a tudo sacrificar, como a tudo vencer.

Permitam-me que chame a vossa atenção para um fato frequentemente trazido à baila em redor do movimento nacional e que de modo algum pode ser aprovado pelo governo. A renovação nacional do nosso povo é um acontecimento histórico de tanto relevo que deve ser sagrado à nação inteira. Só poucos são chamados a colaborar na formação dos seus valores artísticos. Uma fabricação de mau gosto dos seus símbolos e a mercantilização dos mesmos causarão dano aos alemães.

Permitam-me dizer-vos algumas palavras sobre a responsabilidade moral de nossa profissão. Sois os tecelões da nossa época. Formais dia a dia, hora a hora, os pontos de vistas, as opiniões, as restrições e críticas do povo, que, de boca a boca, se vão propagando. Quanto mais reconhecer a imprensa a altura desta responsabilidade moral, tanto mais fácil será ao governo sustentá-la, como profissão e como classe. Não é aquele que escreve um bom artigo, mas que na vida prática fracassa, o mais indicado para fazer jornalismo e formar a opinião pública. A imprensa está submetida à crítica diária de todo o povo. Para ela

são necessárias as melhores cabeças e as melhores penas. A profissão de jornalista envolve tamanha responsabilidade política, que só aqueles que a podem encarar, suficientemente amadurecidos para ombreá-la, deverão colaborar na imprensa.

Parece-me absolutamente indispensável publicar, breve, uma nova lei de imprensa que regularize sua situação junto às forças políticas do Estado, que fixe claramente os direitos da profissão, que de um lado dê à imprensa o que lhe cabe e do outro não tire ao governo aquilo a que ele tem direito. Não creio que isto importe no perigo de uma uniformização da opinião pública. Tão uniformes queremos ser nos princípios, tão poliformes queremos ser nos matizes. Tão sólidos e impiedosos, tão inalteráveis e inatacáveis devem ser os princípios, alicerces do Estado e do povo, tão variados e ricos serão os ornamentos, acessórios e arabescos que empregaremos na construção da nova Alemanha.

A revolução nacional que atravessamos é um acontecimento elementar, imprevisto somente para aqueles que vivem à margem do tempo. O que viveu no seu tempo, com ela contou e nela acreditou. Nasceu a 30 de janeiro e só se deterá quando tiver inundado toda a comunidade alemã e a tiver embebido em todas as suas fibras. Esta revolução, nada a conterà. Derruiu todos os falsos valores, substituindo-os por novos. Ela constrói de novo aquele firme e inabalável núcleo comunal, que já contém em germen a renascença alemã. Como todas as revoluções, ela já criou inalteráveis realidades, que já contêm o aspecto de fatos definitivos. E agora há que acomodar-se com estas realidades, desta ou daquela maneira, com simpatia ou antipatia. Qualquer resistência será em vão, pois que as forças políticas, que as criaram, estão firmemente decididas a quebrar toda a resistência, onde quer que se mostre.

Alegro-me em poder constatar que a imprensa já começou a compreender o espírito do tempo. Durante longo período, ela não compreendeu esta evolução e deixou-se atrasar. O governo deseja e espera que toda a imprensa alemã compreenda, não somente a evidência deste fato, como a sua relevância e a sua grandeza histórica. Temos a sorte de fazer história com a nossa geração e estou convencido de que as gerações que nos sucederem nos invejarão de termos vivido nestes dias transformadores e neles termos cooperado.

Quem quiser nela colaborar será cordialmente acolhido. Estendemos-lhe a mão esperançosos de que a apertarão sem restrições. Confiança é necessária de ambos os lados. Faltas serão sempre cometidas.

O que importa é que as corriamos conjuntamente, de modo a que no fim de contas redundem em benefício de todo o povo, cujo bem estar e prosperidade estão em nossas mãos. Como homens livres, encetamos a nossa tarefa.

Grandes problemas nos foram confiados pela história, que nos impôs um fardo de enorme responsabilidade sobre os ombros ainda moços. Se tivermos coragem de subordinar-nos ao bem comum e a um compromisso que nos ligue, saberemos então enfrentar a tarefa. Pois, compreendemos a liberdade, no seu sentido grande e lato, como a época liberal da anarquia espiritual.

Então virá a obrigação da livre e conscienciosa união com a nação e a comunidade do povo.

Então compreenderemos toda a grandeza da época em que vivemos e que formamos; compreendê-la-emos tão bem que, malgrado toda a miséria e toda a desgraça da Alemanha, teremos ainda a coragem de exclamar como o poeta: “Ó século, ó ciências, a vida é um prazer.”

Confere: Joaquim de Sousa Leão

Conforme: A. D. Souza Quartin

[*Anexo 3*: “Adolf Hitler und dr. Goebbels vor der auswärtigen preffe”. *Der Angriff*, Berlim, 7 abr. 1933.]



OFÍCIO • 22 ABR. 1933 • AHI 04/02/15

[*Índice*.] *Interview* concedida pelo ministro do Brasil ao *Angriff*, jornal do ministro da Propaganda.

N. 56

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 22 de abril de 1933.

Senhor Ministro,

Solicitado insistentemente pela redação do *Angriff*, jornal do ministro da Propaganda, senhor Goebbels, concedi a esta gazeta uma *interview*, publicada no número de 12 de abril.

Recebi cumprimentos e agradecimentos do ministro Goebbels e de outros membros do governo pela *interview*, que parece ter causado boa impressão e foi reproduzida em vários jornais dos estados.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo 1*]

Entrevista concedida pelo ministro do Brasil ao jornal *Der Angriff*
(Tradução)

É grato notar que membros muito conhecidos do corpo diplomático em Berlim concederam, nestes dias, *interviews* oficiais ao *Angriff*, jornal do ministro da Propaganda. Estes diplomatas mostram, assim, reconhecer diante do mundo o governo da Revolução Nacional e querer trabalhar com ele.

Começamos, hoje, publicando a *interview* que S. E. o Dr. Guerra-Duval, ministro do Brasil, amavelmente deu ao nosso colaborador diplomático.

Ei-la:

Pergunta: Parece que, depois da guerra civil do último verão, há no Brasil, de novo, perfeita calma. Seria possível conhecer agora alguns detalhes sobre a situação daquele momento no seu país?

Resposta: A paz interior está restabelecida desde outubro. São Paulo retomou, com ânimo e eficácia, o seu trabalho produtivo. Na evolução revolucionária que se opera entre nós, o levante de São Paulo assinalou um momento grave, mas talvez, como em certos processos curativos, uma crise salutar. No entretanto, a rotação dos acontecimentos no Brasil é rapidíssima e a revolta de 9 de julho já é coisa do passado.

Hoje, homens representativos redigem um projeto de Constituição; o alistamento eleitoral vai-se fazendo sob a lei nova; as eleições para a Constituinte estão marcadas para 3 de maio e a Magna Assembleia se instalará, provavelmente, no princípio do segundo semestre deste ano.

Com tudo isto, não quero dizer que a atividade política se tenha

academicamente canalizado em discussões de parágrafos e artigos de um frio texto constitucional. Como prova de vitalidade cívica, se encachoeiraram e espumam as diversas correntes políticas, que foram aliadas na revolução de 1930 e, hoje, se disputam o passo. Cada grupo pretende sinceramente tentar o milagre que os outros companheiros da jornada de outubro não puderam ainda realizar. Este é o maior perigo que ameaça as revoluções triunfantes. Todos nós exigimos dos chefes um prodígio divino, que redima, em alguns dias, os efeitos dos erros acumulados durante dezenas de anos! E, infelizmente, ninguém faz milagres.

Pergunta: Como julga Vossa Excelência a situação geral na América do Sul? Economicamente, a situação é melhor ou pior? A expansão do bolchevismo ameaça também a América?

Resposta: No seu aspecto moral, político e econômico, a febre da América do Sul é um sintoma do estado geral do mundo. Antes de tudo é uma crise de ideal. A Europa era para os sul-americanos o modelo de perfeição jurídica, de ordem, de equilíbrio político e econômico. A situação instável, porque ilógica, imposta ao Velho Continente pelos efeitos da Grande Guerra, seguiu a sua marcha fatal até o desmoronamento do edifício econômico. O terremoto atingiu até os Estados Unidos. E o desequilíbrio social e o cataclismo econômico sacudiram os fundamentos da confiança sul-americana nas soluções europeias do pós-guerra.

Nós, que somos a mocidade das nações, estamos, como a mocidade de hoje, à procura do novo ideal. Quanto ao Brasil, na nossa história que entra pela gloriosa legenda de Portugal; na fibra da nossa raça, que o sol caldeou e o ambiente americano renovou e refinou; no nosso humanitário conceito jurídico; na nossa grande potencialidade econômica, há estofo bastante para talhar um ideal brasileiro, que não peça emprestado a ninguém umas enevoadas ideologias contra a natureza, nem pretenda transplantar de outras terras e de outras circunstâncias fórmulas livrescas de economia social, que não se aclimatassem nunca no nosso solo, tão vasto e tão fértil, que pode nutrir 200 milhões de homens.

Pergunta: Fala-se de novos perigos na América do Sul. Serão a Marinha e o Exército brasileiros suficientes para fazer face a quaisquer eventualidades? Poderei perguntar-lhe qual a organização do serviço militar da mocidade no seu país?

Resposta: O Brasil, onde não há gente sem trabalho e há ainda

trabalho para muita gente, é um país pacifista e conta, para os seus 43 milhões de habitantes, que dominam um território de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, com uma Marinha e um Exército bem instruídos e bem comandados, mas pouco numerosos em tempo de paz. Proximamente, entendo que seremos obrigados a modificar este estado de coisas. Por enquanto, as reservas, preparadas pelo serviço militar obrigatório, e os corpos de polícia militar dos estados ajudariam, desde o primeiro momento, a garantir a dignidade da nossa soberania. O povo brasileiro, cujo padrão de vida o clima permite fazer muito simples, quase estóico, dá um soldado excelente pela resistência física, pelo seu grande amor à pátria, pela sua consciência verdadeiramente nacional, desde o Pará até o Rio Grande do Sul.

Pergunta: Quais as relações entre alemães e brasileiros no seu país e como julga Vossa Excelência as relações entre os nossos dois países sob o ponto de vista econômico e intelectual?

Resposta: As relações brasileiro-alemãs, sempre boas, permitem-me repetir o que lhe disse, há tempo, nestes termos: “Sou grande admirador da cultura alemã, do seu método consciencioso e do seu gênio de organização, e procurei sempre estreitar cada vez mais as relações germano-brasileiras. Este também é o desejo do meu governo, que o põe em prática diretamente com os 150 mil alemães que vivem no Brasil. Não conto, é claro, neste total os filhos de alemães, que são cidadãos brasileiros e amam a sua pátria, sem esquecer a pátria de origem. Nas colônias alemãs há escolas e igrejas próprias. O meu governo nenhum empecilho opõe a este culto de lembrança praticado por leais cidadãos brasileiros. Posso mais dizer que os descendentes dos imigrantes alemães contam-se entre os melhores filhos do Brasil. Eu mesmo, que sou do Rio Grande do Sul, onde se instalou a maioria dos colonos alemães, posso em verdade afirmar-lhe as qualidades cívicas e o ardente patriotismo brasileiro demonstrado pelos filhos de alemães”. De outra parte, devo notar que as relações econômicas germano-brasileiras sofrem o contragolpe da inflação das tarifas alfandegárias, que tocam o extremo. E tais extremos são conselheiros perigosos. Diversas vezes já se lançou a ideia de uma colaboração defensiva sul-americana. Dizem-me que o projeto reaparece agora. Mas, aqui, são estreitos o espaço e o tempo para penetrar neste assunto, mesmo porque, hoje, quem disser coisas de simples bom senso sobre facilidades de intercâmbio e recíproco proveito de baixar barreiras de alfândega parecerá logo paradoxal e temerário. No entretanto, estou convencido de que,

como o exagero da inflação da moeda trouxe fatalmente a restauração do *standard* ouro, assim também os excessos de tarifas e pautas aduaneiras sobre produtos principais reagirão em favor da livre troca destas mercadorias, reservando a tributação de intuito fiscal, ou protetor, somente aos artigos de segundo plano, isto é, aqueles cuja produção é possível em quase toda parte, sem grande diferença de preço de custo, ou qualidade, de um país a outro.

A *interview* estava oficialmente terminada. O ministro acompanhou-me gentilmente até a porta. E, enquanto me apertava a mão em despedida, falou:

Ainda uma coisa. Quero dizer-lhe a minha sincera admiração pela Alemanha, pela sua nobre cultura, pela formidável vitalidade do seu povo, a quem a nossa civilização tanto deve e de quem o mundo tem o direito de esperar ainda mais.

Essa declaração franca do representante da maior nação da América do Sul, feita à imprensa do governo alemão, não deixará de produzir o seu efeito. Somos muito agradecidos ao ministro Guerra-Duval e desejamos ainda muitos sucessos a este diplomata e homem de ciência etc...

Confere: Joaquim de Sousa Leão

Conforme: A. D. Souza Quartin

[*Anexo 2*: “Kein Marxismus in Brasilien”. *Der Angriff*, Berlim, 12 abr. 1933.]



OFÍCIO • 25 ABR. 1933 • AHI 04/02/15

[*Índice*.] Notícias políticas. A unificação do Reich e obstáculos à unificação do governo.

N. 58 / CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 25 de abril de 1933.

Senhor Ministro,

A situação política ainda é confusa. Continua com perseverança a campanha de destruição do regime inaugurado em 1918. Um grande número de pequenas leis de oportunidade tem sido decretado nestas seis semanas, depois das eleições.

2. Há, nas altas esferas administrativas, um aspecto de ação bulhenta, de erupção demagógica de um partido revolucionário, que se instala nas comodidades do poder, fazendo a derrubada, para abrir maior lugar aos seus.

3. Mas, de outra parte, dos dois problemas revolucionários mais urgentes – a unificação do Reich e a unificação do governo –, o primeiro foi solvido com energia feliz.

4. Sem a unificação da Alemanha seria inviável uma reforma radical, irradiando do centro, como o exigem os *naçís*. Para este fim, que justifica os meios e, neste país e neste momento, é da maior relevância, foi levada de roldão a resistência dos estados (*Laende*), ciosos dos seus velhos foros mais do que autônomos, quase soberanos.

5. Sob Bismarck, a hegemonia aglutinante da Prússia contrabalançara os efeitos dispersivos dos regionalismos bávaro, saxão e hanseático, sem falar de outros menores. Depois da guerra, as forças contrárias ao desenvolvimento histórico da nação retomaram alento na Carta de Weimar. E, até certo ponto, a ineficácia do Reichstag, pela excessiva multiplicação dos partidos, derivava do erro político em via de ser corrigido.

6. Assim, o primeiro grande ato construtor do *führer* foi a criação dos *staatshalter*, lugar tenentes do chanceler. Os *staatshalter* vêm a ser, na verdade, o super-governo dos estados (*Laende*) e estabelecem a perfeita coordenação do esforço e da autoridade governamental.

7. Deste jeito, a nova lei significa o desejado fim do dualismo da Prússia e do Reich, fecundo em graves dificuldades de administração e de política, postos em relevo nos últimos anos.

8. Diminuída na sua autonomia, a Prússia goza, porém, de um tratamento diverso dos outros estados (*Laende*). O chanceler é o seu *staatshalter* e o seu presidente é um dos ministros do Reich. A unificação de agora será, dentro de pouco, a operante hegemonia da Prússia, que contém dois terços da população da Alemanha e, no seu território, encerra a capital da União.

9. Se a unificação do Reich está em bom caminho, a unificação do governo não aparenta realizar-se com serenidade.

10. A entrevista do sr. Rosenberg, publicada no *Berliner Tageblatt*

de 5 do corrente (ofício n. 53, cujo recorte incluí, à última hora, na mala passada), mostra o descontentamento dos nacionais-socialistas pela ação do sr. von Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros. A escolha do sr. Goering para presidente da Prússia, em vez da anunciada nomeação do vice-chanceler von Papen para aquele posto de confiança, é outro sinal de desacordo latente. A fusão do *Stahlhelm* e das tropas *nazis* encontra sérios obstáculos de execução. E isto é mais um sintoma do mesmo mal.

11. Outro ponto nevrálgico é a crítica acerba que, entre os *nazis*, já vai despertando a diretiva impressa pelo sr. Hugenberg às cinco pastas econômicas e financeiras do Reich e da Prússia, que ele reuniu sob a sua autoridade e que julga inseparáveis, neste momento de crise.

12. Um sucesso econômico, passageiro que seja, é uma necessidade da revolução nacional-socialista. Se for afastada a esperança de uma melhora do bem estar do povo, a culpa será imputada à má orientação ou à ineficiência do sr. Hugenberg para cumprir a formidável tarefa que voluntariamente assumiu. E o sr. Hugenberg é o chefe do grupo nacionalista que completa o gabinete *nazi*.

13. A cada instante poderia, pois, surgir uma crise de governo, ou no governo, que teria, talvez, de ser resolvida cirurgicamente. A popularidade intacta do *führer*, a sua ativa energia, que não é limitada pela superstição democrática, permitem esperar uma decisão útil e rápida, na emergência prevista.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo 1*]

Lei da uniformização dos estados ao Reich.

Com exceção da Prússia, o presidente do Reich vai nomear, por proposta do Reichskanzler¹¹, delegados ou lugares-tenentes para os estados. Dez delegados estão previstos para a Baviera, a Saxônia, o

11 N.E. – Chanceler do Reich

Wuerttemberg, Baden, Hessen, a Turíngia, Mecklenburgo, Schwerin e Mecklenburgo Strelitz, Hamburgo, Bremen e Luebeck, Oldenburgo, Lippe e Schaumburg-Lippe, Brunswick e Anhalt.

Para a Prússia não haverá delegado porque este cargo será ocupado pelo próprio chanceler do Reich.

A tarefa desses delegados é zelar pela obediência da política dos estados à diretiva traçada pelo governo do Reich.

Os poderes dos delegados abrangem os seguintes pontos: nomear e demitir os presidentes dos governos estaduais e os respectivos ministros de indicação dos presidentes; dissolução das dietas e convocação de novas eleições; o preparo e a publicação das leis. Têm também a atribuição, mediante proposta dos governos estaduais, de nomear e demitir os empregados públicos e os magistrados cujas nomeações e demissões já fossem atribuições dos governos estaduais. Dispõem ainda do direito de agraciar. Poderão assumir as presidências das reuniões dos ministérios. Devem ser escolhidos entre os nascidos nos estados para que são nomeados e exercerão as suas funções nas capitais.

A nomeação dos delegados tem a duração de um período das dietas estaduais. Podem, porém ser demitidos a todo tempo. Aplicam-se a estes as disposições da lei sobre ministros do Reich. As verbas para a manutenção desses cargos correrão por conta do Reich. Em virtude da lei de poderes, as disposições em contrário das legislações estaduais ficam revogadas. A lei entra em vigor no dia da publicação. Os ministros do Reich poderão igualmente ocupar as mesmas pastas na Prússia. O governo comissarial da Prússia, dos decretos de julho de 1932 e fevereiro de 1933, cessa, na data da nova lei, as suas funções.

Confere: J. de Sousa Leão

Confere: A. D. Quartin

[*Anexo 2: Recorte do Jornal Berliner Tageblatt, 8 abr. de 1933.*]

[*Anexo 3*]

Lei reformando o estatuto dos funcionários de carreira.

O governo do Reich publicou, a 7 de abril de 1933, uma lei, re-

formando o estatuto dos funcionários de carreira da Alemanha (*Reichsgesetzblatt*¹², I p. 175).

As disposições principais são as seguintes:

Às autoridades do Reich e dos estados é dada a autorização de demitir ou aposentar todos os funcionários públicos, magistrados, professores e empregados das estradas de ferro.

O parágrafo 3º determina que os funcionários de origem não-ariana (judeus) devem, como regra geral, ser aposentados com os montepios a que tiverem direito. São excetuados dessa medida aqueles que já eram funcionários em 1º de agosto de 1914, os que se bateram na guerra pela Alemanha e seus aliados, e os que perderam pai ou filhos na frente de combate.

Consideram-se não arianos aqueles que tenham um avô de raça judaica.

Pelo § 4º, podem ser demitidos os funcionários que não inspirem confiança, entendendo-se assim aqueles que não fornecem a necessária garantia de que em qualquer tempo se aliarão ao nacionalismo do Estado. Estes poderão também ser aposentados com 3/4, ou mesmo com as pensões totais que lhes couberem.

Pelo § 6º prevê-se a supressão de cargos a fim de simplificar o serviço. Não cabem aposentadorias aos funcionários em menos de 10 anos de função (§ 8º).

O tempo de serviço para a aposentadoria durante a guerra pode ser contado uma vez e meia.

O § 16º contém a chamada cláusula de dureza, isto é, a que admite exceções ou contemplações para os casos em que a aplicação da lei acarretar desnecessário ou excessivo rigor.

Confere: J. de Sousa Leão

Confere: A. D. Quartin

[*Anexo 4*: “Der Umbau des Beamtenrechts”. *Vossische Zeitung*, Berlim, 9 abr. 1933.]

[*Anexo 5*]

Lei sobre títulos e condecorações.

12 N.E. – Equivalente ao *Diário Oficial*, em sua parte referente ao Poder Judiciário.

Na folha oficial do Reich, de 8 de abril, foi publicada a lei sobre títulos, ordens e condecorações, de 7 de abril de 1933.

§ 1º Os títulos, ordens e condecorações serão agora concedidos, de conformidade com esta lei e o respectivo regulamento complementar.

§ 2º Os títulos serão conferidos pelo presidente do Reich ou pelos delegados do Reich; na Prússia pelo ministro-presidente, como representante do chanceler.

A denominação do título e as estipulações, mediante as quais poderá ser conferido, serão determinadas pelo presidente do Reich.

Os graus acadêmicos não estão incluídos neste parágrafo.

§ 3º Ordens e medalhas pelo salvamento de vidas só poderão ser conferidas pelo presidente do Reich. Outras disposições a este respeito ficam ao critério do presidente do Reich.

Medalhas de serviço ficam a cargo dos governos dos estados.

Para as medalhas conferidas pelo presidente do Reich, não é necessária a autorização dos governos estaduais.

§ 4º O presidente do Reich determinará as condições em que um título alemão, uma ordem ou condecoração deverão ser aceitos por um governo estrangeiro.

Confere: J. de Sousa Leão

Confere: A. D. Quartin

[*Anexo 6*: “Das Gefäß über Titel und Orden”. *Vossische Zeitung*, Berlim, 16 abr. 1933.]

[*Anexo 7*]

A nova lei sobre advogados.

O governo do Reich publicou o seguinte decreto:

§ 1º

A admissão de advogados ao exercício da profissão, no sentido do decreto sobre a reforma do funcionariado [*sic*] de carreira, de 7 abr. 1933 (*folha oficial*, I p. 175), de raça não-ariana, poderá ser retirada até 30 set. 1933.

A determinação deste parágrafo não se refere aos advogados que já exerciam a sua profissão desde 1º ago. 1914, aos que se bateram pela

Alemanha ou seus aliados na guerra, e os que perderam pais ou filhos na frente de combate.

§ 2º

A admissão à advocacia daqueles que, no espírito do decreto de 7 abr. 1933, são de raça não-ariana, pode ser recusada, mesmo que ocorram as hipóteses previstas no regulamento sobre o exercício da advocacia.

§ 3º

Aqueles que estiveram envolvidos em atividades comunistas estão excluídos da admissão na classe. Admissões já feitas serão anuladas nestes casos.

§ 4º

A administração da Justiça está autorizada a proibir a prática da profissão aos advogados sobre os quais haja dúvida quanto à admissão, nos termos do § 1º e § 3º. Aplicam-se para esse fim as disposições do § 91 b, alínea 2-4, do regulamento sobre o exercício da advocacia.

Contra os advogados a que se refere o § 1º, alínea 2, esta proibição só tem cabimento em se tratando da aplicação do § 3º.

§ 5º

A retirada da admissão é motivo suficiente para a anulação de contratos de serviços entre o advogado e seus clientes.

§ 6º

A retirada da admissão autoriza igualmente a anulação de contratos de aluguel de escritório e residência do advogado em questão, prevista na lei de reforma do funcionalismo [sic] de carreira. O mesmo tem lugar quanto aos empregados desses advogados que ficarem sem trabalho.

Berlim, 7 de abril de 1933.

(ass.) o chanceler do Reich

HITLER

o ministro da Justiça do Reich

GUERTNER

Ficam anuladas as disposições em contrário das administrações de Justiça dos estados.

Confere: J. de Sousa Leão

Confere: A. D. Quartin

[Anexo 8: “Das neue Unwalts-Gefäß”. *Vossische Zeitung*, Berlim, 10 abr. 1933.]



OFÍCIO • 15 MAIO 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] Notícias políticas. Assimilação do *Stahlhelm*. Sindicatos e desarmamento.

N. 64 / CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 15 de maio de 1933.

Senhor Ministro,

Na faina urgente da unificação dos elementos que colaboram no gabinete e, fora dele, constituem a sua garantia, o governo ainda encontrava sérios empecilhos à desejada união dos *Stahlhelm* e dos S.A.¹³, quando escrevi o último ofício desta série. Os obstáculos foram energeticamente removidos. A fusão está feita e os *Stahlhelm* obedecem diretamente ao *führer*.

2. Assim, os nacionalistas do sr. Hugenberg sentem-se muito diminuídos. Aproxima-se a hora da sua submissão total, ou do seu afastamento do poder. Já agora, na luta que se desenvolve na intimidade do governo, os conservadores nacionalistas, tendo perdido o arrimo dos *Stahlhelm*, dispõem apenas de forças propriamente políticas, que são fortemente atraídas pela influência pessoal do chanceler.

3. Além disto, a assimilação do *Stahlhelm* significa o estreitamento das relações do exército com o partido *nazí*. Os antigos oficiais e soldados da grande guerra, que formam aquele grupo, estão ligados à Reichswehr pelo espírito de corporação, ainda mais ativo e intenso neste país do que nos outros. Os veteranos do *Stahlhelm* comporiam, na emergência, os quadros de comando da jovem tropa *nazí*, entusiasta, mas inexperiente.

4. Doutra parte, no desenrolar do seu programa, o governo encetou a nova organização do trabalho. A festa de 1º de maio, colossal exibição de massas, apoteose de propaganda popular, que, só em Berlim, reuniu mais de um milhão de participantes em Tempelhof, deu ensejo ao chanceler para declamar um dos seus grandes discursos pre-

13 N.E. – *Sturmabteilung*: divisão de assalto. Nome da milícia que deu origem à S.S.

paratórios de ação revolucionária. Foi, ali, anunciado o início do plano de trabalho obrigatório, que, além de outras utilidades para o Estado, deverá teoricamente irmanar todas as classes do povo alemão.

5. E logo, nos dias seguintes, teve lugar a manobra contra os institutos sindicais da social-democracia. Foram detidos os chefes e diretores; ocupadas as sedes; proibidos os jornais; sequestrados os fundos e fechadas as contas bancárias dos sindicatos chamados livres e dos seus membros proeminentes. Entre as contas atingidas há uma de mais de três milhões de marcos (cerca de 15 mil contos de réis) em nome do sr. Loebe, social-democrata, ex-presidente do Reichstag durante várias legislaturas e homem de família humilde e pobre, até pouco tempo. As medidas compressivas estenderam-se a outros núcleos de propaganda e defesa dos partidos da esquerda, como, por exemplo, a *Reichsbanner*¹⁴, que era o *pendant* democrático dos *Stahlhelm* e dos S.A.

6. E todo este movimento brusco não obedece somente a uma diretiva de interesse partidário. Filia-se também à campanha contra a corrupção, que este governo combate com ânimo sincero e, talvez, por isto mesmo, violento.

7. Não mencionando certos problemas econômicos de grande alento e longa evolução, e tendo em conta a contingência de erro humano, é preciso verificar que, nos poucos meses de exercício do poder, os nacionais-socialistas já têm afirmado em atos a sua eficácia revolucionária, no interior.

8. O mesmo êxito não teve a ação externa, que não soube ou não pôde abafar o eco da tendenciosa publicidade feita ao redor da perseguição dos judeus. Não há negar que este gesto foi pelo menos inoportuno e produziu, no estrangeiro, os mais lastimáveis efeitos. Nunca, desde a guerra, a opinião mundial foi tão desfavorável à Alemanha. Os erros de política interna que operaram esta reversão do ambiente moral, sobretudo na Grã-Bretanha, derivam da mentalidade irrequieta e impulsiva, verdadeira mentalidade de oposição, que a ala esquerda do partido conserva no governo.

9. A esta cabe a responsabilidade do insucesso que teve, em

14 N.E. – Estandarte do Reich. Organização alemã, criada em 1924, durante a República de Weimar, e integrada por membros dos partidos de orientação democrata, com o objetivo de defender a democracia parlamentar contra os extremismos, tanto de direita como de esquerda, no intuito de angariar o respeito da população à república, honrar a bandeira e a Constituição. Seu nome completo era *Reichsbanner Schwarz-Rot-Gold* (*preto-vermelho-ouro*), derivado da bandeira alemã, adotada em 1919.

Londres, o sr. Rosenberg, comissário *nazi* dos Negócios Estrangeiros, que foi até apupado ao partir da capital inglesa.

10. Enquanto, na Inglaterra, o sr. Rosenberg era desagradavelmente acolhido e dois ministros alemães, ao aportarem à Viena, ouviam de um representante do governo austríaco que a sua visita era indesejável, o ministro dos Negócios Estrangeiros, sr. von Neurath, publicava em Genebra um artigo anunciando a intenção de rearmar, [*a Alemanha*] em caso de fracasso da Conferência de Desarme. Num lapso de tempo capaz de dar-lhe o valor de uma resposta ao pé da letra, lord Hailsham oficialmente manifestou o intuito de sanções, se a Alemanha rearmasse [*sic*].

11. É estranho, talvez, mas característico da política europeia desta época, que a Conferência de Desarme ameace terminar em rearmamento e sanções militares ou econômicas contra uma das nações participantes da nobre assembleia.

12. Depois de amanhã, 17, reúne-se o Reichstag, convocado para ouvir e prestigiar as declarações do chanceler sobre a posição internacional da Alemanha nesta hora grave. Dizem-me que será confirmada, no Parlamento, a intenção de rearmar o Reich, se a conferência de Genebra não chegar à adoção de um plano de desarmamento geral.

13. Para a justa apreciação da atitude do governo nacional-socialista, é indispensável não esquecer que o Tratado de Versalhes parece impor o desarmamento dos seus signatários e que o cumprimento deste dever contratual tem sido iludido pelas grandes potências vitoriosas. Perante a rígida arquitetura da mentalidade germânica, o rearmamento da Alemanha apareceria como consequência lógica da violação do tratado pelas outras potências. Esta é convencida e sinceramente a tese alemã.

14. Da oportunidade da sua execução, das arriscadas consequências, dos danos imensos e inumeráveis que presentemente ela pode acarretar, não é possível discutir com os mais sensatos alemães, neste momento de romantismo nacionalista.

15. O chanceler, cuja sabedoria e ponderação de homem de governo tem-se revelado em tantos ensejos desconhecidos do público, penso eu que se esforçará por moderar o choque e atenuá-lo, tanto quanto lho permita a multidão ardente que o segue e que o impele, ao mesmo tempo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*]

Discurso de Hitler no 1º de Maio.

Meus camaradas e minhas camaradas!

Diz a canção popular “Maio chegou”. Durante muitos séculos foi este um dia simbólico não somente da entrada da primavera, como também da alegria, da expansão festiva e da comunhão dos espíritos. Até que houve um tempo em que deixou de ser o dia de renovação da vida e do júbilo popular, para tornar-se o da chamada à luta, do ódio e a guerra civil.

Uma doutrina, espalhada nas massas populares, tentou fazer do dia do desabrochar da natureza, da eclosão da primavera, o dia das discussões, dos ódios familiares e do fratricídio. Há dezenas de anos que este dia tem cavado a separação do povo alemão, tem erigido um monumento de sua dissidência. Até que, afinal, a profunda apatia do nosso povo, a boa razão retomou os seus direitos e nesta época de exame de consciência, fazemos a reconciliação da raça alemã. E, hoje, podemos, como dantes, entoar a velha canção “Maio chegou”. Nosso povo despertou!

O símbolo que foi da luta de classes, da eterna disputa, volta a ser símbolo de reerguimento, de máxima união da nossa gente. Por isto escolhemos este dia do despertar da natureza para, de hoje em diante, ser o dia de restauração das forças da nossa raça; dia do trabalho produtivo, que não conhece limites estreitos, que não está preso à oficina, ao balcão, ao escritório ou à repartição; aquele trabalho produtivo que, como nos empenhamos em acentuar, onde quer se produza, visa o bem e a existência da nossa gente. O povo alemão sofre terríveis privações. Não que essas privações sejam filhas do descaso ou da pouca vontade. Não! Milhões de criaturas da nossa raça são irmãos ativos; milhões de camponeses, como outrora, empurram as suas charruas; milhões de operários sentam-se aos seus bancos de trabalho: milhões

de homens trabalhadores! E também há milhões que quereriam trabalhar, mas não o podem.

Tudo parece em vão. Misérias, queixas, desalentos. Dezenas de milhares buscam a última solução numa amarga renúncia à vida, preferindo acabar uma existência que só lhes parece trazer desgraças e aflições, trocando-a pelo desconhecido, na espera de melhora. Indescritível miséria, a insegurança e o seu séquito de desalentos e desesperos! O povo via-se em perigo de destruição, toda sua energia vital desperdiçada em lutas internas, diminuída a esperança de êxito e a confiança na força da vontade! Lança ao redor de si um olhar de desesperado, indagando de onde possa surgir o remédio salvador. E o povo decai e decaem as suas forças vitais, e nós assistimos ao espetáculo dessas dolorosas lutas de classes. Disto havia uma lição a tirar. Nós quisemos aprendê-la e a aprendemos.

E, como primeira tarefa a encetar para convalescença deste povo, vemos a necessidade do conhecimento mútuo, de lado a lado. Aqueles milhões de homens que, divididos em classes artificiais, afastados um dos outros, não mais se compreendiam, precisam de ser novamente aproximados. É uma imensa, sabemos bem: uma formidável tarefa! Quando 70 anos de loucura com aparência de ideia política, quando por 70 anos a destruição do espírito comunal foi um objetivo político, não é fácil, de um golpe, alterar a mentalidade do povo. Mas, não podemos fracassar nem desesperar. O que mãos humanas levantaram, podem mãos humanas derrubar. O que o desvario humano criou, a razão pode destruir.

Sabemos que este esforço de penetração e conhecimento mútuo não é obra para poucos meses ou poucos anos, e sim para muitos, muitos anos. Entretanto, temos a inabalável decisão de executar esta grande tarefa da história alemã, temos a convicção de podermos congregar o povo alemão e, mesmo, temos a força de obrigá-lo a isto, se de boa vontade não o quiser. Este é o sentido do 1º de Maio, que, doravante, será festejado na Alemanha. Que nesse dia todos os homens que trabalham nas engrenagens vitais da nossa nação se encontrem e se estendam a mão, uma vez por ano, com a certeza de que nada poderá ser feito, se cada um não tiver cumprido o seu dever!

Assim escolhemos como mote para este dia a sentença: “Honrai o trabalho e respeitai o trabalhador”! Será difícil para muitos, vencendo o ódio e a desinteligência longamente cultivadas no passado, congregar-se novamente. Qualquer, porém, que seja a atividade de cada um,

é preciso não nos esquecermos, meus camaradas, que todos somos alemães, que todos cumprimos o nosso dever, que todos somos indispensáveis e que a nação não consiste no trabalho de um governo, de uma determinada classe, ou da sua inteligência, mas que ela vive do trabalho de todos!

Muitos entre os que ouvem pensarão que só merecem respeito certas categorias de trabalho, quando, na verdade, este respeito é uma contingência unicamente da maneira por que se executa o trabalho. São os milhões que trabalham anos a fio sem jamais esperar enriquecerem, quando muito o ganha-pão despreocupado, estes são os que primeiro temos que proclamar. Pois, é o idealismo destes que permite o bem estar e a existência de todos. O trabalho é a medida. Quem contribui com a sua quota é cidadão, é um membro útil da comunidade. É necessário que cada classe compreenda a importância das demais classes. Temos assim que pregar na cidade a importância do trabalho rural, e na lavoura e entre a intelectualidade a importância do trabalho operário. Temos que nos chegar ao operário e ao homem do campo e pregar-lhes que sem o espírito intelectual não pode haver vida alemã, e que, todos juntos, constituímos uma comunidade: a do espírito, do cérebro e do pulso - o operário, o lavrador e o burguês. Então será este 1º de Maio, na grandeza da sua celebração, em toda a Alemanha, pelas cidades e campos, para os milhões de cidadãos de todas as profissões e classes, uma vez por ano, o símbolo da solidariedade e do trabalho – a festa do trabalho alemão.

Este 1º de Maio, então, trará à consciência do povo alemão o significado de que zelo e trabalho sós não criam a vida, se não se conjugarem com a energia e vontade de um povo: zelo e energia, trabalho e vontade, todos juntos. Somente então, quando por trás do trabalho levantar-se o pulso forte da nação para protegê-lo e ampará-lo, o zelo e o trabalho poderão derramar-se em bênção salutar.

E também deverá esta festa nacional infundir na consciência alemã que o povo alemão é forte, quando unido; que é poderoso, quando, arrancada dos corações a planta daninha da luta de classes, puser a sua força em auxílio do seu trabalho. Ainda mais um ponto queremos frisar: sonhamos um Estado alemão que dará ao seu povo meios de ganhar o pão de todos os dias, para o que toda a energia da nação é necessária, um Estado, porém, que não careça de empréstimos do resto do mundo. Se hoje o marxismo também alega ter contribuído com a sua quota para o trabalho, o Estado que ele formou dependia do re-

curso ao capital estrangeiro. Não precisamos recorrer ao mundo para que nos empreste engenheiros, técnicos, comerciantes, químicos. Nós os possuímos e sabemos aproveitá-los. Precisamos cuidá-los, pô-los ao serviço da nossa grande causa, aliciá-los nessa grande tarefa.

Responder-nos-ão, é verdade, os nossos adversários que estes são ideais que não realizaremos, que não poderemos realizar! Meus amigos, neste momento, 50 milhões de homens ouvem estes ideais! E compreendamos que éramos apenas uma meia dúzia, os que por eles nos batemos, e que hoje são milhões e milhões na Alemanha, os que sob este céu estrelado, se deixam persuadir da força desses ideais. Nada do que é grande neste mundo é dado de presente aos homens. Tudo tem que ser duramente conquistado. Também o reerguimento de um povo não é presente do destino, também ele tem que ser internamente argamassado.

Havemos de merecer a palma deste erguimento, havemos de alcançar a liberdade do nosso povo e então provaremos quanto o marxismo não era senão teoria, e como teoria, bonita e sedutora, mas, em realidade, longe de fazer a felicidade e o bem do povo, como não o fez até hoje. A beleza deste dia primaveril não pode ser um símbolo de luta, de destruição e, portanto, de decadência – senão que símbolo de solidariedade e de ascensão. Não é por mera casualidade que nossos adversários não conseguiram levantar o povo alemão neste 1º de Maio, como nós o fizemos agora ao tentá-lo pela primeira vez.

Hoje restituímos ao 1º de Maio seu primeiro significado. E esta é a razão porque milhões de alemães aqui afluíram, joviais, para testemunharem e participarem da reconstrução do país. Queremos resumir e apresentar quais serão os nossos objetivos para o futuro.

O primeiro é combater para que o poder, que acabamos de conquistar pelo novo pensamento e nova fé política, nunca mais nos escape das mãos; ao contrário, cada dia mais se fortaleça. Que esta nova ideia, vencedora, se espalhe pela Alemanha e que ela cubra sob o seu estandarte, pouco a pouco, todo o povo alemão. Assim, defenderemos este estandarte, o estandarte do nosso povo, contra todos os que ousarem combatê-lo.

O segundo é incrementar e fortalecer a consciência do próprio valor, esta confiança de si mesmo do povo alemão. Nos tempos que nos precederam houve uma preocupação de vacinar-nos com uma ideia de inferioridades em face do mundo, da fraqueza ante as grandes ações,

de desigualdade de direitos ante os outros. Cultivou-se esse complexo de inferioridade dos partidos que nos amaldiçoaram todos esses anos.

Nosso propósito agora é libertar o povo desta impressão, injetar-lhe a convicção de que não é de segunda classe – quer o mundo o queira, quer não, de que não é segundo a nenhum em valor e em posição – que ele se remire no seu passado, na obra realizada por seus antepassados, na da sua própria geração; que passe uma esponja pelos seus 14 anos de destruição e que se erga consciente dos seus dois mil anos de história alemã: Alemães, sois um povo, um povo forte e que quer ser forte!

Estes milhões, que hoje, na Alemanha tomam parte nesta demonstração, voltarão às suas casas com a consciência de uma nova orientação e uma nova força interior. Eu sei, meus camaradas, que a pressão há de ser mais forte amanhã do que ontem. A nação, hoje, ainda pode ser violentada, acorrentada, mas humilhada é que nunca mais! A confiança que hoje procuramos fortalecer não é só a do povo alemão em si próprio; também é a confiança no atual governo, que é uma parte desse povo, que a ele pertence, com ele combateu e combate, cujo único objetivo é libertá-lo e dar-lhe a felicidade.

Quando demos à publicidade pela primeira vez o plano do trabalho obrigatório, saltaram-nos à frente os representantes do mundo marxista com a acusação de que pretendíamos um assalto ao proletariado, ao trabalho, à existência do operário. E isto por quê? Porque sabiam muito bem que não se tratava de um tal assalto, mas sim de um assalto contra o preconceito de que o trabalho manual seja degradante. Este preconceito, queremos desraizar na Alemanha, arrancá-lo do nosso povo. Assim como no passado, que conheceu os recrutamentos forçados, havia o preconceito contra o serviço militar, vivemos numa época em que muitos de nós não têm compreensão para o trabalho manual. Queremos que o povo alemão, através do trabalho obrigatório, chegue à conclusão de que o trabalho manual é honroso como qualquer outro. Por este motivo, é nossa inabalável decisão obrigar todo alemão, qualquer que seja a sua condição, bem nascido, rico ou pobre, filho de letrado ou de operário, uma vez na sua vida, trabalhe manualmente para que aprenda a melhor comandar, por isso que terá aprendido a obedecer.

Pretendemos ainda este ano empreender outra tarefa: a libertação da iniciativa criadora das influências perniciosas das decisões por maioria, não só no Parlamento, como na indústria. Nunca é o voto da

maioria a vitória da razão, antes a da falta da razão, a da insegurança, da fraqueza da covardia. Estamos convencidos de que a nossa economia nunca prosperará enquanto não for encontrada uma fórmula sintética entre a liberdade do pensamento criador e as obrigações deste para com a comunidade. Assim, será nossa preocupação dar aos contratos a importância que devem ter. O homem não existe para que haja contratos, os contratos é que existem para facilitar a vida do homem.

Temos também a intenção de traçar as primeiras etapas para a direção orgânica da nova política econômica. Partimos da noção fundamental de que não se levanta construção alguma que não tenha os seus alicerces na raiz da vida do país, da população, da indústria: o homem do campo. Partindo dele, chega-se ao operário e à inteligência. Começaremos, portanto, em primeiro lugar, com o saneamento da sua economia, preliminar essencial para o saneamento do resto da coletividade. Durante 14 anos, fez-se justamente o contrário: e qual foi a consequência? Não se salvou a cidade e não se salvou o operário. Não se salvou a classe média. A esta segue-se outra tarefa: o combate à falta de trabalho, que dividiremos em duas partes. A iniciativa privada: aqui empreenderemos uma grande ação para que os edifícios públicos e as casas particulares recebam as necessárias reparações, que vão ocupar centenas de milhares de braços. Lançaremos um apelo – proclamado desta tribuna, neste momento, pela primeira vez – dirigido a todo o povo alemão, para que se capacite de que a falta de trabalho não se remedia no espaço, mas é obra de todos; da confiança generalizada que gera o trabalho. Todos têm o dever de não hesitar, não esperar pelas iniciativas dos outros, para realizar as próprias. Todos têm o dever de, confiantes, iniciar sem tardança a parte que lhes couber. Cada empreiteiro, cada proprietário, comerciante, enfim, cada qual tem o dever de cooperar com a sua quota na obtenção de trabalho. E há que não esquecer o trabalho alemão. Num momento em que o mundo discrimina contra o trabalhador alemão, espalha falsas informações, temos que nos ajudar uns aos outros.

Tentaremos pôr em andamento este ano ainda grandes obras públicas; temos em vista um gigantesco programa que procuraremos realizar já, não o deixando para o futuro; um programa, que, sem dúvida, exigirá milhões, o programa de construções de estradas! Um gigantesco programa! Começaremos em grande para esmagar as eventuais resistências: toda uma série de obras públicas que colaborará para a retração da cifra dos desempregados. Finalmente, atacaremos a insus-

tentabilidade das atuais taxas de juros. Eis um programa que há anos nos ocupa, a nós, nacionais-socialistas: a execução de uma política comercial que, estimulando a produção, não abandone a agricultura à destruição.

Queremos trabalhar e havemos de trabalhar. Mas tudo, afinal, está nas mãos do povo alemão, que nos honra com a sua confiança. Pende tudo da convicção com que encarardes o estado nacionalista. Quando vos decidirdes a salvar a Alemanha, então com ela se salvará o cidadão.

Temos consciência de que todo trabalho humano é estéril sem a bênção da providência. Mas não somos daqueles que tudo esperam do outro mundo. Não, queremos trabalhar, ser ativos em prol do nosso povo, resolver-lhes os problemas e, nesse terreno, teremos dificuldades sobre dificuldades a vencer. Nada nos será facilitado. A estrada, que trilhamos 14 anos, foi uma luta constante, de contínuos desesperos. Também será rude no futuro.

Queremos a paz. O mundo persegue-nos, volta-se contra nós, não nos quer reconhecer o direito à existência e à segurança da pátria. Povo alemão, quando o mundo assim nos constrange, unamo-nos tanto mais coesos. Afirmemos ao mundo que, malgrado tudo o que façam, não nos curvaremos, não nos submeteremos, jamais recuaremos do nosso direito à igualdade de tratamento. Que não esperem encontrar traidores entre nós que lhes venham em auxílio. Não toleraremos os que forem contra a Alemanha. Queremos merecer honradamente o reerguimento da nossa nação pelo nosso espírito, tenacidade e vontade de vencer.

Não pedimos ao Todo-Poderoso: Senhor, dai-nos a liberdade! Queremos trabalhar, reconciliar-nos, até que chegue a hora, em que à sua presença nos aproximaremos a suplicar: Senhor, vede, nós nos corrigimos! O povo alemão não é mais o povo da desonra, da vergonha, do próprio dilaceramento, da pusilanimidade. Não, Senhor, o povo alemão está hoje novamente forte da sua convicção, forte da sua perseverança, forte do seu sacrifício cumprido. Senhor, não nos afastaremos de vós. Agora, abençoe a nossa luta pela liberdade, e com ela o nosso povo e a nossa pátria.

Conforme: J. de Sousa Leão Filho
2º Secretário



OFÍCIO • 18 MAIO 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] Notícias políticas. Discurso do chanceler sobre política internacional.

N. 66

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 18 de maio de 1933.

Senhor Ministro,

Ontem, como estava anunciado, o chanceler pronunciou no Reichstag, especialmente reunido, o seu discurso sobre política internacional. A declaração do governo nacional-socialista, que as circunstâncias faziam necessária e urgente, teve no país e fora dele, ao que se pode julgar, a repercussão mais favorável.

2. No Parlamento, depois da unânime aprovação que mereceu, o entusiasmo despertado por ela levantou a casa inteira, num surto patriótico, cantando o *Deutschland Über Alles*¹⁵. A cena foi verdadeiramente impressionante.

3. O tempo limitado de que disponho, para poder ainda incluir no correio do *Cap Arcona*¹⁶ o texto da eloquente, ponderada e jeitosa arenga do chefe do gabinete, tolhe-me a possibilidade de juntar-lhe a tradução ou de fazer-lhe qualquer comentário.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo: “Des Kanzlers Wort na die Welt”. *Vossische Zeitung*, Berlim, 18 mai. 1933.]



15 N.E. – Hino nacional alemão.

16 N.E. – SS Cap Arcona, transatlântico de luxo alemão.

OFÍCIO • 28 JUN. 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] Situação política e econômica da Alemanha.

N. 75 / CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 28 de junho de 1933.

Senhor Ministro,

O discurso pronunciado pelo chanceler, no dia 17 de maio último, perante o Reichstag e cujo teor tive a honra de enviar a Vossa Excelência com o meu ofício n. 66, expedido no dia imediato pela via aérea, não pôde então ser comentado convenientemente, já pela escassez absoluta de tempo, já porque era meu desejo transmitir a Vossa Excelência, com as minhas próprias impressões, uma notícia sobre a sua repercussão no exterior. Hoje, porém, estou habilitado a fornecer a Vossa Excelência algumas informações sobre o programa de política internacional do governo, exposto pelo chanceler naquela memorável sessão de maio.

2. O discurso de Hitler causou funda impressão dentro e fora da Alemanha, pela prudência e moderação com que foi concebido e, especialmente, pelos vivos propósitos de paz que afirma com ênfase. De fato, com exceção apenas de uma parte da imprensa francesa, os órgãos de publicidade do continente não regatearam elogios ao chanceler pelo seu discurso e alguns manifestaram mesmo surpresa com as declarações por ele feitas acerca da política exterior da Alemanha.

3. Nesta hora de fervor nacionalista, em que as reivindicações alemãs se apresentam vivificadas pelo próprio programa do partido que exerce o governo, outras se temia que fossem, na verdade, as palavras do chanceler, pois, é necessário ter em vista, antes de tudo, a impulsão da opinião pública neste III Reich, nesta Alemanha coesa em torno do programa nacional-socialista, unida na luta contra o bolchevismo, convencida de sua força, da superioridade de sua civilização, saturada de suas tradições, a exigir o direito de viver como nação soberana, e no mesmo pé de eficácia militar que os Estados que em 1918 lhe ditaram a paz. E, como recusar, hoje, à Alemanha esse direito quando já lhe foi ele reconhecido em 11 de dezembro de 1932 pelo protocolo das cinco potências, com a aprovação da “cláusula da igualdade”?

4. Ao declarar que o interesse da Alemanha está na paz, no comércio, na estabilidade, no desenvolvimento progressivo de suas forças produtoras, definiu bem o chanceler o programa a seguir. Disse

que nenhuma guerra, na Europa, poderá criar uma situação melhor, em substituição da que existe; que um sucesso decisivo das armas não lograria senão lançar o gérmen de novos conflitos e de novas guerras; que, se uma tal loucura se produzisse um dia, esta seria a ruína da ordem social, um caos sem fim, o bolchevismo. E acrescentou “o governo nacional da Alemanha se oporá com todas as suas forças a uma tal evolução não pacífica.”

5. À iniciativa de Mussolini para o estabelecimento de relações estreitas de confiança e colaboração entre as quatro principais potências europeias, dá o governo sua completa adesão. Refere-se ainda o chanceler em termos entusiásticos à proposta do presidente dos Estados Unidos, pois, é também seu pensamento que, sem resolver a questão do desarmamento, toda reconstrução econômica é impossível. A Alemanha, diz ele, está pronta a renunciar a todas as armas de ataque se o mundo inteiro fizer o mesmo; dará sua adesão a um pacto solene de não agressão, porque não pensa jamais em atacar, cuida apenas de sua própria segurança.

6. O discurso do chanceler veio encerrar a série de declarações que caracterizaram o primeiro período de vida da revolução vencedora. Já, agora, o nacional-socialismo saiu do vago para entrar na realidade, deixou a fase das expectativas e da fantasia para entrar na das realizações. Estas começaram pela mutação do pessoal administrativo; foi a primeira fase das realizações e obedeceu à necessidade de colocar pessoas de confiança nas repartições e oficinas do Estado. Seguiu-se-lhe a ação junto aos sindicatos operários, que foram em sua totalidade reconstituídos, de acordo com o programa nacional-socialista e submetidos ao controle direto das autoridades. Rigoroso balanço foi procedido nas repartições e punidos com prisão e multa os faltosos. O comissário do Reich para os sem trabalho, dr. G. Gerecke, acusado de abuso de confiança e desvio de dinheiros, foi condenado a dois anos e meio de prisão e a 100.000 marcos de multa. As sedes das organizações partidárias foram inspecionadas, e sequestrados os bens do partido social-democrata e da organização *Reichsbanner*, onde, segundo boletins oficiais, muitas irregularidades foram verificadas.

7. O governo nacional-socialista tende a enfeixar em suas mãos o controle geral dos negócios e a levar o seu jugo até a última das iniciativas locais. Seria demasiado longo enumerar, um a um, todos os pontos do grande círculo onde já se assinala, hoje, a influência decisiva da revolução. Pode-se dizer que esta se exerce sobre todas as mani-

festações da atividade humana neste país; o teatro, o cinema, a música e todas as outras manifestações das artes têm de se enquadrar no movimento nacional. A instrução pública, vai sendo completamente reformada, com o objetivo de formar cidadãos mais úteis ao Estado, tanto nos períodos de paz, como na guerra. O afastamento do elemento judaico já é um fato consumado, pois, prevaleceu na revolução vencedora o espírito racista, que constituiu um dos pontos essenciais da propaganda.

8. Uma demonstração da tendência do governo para controlar e superintender mesmo todas as atividades, se encontra no programa para a reorganização operária, cujos pontos essenciais foram explicados pelo chefe da Frente do Trabalho, sr. Ley, em uma entrevista recente concedida ao diário *Voelkische Beobachter*. Segundo afirma o sr. Ley, os conselhos das empresas serão constituídos por patrões, empregados e operários, mas terão voz consultiva, apenas. Os chefes das empresas continuarão com os mesmos direitos de que gozaram até agora, porém, se abusarem deles com relação aos operários, serão chamados aos tribunais. Todas as indústrias serão agrupadas pelas especialidades e pelas regiões, devendo cada grupo regional abranger todos os estabelecimentos fabris de um distrito. Estes grupos regionais farão parte de uma organização mais vasta que abrangerá toda a extensão de um estado. Cada agrupamento estabelecerá um salário tipo que não será nunca inferior ao salário mínimo fixado pelo governo. Serão terminantemente proibidos os salários horários; todos os operários serão pagos por semana de trabalho.

9. Se a situação política se apresenta com lisonjeiras expectativas, o mesmo, entretanto, não acontece com a situação econômica. A diminuição do excedente das exportações alemãs, que se vinha fazendo sentir desde o último trimestre do ano próximo passado, veio criar uma situação de fato, que torna impossível a transferência dos valores monetários indispensáveis à amortização dos empréstimos externos. O lastro ouro, de redução em redução, está, hoje, resumido a 280 milhões de marcos, cerca de 10% do montante da circulação. Tendo em vista aquela situação, o governo acaba de decretar a moratória para os pagamentos no exterior. Não causou a medida extrema adotada pelo governo nenhuma surpresa, pois, desde a chegada do delegado à Conferência Preliminar de Washington, dr. Schacht, de sua viagem aos Estados Unidos, que a mesma era esperada a cada momento, uma vez que aquele delegado não logrou obter nos círculos financeiros e governa-

mentais norte-americanos, as facilidades que pretendia para minorar as aperturas financeiras desta hora. A diretriz que o governo vai imprimir à questão econômico-financeira não é ainda conhecida, pois, está dependente dos resultados da Conferência de Londres. Assim, todo o programa está em suspenso, aguardando aqueles resultados.

10. Como os projetos financeiros dependem da Conferência de Londres, os relativos à organização da defesa nacional aguardam as decisões da Conferência do Desarmamento para serem executados. Desse modo, o governo nacional-socialista se tem visto forçado a retardar a execução de uma boa parte das medidas do seu programa, sobretudo, no que diz respeito à defesa nacional.

11. As manifestações públicas contra o que se convencionou chamar o “espírito antialemão”, vão sendo realizadas com entusiasmo em todas as cidades. Nesta capital, em Munique, em Frankfurt, em Bonn, foram acesas nas praças públicas enormes fogueiras onde foram lançados milhares de volumes e outros escritos de inspiração antialemão, que foram destruídos na presença de grande multidão. Por toda a parte se trata de avivar o sentimento nacional, em todas as camadas sociais e por todos os meios e modos. O próprio chanceler acaba de dar o exemplo criando um prêmio para o músico alemão que compuser a melhor canção popular, cuja música e letra sejam características da nova Alemanha.

12. E as adesões ao partido hitlerista continuam. O aumento do número e a qualidade das pessoas que abandonam o partido nacional-alemão, onde eram consideradas como exercendo influência preponderante, se assinala como verdadeira vitória para o nacional-socialismo. Ainda agora, o professor dr. Spahn, chefe dos nacionais-alemães católicos, publicou um manifesto em que declara que lhe é impossível seguir a dois chefes, basta-lhe um e este é Hitler. Dois outros militantes do mesmo partido, que tiveram uma grande atuação entre a juventude, no período da propaganda – os srs. Flumme e Viseving –, acabam igualmente de dar sua adesão ao governo. Não é menor também o entusiasmo pelo chanceler entre os elementos da antiga nobreza, sobretudo após a inclusão nas fileiras *nazis* de alguns príncipes de sangue.

13. A social-democracia alemã, entretanto, continua a trabalhar. Pela força das circunstâncias, a cidade de Praga tornou-se o centro dos socialistas emigrados, podendo-se dizer mesmo que a direção do partido para ali se transferiu e ali desenvolve grande atividade. De fato, os socialistas atualmente em Praga deliberam e tomam decisões em nome

da social-democracia alemã. Chegaram até, esses exilados, a fundar em Karlsbad o jornal *Vorwaerts Karlovy-Vary*, para a propaganda do seu partido pelo combate violento ao nacional-socialismo. As autoridades tchecoslovacas, permitindo a circulação no seu território do referido órgão de publicidade, tornaram ainda mais tensas as relações com a Alemanha. A reação do governo contra a ação dos sociais-democratas foi, porém, imediata e consistiu na proibição do partido, no sequestro dos seus bens e na prisão de um grande número deles, entre os quais o sr. Loebe, ex-presidente do Reichstag.

14. As boas relações tradicionais entre a Alemanha e a Áustria foram abaladas. A vitória do nacional-socialismo alemão teve imediata repercussão na Áustria, onde os nacionais-socialistas, influenciados pelo exemplo alemão, ali planejaram dominar e depor o governo. A tentativa dos hitleristas de Viena não logrou, entretanto, nenhum êxito, apesar de ter sido causa dos acontecimentos terroristas de que foi teatro aquela capital durante a última quinzena. A ameaça do golpe de força foi pressentida pelas autoridades austríacas a tempo de evitá-lo. O chanceler Dollfuss ordenou a detenção dos principais chefes hitleristas, dissolveu o partido, interditando-lhe toda a atividade política. Atribuída, em Viena, a ação dos referidos partidários ao nacional-socialismo alemão, o governo do chanceler Dollfuss desenvolveu forte ação, intitulando-se defensor da independência austríaca, contra o pan-germanismo. A situação entre os dois países continua a mais tensa, embora os chefes do nacional-socialismo alemão declarem que nenhuma ingerência tiveram naqueles acontecimentos.

15. Na última semana, um acontecimento da maior gravidade veio a agitar de algum modo a atmosfera de relativa tranquilidade existente desde a posse do gabinete Hitler – a descoberta de elementos bolchevistas, em número elevadíssimo, entre as fileiras das organizações de combate dos nacionais alemães. A ação do governo contra as referidas organizações foi radical. Ordenou a dissolução das organizações, apreendendo os respectivos armamentos, efetuou a prisão dos responsáveis e fez ocupar pela polícia as sedes dos grupos, cujos bens foram sequestrados. Na Renânia, em Duesseldorf, no Brunswick, no Anhalt, sobretudo, eram numerosíssimos os elementos dissolventes. A ação enérgica desenvolvida pelo governo nesses acontecimentos vem, mais uma vez, confirmar os seus propósitos de dar combate sem tréguas ao comunismo. Os processos habituais dos marxistas, seu trabalho de sapa, junto às organizações militares, têm posto em prova a

ação enérgica do governo. Como consequência da ação do governo, demitiu-se o sr. Hugenberg, que representava no gabinete o Partido Nacional Alemão e o partido resolveu dissolver-se. Um fato digno de nota é a reunião de todas as corporações do Reich sob a bandeira nacional-socialista. Esta medida do governo tem o grande mérito de pôr termo às rivalidades que, de quando em quando, se manifestavam entre as diversas corporações partidárias.

16. O governo tem consciência de sua força, pois, constitui a coalizão mais poderosa que se formou neste país desde a Grande Guerra. A ideia nacional-socialista reina por toda a parte, sobretudo, entre os jovens, podendo-se dizer com segurança que toda a mocidade está com ela identificada. A máquina governamental está montada e em pleno esforço de realização do programa revolucionário.

17. A reação dos adversários é quase nula. Dos antigos partidos, apenas o Centro Católico ainda existe e, hoje, muitos dos seus membros proeminentes aderiram com grande publicidade ao nacional-socialismo. Se as outras agremiações partidárias foram dissolvidas pela força, o Centro parece dissolver-se por si mesmo. Dir-se-ia, assim, que o extraordinário programa nacional-socialista de 1922, mistura inédita de racismo e socialismo *sui generis* está, efetivamente, em caminho de execução.

18. Mas, no interior, a depressão comercial acentua-se dia a dia e a aproximação do inverno suscitará novos fatores de mal estar. E, no estrangeiro, o caso da Áustria diminuiu muito o efeito calmante do discurso de 17 de maio.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 27 JUL. 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] Concordata com a Santa Sé. Notícias políticas.

N. 91

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 27 de julho de 1933.

Senhor Ministro,

Como Vossa Excelência já tem conhecimento pela ampla divulgação da imprensa, no dia 20 do corrente foi assinado no Vaticano, entre o vice-chanceler von Papen e o cardeal secretário de Estado, M. Pacelli, o acordo entre o Reich e a Santa Sé, cuja fase preparatória teve início com o triunfo da revolução nacional-socialista.

2. A Concordata deve ser assinalada como um acontecimento histórico dos mais promissores nesta fase aguda da grande crise, que também tem seu aspecto moral. Ficam, assim, reguladas, nos melhores termos, as relações entre a Igreja e o Estado, a ação católica neste país; o que representa, sem dúvida, um progresso na evolução espiritual deste povo e de seus atuais dirigentes.

3. Pelo artigo 1º do pacto, o governo alemão assegura a liberdade de confissão e o exercício público da religião católica; reconhece à Igreja o direito de administrar com ampla autonomia seus bens e interesses. Os acordos assinados em 1924, com a Baviera; em 1929, com a Prússia; em 1932, com o estado de Bade, continuam em vigor, e, em toda sua plenitude, os direitos e liberdades que os mesmos conferem à Igreja Católica. Os demais estados do Reich devem regular suas relações com a Igreja pelo acordo atual, que também servirá de complemento, nos casos omissos, dos acordos acima enunciados.

4. O artigo 2º determina que os estados não poderão futuramente celebrar acordos com a Santa Sé sem a prévia aprovação do governo central. O artigo 3º dispõe sobre a representação diplomática e prevê um núncio em Berlim e um embaixador no Vaticano.

5. O artigo 4º concede à Santa Sé ampla liberdade para comunicar-se e corresponder-se com os bispos, o clero e os fiéis. Os bispos e outras autoridades eclesiásticas terão todas as facilidades no exercício do seu ministério, na publicação das pastorais e demais comunicações com os fiéis. Os artigos 5º e 6º asseguram aos membros do clero a proteção do Estado e os dispensam de aceitar certos encargos públicos incompatíveis com o estado eclesiástico. O art. 7º proíbe aos padres a aceitação de qualquer emprego público, sem a prévia autorização da

autoridade canônica. O art. 8º exclui do sequestro os rendimentos dos eclesiásticos.

6. O art. 9º dispensa os padres de responderem em juízo por questões relativas ao seu ministério. O art. 10º proíbe às pessoas estranhas à Igreja e aos padres destituídos usarem o hábito eclesiástico. O art. 11º prevê a manutenção das atuais dioceses e a possibilidade de estabelecimento de um novo acordo entre a Santa Sé e o Reich, caso as mesmas devam ser modificadas. O art. 12º dispõe que as alterações de detalhes na organização das dioceses poderão ser resolvidas pelas autoridades locais, sem necessidade de novo acordo.

7. O art. 13º reconhece capacidade jurídica às comunidades católicas, associações diocesanas, sedes episcopais, capítulos, ordens, associações religiosas, bem como a todos os estabelecimentos, doações e bens submetidos à administração das ordens eclesiásticas. O art. 14º reconhece à Igreja o direito de prover, em princípio, todas as suas funções.

8. O art. 27º declara que, no ensino religioso, se terá em conta, principalmente, a educação da consciência dos deveres patrióticos, civis e sociais, segundo as máximas da fé e da lei cristã.

9. São estes os pontos essenciais do acordo. O art. 2º é, sem dúvida, o mais importante, pois, nele a Santa Sé reconhece o Reich como Estado unitário.

10. A situação política, neste momento de organização geral, atravessa o seu período mais crítico. Os boatos de dissidência no seio do Partido Nacional-Socialista não estão ainda confirmados. A volta apressada a Berlim do ministro Goering, que se encontrava em vilegiatura, era, porém, sinal evidente de que algo de anormal se passava. O recrudescimento da campanha anticomunista, verificado logo após a chegada de Goering, veio tudo esclarecer. Um surto comunista estava preparado com ligações entre alguns elementos *nazis* fortemente trabalhados.

11. Novas medidas de repressão foram decretadas. Entre elas, a lei que estabeleceu a pena de morte para os atentados políticos e os ataques às autoridades e aos milicianos nacionais socialistas merece ser destacada. A pena de morte, ou 15 anos de trabalhos forçados, é prevista para os culpados da introdução na Alemanha de documentos incitadores de traição, bem como para os acusados da tentativa de formação de novos partidos políticos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 28 JUL . 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] Decreto de esterilização sexual.

N. 92

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 28 de julho de 1933.

Senhor Ministro,

O *Reichsgesetzblatt*, de hoje, publica o novo decreto do governo do Reich que institui a esterilização sexual para impedir a transmissão de doenças e degenerescências hereditárias.

2. Sobre as intenções deste decreto inovador corriam boatos inquietantes, bem como estatísticas exageradas sobre o número de vítimas destas moléstias na Alemanha. O decreto, porém, especifica claramente os casos em que é admitida a esterilização, estabelecendo uma série de garantias legais que impeçam abusos.

3. O parágrafo 2º do artigo 1º prevê a esterilização para os cretinos, alienados, epiléticos, para os que sofrem da doença de São Guido e de defeitos físicos hereditários, tais como a cegueira e surdez. Também é prevista para o alcoolismo crônico.

4. A esterilização é voluntária e tem lugar a pedido do interessado ou do tutor, quando haja, ou do diretor do hospício em que estiver internada a pessoa em questão. Estes pedidos são transmitidos ao Tribunal de Sanidade que, para este fim, vai ser criado. O tribunal compor-se-á de um jurista, de um médico da Saúde Pública e de um segundo médico especialista. As sessões deste tribunal são secretas, bem como as inquirições de testemunhas e de especialistas. As apelações serão dirigidas a um Tribunal Superior de Sanidade, cujas decisões são definitivas. Resolvida a operação, está terá que ser realizada numa casa de saúde oficial, por um operador aprovado.

5. Uma vez sentenciada a esterilização, definitivamente, ela poderá ser imposta, mesmo contra a posterior deliberação do interessado, quando mais de uma pessoa a tiverem requerido.

6. As custas do processo serão pagas pelas companhias de seguro, ou estabelecimentos hospitalares que, graças à esterilização, se libertarem da obrigação de zelar pela procriação. Serão pagas pelo interessado, quando partir deste a iniciativa.

7. A operação, no homem, consiste numa singela intervenção cirúrgica que importa na obstrução do canal fecundante, sem alterar as relações sexuais do indivíduo. Na mulher é uma operação mais delicada, porém, não perigosa. Nada tem de comum com a castração, que o governo vai também introduzir como penalidade para os criminosos sexuais, como medida de defesa social, mas que ainda não foi regulamentada pelo atual decreto. Será objeto de um novo decreto, que, com o atual, entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1934.

8. Esta medida de esterilização, com o alcance e vigor com que a adota o governo alemão, ainda não tinha sido introduzida em legislação de país algum. Desde 1905, vigora, em termos menos rigorosos, no estado da Pensilvânia e, desde então, adotaram-na 23 outros estados da federação americana, tendo sido julgada constitucional, pelo Supremo Tribunal. A esterilização é ainda reconhecida na Dinamarca e num cantão suíço.

9. A razão de ser deste decreto está na circunstância que, entre as classes abastadas alemãs, as famílias compõem-se de um ou dois filhos, ao passo que a média entre as menos qualificadas e menos saudáveis é de três a quatro crianças, condições que, a perdurarem, acabariam por formar uma população de indivíduos inferiores. O objetivo é, portanto, liberar a raça dos elementos patológicos e tarados.

10. De acordo com uma estatística do novo Departamento de Política Racial do Ministério do Interior do Reich, há na Alemanha 250.000 alienados, 100 a 200.000 cretinos, 75.000 idiotas, 100.000 epilépticos e seis milhões de psicopatas, cuja proliferação o departamento recomenda seja impedida.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adalberto Guerra Duval

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco

Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 13 SET. 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] Reunião em Nuremberg do Congresso Nacional-Socialista.

N. 109

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 13 de setembro de 1933.

Senhor Ministro,

No dia 1º do corrente inaugurou-se em Nuremberg o grande Congresso Nacional-Socialista, o primeiro que se reúne depois da vitória do partido. A esse congresso, que deu motivo às maiores manifestações públicas em favor do novo regime na Alemanha, tive o ensejo de assistir, correspondendo com a minha presença ao amável convite do chanceler, transmitido a esta legação em nota do ministério dos Negócios Estrangeiros.

2. Pela nota mencionada, em forma de circular, aquele Ministério transmitiu a todas as missões diplomáticas o convite do chefe do Partido Nacional-Socialista. Neste convite aquele ministério assinalava que os chefes de missão seriam, em Nuremberg, hóspedes pessoais do chanceler.

3. As circunstâncias de se tratar de uma reunião partidária e a de ter sido o convite feito em nome do chefe do Partido Nacional-Socialista motivaram ou serviram de pretexto para a ausência de numerosos chefes de missão. Devo assinalar, entretanto, a Vossa Excelência que estas circunstâncias serviram, em muitos casos, para encobrir razões de ordem política, desta política europeia tão complexa e tão cheia de surpresas. Entre estas, a pendência com a Áustria é a mais recente, não se tendo modificado a situação descrita nos diversos ofícios desta legação sobre o assunto. Para o exame da questão austríaca, dois fatores fundamentais devem ser apreciados: pressão do nacional-socialismo alemão e o apoio financeiro da França.

4. Aceitaram o convite do chanceler e compareceram ao Congresso os ministros da Argentina, do México, da Bolívia, do Peru, da China, do Haiti, de Portugal, da Bulgária, da Letônia, da Irlanda, da Finlândia, da Estônia, do Egito, da Lituânia, da Hungria, da Dinamarca, da República Dominicana, da Suécia, da Grécia, da Pérsia

e os encarregados de negócios da Itália, da Turquia, da Noruega, do Afeganistão, do Uruguai, de Nicarágua, da Guatemala, da Suécia, da Romênia e de Cuba. Os demais representantes se abstiveram: alguns, como o ministro chileno, por se acharem ausentes de Berlim; outros, pelos motivos acima expostos.

5. As solenidades do congresso decorreram no meio do maior entusiasmo do povo. Os discursos pronunciados pelo chanceler foram reunidos em volume, do qual envio a Vossa Excelência, em anexo, dois exemplares. Todas as homenagens foram prestadas ao representante do Brasil durante os três dias de Nuremberg. O pavilhão brasileiro estava em toda a parte e sobressaía no grande estádio onde 300 mil pessoas obedeciam ao menor aceno do chanceler e onde 160 mil soldados executavam, a um tempo, a mesma ordem de comando, transmitida por meio de poderosos alto-falantes.

6. A popularidade de Hitler não tem paralelo; nem Bismarck, nem Guilherme II, nem Hindenburg tiveram jamais o prestígio do chefe *nazi*. Principalmente, nas cidades do interior, é indescritível o entusiasmo por Hitler. Este chega ali às proporções de um verdadeiro fanatismo.

7. O nacional-socialismo não é mais um partido, é a própria Alemanha. A convicção que tenho de sua estabilidade e da nobreza do ideal patriótico que ele representa fizeram que eu não hesitasse em aceitar o convite do chanceler e tenho esperança que o meu comparecimento a Nuremberg merecerá a aprovação de Vossa Excelência.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Adriano de S. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 OUT. 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] Apresentação de credenciais do ministro Araújo Jorge.

N. 123

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 18 de outubro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que apresentei hoje ao marechal von Hindenburg, presidente da república alemã a credencial que me acredita junto deste governo no caráter de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil, bem como a revocatória de meu antecessor.

2. A cerimônia, realizada no Palácio da Presidência, na Wilhelmstrasse, número 73, decorreu com a costumada solenidade. Terminados os discursos, o presidente von Hindenburg, acompanhado de seu ministro das Relações Exteriores e de altos funcionários de sua Casa Civil, entreteve comigo, como é de estilo, uma rápida palestra, informando-se com interesse do Brasil, de sua situação política e fazendo uma referência especial à obra de aproximação entre os dois países realizada ultimamente pelas viagens do *Graf Zeppelin*.

3. Junto encontrará Vossa Excelência cópia dos discursos proferidos naquela ocasião: do meu, lido em alemão, e do texto do presidente von Hindenburg, ambos acompanhados das respectivas traduções.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo 1]

Discurso proferido pelo Ministro do Brasil por ocasião da entrega de credenciais, em 18 de outubro de 1933.

(Tradução)

Senhor Presidente,

Tenho a honra de depor nas mãos de Vossa Excelência a carta pela qual o chefe do governo provisório do Brasil me acredita no caráter de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil junto do governo da Alemanha e a revocatória que dá por terminada a missão de meu antecessor.

Nenhuma missão poderia ser-me mais particularmente agradável, primeiro, porque o Brasil é um campo vasto e inesgotável para as atividades comerciais, econômicas e culturais da Alemanha; segundo, porque desde cedo aprendi a amar a Alemanha, tendo vivido na universidade em que me diplomei no Brasil num intenso centro de atividade intelectual em que a cultura germânica exercia uma influência preponderante.

Foi, pois, com profunda emoção que pisei no solo desta pátria que as novas gerações, com tão viril entusiasmo, se empenham em engrandecer no presente, para torná-la cada vez mais digna dos grandes homens que a construíram no passado.

No fiel desempenho desta missão de aproximação entre o Brasil e a Alemanha porei todas as minhas energias e entusiasmos, mas não ousei confiar no seu êxito sem a colaboração e o apoio de Vossa Excelência e do governo alemão.

Permiti-me ainda declarar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que, ao manifestar-me nestes termos, não faço mais do que exprimir o sentimento unânime do povo brasileiro e do seu governo em relação à Alemanha e ao seu venerado presidente, por cuja felicidade pessoal faço os mais fervorosos votos.

É cópia fiel:

A. D. Souza Quartin

[*Anexo 2*]

Discurso proferido pelo Ministro do Brasil por ocasião da entrega de Credenciais em 18 de outubro de 1933.

(Cópia do original: em alemão)

[*Anexo 3*]

Discurso do Marechal Von Hindenburg, Presidente da República da Alemanha em resposta ao do Ministro do Brasil, Sr. Arthur Guima-

rães de Araújo Jorge por ocasião da entrega de Credenciais em 18 de outubro de 1933.

(Tradução)

Senhor Ministro,

Tenho a honra de receber das mãos de Vossa Excelência a revocatória de seu antecessor, bem como a carta que confere a Vossa Excelência o caráter de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil junto do governo alemão.

Vossa Excelência fez notar em seu discurso que, já como estudante, havia procurado penetrar no vasto mundo da cultura alemã. Apreciei esta declaração com alegria, pois estou convencido de que ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das relações comerciais e econômicas, o cultivo de um intercâmbio cultural constitui o meio mais apropriado para alargar e fortalecer a tradicional amizade existente entre nossos dois países.

Pode ter a segurança, Senhor Ministro, de que para o cabal desempenho de sua missão, Vossa Excelência contará sempre com o franco concurso do povo alemão e também com meu mais completo apoio.

Aceito particularmente grato a expressão dos sentimentos de amizade do povo brasileiro para com a Alemanha, bem como os votos formulados por Vossa Excelência por minha felicidade pessoal. Retribuo-os sinceramente e, em nome do povo alemão, apresento a Vossa Excelência minhas boas vindas.

É cópia fiel:

A. D. Souza Quartin

[*Anexo 4*]

Discurso do Marechal von Hindenburg, Presidente da República da Alemanha em resposta ao do Ministro do Brasil, Sr. Arthur Guimarães de Araújo Jorge, por ocasião da entrega de credenciais em 18 de outubro de 1933

(Cópia do original: em alemão)



OFÍCIO • 21 OUT. 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] Discurso do chanceler Adolf Hitler.

N. 125

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 21 de outubro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, na noite de 14 do corrente mês de outubro, o governo da Alemanha resolveu retirar seus representantes oficiais da Liga das Nações e da Conferência do Desarmamento, pelos motivos que estão longa e miudamente expostos no incluso discurso, que foi proferido na noite desse mesmo dia, pelo chanceler Adolf Hitler, e irradiado em cinco línguas, inclusive a portuguesa, por todos os países do mundo. Nessa notável peça oratória, em que a beleza e o vigor dos conceitos correm parilhas com a amplitude da visão política, o chefe do governo alemão, depois de examinar a situação internacional de seu país, desde a paz que lhe foi imposta em 1918 até aos derradeiros acontecimentos políticos da Europa, solicitou do marechal von Hindenburg a dissolução do Reichstag e a convocação de um plebiscito para o dia 12 de novembro próximo, no qual o povo alemão pudesse pronunciar-se sobre a política exterior que vem seguindo o Partido Nacional-Socialista ora no poder.

2. Residindo há menos de um mês neste país, não me atrevo ainda a fazer comentários nem formular hipóteses ou vaticínios sobre os acontecimentos que determinaram essas graves resoluções, quer no tocante à organização institucional alemã, quer às referentes à política internacional. O que, porém, não padece dúvida é que o povo alemão está agora perfeitamente identificado com a orientação política de seu chanceler e dos homens que estão a realizar agora, com um alto senso patriótico, o vasto programa de construção da Alemanha, não sendo de estranhar que aqueles atos, submetidos ao exame e deliberação do povo, sejam homologados por uma maioria esmagadora. Esta é a impressão que se colhe da leitura dos jornais e sobretudo da prática com pessoas que têm acompanhado de perto o desenrolar da atividade política da Alemanha nestes últimos tempos.

3. No exterior, a primeira impressão de pasmo, provocada em alguns países pelo gesto inesperado da Alemanha, transmutou-se em simpatia logo depois da divulgação do vibrante discurso do chanceler e das várias declarações feitas aos representantes de jornais estrangeiros

pelo barão von Neurath, ministro das Relações Exteriores e outros pró-homens do Partido Nacional-Socialista. Na Itália, – que, como é sabido, se absteve cautelosamente de tomar parte no acordo de desarmamento promovido pela França, Inglaterra e Estados Unidos – a imprensa em geral comentou com simpatia a atitude da Alemanha. Nos Estados Unidos operou-se nestes últimos dias uma mudança de frente, pois o sr. Norman Davis, delegado norte-americano, recebeu instruções para deixar Genebra e recolher-se a Washington, e o presidente Roosevelt fez publicar que os Estados Unidos não pretendiam no momento imiscuir-se na política europeia, nem tomar partido em questões e problemas de interesse exclusivamente europeu. Mesmo na Inglaterra, onde a opinião pública, habilmente trabalhada pela insidiosa propaganda dos adversários da política nacional-socialista alemã, se mostrara infensa ao governo do chanceler Adolf Hitler com suas estrepitosas manifestações nacionalistas, mesmo ali, surgiram vozes autorizadas e de prestígio, justificando e explicando o procedimento do governo alemão nessa emergência. Somente em França, imprensa e opinião pública, um tanto desconcertadas, não escondem sua decepção ante o procedimento do governo alemão, que veio assim reabrir uma discussão, que já parecia definitivamente encerrada, sobre a complicada questão do desarmamento.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo 1*]

A Alemanha faz a sua profissão de fé pela paz¹⁷

Povo Alemão!

Quando, em novembro de 1918, o povo alemão depôs as armas,

17 N.E. – Discurso do Chanceler Adolf Hitler ao povo alemão no dia 14 do outubro de 1933. Berlim: Imprensa e Casa Editora Liebheit & Thiesen.

plenamente confiado em que seriam cumpridas as promessas contidas nos 14 pontos do presidente Wilson, pôs-se termo a uma desastrosa luta, pela qual somente se poderiam tornar responsáveis alguns estadistas, mas nunca os povos. O povo alemão combateu com tanta heroicidade, porquanto ele convencido estava que injustamente tinha sido atacado e que, portanto, lutar era o seu direito mais sagrado. Dos formidáveis sacrifícios que o povo alemão – quase sozinho – suportou, não fazem as outras nações a mínima ideia. Tivesse nestes tristes meses o mundo estendido uma mão generosa aos adversários abatidos, e muitos sofrimentos e inúmeros desenganos teriam sido evitados à humanidade.

Mas o mais profundo dos desenganos caiu sobre o povo alemão. *Jamais um vencido se esforçou tão honestamente para ajudar a cicatrizar as feridas dos seus adversários como o povo alemão o fez, executando durante longos anos as cláusulas que lhe foram impostas.* Se todos estes sacrifícios não frutificaram, trazendo a pacificação dos povos, foi devido à essência de um tratado que, procurando eternizar as noções de vencedores e vencidos, tinha de perpetuar também o ódio e a hostilidade. Os povos deviam ter podido esperar, com razão, que desta maior guerra da história universal se tirasse como ensinamento a desproporção em que, especialmente para as nações europeias, estão a grandeza dos sacrifícios e o tamanho do proveito possível. Por isso, na estipulação deste tratado, que impunha ao povo alemão destruir as suas armas, julgavam muitos dever ver-se apenas o sinal de que estava ganhando terreno um salvador ensinamento.

O povo alemão destruiu as suas armas.

Acreditando que os seus inimigos de então observariam fielmente os tratados firmados, cumpriu o povo alemão as cláusulas do tratado com fidelidade verdadeiramente fanática. No mar, na terra e no ar foi inutilizada, destruída e reduzida a sucata uma imensa quantidade de material bélico. O antigo e poderoso exército de milhões, baseado no princípio da “nação em armas” foi, por imposição das potências, substituído por um minúsculo exército de profissionais com um armamento sem importância militar. A direção política da nação encontrava-se então nas mãos de homens cuja mentalidade se radicava no mundo ideológico dos Estados vencedores. Com tanto mais direito podia o povo alemão esperar que, já por esta razão, o mundo inteiro cumpriria

o prometido, como ele, suando sangue e debaixo de milhares de privações e inefáveis misérias, estava cumprindo as obrigações que o tratado lhe impunha.

Nenhuma guerra pode tornar-se estado permanente da humanidade.

Nenhuma paz pode ser a perpetuação da guerra. Vencidos e vencedores têm uma vez de encontrar o caminho do entendimento recíproco e da confiança mútua [sic].

Durante 15 anos e[.]perou o povo alemão que o fim da guerra pusesse finalmente termo ao ódio e à hostilidade. Somente, a finalidade do Tratado de Versalhes parecia ser, não dar à humanidade a paz definitiva, mas sim mantê-la em ódio infindo.

As consequências não podiam deixar de manifestar-se. Se o direito é violentado pela força, haverá sempre uma constante incerteza a perturbar e inibir o decurso de todas as funções normais da vida dos povos. *Ao concluir-se este tratado, porém, esqueceram-se que a reconstituição do mundo não pode ser garantida pelo trabalho de uma nação escravizada, mas sim somente pela colaboração confiante de todos os povos, e esqueceram-se que esta colaboração exige como condição primordial o superamento completo da psicose bélica.* Tampouco a questão problemática da culpabilidade da guerra se esclarece historicamente, obrigando o vencedor ao vencido confessar-se culpado logo nos preliminares do tratado de paz; antes, a última culpa da guerra depreende-se nitidamente desse Tratado – ou, mais propriamente – do Úcase¹⁸ de Versalhes.

O povo alemão está intimamente convencido da sua inocência quanto à deflagração da catástrofe mundial.

É possível que os outros beligerantes, que como nós sofreram do horrível flagelo, alimentem a mesma convicção. Torna-se, por isso, de tanto mais imprescindível necessidade envidar todos os esforços para que desta convicção geral de inocência não resulte uma hostilidade permanente e que a recordação da catástrofe que dizimou os povos não seja conservada artificialmente para esse fatídico fim.

A insensata perpetuação das noções de “vencedores” e “venci-

18 N.E. – Édito do Império Russo, que tinha força de lei.

dos” produz uma eterna desigualdade de direitos, que enche os primeiros de orgulho, mas desperta nos segundos um amargo rancor, o que a todo custo se torna necessário evitar.

Não é por casualidade que, após uma enfermidade artificialmente mantida nos principais órgãos da humanidade, se manifestem certas consequências.

Ao tremendo descalabro da vida econômica, seguiu-se um descalabro geral político, igualmente ameaçador.

Que sentido pode ter tido a Guerra Mundial, se as suas consequências, não só para os vencidos como também para os vencedores, se manifestam apenas numa interminável série de catástrofes econômicas?

A prosperidade dos povos não foi melhorada, e a sua felicidade política e seu contentamento humano não se tornaram nem mais íntimos, nem mais profundos. Por toda a parte surgiram legiões de sem-trabalho, que constituem por assim dizer uma nova classe social.

E quando a contextura das nações é abalada economicamente, começa também então o seu desmoronamento social.

Era a Alemanha que mais tinha a sofrer sob os efeitos do tratado de paz e da incerteza geral por ele condicionada. O número dos sem-trabalho subiu a um terço dos que normalmente se ocupavam na vida produtiva da nação. *Isto é, na Alemanha, incluindo as pessoas de família, 20 milhões, dos 65 que perfaz a sua população, tinham ante si um futuro de miséria, sem a mínima probabilidade de ganharem o pão cotidiano.*

Era apenas uma questão de tempo e este monstruoso exército de desgraçados tornar-se-ia política e socialmente uma legião de fanáticos, desesperados da humanidade!

Um dos mais antigos países cultos da atualidade achava-se, com para cima de seis milhões de comunistas, no limiar de um abismo que só a inconsciência ou a insensatez dos esnobes podiam deixar de ver.

Se a rebelião vermelha assolasse a Alemanha como um gigantesco incêndio, também nos países cultos do ocidente da Europa se teria aprendido a compreender, que não é indiferente que, no Reno e no Mar do Norte, estejam as guardas avançadas de uma potência asiática revolucionária e com tendências expansivas, ou aí labutem e ganhem o

seu pão pacíficos lavradores e operários alemães em sincera comunhão de espírito com os restantes povos que constituem a Europa culta.

O movimento nacional-socialista, arrancando a Alemanha esta iminente catástrofe, não só salvou o povo alemão, mas conquistou também o mérito perante a história de ter salvo do caos o resto da Europa.

E esta revolução nacional-socialista tinha apenas um alvo: estabelecer a ordem no nosso próprio povo, arranjar trabalho e pão para os nossos concidadãos atormentados pela fome, proclamar as noções de honra, lealdade e honestidade como elementos da moral que não pode infligir aos outros povos prejuízo algum, mas somente ser de utilidade geral. Se o movimento nacional-socialista não fosse representante de uma concepção ideal do mundo, não teria conseguido salvar o nosso povo da última catástrofe. Nós, nacionais-socialistas, mantivemo-nos fiéis a esta ideologia durante o tempo da luta que travamos para alcançar o poder e a ela nos mantemos fiéis, depois de termos sido chamados a governar. Tudo o que de abjeção, vileza, falsidade e corrupção se acumulara no nosso povo desde esse funesto Tratado de Versalhes, foi por nós atacado e combatido. O nosso movimento considerava e considera seu iniludível dever não usar de consideração com pessoa alguma e repor no lugar competente a lealdade, a fé, a honestidade e a honradez. Há oito meses que temos travada uma luta heroica contra a ameaça comunista que sobre nós impende, contra o aniquilamento da nossa cultura, contra a decomposição da nossa arte e contra o envenenamento da nossa moral pública. Pusemos fim às blasfêmias contra Deus e aos insultos contra a religião. Prosternamo-nos perante a Providência e demos-lhe graças por ela nos ter concedido êxito na nossa luta contra o flagelo da falta de trabalho e em favor do camponês alemão.

Pondo em prática o nosso programa, para cuja realização calculamos quatro anos, já nuns escassos oito meses se conseguiu reconduzir a uma produção útil para cima de 2,25 dos 6 milhões de desempregados.

A melhor testemunha para esta nossa formidável realização é o próprio povo alemão. Demonstrará ao universo quanto se sente solidário com um regime que não conhece outro alvo, senão – com obras de trabalho pacífico e de cultura moralizada – contribuir para a reconstrução de um mundo hoje pouco feliz.

Este mundo, porém, ao qual nós mal algum fazemos e do qual só desejamos que nos deixe trabalhar em paz, persegue-nos há meses com um dilúvio de mentiras e difamações.

Tendo-se efetuado na Alemanha uma revolução que não massacrrou hecatombes de seres humanos, nem assassinou reféns como a francesa ou a russa e que não destruiu, pela mão de petroleiros, edifícios e obras de arte, como a revolta dos *communards* em Paris ou as revoluções vermelhas na Baviera e na Hungria, mas sim na qual, pelo contrário, não foi partida uma única vitrine, nem pilhada nenhuma loja, nem danificada nenhuma casa, há difamadores sem consciência que propagam contra nós um dilúvio de notícias de crueldades, comparáveis somente às mentiras fabricadas pelos mesmos elementos do princípio da guerra.

Milhares de americanos, ingleses e franceses estiveram nestes últimos meses na Alemanha e puderam ver com os seus próprios olhos que não existe outro país no mundo onde reine mais tranquilidade e ordem, e onde o indivíduo e a propriedade sejam mais respeitados, e que, aliás, também nenhuma outra nação desenvolveu uma luta mais enérgica para subjugar os elementos criminosos, que buscam exercer a sua condenável atividade em prejuízo dos seus semelhantes.

São estes e os seus cúmplices comunistas que hoje, em terra estranha, se esforçam, irritando os ânimos, para que se entrechoquem povos laboriosos e honrados.

O povo alemão não vê nesta aquisição nenhum motivo para felicitar o mundo. Estamos convencidos que, dentro de poucos anos, os cidadãos honestos dos outros países já terão os olhos abertos quanto ao valor intrínseco desses “dignos” elementos, que sob o cômodo rótulo de emigrados políticos, abandonaram o território onde exerciam uma mais ou menos inescrupulosa atividade econômica. Mas o que diria o mundo, da Alemanha, se um indivíduo tivesse tentado incendiar o Parlamento Britânico e aqui fosse permitido armar-se uma comédia, cujo único alvo seria pôr a justiça britânica numa desfavorável comparação em relação a um tal crápula?

Como alemão e nacional-socialista, declaro que nenhum interesse veria em intervir em favor de um estrangeiro na Alemanha, que tivesse tentado derrubar o regime e as leis inglesas, ou tentasse destruir pelo fogo o edifício representativo da constituição inglesa.

E quando mesmo esse indivíduo – que Deus nos salve dessa vergonha

– fosse um súdito alemão, nós, não somente o não protegeríamos, mas atristados que uma tal infelicidade ainda de perto nos tocasse, só poderíamos encorajar a Justiça inglesa a libertar a humanidade de um tal canalha.

Nós possuímos também sentimento de honra bastante para nos indignarmos contra a comédia posta em cena por elementos tenebrosos e que tinha por fim servir para envergonhar e desonrar o Supremo Tribunal alemão. Nós, sentimo-nos profundamente tristes com a ideia de que tais métodos possam acarretar o ódio e a hostilidade entre povos, que se encontram a uma altura infinitamente superior a esses elementos, povos que nós desejamos respeitar e com os quais em sincera amizade desejaríamos viver.

Esses indivíduos, corruptos e sem valor moral, lograram provocar no mundo uma psicose cuja mórbida e histérica ambiguidade se pode demonstrar classicamente: se, por um lado, esses elementos se queixam, lamuriando, da opressão e tirania exercida pelos déspotas nacionais-socialistas sobre o povo, por outro lado, com desvergonhada desenvoltura e em altos gritos, comentam os nossos desejos de paz como de somenos importância, dizendo que somente alguns ministros nacionais-socialistas ou o chanceler deles fazem alarde, enquanto no povo alemão ruge, feroz, o espírito guerreiro. Assim,

segundo as necessidades, o povo alemão é apresentado ao mundo ora como um povo infeliz e martirizado, ora como um povo brutal e ofensivo.

Eu considero como a expressão do mais nobre sentimento de justiça as palavras pronunciadas pelo Presidente de Conselho Francês, o senhor Daladier, palavras dum grande espírito de conciliação e entendimento, pelas quais milhões de alemães lhe ficam sinceramente agradecidos.

A Alemanha nacional-socialista não tem outro desejo a não ser orientar novamente a emulação dos povos europeus para os campos em que eles, em rivalidade recíproca, deram à humanidade os bens inefáveis da civilização, da cultura e da arte, que hoje embelezam e enriquecem o quadro do universo.

Igualmente notamos, com esperançosa emoção, que o governo francês sob a chefia atual, não procura intencionalmente ofender ou

humilhar o povo alemão. Foi com a maior comoção que escutamos a triste verdade, que estes dois grandes povos têm sacrificado tantas vezes no campo da batalha o melhor do seu sangue e da sua juventude.

Eu falo em nome de todo o povo alemão quando afirmo o nosso sincero desejo de pôr fim a uma inimizade que já durou demasiadamente e cujos sacrifícios vão muito além de qualquer proveito possível.

O povo alemão está completamente seguro de que a sua honra militar é pura e sem mácula e, após tantas batalhas, não vê nos soldados franceses senão velhos e gloriosos adversários. Nós, nacionais-socialistas, sentir-nos-emos orgulhosos se pouparmos aos nossos filhos e aos filhos dos nossos filhos as terríficas horas que nós passamos, lutando como homens de pundonor. A história destes últimos 150 anos deve ensinar aos dois povos que, por fim, não haverá entre eles qualquer modificação territorial possível, mesmo à custa dos maiores sacrifícios de sangue. Na minha qualidade de nacional-socialista, eu renego em nome de todos os meus partidários a conquista de povos estrangeiros que, jamais nos amarão, e que pagaríamos com o sangue de seres que nos amam e que nos são caros. Seria, na verdade, um alívio imenso para a humanidade se duas grandes nações, como a França e a Alemanha, banissem definitivamente a violência da sua vida comum.

O povo alemão está decidido a isso.

Se nós fazemos valer os direitos que os tratados nos concedem, devemos também afirmar com a mesma franqueza que, além do reconhecimento desses direitos, nós não alimentamos qualquer aspiração de domínio sobre territórios estrangeiros.

Depois da retrocessão do território do Saar à Alemanha, somente um louco poderia ainda crer na possibilidade de uma guerra entre os dois povos, que não teria qualquer justificativa moral ou material. Seria demência exigir que, para alcançar uma retificação das atuais fronteiras, de problemático valor e importância, milhões de vidas humanas tenham de ser postas em jogo.

Mas quando o Presidente de Conselho Francês pergunta por que a juventude alemã marcha em colunas cerradas, devemos responder-lhe que não se trata de uma demonstração hostil à França, mas sim de uma demonstração para autenticar a existência de uma vontade política

necessária para desbaratar o comunismo e que ainda é preciso para que ele não volte a tomar incremento. A única entidade armada na Alemanha é o exército. Em contraposição, para a organização nacional-socialista, só um inimigo existe: o comunismo. O mundo deve concordar com o direito que assiste à Alemanha de escolher a melhor forma de preservar e garantir o seu povo desse terrível flagelo.

Se o mundo se encerra em indestrutíveis baluartes, constrói esquadras de aviões formidáveis, fabrica monstruosos carros de assalto, funde canhões gigantescos, não pode falar de ameaça, pelo fato de os nacionais-socialistas marcharem desarmados em filas de quatro, mas que só servem para dar ao povo alemão um sentimento de proteção eficaz.

Mas, quando o Presidente de Conselho Francês, senhor Daladier, pergunta por que a Alemanha pede armas que mais tarde terão de ser destruídas, dá às nossas reclamações uma interpretação errônea, que se deve esclarecer:

O povo alemão e o governo alemão não pedem armas, mas sim igualdade de direitos. Quando o mundo chegar ao acordo e à conclusão de que a última metralhadora deve ser destruída, nós estamos sempre dispostos a entrar nessa convenção. Se o mundo decidir que armas determinadas devem ser destruídas, nós renunciamos de antemão a elas. Mas quando o mundo concede certo armamento a outros povos, nós não nos achamos dispostos a aceitar a nossa exclusão desse direito, como se tratasse de um povo com direitos menores.

Expondo o nosso ponto de vista com clareza e honestamente, como corresponde à nossa convicção, somos para os outros povos uma parte contratante que merece mais confiança do que se nos deixássemos humilhar por condições desonrosas.

Então poderemos nós, com a nossa assinatura, dar um povo inteiro como penhor, enquanto que todo o intermediário sem caráter será sempre repudiado pelo seu próprio povo.

Quando nós celebramos tratados com ingleses, franceses ou polacos, desejaremos sempre estar em contato com homens que sejam cem por cento dessas nacionalidades e que somente o bem de seus países tenham em vista.

Nós não queremos combinações com negociadores, mas tratados com povos.

E se hoje nos voltamos contra a infamante propaganda de que somos alvo, é porque não são os caluniadores, mas sim o povo que paga com o seu sangue para a purificação desse envenenamento do mundo.

Os governos alemães anteriores entraram, cheios de confiança, na Liga das Nações, crentes de entrarem num foro onde fossem ajustados em forma conciliatória os interesses das nações e que efetuasse a reconciliação de todos os adversários. Isso suporia o reconhecimento definitivo da igualdade de direitos do povo alemão. Sob a mesma suposição, teve lugar a participação na Conferência de Desarmamento.

A desclassificação de um membro de tal instituição ou conferência, colocando-o em inferioridade de direitos, é para uma nação honrada, de 65 milhões de habitantes, e para um governo não menos honrado uma humilhação insuportável!

O povo alemão cumpriu até ao exagero os seus deveres respeitantes ao desarmamento. Caberia agora aos Estados armados a vez de cumprir obrigações análogas. O governo alemão não toma parte nesta conferência para lá ir buscar canhões e metralhadoras para o povo alemão, mas sim para, como fator em igualdade de direitos, cooperar na pacificação geral do mundo. A segurança da Alemanha não é um direito inferior à segurança das outras nações.

Se o ministro inglês Baldwin claramente diz, que a Inglaterra compreende por desarmamento o desarmamento dos Estados mais armados, paralelo com um rearmamento da Inglaterra até um nível comum, não é leal cobrir a Alemanha de censuras, só porque, afinal, como membro em igualdade de direitos na citada conferência, defende o mesmo ponto de vista.

Esta reivindicação da Alemanha não pode ser tida como ameaça para as outras nações, pois, as fortificações de defesa dos outros povos são construídas contra as mais poderosas armas ofensivas, e a Alemanha não pretende ter armas de ataque, mas sim simplesmente possuir armas de defesa que no futuro não serão proibidas, mas permitidas a todas as nações.

E, neste ponto, estará a Alemanha disposta a contentar-se com um mínimo, que não está em nenhuma proporção com o gigantesco armamento ofensivo e defensivo dos nossos antigos adversários. Mas a desclassificação consciente do nosso povo, traduzida em recusar-se – só a nós – um direito concedido naturalmente a todos os povos do mundo, sentimo-la nós como sendo a perpetuação de uma discriminação, que para nós é insuportável.

Já declarei no meu discurso referente à paz em maio deste ano que, nestas condições, a nosso grande pesar, não poderíamos continuar a pertencer à Sociedade das Nações nem a tomar parte em conferências internacionais.

Os homens que governam hoje a Alemanha não têm nada de comum com os assalariados traidores à pátria de novembro de 1918.

Nós todos, como todo o inglês honrado e todo o francês honrado, cumprimos o nosso dever para com a nossa pátria, arriscando a nossa vida. Não nos cabe nenhuma responsabilidade na guerra, nem no que nela aconteceu; mas, sim, sentimos a responsabilidade pelo que, em um momento de suprema necessidade do seu povo, todo o homem honrado tinha de fazer e que nós também fizemos.

Consagramos ao nosso povo tão ilimitado amor que, por este mesmo amor, de todo o coração desejamos um entendimento com os outros povos, entendimento que procuramos alcançar onde e sempre que nos seja possível. Por outro lado, nos é impossível – como representantes de um povo honrado e de um honrado eu – tomar parte em instituições sob condições, que só seriam suportáveis para quem não possuísse a mínima parcela de honra.

Poderia, talvez outrora, haver homens que, mesmo debaixo de tal carga, julgassem poder tomar parte em acordos internacionais. Não tem importância examinar se eles próprios eram os melhores do nosso povo; o que é certo é que, ao lado deles, não estava o melhor do nosso povo. Mas o mundo pode ter apenas interesse em negociar com os homens honrados e não com os duvidosos de um país, fechar tratados com aqueles e não com estes; ele deve, porém, também por seu lado, tomar em linha de conta o sentimento de honra de tal regime, assim como a nós nos é grato, outrossim, poder lidar com homens honrados.

Isto, porém, é tanto mais necessário, porquanto só nessa atmosfera límpida se podem encontrar as medidas que conduzem à verda-

deira pacificação dos povos. Com efeito, o espírito desta conferência só pode ser o de um entendimento geral: de contrário, o fim de todas estas tentativas estará desde logo malogrado.

Tendo nós depreendido das declarações dos representantes oficiais de várias grandes potências que elas não pensam atualmente numa verdadeira igualdade de direitos para a Alemanha, não é possível a esta Alemanha, atualmente, continuar a importunar os outros povos para manter-se em tão indecorosa posição.

As ameaças de violência na sua realização
só podem constituir infrações ao direito.

O governo alemão está completamente convencido de que o seu apelo a toda a nação alemã demonstrará ao mundo que o amor pela paz, que ele alimenta, e bem assim a sua concepção de honra, são simultaneamente a saudade da paz e a noção de honra de todo o povo alemão.

Para documentar esta afirmação, resolvi pedir ao senhor Presidente do Reich que dissolvesse o Reichstag e, em novas eleições, combinadas com plebiscito, desse ao povo alemão a possibilidade

de fazer uma histórica profissão de fé,

não só manifestando-se em favor dos princípios que o governo representa, mas também se declarando indissolúvel e incondicionalmente ligado com eles.

Oxalá que o mundo depreenda desta profissão de fé a convicção de que o povo alemão se declara inteiramente identificado e solidário com o seu governo nesta luta pela igualdade de direitos e pela honra, e que nenhum outro desejo mais profundamente os anima a ambos do que contribuir para que termine uma época de trágicas contendas e da lamentável luta entre aqueles que, como habitantes do continente culturalmente mais importante, têm a cumprir também no futuro uma alta missão perante a humanidade inteira.

Oxalá que esta formidável manifestação de paz e de honra do nosso povo consiga dar às relações íntimas dos Estados europeus a base que é necessária, não só para terminar as hostilidades seculares, mas também para reconstruir uma nova e melhor comunidade:

O reconhecimento de um levantado dever comum,
derivado de direitos iguais comuns!



OFÍCIO • 6 NOV. 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] A questão judia na Alemanha.

N. 130 / CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 6 de novembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a inclusa monografia, sob o título *A Alemanha em luta pela vitória da cultura ocidental*, na qual seu autor faz um histórico da situação jurídica do judeu na Alemanha e de sua evolução no século passado, e procura justificar as medidas legais tomadas ultimamente pelo atual governo nacional-socialista com o fim de restringir a influência predominante exercida pelo elemento judeu em todos os domínios da vida pública deste país, em detrimento da população genuinamente alemã.

2. O autor limita seu estudo à Prússia, pois a situação desta província, a maior da Alemanha e que constitui três quintos da totalidade de seu território é, no fundo, a situação de todo o resto do país. É curioso registrar que os dados estatísticos utilizados nesse estudo foram extraídos da obra publicada em Berlim em 1930 por um escritor judeu, o dr. Heinrich Silberstein, sob o título *A situação da população e das profissões dos judeus na Alemanha*.

3. A Alemanha e, especialmente, a Prússia, pela sua peculiar situação geográfica, foi desde cedo a porta de entrada de toda a população judia que se deslocava do oriente para o ocidente: já antes da guerra, apesar das concessões liberais feitas aos judeus e, mais tarde, de sua completa equiparação aos cidadãos alemães, o governo esforçou-se por dificultar e mesmo impedir sua imigração; depois da guerra, porém, a legislação revelou-se impotente para conter a avalanche judia, pois os judeus que ocupavam os altos cargos públicos, de parceria com certos agrupamentos políticos, se empenhavam em conceder aos recém-chegados toda a sorte de facilidades para sua rápida incorporação à população da Alemanha. Os recenseamentos de 1816 a 1825 mostram como a população judia da Prússia veio crescendo progressivamente e como

a cidade de Berlim acabou por concentrar quase a metade de todos os judeus da Prússia, tendo a parte restante ocupado as regiões mais ricas da Alemanha, como a província renana e a província do Hessen-Nassau e evitado, sistematicamente, os distritos essencialmente agrícolas da Prússia oriental, Pomerânia, Silésia e Schleswig-Holstein.

4. Do exame das estatísticas da população da Prússia levantadas antes da guerra, em 1910, e depois da paz, em 1925, transcritas na monografia a que me venho referindo, verificou-se que a população judia aumentou de mais de 10%, enquanto, no mesmo período, a população total da Prússia, no mesmo território, só aumentou de 8,9%. O estudo do último recenseamento profissional da população ativa da Prússia, em 1925, veio ainda revelar que os judeus, atraídos pelo comércio e pela indústria, se estabeleceram de preferência nos grandes centros urbanos em vez das pequenas cidades de província, desinteressando-se quase por completo da agricultura e dos serviços domésticos. Sob as rubricas “comércio e tráfico” (incluída a indústria hoteleira), “indústria e profissões” (incluída a indústria mineira e a de construções), “administração pública” e “serviços sanitários” se agrupava a quase totalidade da população judia da Prússia numa proporção três vezes maior que a população alemã. Esta proporção ainda era mais significativa nos domínios da vida cultural.

5. Foi em Berlim, porém, que a evolução da população judia atingiu seu ponto culminante: 32,17% da população judia da Prússia se encontrava instalada na grande metrópole. Em 1925, os judeus dispunham das mais importantes profissões nas seguintes proporções: 54% de advogados, 48% de médicos, 37,5% de dentistas, 32,2% de farmacêuticos, 14,2% de empresários de teatros, 12,3% de atores, 8,5% de redatores de jornais. Nos domínios dos serviços de saúde, o elemento judeu monopolizava mais da metade das posições: 68% de todos os professores de medicina e médicos da previdência pública eram judeus, bem como 68% dos médicos da assistência pública. Eram judeus 45% dos diretores dos grandes hospitais berlinenses, bem como 44% dos médicos chefes de serviço desses hospitais: no grande hospital de crianças em Berlim, *Kaiser und Kaiserin Friedrich*, 80% do corpo médico era judeu. No ensino e nas universidades, o mesmo predomínio do elemento judeu: na Faculdade de Medicina de Berlim, mais de 50% dos professores eram judeus; na Faculdade de Letras, cerca de 45%. Nos domínios do teatro, do filme e da música, as estatísticas faziam revelações idênticas: sobre 234 diretores de teatros, 118 eram judeus.

6. Seria impossível, dentro dos estreitos limites de um ofício, acompanhar o autor no desenvolvimento de sua tese, sobretudo na parte em que ele se refere detidamente à influência, que considera dissolvente e corruptora, da mentalidade judia sobre a formação espiritual e moral do povo alemão; merecem por isto atenta leitura os outros capítulos intitulados “A influência dos judeus sobre o espírito e a moral”, “O elemento judeu na imprensa” e “O judeu como apóstolo do comunismo”, todos profusamente ilustrados com documentos gráficos, que facilitam consideravelmente a compreensão do texto. Só deste modo se poderá apreciar o alcance das extraordinárias medidas, consideradas aqui de salvação pública, postas em prática pelo governo nacional-socialista em relação aos judeus, medidas que tamanha celeuma têm provocado em todo o mundo civilizado e que tanto concorreram para impopularizar, nos seus primeiros dias, a obra nascente de reconstrução nacional em que se empenham na Alemanha, com tanta coragem e tão exaltado patriotismo, o chanceler Adolf Hitler e o grupo de intelectuais e de estadistas pertencentes à nova geração da Alemanha contemporânea.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo: Monografia - A Alemanha em luta pela vitória da cultura ocidental, impressa em francês.*]



OFÍCIO • 7 NOV. 1933 • AHI 04/02/16

[*Índice:*] Propaganda eleitoral na Alemanha.

N. 131

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 7 de novembro de 1933.

Senhor Ministro,
A propaganda para o plebiscito e para as eleições do Reichstag,

que se realizarão no próximo dia 12 de novembro, continua a ser feita na Alemanha inteira; todas as noites, perante dezenas de milhares de espectadores, os chefes nacionais-socialistas proferem discursos políticos, que são irradiados para os sessenta e cinco milhões de alemães e para os países estrangeiros. Já se anuncia que, no dia 10, o chanceler Adolf Hitler encerrará o ciclo dos discursos, que vem proferindo nas principais cidades alemãs, com uma oração destinada especialmente ao mundo operário, oração que será repetida por mais de um milhão de alto-falantes.

2. Em um de seus últimos discursos proferidos em Essen, o chanceler Hitler, depois de atacar o Tratado de Versalhes, “resultado de uma chantagem sem exemplo”, terminou preconizando a necessidade de reconciliação de todos os alemães de boa vontade em torno do governo nacional-socialista:

O principal objetivo do governo nacional-socialista – disse ele – consiste em ajudar a nossos compatriotas, a milhões de alemães que não têm trabalho e apenas desejam viver. Tal é nosso programa. Como o governo, o povo só deseja a paz. Este governo não precisa dos votos de 12 de novembro. Quem deles necessita é o povo alemão. A Alemanha precisa dar ao mundo o testemunho insofismável de todos os seus filhos.

3. O ministro da Propaganda, dr. Goebbels, talvez o verbo mais cáldo e vibrante depois do chanceler, em um discurso pronunciado em Stuttgart, manifestou-se também sobre a necessidade da mais perfeita solidariedade do povo alemão com seu governo:

Já se foram os tempos em que a Alemanha era o pária do mundo. A 12 de novembro, nós arrebatemos ao mundo sua arma mais perigosa, isto é, a convicção de que existe oposição entre o governo e o povo da Alemanha. Acaba de inaugurar-se uma nova época em nossa história, com a união de todas as ideias e a reconciliação de todos os homens.

A mesma linguagem usou o general Goering, ministro do Ar, ao arengar às populações da Alta Silésia: “Sabei que não estais sós. A Alemanha nada tomará das outras nações, mas se oporá a qualquer nova amputação de seu território nacional. No *Deutsche Allgemeine Zeitung*, o professor Hermann Oncke, da Universidade de Berlim, escreveu:

Assim como um plebiscito invisível em agosto de 1914 uniu todos os corações alemães para a defesa da pátria, o plebiscito para a paz, honra e igualdade de direitos que se realizará a 12 de novembro, provará de novo ao mundo que uma nova Alemanha, maciça como um bloco, está atrás de seu Guia (*Führer*).

O professor Oncke, depois de comparar a concepção alemã da igualdade de direitos em matéria militar com as dominantes em França e na Inglaterra, pergunta:

Vós outros, franceses e ingleses, dizei, em nome da honra e da consciência, como vossos povos teriam recebido sucessos idênticos aos ocorridos na Alemanha durante os derradeiros quinze anos e se uma potência qualquer da terra poderia impedi-la de reivindicar completa igualdade de direitos no domínio da defesa nacional.

4. Esta é a linguagem dos mais prestigiosos chefes do nacional-socialismo e que tem feito vibrar as cordas mais íntimas da alma germânica. Eu mesmo tive a oportunidade de assistir anonimamente, perdido no meio da multidão, a uma dessas monstruosas assembleias políticas. Realizava-se no vasto edifício do *Sportspalast*, que comporta cerca de vinte mil pessoas. Nela falava o dr. Rosenberg, chefe da política exterior do Partido Trabalhista Alemão e dado como possível sucessor do barão de Neurath, atual ministro das Relações Exteriores. É indescritível o entusiasmo e o estado de exaltação do público, cujos aplausos frenéticos mal permitiam ao orador exprimir seus pensamentos. E por toda parte se verificava esta mesma vibração cívica: tudo indica, pois, que no próximo dia 12 o povo alemão, em massa, protestará publicamente sua inteira e incondicional solidariedade com o governo nacional-socialista e com a orientação seguida até agora, quer na política interna, quer na política exterior do país.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 14 NOV. 1933 • AHI 04/02/16

[Índice:] As eleições e o plebiscito de 12 de novembro na Alemanha.

N. 134

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 14 de novembro de 1933.

Senhor Ministro,

Em aditamento a meu ofício número 131, de 10 do corrente, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que se realizaram anteontem em toda a Alemanha as eleições para o novo Reichstag, bem como o plebiscito para a consulta ao povo sobre a política interna e internacional seguida pelo governo nacional-socialista.

2. Dois dias antes do comício, o chanceler Adolf Hitler proferiu uma derradeira alocução destinada ao mundo operário alemão, a qual foi irradiada para todas as capitais da Europa e América, e praticamente ouvida em todo o território desta República: milhões de alto-falantes dispostos nas grandes cidades e nas mais pequenas povoações, nas ruas e nas praças públicas, nos clubes e nas escolas, nas fábricas e nas oficinas, nas repartições públicas e nas estações das estradas de ferro, por toda a parte, enfim, onde se aglomera habitualmente o público, transmitiram ao povo e aos milhões de operários da Alemanha inteira a oração que ficou sendo chamada de “hora da unidade alemã”. Exatamente à uma hora da tarde, a um estrídulo sinal de sereia para que se suspendessem todas as atividades públicas e particulares, Adolf Hitler assomou à tribuna que fora armada no vasto *hall* dos estabelecimentos elétricos Siemens. Desta simbólica tribuna, cercado de dezenas de milhares de trabalhadores, deu ele início à mais bela e comovida oração de quantas proferiu nestas últimas quatro semanas de intensa propaganda por todas as grandes cidades da Alemanha em favor da política do atual governo nacional-socialista. Este discurso foi projetado, em quatorze praças públicas de Berlim, à semelhança de um filme sonoro: desta maneira, todos que não puderam ser admitidos nas usinas elétricas Siemens puderam, não somente ouvir a voz do *führer*, como também vê-lo e acompanhar-lhe todos os gestos e atitudes.

3. A campanha eleitoral encerrou-se no dia 11 à noite com uma proclamação dirigida ao povo alemão pelo presidente von Hindenburg e igualmente irradiada para o mundo inteiro. Depois de explicar a ati-

tude da Alemanha ante o problema do desarmamento e seu constante e sincero empenho de trabalhar pela paz do mundo, o venerando marechal, em frases repassadas de solene gravidade, aludiu às três grandes guerras em que tomou parte e terminou fazendo um apelo a todos os homens e mulheres da Alemanha em favor da política seguida pelo seu governo:

Exprimi vossa união nacional e solidariedade com o governo do Reich e associai-vos comigo e com o chanceler ao princípio da igualdade dos direitos em favor de uma paz honrosa. Mostrai ao mundo que conquistamos de novo a unidade alemã e que estamos decididos a mantê-la com a ajuda de Deus.

4. O resultado do pleito ultrapassou as previsões mais otimistas e os cálculos mais audaciosos: o número de votantes alcançou 96,2% dos cidadãos inscritos nos registros eleitorais: 43.439.000 [43.438.000] para o plebiscito, 42.965.000 [42.374.000] para as eleições do novo Reichstag. No plebiscito, votaram SIM (em favor da política exterior nacional-socialista) 40.588.000, isto é, 93,4% da totalidade dos sufrágios; votaram NÃO (contra a política exterior nacional-socialista) 2.100.000, isto é, 4,8%, e 750.000 votos nulos. Para o Reichstag, a lista nacional-socialista obteve 39.626.000 votos, ou 92,2% dos sufrágios, contra 3.348.000 de votos nulos, ou 7,8%.

5. Em Berlim o número de votantes foi de 3.199.000 [2.749.000] para o plebiscito, dos quais 2.384.000 SIM, 284.000 NÃO e 81.000 votos nulos. Para o Reichstag 3.133.000 [3.135.000] votantes, dos quais 2.717.000 pela lista do governo nacional-socialista e 418.000 votos nulos. As eleições decorreram na mais completa ordem e tranquilidade: durante todo o dia 12, batalhões de jovens civis percorriam as ruas principais de Berlim concitando a população a votar; às primeiras horas da manhã, destacamentos da “Juventude Hitleriana” (*Hitlerjugend*) batiam a todas as portas da capital convidando “todos os bons alemães” a cumprir o dever cívico. Ao meio dia, membros das “companhias de assalto”, conhecidas popularmente pelas iniciais S.A. (*Sturmabteilung*), apresentavam-se aos eleitores retardatários incitando-os a votar, e ainda às 5 horas da tarde, aqueles que ainda não o tinham feito eram chamados por carta a comparecerem às seções eleitorais de seu bairro. Vários doentes foram transportados em automóveis para suas seções; outros, votaram no próprio leito: para esse fim, uma comissão especial

eleitoral visitava os hospitais e conduzia os doentes até uma cabine de isolamento feita de tela branca. Os jornais publicaram que em certos distritos rurais a participação eleitoral atingiu a 100%; também foram estampados os resultados das eleições realizadas nos campos de concentração, nos quais, como é sabido, se encontram detidos adversários de vária espécie do atual governo: é curioso constatar que no campo de concentração de Brandemburgo, por exemplo, sobre 1.036 votantes foram apurados 1.024 SIM e 12 NÃO. Em Lörrach, pequena aldeia perto da fronteira suíça, numerosos ônibus e automóveis particulares transportavam os alemães residentes na Suíça, que à tarde regressavam às suas casas depois de haverem cumprido seu dever eleitoral. Segundo os jornais, em várias cidades marítimas francesas e italianas, vapores alemães conduziram para fora de águas territoriais da França e da Itália grande número de residentes alemães naqueles países que, desta maneira, puderam votar, sendo o resultado da eleição transmitido telegraficamente para Berlim. O chanceler Adolf Hitler votou em Siemestadt para estar entre os operários, a quem ele dedicara seu discurso no dia 10.

6. Às 7 horas da noite, conhecido o resultado geral das eleições, grandes massas populares em frente ao Palácio da Chancelaria reclamavam a presença do *führer*, que teve de aparecer várias vezes ao balcão para ser delirantemente vitoriado e receber as sucessivas e repetidas manifestações entusiásticas do povo. Pela madrugada, ele fez publicar duas curtas e incisivas proclamações, dirigidas uma ao povo alemão e outra aos nacionais-socialistas, congratulando-se em nome do governo pelo extraordinário resultado do grande prélio eleitoral.

7. Para fazer-se uma ideia aproximada das cifras apresentadas pela atual eleição, basta considerar que nos últimos comícios para o Reichstag, realizados em 5 de março do corrente ano, a participação eleitoral, que já representava um recorde, foi de 88,5%, tendo então os nacionais-socialistas conseguido 17 milhões de votos, isto é, 43% sobre o total dos sufrágios. Este número e a proporção correspondente excederam o dobro, na eleição atual. Cotejados os resultados das duas eleições, chega-se a conclusões verdadeiramente desconcertantes: há oito meses os nacionais-socialistas conseguiam, como vimos acima, 17.265.823 votos sobre um total de 39.289.854 sufrágios, isto é, 43,9%; os sociais-democratas, já abalados, obtinham ainda 7.265.323 votos, ou 20,4%; os comunistas alcançavam 4.845.379 votos e o Centro Católico acusava 4.423.161 votos. Tais eram as posições dos partidos po-

líticos alemães em março do corrente ano. Agora, decorridos apenas oito meses, os nacionais-socialistas, com seus 39.626.000 votos para o Reichstag e seus 40.588.000 para o plebiscito, obtiveram um triunfo estrondoso e, o que é mais, absorveram os sete milhões de socialistas, os cinco milhões de comunistas, os quatro milhões de católicos e os restantes dois milhões de outros partidos menores. Isto significa o desmoronamento de toda a velha estrutura dos partidos políticos da Alemanha, nada mais restando do outrora poderoso Partido Social-Democrata, nem do Centro Católico, que durante tantos anos fora o árbitro das situações políticas da Alemanha.

8. Seria temerário tirar conclusões do resultado desse duplo escrutínio; mas, toda a imprensa da Europa, ao registrar essa quase unanimidade eleitoral, nunca vista nos anais da história política do mundo, teve de confessar que o chanceler Adolf Hitler conta hoje com o apoio incondicional da Alemanha não somente para a política exterior de reivindicações internacionais, que no fundo tem sido a política de todos os governos alemães de depois da guerra, como (e nisto consiste seu indiscutido trunfo) para a política interna, inaugurada há nove meses sob a poderosa impulsão do seu partido e que acaba de ser inesperadamente apoiada e prestigiada por milhões de seus antigos adversários.

9. Todo o mundo pergunta como utilizará o chanceler o formidável poder de que acaba de ser investido pela quase totalidade da nação alemã. Que fará ele agora, que tem o povo de seu país coeso e solidário atrás de si; agora que se desfez a lenda, insidiosamente propagada pelos seus inimigos, de uma Alemanha “tiranizada” pelo governo nacional-socialista? Esta é a pergunta que a si mesmo fazem os gabinetes e os jornais da Europa e a que só o futuro poderá responder satisfatoriamente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco
Ministro de Estado das Relações Exteriores



1934

OFÍCIO • 25 JAN. 1934 • AHI 04/03/01

[Índice:] Nova Lei de Organização do Trabalho na Alemanha.

N. 16

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 25 de Janeiro de 1934.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, nos inclusos números do *Reichsgesetzblatt*, de 23 do corrente mês de janeiro, o texto da nova Lei de Organização do Trabalho na Alemanha, a qual acaba de ser publicada e ia ser enviada a essa Secretaria de Estado quando recebi, no dia 25, o telegrama número 1, solicitando sua remessa bem como a da nova Lei de Imprensa, que será objeto de outro ofício.

2. Em suas linhas gerais, a nova Lei de Organização do Trabalho baseia-se nos princípios gerais em que se funda a política nacional-socialista, isto é, a autoridade e a responsabilidade dos chefes, a comunhão entre todos os membros de uma mesma empresa e a intervenção onipotente do Estado nos conflitos, que os interessados não conseguem resolver por si mesmos.

3. À testa de cada empresa haverá um chefe responsável, que regulará pessoalmente todos os detalhes de sua organização. No caso de uma sociedade anônima ou de um proprietário que não dirija pessoalmente seu negócio, este chefe será designado nominalmente e o regulamento por ele publicado fixará as condições do trabalho, sua duração, o montante dos salários, a dispensa dos trabalhadores etc. Este regulamento individual substituirá os contratos coletivos de trabalho, que outrora se aplicavam aos diferentes ramos da produção e que eram discutidos entre os sindicatos de patrões e operários. Estes sindicatos foram suprimidos, não tendo mais os operários d'ora em diante o direito de tratar coletivamente com os patrões. Seus interesses serão agora defendidos por uma espécie de "conselho de confiança" (*Vertrauensrat*) cuja constituição é obrigatória em toda empresa que conte mais de 20 empregados, ou operários. Ele deverá examinar todas as medidas suscetíveis de melhorar as condições e o rendimento do trabalho e colaborar na solução de todos os conflitos e divergências que possam surgir. Os membros deste conselho serão escolhidos de comum acordo pelos chefes das empresas, pelo delegado do Partido Nacional-Socialista admitido em cada uma das mesmas empresas e sua escolha será aprovada

por voto secreto dos operários e empregados. Em caso de divergência, intervirão os chamados “curadores governamentais”.

4. Estes funcionários, que haviam sido criados em caráter provisório no momento da supressão dos sindicatos, são mantidos e suas funções definidas na nova lei: eles velarão pela execução dos contratos de trabalho, fixarão as grandes linhas da política dos salários e imporão sua decisão final em caso de conflito. Sua intervenção poderá também ser invocada pelo “conselho de confiança” e são igualmente competentes para a dispensa do pessoal.

5. Um operário ou empregado dispensado depois de um ano de trabalho poderá apelar para o “tribunal de trabalho”, se esta medida foi tomada em virtude de uma lei ou de um regulamento de salários. Estes tribunais serão compostos de um juiz profissional, de um chefe de empresa e de um homem de confiança e destinam-se a julgar os abusos de poder cometidos pelos chefes de empresas para com seu pessoal, bem como os casos desobediência, as queixas e reclamações injustificadas.

6. A nova lei veio substituir as onze importantes leis que até agora constituíam o Código de Trabalho na Alemanha, entre outras a lei sobre contratos coletivos, sobre arbitragem, suspensão de trabalho etc.

7. Toda a imprensa acredita firmemente que as disposições desta carta de trabalho virão pôr um paradeiro às lutas de classes, substituindo o ódio pela confiança em virtude da introdução da noção nova de honra social. Só o futuro e, sobretudo, o funcionamento desse mecanismo poderão revelar as suas falhas e imperfeições. De qualquer maneira, estará sempre presente a intervenção onipotente do Estado para remediar as diferenças entre operários e patrões, os quais por sua vez estão sob a fiscalização dos “curadores governamentais”, de cuja ação em grande parte depende o êxito da política social do III Reich.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda
Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores



OFÍCIO • 26 JAN. 1934 • AHI 04/03/01

[Índice:] Nova Lei de Imprensa da Alemanha.

N. 17

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 26 de janeiro de 1934.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência os inclusos exemplares do *Reichsgesetzblatt*, contendo o texto integral da nova Lei de Imprensa, publicada nos dias 4 de outubro e 20 de dezembro do ano passado. Todos os artigos desta lei foram redigidos pelo dr. Goebbels, ministro da Propaganda, um dos mais ativos e inteligentes membros do atual governo nacional-socialista. De acordo com suas disposições, o jornalista passará a ser uma espécie de funcionário e o título de redator-chefe (*Schriftleiter*) será conferido pelo governo mediante o preenchimento de um certo número de formalidades. “A colaboração na feitura e organização dos jornais ou revistas políticas por meio de palavras, notícias ou desenhos”, reza textualmente a lei, “constitui uma função pública regulada em seus deveres e direitos pelo Estado, de acordo com as disposições da presente lei”.

2. Só podem ser redatores de jornais as pessoas maiores de 21 anos, de nacionalidade alemã, que reúnam um certo número de condições de honorabilidade e capacidade profissional e que não tenham sido privadas dos direitos políticos e possam exercer cargos públicos. Além disso, é necessário que essas pessoas sejam de ascendência ariana, que se não tenham casado com pessoa de ascendência não ariana e que possuam ainda um tirocínio profissional adquirido no exercício do jornalismo. A exigência da ascendência ariana decorre da chamada cláusula ariana do estatuto dos funcionários públicos, a qual exclui de todas as funções públicas na Alemanha os indivíduos não arianos ou dos quais um ascendente seja de origem não ariana. A especialização técnica é adquirida no exercício da função periodística pelo menos durante um ano na redação de um jornal.

3. Todos os candidatos a jornalistas são inscritos em uma lista profissional, que será submetida à Associação da Imprensa Alemã, reservando-se ao ministro da Propaganda o direito de veto: só depois

de incluído nessa lista e admitido, pode um jornalista exercer sua profissão na Alemanha; no exercício de sua função, o jornalista fica adstrito a “expor os assuntos de que tratar de acordo com os ditames da verdade e julgá-los com perfeito conhecimento de causa; deve excluir de seu jornal tudo quanto possa concorrer para criar confusão entre os interesses egoísticos dos indivíduos e o interesse nacional de maneira a desorientar a opinião pública”; e não contribuir de maneira alguma para quebrantar a força da Alemanha, seu preparo, cultura e economia, ou ofender a honra, dignidade e reputação de qualquer pessoa, tornando-a ou fazendo-a parecer ridícula ou desprezível.

4. Todos os jornalistas, oficialmente considerados como tais, deverão organizar-se em uma Associação de Imprensa, a qual terá sua sede em Berlim. O ministro da Propaganda nomeará seu presidente e superintenderá todas suas atividades. A associação terá a seu cargo tudo quanto se relacione com a especialização jornalística e organizará Tribunais de Honra, cujos membros serão também nomeados pelo ministro da Propaganda. Um jornalista que viola seus deveres profissionais estabelecidos pela nova lei pode ser admoestado por um tribunal profissional, descontado em um mês de seus vencimentos, preso por um ano e eliminado da lista profissional, perdendo, neste último caso, o direito de continuar a exercer sua profissão e de usar o título de “redator-chefe”.

5. O senhor Dietrich, presidente da Federação da Imprensa Alemã, ao comentar a nova lei, declarou que em nenhum país do mundo os jornalistas possuíam um estatuto tão vantajoso como na Alemanha. O dr. Goebbels, ministro da Propaganda e principal autor da lei de imprensa, em longo discurso em que preconiza as vantagens desta lei, referiu-se à nova concepção da liberdade da imprensa no estado nacional-socialista nos seguintes termos:

A liberdade de imprensa é um princípio que se tem exagerado e que começa a perder seu prestígio no mundo inteiro. Esta liberdade deve ser limitada no momento em que ela começa a entrar em conflito com os interesses do povo e do Estado. A liberdade ilimitada da imprensa é uma concepção liberal, tendo-se verificado, não somente na Alemanha como no mundo inteiro, que sua aplicação no quadro do Estado democrático acabou por tornar-se perigosa ao interesse público.

O dr. Goebbels termina seu discurso com esta declaração que

não deixa de ser picante e verdadeira, neste momento em que a imprensa do mundo está constituída por poderosos sindicatos e empresas de publicidade, com seus interesses próprios e nem sempre concordantes com os do Estado: “Nem no regime republicano era a imprensa livre como falsamente se apregoa. Podia um redator-chefe escrever ou mandar escrever contra a opinião e os interesses do proprietário de seu jornal?”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda
Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores

[*Anexos* n. 1. Recorte do jornal *Reichsgefekeblatt*, Berlim, 7 out.1933.

n. 2. Recorte do jornal *Reichsgefekeblatt*, Berlim, 20 dez. 1933.

n. 3. Recorte do jornal *Reichsgefekeblatt*, Berlim, 23 jan. 1934.]



OFÍCIO • 31 JAN. 1934 • AHI 04/03/01

[*Índice:*] Mês político.

N. 22

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de janeiro de 1934.

Senhor Ministro,

O corrente mês de janeiro assinalou-se por uma série de acontecimentos políticos da mais alta relevância, quer nos domínios da política interna, quer no tocante à política exterior da Alemanha.

2. Em relação à política internacional, o ato mais grave do atual governo foi a recusa – polida, mas peremptória – de tomar parte nas discussões das medidas preparatórias do plebiscito a ser realizado em 10 de janeiro de 1935, no território do Saar, de acordo com as cláusulas do Tratado de Versalhes. Essa declaração foi dirigida pelo barão de Neurath, ministro das Relações Exteriores, e entregue a 16 do corrente pelo cônsul da Alemanha em Genebra, ao secretário-geral da Liga das

Nações. Em geral, a imprensa da Europa lamentou que o governo de Berlim decidisse não tomar parte nas deliberações de Genebra, mas os jornais alemães, sem exceção, aplaudiram essa atitude, que consideram perfeitamente lógica depois de sua retirada da Liga das Nações e da Conferência do Desarmamento: alguns órgãos chegam mesmo a declarar que o comparecimento da Alemanha ante o Conselho da Liga só teria a virtude de fazer o jogo da França “a fim de insuflar nova vida na ideia agonizante da Liga das Nações”.

3. No tocante à questão do desarmamento, prosseguem as conversações com os gabinetes da França, Inglaterra e Itália: os jornais limitam-se a vagas referências aos memoriais apresentados à Alemanha pela Inglaterra, em 20 de dezembro último, e pela França em 1º do corrente, e à resposta entregue há dias pelo chanceler Adolf Hitler aos embaixadores francês e inglês em Berlim. A instabilidade da política interna da França e, por outro lado, as hesitações do gabinete da Inglaterra têm retardado a solução final deste assunto, difícil de ser conseguida com a rapidez desejada, dado o antagonismo dos pontos de vista de cada um dos interessados.

4. Também constitui objeto de sérias preocupações o problema das relações da Alemanha com a Áustria. Como é sabido, os princípios do nacional-socialismo penetraram profundamente nas massas populares da Áustria e, mesmo, em certos círculos oficiais e cada dia se propagam com mais intensidade, pondo em risco a própria independência austríaca. O governo alemão considera com simpatia não dissimulada o movimento nacional-socialista da Áustria, mas a França se empenha afanosamente junto das potências europeias para neutralizar aquela ação e impedir que a Áustria acabe por associar seu destino ao da Alemanha, transformando-se em uma província alemã, o que significaria, aos olhos da França, um sério perigo para a paz da Europa. Nesse sentido, o gabinete francês tem feito gestões de vária natureza, junto dos governos da Itália e da Inglaterra, os quais, entretanto, não se julgam com o direito de intervir na política interna da Áustria ou de apoiar a orientação seguida pelo governo do chanceler Dollfuss. Segundo as últimas notícias, o problema austríaco, por sugestão da França, seria apresentado ao exame e deliberação da Liga das Nações.

5. Internamente, prossegue o governo alemão com uma inquebrantável energia na realização do vasto programa de reconstrução nacional com o fim de chegar à completa unidade do país nos domínios da administração, da justiça, da educação e da vida econômica e cultu-

ral. O chanceler Hitler, em um discurso pronunciado a 15 do corrente no pequeno estado de Lippe, ao fazer um rápido balanço do regime nacional-socialista, declarou textualmente:

Não prometi o impossível e pedi um prazo de quatro anos. Já decorreu o primeiro ano, um ano de profunda agitação na Alemanha, mas também um ano de concentração das forças nacionais, um ano de grandes decisões e de grandes acontecimentos. Realizou-se o que nenhum de nossos adversários teria julgado possível há dois anos. Esmaguei o marxismo, em seguida o centro e os partidos burgueses. A nação alemã envereda agora e definitivamente pelo caminho que a conduzirá à unidade do pensamento. Eu não baseio meus cálculos sobre os anos 1934 e 1935: eu apenas conto com as possibilidades eternas de nosso povo. As novas leis de organização do trabalho, a Lei da Imprensa, a Lei de Esterilização, a dissolução das sociedades maçônicas, a dispersão dos clubes de propaganda monarquista, a luta tenaz contra os sem trabalho, reduzidos de cerca de cinquenta por cento, constituem etapas vencidas nesse primeiro ano de governo nacional-socialista e já se anunciam reformas mais ousadas: a reorganização do vetusto sistema fiscal e a nova divisão territorial da Alemanha.

6. Nestes últimos dias, um problema de caráter religioso, nascido da desinteligência entre o protestantismo e a concepção religiosa do nacional-socialismo, está preocupando seriamente a atenção do governo. Os partidários extremados do III Reich reclamam, um pouco vagamente, a restauração do paganismo germânico e a consequente abolição das crenças baseadas na doutrina cristã: “germanismo e o evangelho estão em contradição”, proclama a revista nacional-socialista e anti-semítica *Der Hammer* (O Martelo):

A concepção nacional-socialista do mundo, a concepção alemã do mundo estão em contradição com qualquer outra concepção. Até hoje, a única concepção do mundo era a ideia judaica fixada na Bíblia. O protestantismo e o catolicismo não são mais do que variedades bastardas desta ideia. É necessário ter-se a coragem de reconhecer que a unificação política da Alemanha está comprometida se ela se apoiar sobre um dogma e sobre uma ideia de Deus absolutamente estranhas ao caráter alemão.

Apesar das gestões realizadas pelos pró-homens do nacional-socialismo

o conflito continua latente, não se tendo encontrado até agora uma fórmula que concilie os pontos de vista antagônicos.

7. Ontem, 30, por ocasião da comemoração do primeiro aniversário do governo nacional-socialista, o chanceler Adolf Hitler proferiu um discurso de alta transcendência política diante do Reichstag especialmente convocado para este fim. Nesta longa oração, que enviarei a Vossa Excelência com outro ofício, o chefe do governo alemão abordou, uma por uma, todas as questões de política interna como as relacionadas com a política internacional da Alemanha.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda

Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 28 FEV. 1934 • AHI 04/03/01

[Índice:] Mês político.

N. 29

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 28 de fevereiro de 1934.

Senhor Ministro,

O corrente mês, ao contrário do anterior, decorreu calmamente, sem acontecimentos políticos interiores ou internacionais que merecessem o registro especial.

2. Internamente, depois de votada unanimemente pelo Reichstag a lei de 30 de janeiro sobre a reorganização político-administrativa do Reich, o governo alemão tem iniciado uma série de reformas de alta transcendência política, entre as quais a da unificação judiciária, preparatórias da nova divisão territorial da Alemanha. O problema religioso, nascido do antagonismo entre o governo e a maioria protestante e católica do país ainda não foi resolvido: a imprensa alemã têm-se absterido de discutir o assunto, mas, por indiscrições dos jornais estrangeiros,

sabe-se que prossegue surdamente a luta dos protestantes e católicos alemães contra as concepções religiosas dos partidários extremados do nacional-socialismo. Apesar dessas e de outras dificuldades, inerentes à realização de um tão ambicioso programa de restauração nacional, reina por toda a parte um poderoso otimismo que imprime à nação inteira um ritmo acelerado em todos os departamentos da vida pública. A situação econômica, em particular, parece haver melhorado consideravelmente nestes derradeiros doze meses: segundo as cifras publicadas, o número dos sem-trabalho caiu de 6.010.000 em janeiro de 1933 a 3.770.000 em janeiro do corrente ano. O número de falências em 1933 diminuiu em 46%. A quantidade de mercadorias produzidas aumentou em 12%; o valor dos produtos industriais passou de 38 a 41 bilhões de marcos e a produção têxtil de 6 bilhões e 400 mil marcos a 7 bilhões e 200 mil marcos. A venda de máquinas em janeiro de 1934, elevou-se a 140.000.000 de marcos, em lugar de 80.000.000 em janeiro do ano passado. O número de operários de construção aumentou em 6%; 200.000 apartamentos foram construídos, isto é, mais de 40.000 que no ano anterior. A fabricação de automóveis cresceu na proporção de 121%. Na feira de Leipzig, que se inaugurará solenemente no próximo dia 4 de março, tomarão parte 1.200 firmas a mais do que no ano de 1933. E já se anuncia para o próximo dia 21 de março uma nova grande ofensiva contra os sem-trabalho, com um colossal programa de realizações destinado a reduzir em dois milhões o número dos desocupados.

3. Em matéria de política internacional, prosseguem lentamente as conversações com os gabinetes de Roma, Paris e Londres em busca de uma fórmula de redução ou limitação de armamentos que possa conciliar os pontos de vista opostos dos países interessados. Parece que a última viagem circular pela França, Alemanha e Itália do sr. Anthony Eden, lorde do Selo Privado da Inglaterra, não deu os resultados desejados, ante a intransigência do novo gabinete francês em aceitar qualquer fórmula baseada no rearmamento da Alemanha. O problema das relações austro-alemãs perdeu ultimamente muito da sua gravidade, depois dos tristes acontecimentos provocados pela sublevação do Partido Social-Democrata e, sobretudo, graças à declaração conjunta dos governos da Itália, França e Inglaterra sobre a necessidade de uma Áustria independente como garantia e condição de paz na Europa. A questão do Saar continua a ser objeto das mais sérias preocupações por parte dos atuais dirigentes, que não escondem sua preferência por um

entendimento direto com a França em lugar do recurso a um plebiscito que só viria acirrar as paixões e agravar ainda mais a já delicada situação internacional do mundo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 MAR. 1934 • AHI 04/03/01

[Índice:] Mês político.

N. 52

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de março de 1934.

Senhor Ministro,

O mês de março decorreu calmamente, não havendo a registrar-se modificação sensível, quer nos assuntos relacionados com a política interna, quer nas questões de política exterior.

2. Os jornais têm publicado escassas notícias sobre o desenvolvimento das negociações em torno do problema do desarmamento, as quais prosseguem vagarosamente, sem que os governos interessados tenham encontrado ainda a fórmula definitiva que concilie as reivindicações da Alemanha nacional-socialista com a oposição sistemática da França a todo acordo que consagre, de qualquer forma, o rearmamento do Reich.

3. Nos domínios da política interna, há a mencionar o discurso proferido pelo chanceler Adolf Hitler no primeiro dia da primavera, a 21 do corrente, anunciando a grande ofensiva contra o desemprego e o início de uma série de obras públicas destinadas a proporcionar trabalho a mais de 2 milhões de homens: a nova oração do chanceler foi proferida ao ar livre, no meio de uma rodovia em construção entre Munique e Salzburg, e ouvida em toda a Alemanha por milhões de operários, previamente dispensados do serviço para esse fim. Discu-

sos da mesma natureza foram proferidos em todos os grandes centros alemães por altos funcionários da administração pública, sobretudo em Goslar, capital da agricultura alemã; perto de Colônia, onde se inicia a construção de uma imensa barragem; nos arredores de Coblênça, por ocasião do lançamento de uma nova ponte sobre o Reno; e perto de Berlim, ao inaugurar-se uma gigantesca eclusa sobre o canal que liga o Elba ao Oder.

4. O financiamento dessas obras reclama somas fabulosas e não se sabe se os recursos do Reich permitirão a realização integral de semelhante programa: apesar da aguda crise financeira em que se debate o governo, a administração pública mostra-se animada do mais confiante otimismo.

5. O antagonismo entre o nacional-socialismo e as igrejas evangélicas e católicas continua a acentuar-se cada vez mais: nada publicam os jornais alemães sobre o assunto e só pela imprensa estrangeira se pôde acompanhar as várias fases dessa luta, que ameaça produzir uma profunda cisão dentro da igreja alemã e de cujo resultado seria prematuro fazer qualquer prognóstico. O bispo Theodor Heckel, recentemente nomeado diretor da repartição eclesiástica dos negócios estrangeiros da Igreja protestante, unida do Reich, expôs há dias diante dos representantes da imprensa estrangeira o ponto de vista religioso da Alemanha nacional-socialista: depois de aludir ao Tratado de Versalhes que, a seu parecer, abalou os fundamentos da comunhão protestante, tirando-lhe mais de dois mil templos, acrescentou:

A reforma da igreja não está terminada: no século XVI, ela começou a libertar a Alemanha do espírito romano que se tinha infiltrado no organismo da nação pela conversão dos germanos ao cristianismo; a tarefa da igreja consiste hoje em levar a cabo esta libertação do espírito romano.

Ao mesmo tempo, a pressão exercida sobre as Associações Cristãs de Moços para sua dissolução e as várias tentativas feitas pelos chefes nacionais-socialistas de incorporá-las às formações civis da juventude hitleriana têm provocado protestos e até conflitos a que os jornais não têm feito a menor referência.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de
Lacerda
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 ABR. 1934 • AHI 04/03/01

[Índice:] Mês político.

N. 62

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 30 de abril de 1934.

Senhor Ministro,

No decorrer do mês de abril, os problemas de caráter internacional não assumiram aspectos novos, mas, nos domínios da política interna, merecem registro especial algumas atividades do governo nacional-socialista em matéria econômica e comercial.

2. A questão do desarmamento continua praticamente sem solução: as negociações encontram-se em ponto morto, pois, apesar das repetidas declarações pacifistas dos mais prestigiosos chefes do governo da Alemanha, a França persiste em recusar celebrar qualquer convenção na qual se consagre o rearmamento da Alemanha. Prosseguem, entretanto, as conversações entre os países interessados, estando o governo da Inglaterra particularmente empenhado em encontrar uma fórmula de acordo, ainda que deficiente e incompleta, mas que tenha a virtude de evitar a corrida aos armamentos que resultaria do confessado fracasso das negociações em andamento.

3. O conflito religioso entre o Estado e as igrejas agrava-se dia a dia: de um lado, o desentendimento cada vez mais acentuado entre os protestantes, faz recluir uma cisma dentro da própria igreja evangélica alemã; os católicos, por seu lado, também se agitam em virtude das medidas drásticas tomadas recentemente pelo governo contra as organizações católicas da juventude alemã, e a supressão e suspensão de jornais católicos.

4. Em matéria de política interna, o fenômeno mais interessante destes últimos dias é a nova orientação imprimida pelo governo à política comercial da Alemanha e o empenho em que ele está de

consolidar a situação econômica abalada com o vertiginoso declínio do comércio exportador. Entre várias leis decretadas em fins de março, sobressai a que se refere ao comércio de matérias primas e produtos semimanufaturados e institui o controle do Estado sobre todas importações alemãs, por meio de uma verdadeira repartição de importação do Estado, análoga à que existe na Rússia. É uma das medidas mais graves tomadas pelo atual governo em matéria econômica. As restrições monetárias impostas até então aos importadores, ultimamente reduzidas de 45% a 35%, restringiam simplesmente as possibilidades de importação. A nova lei vai mais longe: ela examina em cada caso particular a necessidade ou utilidade dos produtos a serem importados. Para as diversas categorias de mercadorias importadas foram instituídas repartições centrais de controle, que decidirão em cada caso se uma importação é necessária ou não. Foi proibida a importação de várias matérias-primas (lã, algodão, cânhamo, couros, etc.) até que as repartições de controle examinem os estoques atualmente existentes e se manifestem sobre a conveniência ou não de novas importações.

5. Esta medida, como era natural, causou grande sensação e provocou toda a sorte de comentários por parte da imprensa europeia e americana, chegando-se a afirmar que a Alemanha pretendia seguir uma política de isolamento econômico, reduzindo ao mínimo seu intercâmbio comercial com o resto do mundo. O vice-chanceler von Papen, em artigo publicado no jornal *Weltwirtschaft*, fez ver o absurdo de semelhantes suposições e condenou em termos severos a chamada política de autarquia econômica, preconizada, aliás, por alguns membros do governo nacional-socialista: ele explicou que, em virtude de sua indústria considerável e de sua falta de matérias primas, a Alemanha não pode prescindir do comércio com os países vizinhos e os ultramarinos, mas acrescentou que o princípio da nação mais favorecida deve ser agora substituído pela fórmula “compra a teu melhor cliente”.

6. Dias depois, num discurso proferido em Hamburgo, o barão von Neurath, ministro das Relações Exteriores, aproveitou a oportunidade para voltar ao mesmo tema e explicar que a fórmula da autarquia econômica estava definitivamente abandonada pelo governo. Decerto, explicou o ministro, a Alemanha precisa produzir tudo quanto necessita para tornar-se cada vez mais independente do estrangeiro e, nesse sentido, muito se tem realizado: mas, sua posição geográfica no centro da Europa e a necessidade de matérias-primas para suas indústrias, obrigam-na a manter relações comerciais com todos os países do mun-

do. Em virtude de sua situação monetária, a Alemanha se encontra na obrigação de modificar sua política comercial, comprando cada vez mais e, preferentemente, aos países que importam produtos alemães. Esta política será fiscalizada pelo governo, não sendo permitido que cada ramo da produção tenha sua política comercial distinta. O ministro do Exterior concluiu seu discurso declarando que o sucesso dessa política comercial depende da consolidação da situação internacional, dentro dos princípios gerais traçados pelo chanceler Adolf Hitler.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 25 MAIO 1934 • AHI 04/03/01

[Índice:] Informações sobre o Saar.

N. 80

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 25 de maio de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a inclusa memória sobre a questão do Saar, redigida, a meu pedido, pelo senhor A. de Souza Quartin, primeiro secretário desta legação. A referida memória, sob o título *O Saar e a organização do plebiscito com que seus habitantes deverão decidir, no início de 1935, dos destinos do território* destina-se a servir de informação a esta Secretaria de Estado sobre este grave problema de política internacional, que vivamente tem preocupado nestes últimos dias a opinião do mundo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo 1*]

Informação

O Saar e a organização do plebiscito com que seus habitantes deverão decidir, no início de 1935, dos destinos do território

O Conselho da Sociedade das Nações, na sua 79ª, sessão inaugurada em Genebra no dia 14 do corrente e encerrada cinco dias após, teve como principal tarefa e primeiro ponto de seu programa de trabalho a preparação do plebiscito com que os habitantes do Saar, no início do ano próximo, deverão decidir dos destinos dos territórios pela escolha de uma das três fórmulas previstas no Tratado de Versalhes: união à Alemanha, união à França, ou a permanência do atual regime de governo, sob o controle da Sociedade das Nações. A comissão presidida pelo representante italiano, barão Aloisi, à qual o conselho encarregara, em fins de 1933, do estudo e preparo da questão, apresentou seu parecer naquela primeira reunião. Os pontos principais deste parecer já foram divulgados e podem ser assim resumidos: 1) as funções governamentais no território serão exercidas, mesmo durante o período do plebiscito, pela comissão do governo; 2) será criada uma comissão, composta de três membros, assistida por funcionários escolhidos fora do território e não pertencentes a nenhuma das nações interessadas, para o fim especial de organizar e controlar a votação; 3) será criado um tribunal plebiscitário composto de um presidente, de dois membros com dois suplentes, todos escolhidos fora do território e não pertencentes a nenhuma das nações interessadas, para o fim especial de julgar em última instância as contestações relativas à liberdade do voto e às infrações do regulamento plebiscitário.

2. O parecer da comissão discrimina, ainda, quais são as pessoas que têm direito ao voto e conclui que somente são considerados habitantes do Saar, para os efeitos do plebiscito, os residentes no território por ocasião da assinatura do Tratado de Versalhes, a 28 de junho de 1919. Assim, todos aqueles que, na data mencionada, se encontravam acidentalmente no território serão excluídos. Esta exclusão

abrangerá todas as tropas de ocupação e as pessoas que as acompanhavam, bem como todos os funcionários que serviam no Saar em caráter transitório.

3. No que concerne à forma ou sistema de votação, a comissão nada divulgou, mas promete fazê-lo ulteriormente, com a apresentação de propostas definitivas. Apenas se encontra, acerca das modalidades do plebiscito, a declaração de que o Tratado de Versalhes, pela frase “o voto será apurado por comuna ou por distrito” teve em vista somente as circunscrições então existentes, não sendo, pois, admissível a criação de circunscrições destinadas especialmente à consulta popular. O parecer silencia, também, sobre as medidas que deverão ser tomadas para garantir a plena liberdade do voto. Nenhuma referência faz à criação de uma polícia internacional, como foi sugerida na França, e que continuaria no Saar mesmo após o pleito e até a solução completa da questão pela entrega do território às autoridades a quem deva caber.

4. A ideia da criação de uma polícia internacional vem provocando na Alemanha vivos protestos; compreendida em França como o único meio de assegurar a liberdade de voto, é aqui apreciada de modo diverso. Creem os alemães que eles são capazes, por si mesmos, de garantir aquela liberdade e não veem na polícia internacional senão um meio de coação. É, nesse sentido, bem significativo o protesto levado ao Conselho da Sociedade das Nações pela organização denominada “Frente Alemã do Saar”, instituição nacionalista cujos membros já ultrapassam 455.000. Em seu protesto, a “Frente Alemã” contesta as acusações de terrorismo de que tem sido vítima e afirma que elas não têm outro objetivo, senão justificar a necessidade da polícia internacional. Creio bem que, se for levada avante a ideia da criação desta polícia, encontrará a maior resistência da parte da Alemanha, que tem no território uma população pacífica e laboriosa, que ela julga capaz de exercer o seu direito de voto dentro da maior ordem e disciplina. O aspecto que apresenta a criação da milícia internacional para os franceses não tem, pois, aqui a mesma significação.

5. Por sua vez, a sugestão do adiamento do plebiscito, embora não tenha partido de nenhum órgão oficial, teve aqui também a mais violenta repulsa. Os alemães querem a reintegração do Saar o mais cedo possível. O governo nacional-socialista, desde a vitória da revolução, tem suas vistas voltadas para o Saar, não sendo mais segredo para ninguém as negociações do fim do ano passado, tendentes à imediata entrega do território à Alemanha, mediante certas compensações eco-

nômicas. Como em 1929 sucedeu com as negociações entre Stresemann e Briand, as do nacional-socialismo não lograram nenhum êxito. A França não quer perder o território, que tanto interesse apresenta sob o tríplice aspecto - político, econômico e estratégico.

6. O grande diário *Lokal Anzeiger* julga o adiamento prejudicialíssimo à população do Saar e conclui o seu artigo declarando que o plebiscito terá de se realizar, impreterivelmente, no dia 10 de janeiro de 1935, isto é, 15 anos após a entrada em vigor do Tratado de Versalhes e como foi neste estipulado. Por sua vez, o *Berliner Tageblatt* insiste para que a data do plebiscito seja fixada, quanto antes, e não admite nenhum motivo de adiamento. E, nesse sentido, é unânime a opinião da imprensa alemã.

7. O Saar bem merece o interesse da Alemanha pela sua reintegração. Território alemão desde 1814, pelo Tratado de Paris, em um século fez-se potência econômica de incomparável valor. Transformado pelo tratado de paz em território autônomo, sob o controle da Sociedade das Nações, seus habitantes nunca deixaram, por isso, de ser alemães. Com suas 738 milhas quadradas de terras bávaras e prussianas, sua população maior de 800.000 habitantes, suas minas de carvão que produzem anualmente cerca de 12 milhões de toneladas e suas minas de ferro com capacidade para 3 milhões, possui o Saar a mais importante organização mineira de toda a Europa, com 29 sedes de extração, com suas inúmeras centrais elétricas, seu porto de expedição, suas estradas e sua magnífica rede hidráulica. A administração é ali exercida por uma comissão de cinco membros nomeados pela Sociedade das Nações. Destes, um é francês, um habitante do território, os três outros são nacionais de outros países, excluídos a França e a Alemanha. Esta comissão tem amplos poderes e junto a ela funciona o *Landesrat* (Conselho do Povo) que é apenas órgão de consulta.

8. Recapitulando, o Saar interessa à França e à Alemanha pelos três aspectos: político, econômico e estratégico: político, pelo que representa de prestígio para a nação que puder incluí-lo dentro de suas fronteiras; econômico, pela riqueza incomparável de suas minas e pela capacidade de produção e consumo de sua população; estratégico pela sua situação privilegiada na linha de fronteira. Para o comércio exterior da França, a integração do Saar à Alemanha representará também uma grande perda, pois, 70 milhões de francos de mercadorias francesas são anualmente consumidos no território. Sob o ponto de vista militar, a reintegração do Saar representará para a Alemanha a criação de mais

dois corpos de exército e a posse de Saarbruecken, que é um dos pontos fronteiriços mais estratégicos. Sob o ponto de vista econômico, a Alemanha não pode prescindir dele para sua indústria e economia em geral.

9. Quanto mais se aproxima a data do plebiscito, mais recrudescer a campanha pela integração do território, tanto nesta capital como em todas as cidades da Alemanha; campanha feita pela imprensa, pelo rádio, pelo cinema, nas escolas, nos teatros e em todos os centros de diversões, ela utiliza elementos de todas as classes e profissões. Também se realizam sessões especiais, em que os oradores porfiam em avivar o sentimento patriótico do povo descrevendo em cores negras a situação dos alemães do Saar. Em uma recente manifestação, realizada em Munique, o general von Epp, delegado do Reich na Baviera, terminou o seu discurso declarando: “O Saar é alemão e nenhum poder no mundo poderá separá-lo de nós”.

10. A 79ª sessão do conselho foi encerrada sem nenhum resultado positivo para a organização do plebiscito. Nenhum acordo pôde ser concluído com a Alemanha acerca das medidas que têm sido sugeridas para a proteção das represálias a que a consulta popular possa dar lugar. Também não pôde ser fixada a data do pleito e todos os trabalhos do conselho foram adiados para a próxima sessão do dia 30 do corrente.

11. É bem significativo o fracasso das negociações realizadas, fora do conselho, entre o presidente da comissão e o cônsul geral -alemão em Genebra, destinadas a estabelecer garantias para todos os habitantes do território após o plebiscito. O ponto de vista alemão pode ser, hoje, esclarecido. O representante alemão se opôs, em termos definitivos, a que as garantias asseguradas aos votantes fossem estendidas a todos os habitantes do território e exigiu que a data do plebiscito fosse imediatamente fixada. O ponto de vista francês, exposto na referida sessão pelo ministro Barthou, é que esta data não pode ser fixada sem que, previamente, sejam determinadas as garantias de vida e bens para todos os habitantes do Saar e não somente para os votantes.

12. Como é evidente diante destas declarações, os pontos de vista francês e alemão são opostos. A organização do plebiscito no Saar apresenta, assim, sérias dificuldades, tanto mais sérias quanto a Alemanha, que não faz parte da Sociedade das Nações, não se julga obrigada a aceitar medidas que são tomadas à sua revelia.

Berlim, 22 de maio de 1934.

A. de Souza Quartin
1º Secretário



OFÍCIO • 31 MAIO 1934 • AHI 04/03/01

[Índice:] Mês político.

N. 85

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de maio de 1934.

Senhor Ministro,

Durante o corrente mês de maio, as atenções do governo e da opinião pública estiveram preferentemente voltadas para a questão do plebiscito no território do Saar e para os problemas relacionados com a situação econômico-comercial do Reich.

2. Em relação ao primeiro, toda a imprensa tem-se referido com revolta às manobras da França na sessão do Conselho da Liga das Nações de 19 do corrente, com o objetivo de retardar a consulta popular no território do Saar prevista no Tratado de Versalhes e manter, se possível, a atual situação, que lhe é favorável política e economicamente: segundo as notícias publicadas, o governo francês, pelo órgão de seu ministro das Relações Exteriores em Genebra, senhor Louis Barthou, recusa-se a fixar a data do plebiscito antes que a Alemanha concorde em oferecer garantias de segurança a toda a população do Saar, votantes e não votantes, antes e depois do plebiscito. Comenta-se aqui, com um certo nervosismo, esses manejos, que são atribuídos ao desejo por parte da França de manter em seus postos da administração do Saar e na direção das minas um grande número de funcionários franceses e estrangeiros, cuja permanência ela deseja assegurar de antemão, qualquer que seja o resultado do plebiscito. Por toda a Alemanha, realiza-se uma intensa propaganda em favor da restituição do território do Saar ao Reich e, de acordo com as informações publicadas, a “Frente Alemã” constituída no Saar, compreende 93% dos votantes daquele território. O Conselho da Liga das Nações voltará a tratar hoje, em sessão especial, da fixação da data do plebiscito, buscando encontrar uma fórmula que concilie as divergências da França e da Alemanha.

3. A solução do problema do desarmamento continua na dependência das decisões da Conferência do Desarmamento reunida em Genebra.

4. Quanto à situação econômica, pouco se sabe de positivo: a imprensa quase nada tem publicado, dando margem a toda sorte de conjecturas. Não se compreende, realmente, que um país industrial, densamente povoado, escassamente provido de artigos de alimentação para seus habitantes, possa manter-se como a Alemanha se vai mantendo, sem uma abundante reserva de ouro, sem inflação e sem excessiva alta nos preços. Há quem pense que um dia ou outro se dará, com a queda do marco, o esbarrondamento do sistema monetário alemão. Outros, menos pessimistas, acreditam que o Reich, apesar das notícias alarmantes transmitidas para todo o mundo pelos correspondentes dos jornais estrangeiros na Alemanha, ainda dispõe de vultosos créditos, sobretudo na Suíça e na Holanda, sendo assim prematuro e temerário qualquer prognóstico sombrio. É verdade que o governo aparenta um robusto otimismo e ilimitada confiança na vitalidade econômica do país, mas os fatos não permitem ilusões quanto à gravidade da situação: o marco tem baixado de cotação no mercado monetário internacional, as reservas de ouro do Reichsbank estão reduzidas atualmente a 4,8 por cento, as estatísticas do comércio exterior, ultimamente publicadas, acusam um novo declínio nas exportações alemãs e o governo já resolveu intervir no comércio importador para regular e controlar as entradas de matérias primas para as indústrias.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 JUN. 1934 • AHI 04/03/01

[Índice:] Mês político.

N. 92

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 30 de junho de 1934.

Senhor Ministro,

O corrente mês de junho assinalou-se por uma intensa atividade nos domínios da política exterior e interior da Alemanha. Logo nos primeiros dias, um ato de grande significação internacional concorreu poderosamente para tranquilizar a opinião pública: quero referir-me à fixação, em Genebra, da data da realização do plebiscito no território do Saar, previsto pelo Tratado de Versalhes. Depois de delicadas negociações, concordaram, por fim, os dois países interessados em que a consulta popular teria lugar a 13 de janeiro de 1935. Por notas trocadas entre os representantes da França e da Alemanha, ficaram estabelecidas várias disposições relativas à liberdade de voto da população do território e às garantias a serem asseguradas a seus habitantes depois que o território fosse adjudicado à França ou à Alemanha.

2. O encontro do chanceler Hitler com Mussolini em Veneza constituiu, entretanto, o acontecimento de mais alta relevância destes últimos trinta dias: apesar de ignorar até hoje os resultados dessa conferência, não se pode negar que a aproximação dos dois mais poderosos chefes de governo da Europa, em um cenário adrede preparado para impressionar a imaginação popular, teve uma indiscutível significação política para o prestígio internacional da Alemanha.

3. O problema do desarmamento continua praticamente sem solução, depois da última crise da conferência de Genebra; não se perderam, entretanto, as esperanças de um entendimento: nesse sentido continuam em atividade as chancelarias e o sr. Ribbentrop, delegado do chanceler Adolf Hitler e técnico alemão em questão de desarmamento, tem tido ultimamente diversas conferências com vários membros dos governos da França e da Itália.

4. Esta situação de relativa calma na política exterior contrasta singularmente com uma série de dificuldades que começam a surgir no seio do próprio nacional-socialismo: apesar de nada se haver publicado, sabe-se que há divergências profundas no governo, receando-se a cada momento um choque entre a corrente conservadora, que deseja um governo moderado, de concessões e transigências razoáveis

na política interna e externa; e o grupo radical, que reclama a realização integral do programa nacional-socialista. Este perigo é cada vez maior se considerar-se a gravidade crescente da crise financeira, que culminou com a decisão pela comissão central do Reichsbank de suspender, a partir do dia 1º de julho próximo, o serviço de amortização e juros de todos os empréstimos externos a curto e longo prazo. Como era natural, esta revolução provocou os mais veementes protestos dos países interessados, sobretudo da França, Inglaterra, Estados Unidos, Holanda, Bélgica e Suíça. Esta decisão estava dentro da lógica dos acontecimentos e não causou surpresa aos que vêm acompanhando de perto o desenrolar da crise econômica e financeira da Alemanha. No ano de 1933, uma balança comercial favorável ainda lhe permitia efetuar com relativo desafogo o serviço de sua dívida externa, mas, agora as circunstâncias mudaram: nos quatro primeiros meses do corrente ano registrou-se um colapso nas exportações, acusando a balança comercial um déficit de quase 140 milhões de marcos. Esta situação perderia muito de sua gravidade se o Reich dispusesse de um lastro ouro, que lhe permitisse continuar o serviço de sua dívida externa enquanto se normalizava a situação de seu intercâmbio internacional. Por uma série de razões que não vem ao caso mencionar aqui, a cobertura ouro do Reichsbank está reduzida a menos de 3%. Com um lastro ouro praticamente inexistente, com suas exportações cada vez mais reduzidas, forçada a comprar a dinheiro pelo menos 50% de matérias primas indispensáveis à sua indústria, atravessa a Alemanha uma crise sobre cujas consequências seria temerária qualquer conjectura e está tentando resolvê-la com a adoção de medidas draconianas, destinadas a reduzir ao mínimo as importações, e a impedir por todos os meios o escoamento da pequena quantidade de ouro ainda existente nas arcas do Reichsbank.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 28 JUL. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Publicação sobre a questão do Saar.

N. 110

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 28 de julho de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, destinado à biblioteca dessa Secretaria de Estado, o incluso volume, sob o título *Die Grundlagen des Saarkampfes*¹⁹, editado pelos srs. Adolf Grabowsky e Georg Wilhelm Sante, com um prefácio do vice-chanceler Franz von Papen.

2. Esta publicação constitui o trabalho de conjunto mais completo até agora aparecido sobre a questão do Saar e os vários problemas decorrentes da situação em que se encontra aquele território em virtude do Tratado de Versalhes. O estudo minucioso de cada um dos aspectos dessa questão, geográficos ou históricos, políticos ou jurídicos, econômicos ou industriais, estatísticos ou culturais, foi confiado a um grupo de verdadeiros especialistas, cujas várias monografias formam os capítulos do presente volume.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 JUL. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Mês político.

N. 114

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de julho de 1934.

Senhor Ministro,

19 N. E. – Grabowsky, Adolf; Sante, Georg. Berlin: Heymanns, 1934. 394 pp. Poderia ser traduzido como “Os princípios da luta pelo Saar”.

Consumou-se no seio do governo nacional-socialista a crise política que, de certo tempo a esta parte, se vinha desenhando e se acentuou nos derradeiros dias do mês de junho. Na manhã de 1º de julho, a cidade de Berlim despertou com a notícia de que uma tentativa de revolução fora reprimida com mão de ferro: o chefe supremo das seções de assalto, capitão Roehm, destituído e logo depois fuzilado; vários comandantes dessas mesmas formações paramilitares, sumariamente passados pelas armas; o general von Schleicher, antigo chanceler do Reich, e sua mulher, mortos no ato de serem presos; tal era o balanço inicial desta trágica jornada. Só mais tarde verificou-se que o número de vítimas era superior ao anunciado pelos jornais. O chanceler Adolf Hitler, com uma energia inquebrantável e sem a menor hesitação, ordenou o fuzilamento imediato dos principais implicados no projetado levante, os quais eram, em sua quase totalidade, seus mais chegados companheiros da época heroica do movimento nacional-socialista e que, nas horas difíceis, o haviam ajudado poderosamente na conquista do governo.

2. Este ato, praticado friamente, em uma verdadeira atmosfera ao mesmo tempo trágica e deletéria de Baixo Império, provocou uma emoção considerável no mundo inteiro: a imprensa da Europa, sem exceção, – mesmo aquela, como a dos países escandinavos, que sempre considerava com simpatia a ditadura nacional-socialista da Alemanha – condenou, em termos de uma severidade inusitada, os procedimentos políticos bárbaros e sanguinários que colocavam a Alemanha fora do grêmio dos países civilizados. Suas causas reais e verdadeiras são, e por muito tempo continuarão a ser, desconhecidas do grande público: ninguém se satisfaz com a versão unilateral dos acontecimentos apresentada, quinze dias depois, pelo próprio chanceler Adolf Hitler em um discurso proferido diante do Reichstag, convocado especialmente para esse fim, nem os argumentos aduzidos justificavam o rigor draconiano das medidas adotadas.

3. Seria prematuro fazer conjecturas sobre as possíveis repercussões desses acontecimentos, quer sobre a política interna, quer sobre a política externa da Alemanha. Mas o que se verifica à primeira vista é que o nacional-socialismo, como sistema de governo, já não merece a confiança integral do povo alemão: quebrou-se a esplêndida unidade que, desde os primeiros dias, constituía o segredo de sua força; as formações paramilitares, a viga-mestra no travejamento do novo regime, acham-se praticamente desfeitas e sem a eficiência original; a

mística revolucionária, irremediavelmente comprometida com a exibição oficial dos escândalos e indignidades morais, públicas e privadas, de seus mais prestigiosos apóstolos; e o chanceler Adolf Hitler mantém-se no poder com sua autoridade diminuída e o prestígio pessoal fundamentalmente atingido pelo massacre de 30 de junho, pelo qual ele se proclamou o único responsável. Sob o ponto de vista exterior, sente-se que o regime sai desprestigiado e incapaz de merecer confiança aos governos estrangeiros, o que desgraçadamente só concorrerá para tornar cada vez mais difíceis as negociações em torno [das] delicados problemas relativos à paz e à segurança da Europa.

4. A tarefa dos estadistas alemães é, assim, cada vez mais difícil depois dessa grave crise política: as condições econômicas são desanimadoras; a situação financeira é de quase falência. Aí estão os fatos em toda a sua crueza: as reservas de ouro do Reichsbank quase esgotadas, a balança comercial deficitária, o abastecimento de matérias primas comprometido com as restrições criadas à saída da pouca moeda existente. Sob o ponto de vista social, o palpitante problema dos sem trabalho, que não encontrou a desejada solução com as providências adotadas pelo governo, e que ameaça agravar-se com a entrada do inverno, enquanto se acentua cada vez mais o antagonismo entre o capitalismo e o trabalho. Sob o ponto de vista moral, profunda depressão causada pelas lutas religiosas: de um lado os católicos perseguidos e caluniados, e do outro, os protestantes divididos em grupos irreconciliáveis e irredutíveis. Os credores da Alemanha continuam a protestar contra a moratória estabelecida para os serviços dos empréstimos exteriores: só a Inglaterra, com a ameaça de uma guerra econômica, conseguiu entrar em um acordo que, até certo ponto, cria uma situação privilegiada para os portadores ingleses de títulos de empréstimos Dawes e Young, em detrimento dos credores franceses, americanos, belgas, holandeses e suíços, os quais já começam a fazer pressão junto de seus respectivos governos para conseguirem vantagens idênticas às concedidas à Inglaterra.

5. Como se tudo isso não bastasse, ainda contribuiu para mais complicar a situação internacional do Reich o golpe de força, tentado pelo Partido Nacional-Socialista da Áustria, em 25 do corrente, de que resultou o assassinato do chanceler Dollfuss, em circunstâncias que levantaram no mundo inteiro um clamor de revolta e indignação. Toda a imprensa da Europa, especialmente a inglesa e a italiana, acusou abertamente a Alemanha de cumplicidade moral nesse monstro-

so atentado. Apesar da correta atitude oficial do governo do Reich, das demonstrações públicas de simpatia dadas pelo presidente Hindenburg e pelo barão von Neurath, ministro das Relações Exteriores, do chamamento imediato do barão von Rieth, ministro alemão em Viena, e da nomeação, em seu lugar, do vice-chanceler von Papen, ninguém acredita que os nacionais-socialistas da Áustria se tenham embarcado em uma tão arriscada aventura sem o apoio de seus correligionários alemães; e alega-se, em favor dessa opinião, a violenta campanha de excitação que há um ano e meio vem fazendo a Alemanha contra o governo do chanceler Dollfuss e com a constante intervenção de líderes alemães; a passagem, mais de uma vez denunciada em público, de armas e explosivos destinados aos *naçis* austríacos; a atitude do ministro alemão em Viena, negociando com os insurretos, depois de fracassado o golpe de força, sua internação na Alemanha; e até certas caricaturas e comentários da imprensa alemã, ofensivos à memória do chanceler austríaco, logo que foram divulgadas as primeiras notícias dos trágicos e sangrentos acontecimentos de Viena. Seria, entretanto, temerário avançar qualquer afirmação, seja no sentido de isentar o governo alemão de qualquer culpa, seja no de acusá-lo de cumplicidade naquele atentado. Só o resultado dos inquéritos, que neste momento se procedem em Viena, poderá lançar alguma luz sobre as verdadeiras causas do movimento e apurar as responsabilidades de seus autores.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 3 AGO. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Falecimento do presidente Hindenburg.

N. 115

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 3 de agosto de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar agora ao conhecimento de Vossa Excelência, já o tendo feito ontem por via telegráfica, o falecimento do marechal de campo von Beneckendorff und von Hindenburg, presidente do Reich. Segundo o testemunho de quantos assistiram seus últimos momentos, o venerado marechal finou-se sem sofrimento, doce e suavemente, em seu solar de família, em Neudeck, na Prússia Oriental. Apesar de esperada, a notícia de sua morte, logo que foi divulgada, causou uma profunda e sincera consternação em toda a Alemanha: não foi menor a emoção produzida no exterior, de onde têm chegado, nestas últimas quarenta e oito horas, as mais cativantes demonstrações de sentida simpatia, o que é profundamente consolador para o povo alemão tão duramente experimentado nestes derradeiros tempos.

2. Logo que esta legação, ontem pela manhã, recebeu comunicação oficial do falecimento do presidente, fui pessoalmente inscrever-me nos livros de registro de visitas do Palácio Presidencial e do ministério dos Negócios Estrangeiros. Hoje cedo, depois de haver recebido a circular telegráfica número 898, pela qual Vossa Excelência me comunicava haver sido decretado luto nacional por três dias em todo o território do Brasil, procurei o barão de Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros, a quem dei conhecimento dessa resolução do governo brasileiro e entreguei a nota inclusa por cópia. Todos os jornais publicaram, em lugar de destaque, a notícia da homenagem com que o governo e o povo de nosso país se associavam à dor que neste momento aflige a toda a nação alemã.

3. Os funerais realizar-se-ão no dia 7 do corrente em Neudeck, de onde o corpo do presidente será transportado, com honras militares excepcionais, para o monumento nacional de Tannenberg.

4. Nos termos do decreto firmado por todos os membros do gabinete doze horas antes da morte do presidente, o chanceler Adolf Hitler assumiu as funções do presidente do Reich, que exercerá cumulativamente com as de chanceler: essa resolução será objeto de uma consulta popular, que terá lugar no próximo dia 19 de agosto.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*]

N. 36

Berlim, 3 de agosto de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota de 2 do corrente mês de agosto, pela qual Vossa Excelência se dignou de me comunicar o falecimento de Sua Excelência o Marechal de Campo Paul von Beneckendorff und von Hindenburg, presidente do Reich.

Levei imediatamente esta triste notícia ao conhecimento do meu governo que, desejando associar-se à grande dor que nesse momento aflige a nação alemã, decretou luto por três dias, a partir de hoje, em todo o território do Brasil e, ao mesmo tempo, me encarregou de apresentar ao governo alemão as expressões de sua mais sentida condolência.

Ao transmitir a Vossa Excelência esses sentimentos do governo e do povo do Brasil, aos quais peço licença para juntar os meus pessoais, aproveito esta oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Barão von Neurath
Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros

É cópia fiel:

A. D. Souza Quartin



OFÍCIO • 8 AGO. 1934 • AHI 04/03/02

[*Índice:*] Falecimento do marechal von Hindenburg.

N. 119

Legação dos Estados Unidos do Brasil

Berlim, 8 de agosto de 1934.

Senhor Ministro,

Em aditamento a meu ofício número 115, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que se encerraram ontem as

cerimônias fúnebres realizadas desde o dia 2 do corrente em toda a Alemanha por motivo do falecimento do marechal von Hindenburg.

2. A última homenagem tributada pelo povo e pelo governo alemão a seu venerando presidente teve lugar a 750 quilômetros de Berlim, nos confins da Prússia Oriental: o ataúde contendo seus despojos foi trasladado com honras militares excepcionais da propriedade da família Hindenburg em Neudeck para o monumento nacional de Tannenberg; não há exemplo na história alemã de uma manifestação coletiva que tão fundamente impressionasse a imaginação popular: durante os cem quilômetros que medeiam entre Neudeck e Tannenberg foi o caixão escoltado por uma guarda de honra de oficiais e soldados, a pé e a cavalo; o espetáculo deste séquito, marchando através da noite, iluminado por milhares de tochas e fochos resinosos, evocava uma visão fantástica da “Última Revista”, de Raffet, em que os granadeiros de Napoleão se levantam de seus túmulos para uma derradeira revista passada pelo seu imperador.

3. Às primeiras horas da manhã, este estranho cortejo alcançava a pequena povoação de Tannenberg, perto da qual se levanta o monumento nacional comemorativo da batalha conduzida pelo marechal von Hindenburg em agosto de 1914 e que livrou a Prússia Oriental da invasão em massa do exército russo.

4. O monumento de Tannenberg, de proporções colossais, assentado sobre uma colina, domina uma imensa e triste planície sulcada de lagos e lagoas: com suas oito torres maciças e quadrangulares, ligadas por um muramento circular que se abre em galeria sobre um vasto pátio central interior, essa construção assemelha-se a uma ciclópica fortaleza feudal. Na torre, destinada a albergar os moços que vêm de longe visitar o monumento, chamada por isto de *Torre da Juventude*, abre-se um portão através do qual se penetra no pátio interior, circundado das outras sete torres. No centro deste recinto alça-se uma cruz gigantesca erigida em memória dos soldados caídos na batalha de Tannenberg: ao pé desta cruz repousa um soldado desconhecido. Numa das torres, a *Torre das Bandeiras*, guardam-se os estandartes e pendões dos regimentos da Prússia Oriental que se cobriram de glória naquela batalha. Uma outra torre, denominada *Torre da Prússia Oriental*, não é mais do que um gigantesco museu local. Uma terceira, que traz o nome de *Torre do Grande Capitão*, e se destinara originariamente a receber uma estátua colossal do vencedor de Tannenberg, abriga agora os seus restos mortais.

5. Às 11 horas da manhã, o ataúde, revestido de seda branca e encimado com o capacete do marechal, carregado por oficiais da Reichswehr e escoltado por uma guarda de honra militar, dá entrada no pátio central no meio de um silêncio profundo e solene, só interrompido pelo violento trapear das bandas e auriflamas de veludo negro que pendem de alto a baixo, ao longo dos muros das oito torres.

6. Depositado o esquife em frente à grande tribuna em anfiteatro em que se encontram as altas autoridades civis e militares do Reich, todo o corpo diplomático acreditado em Berlim, delegações dos países estrangeiros, membros da família do marechal von Hindenburg, ressoam pelo ambiente as primeiras notas da *Marcha Fúnebre* da terceira sinfonia de Beethoven, que emprestam um estranho ar de religiosidade a este ato quase pagão, realizado ao ar livre, numa radiosa manhã de verão, sob um céu de um azul puríssimo para o qual se elevam das oito torres as chamas e o fumo simbólicos dos sacrifícios arianos. O próprio discurso do chanceler Hitler contribui para essa impressão, ao evocar em seu final a entrada do herói nacional no Walhalla, espécie de paraíso do paganismo germânico.

7. Terminados os únicos discursos, – proferidos pelo capitão da Reichswehr e pelo chanceler – a cerimônia atinge seu ponto culminante reveste [*sic*] de uma solenidade grave e impressionante: ao som do hino *Deutschland Über alles*, cantado por todas as pessoas presentes, ao troar das salvas de artilharia, de pé toda a enorme assistência, o ataúde move-se lentamente em direção à *Torre do Grande Capitão* através dos cinquenta e três estandartes dos regimentos participantes da batalha de Tannenberg que se abatem à sua passagem; acompanham-no nesta última ocasião o chanceler Adolf Hitler, membros da família do marechal, um representante especial do ex-imperador Guilherme II, o marechal von Mackensen e outros companheiros de armas do extinto.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 AGO. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Mês político.

N. 122

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de agosto de 1934.

Senhor Ministro,

O corrente mês assinalou-se por acontecimentos de alta transcendência política de que já dei miúda conta a Vossa Excelência em ofícios anteriores. Apesar dos sombrios prognósticos da imprensa europeia, o chanceler Adolf Hitler, ao enfeixar em suas mãos todos os poderes do Estado, logo depois do falecimento do presidente Hindenburg, não encontrou as resistências que se anunciavam: ao contrário, essa resolução foi estrondosamente ratificada, em 19 do corrente, por 38 milhões de votantes. Só o futuro dirá de que maneira o chanceler alemão fará uso dessa enorme soma de poder: tudo indica que o governo nacional-socialista, livre agora de todas as peias, enveredará firmemente pelo caminho das grandes realizações políticas e administrativas. Prova desta decisão é a outorga de poderes quase ditatoriais ao dr. Schacht, presidente do Reichsbank e atual ministro da Economia Nacional, para a solução dos graves problemas relacionados com o abastecimento das indústrias alemãs, do comércio internacional e do pagamento das dívidas externas.

2. Sob o ponto de vista internacional, só a questão do Saar continua a preocupar vivamente a opinião pública: a restituição daquele território ao Reich constitui hoje um ponto de honra do programa do Partido Nacional-Socialista e nesse sentido tem-se realizado por toda a Alemanha uma intensa propaganda, que culminou nestes últimos dias com a manifestação monstro de Coblenz, na qual o chanceler dirigiu a palavra a mais de trezentas mil pessoas.

3. O problema do desarmamento passou ao segundo plano. As relações com a Áustria, depois do fracasso do golpe de 25 de julho e do clamor da imprensa do mundo inteiro, tendem a melhorar: vários atos do governo alemão e, sobretudo, a nomeação do vice-chanceler von Papen para ministro em Viena, denotam o seu desejo de seguir uma política de reconciliação. Nada parece indicar, pelo menos por agora, um recrudescimento da campanha nacional-socialista contra o atual governo austríaco.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor J[osé] C[arlos] de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 SET. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Mês político.

N. 136

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 30 de setembro de 1934.

Senhor Ministro,

O corrente mês decorreu calmamente: nos domínios da política interna, o acontecimento de maior relevância foi a grande manifestação organizada em Nuremberg, por ocasião da reunião solene do congresso do Partido Nacional-Socialista; essa cerimônia, a que nesta segunda vez se associaram elementos da Reichswehr e da Liga dos Trabalhadores da Alemanha, teve o significado de uma imponente demonstração e de força e de prestígio do governo sobre as massas populares. Os discursos proferidos nessa ocasião pelo chanceler Adolf Hitler e pelos seus mais próximos colaboradores, diante de uma assistência de mais de meio milhão de pessoas, insistiram mais uma vez sobre as intenções pacíficas da Alemanha moderna e a necessidade do reconhecimento da igualdade de direitos como condição essencial para sua cooperação na política internacional da Europa. Estas mesmas considerações desenvolveu o chanceler no discurso hoje proferido em Bueckeberg, na festa de ação de graças pelas messes, ante um público de cerca de setecentos mil camponeses.

2. O problema religioso ou, mais exatamente, o profundo cisma da igreja evangélica alemã, ainda é objeto das mais sérias preocupações e não foi resolvido, como parecia, com a entronização solene do bispo Ludwig Mueller no caráter de “Bispo do Reich”, realizada em Berlim em meados do corrente mês: basta assinalar que os bispos protestantes de Hannover, Wuerttemberg e Baviera recusaram-se assistir à

cerimônia apesar das ameaças de suspensão feitas pelo chefe da igreja oficial; por outro lado, no mesmo dia e em todos os púlpitos da igreja confessional, os pastores leram a seus fiéis um protesto solene contra “os heréticos que desejam passar por cima das confissões e criar uma igreja nacional de caráter germânico”. Já se anuncia que numerosos pastores serão suspensos e outros presos. Não é mais tranquila a situação dos católicos alemães, cada vez mais exasperados com as medidas de violência tomadas pelo governo nacional-socialista contra suas associações de caráter religioso e contra vários órgãos de sua imprensa.

3. A situação financeira e econômica continua cada vez mais grave, ante o colapso das exportações, as constantes restrições das importações e as dificuldades para a aquisição de matérias-primas destinadas às indústrias alemãs: o dr. Schacht, diretor do Reichsbank e ministro interino da Economia Nacional, a quem o governo nacional-socialista outorgou poderes quase ditatoriais em matéria econômica e financeira, já anunciou a possibilidade de uma moratória para todas as dívidas externas alemãs.

4. Em matéria internacional, o governo alemão tem-se mantido em reserva e recusado associar-se às várias combinações e conchavos políticos patrocinados pela França, ora nos Bálcãs, ora nos países bálticos. No momento, só a questão do Saar tem em verdade uma profunda significação para a opinião pública: como já expliquei a Vossa Excelência em ofício anterior, a restituição daquele território ao Reich constitui hoje um ponto de honra do programa do Partido Nacional-Socialista e, nesse sentido, tem-se realizado ultimamente em toda a Alemanha uma intensa propaganda que culminou nos derradeiros dias do mês passado com a manifestação de Coblenz, na qual o chanceler, segundo os jornais, teria dirigido a palavra a mais de trezentas mil pessoas.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 28 OUT. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Nova Embaixada da Alemanha na Polônia.

N. 153

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 28 de outubro de 1934.

Senhor Ministro,

Conforme já se vinha anunciando desde algum tempo, as legações da Alemanha em Varsóvia e da Polônia em Berlim serão elevadas à categoria de embaixadas a partir do primeiro de novembro próximo. Serão promovidos nos respectivos postos seus atuais titulares: o dr. Józef Lipski, que desde agosto do ano passado representava a Polônia em Berlim e tomou parte ativa em todas as delicadas negociações de que resultou a aproximação político-comercial entre os dois países, e o dr. von Moltke, ministro do Reich em Varsóvia desde 1931 e que, de 1922 a 1924, fizera parte da comissão mista da Alta Silésia. Fica deste modo a Polônia incluída entre as grandes potências que mantêm embaixadores acreditados junto do governo do Reich, tendo sido a Rússia soviética a última a elevar a categoria de sua legação em Berlim, desde fevereiro do ano passado.

2. Com esta resolução dos dois governos, fica elevado a dez o número dos embaixadores da Alemanha: Londres (von Hoesch); Paris (dr. Koester); Roma-Quirinal (von Hassel); Roma-Santa Sé (dr. von Bergen); Madri (conde von Welceck); Varsóvia (von Moltke); Moscou (conde von Schulenburg); Ankara (dr. von Rosenberg); Tóquio (dr. von Dirksen) e Washington (dr. Luther).

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor J[osé] C[arlos] de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 OUT. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Mês político.

N. 155

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de outubro de 1934.

Senhor Ministro,

O mês de outubro decorreu tranquilamente, sem que surgissem acontecimentos dignos de registro especial, quer nos domínios da política interna, quer na política exterior.

2. Continuam a circular rumores de profundas divergências entre os membros do triunvirato que atualmente governa a Alemanha, isto é, do chanceler Adolf Hitler, do general Goering e do dr. Joseph Goebbels; mas, aparentemente pelo menos, a situação é de calma e nada pressagia a tempestade que os boateiros vão anunciando como iminente. Em meados do corrente mês o governo, em reunião do gabinete, decretou que os ministros do Reich e dos “países”²⁰, bem como os prepostos do poder central (*Statthalters*) passariam a prestar um juramento de fidelidade pessoal e de obediência a “Adolf Hitler, *führer* do Reich e do povo alemão”: nos termos da lei, os ministros do Reich prestaram logo em seguida o novo juramento pessoal. Este ato parece constituir uma resposta aos constantes boatos de desinteligência entre os membros do gabinete: entretanto, não falta quem nele tenha descoberto mais uma prova de pouca confiança na estabilidade do regime nacional-socialista e da periclitante solidariedade de seus membros.

3. A situação econômica e financeira é cada vez mais grave: em dois discursos proferidos durante o corrente mês de outubro, o dr. Schacht tem voltado a insistir sobre o usado tema da impossibilidade em que a Alemanha se encontra de pagar suas dívidas, enquanto não alargar o campo de suas exportações. Por outro lado, não tem surtido o desejado efeito as medidas drásticas ultimamente adotadas pelo governo para evitar a evasão do pouco ouro ainda existente na Alemanha e para reerguer o comércio exterior da profunda anemia em que se

20 N.E. – As *Länder* eram a subdivisão regional da República de Weimar e as aspas do português exprimem a dúvida do autor quanto ao termo a utilizar na tradução. O novo sistema de governo não lhes dera nova denominação, fosse região, província ou estado. O vocábulo se consolidou na língua alemã e continua a designar a subdivisão política da República Federal da Alemanha.

encontra. Ainda agora, nos termos de recente decreto, ninguém poderá ir para o estrangeiro levando consigo mais de dez marcos (ou seja, pouco mais de 50\$ de nossa moeda), salvo autorização especial concedida pela polícia; os próprios emigrantes, que podiam obter até dois mil marcos em moeda estrangeira, só em casos excepcionais poderão agora abandonar a Alemanha com aquela soma.

4. A luta religiosa surgida entre o protestantismo ortodoxo e o governo nacional-socialista assumiu, nestes últimos dias, uma feição inesperada: parece que o governo, temeroso de agravar o cisma aberto dentro da igreja evangélica alemã pelos processos violentos inaugurados pelo dr. Jaeger, administrador jurídico da igreja protestante do Reich, resolveu mudar de tática. É o que se depreende da inesperada demissão do dr. Jaeger de seu alto cargo e do adiamento, por várias vezes, da cerimônia do juramento do dr. Mueller no caráter de bispo do Reich, cerimônia que importaria na consagração definitiva da existência e da autoridade da igreja protestante oficial. A crise, entretanto, persiste, não só porque os protestantes ortodoxos continuam a combater publicamente a criação de uma igreja oficial nacional-socialista, chegando mesmo a aconselhar aos fiéis o não pagamento do imposto do culto aos agentes do fisco, como também porque o governo, pelo seu lado, parece não estar disposto a abrir mão de sua pretensão, tantas vezes manifestada e apregoada pelos doutrinários do regime, de um só povo, de um só Estado, de uma só igreja, povo definitivamente unificado no Estado e no seio de uma igreja puramente germânica: povo, Estado e igreja sujeitos ao *führer*, transformado assim em chefe único militar, político e espiritual da nação alemã. Continuará o chanceler Adolf Hitler a cobrir com sua autoridade o bispo da igreja oficial, que os protestantes ortodoxos apelidam de “usurpador, herético, instrumento de Satanás”; ou acabará por abandoná-lo, deixando malograr-se a tentativa da unificação do protestantismo alemão sob a dependência e tutela do Estado nacional-socialista?

5. Em matéria de política internacional, pode-se dizer que a questão do Saar continua a formar a principal preocupação da Alemanha inteira, cuja opinião pública acompanha com o maior interesse e com um certo nervosismo todas as medidas que vão sendo adotadas em Genebra para assegurar toda a liberdade do plebiscito de 13 de janeiro próximo: é intensa a propaganda em favor da restituição daquele território à Alemanha, multiplicando-se por toda a parte os discursos,

conferências, cerimônias cívicas e manifestações públicas de toda a sorte.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor J[osé] C[arlos] de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 3 NOV. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] A crise da imprensa alemã.

N. 159

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 3 de novembro de 1934.

Senhor Ministro,

A aplicação das severas disposições da nova Lei de Imprensa, de que já tive a honra de remeter a Vossa Excelência um exemplar acompanhado de ligeiras considerações, e, por outro lado, a rigorosa censura a que, desde os primeiros dias do regime nacional-socialista, estão sujeitos todos os jornais e publicações periódicas da Alemanha, têm ocasionado o desaparecimento de vários órgãos tradicionais e ameaçado outros, cuja existência se vai arrastando no seio de um Estado cujos partidos históricos desapareceram sem vestígio, submergidos pela maré montante das novas instituições. Há meses a *Vossische Zeitung*, cuja história está tão intimamente ligada à vida política da Alemanha, anunciou sua suspensão definitiva. O *Bayrischer Kurier*, durante longos anos órgão do Partido Popular Bávaro, que dominou na Baviera até o advento do nacional-socialismo, deixou de aparecer desde o dia 1º do corrente. Também se anuncia o desaparecimento do *Tag*, órgão do senhor Hugenberg; sua existência não mais se justifica, depois da dissolução do Partido Nacional Alemão de que por muitos anos foi o órgão doutrinário: seus assinantes, segundo aviso publicado, passarão a receber, em substituição, o *Lokal Anzeiger*; mas já, a esse propósito, a casa editora oficial nacional-socialista Franz Eher protestou contra a anunciada substituição que, na sua opinião, equivale à criação de um

novo jornal; e a fundação de novos jornais é proibida pelas atuais leis alemãs. O futuro da *Deutsche Allgemeine Zeitung* é incerto e depende de decisão a ser tomada dentro em breve pelo dr. Edmond Stinnes, seu principal acionista. A *Deutsche Zeitung*, propriedade do senhor Walter Darré, ministro de Abastecimento, só aparece pela manhã, tendo-se visto na contingência de suprimir, por motivos de economia, sua edição vespertina. A *Frankfurter Zeitung*, já tendo mudado de proprietário há cerca de um ano, encontra-se igualmente em dificuldades, pois se diz que seu principal acionista, os estabelecimentos I. G. Farben, recusa fornecer os capitais necessários à sua publicação. Sabe-se que a conhecida *Koelnische Zeitung*, para poder viver, fundiu-se ultimamente com um outro jornal de Colônia, o *Koelnischer Stadtanzeiger*. A *Sueddeutsch Zeitung*, de Munique, a *Chemnitzer Allgemeine Zeitung* e a *Schlesische Zeitung*, de Breslau, que já transpôs o centenário, estão igualmente ameaçadas de desaparecimento.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor J[osé] C[arlos] de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 3 NOV. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Calendário do Saar.

N. 160

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 3 de novembro de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência os dois inclusos exemplares do chamado “Calendário do Saar”, mandado editar pelo governo alemão como um meio de propaganda em favor dos direitos que lhe assistem à restituição daquele território. Como Vossa Excelência verá, esse calendário é formado de cem folhas a serem destacadas durante os cem dias que vão do 6 de outubro último ao 13 de janeiro próximo, data do plebiscito previsto pelo Tratado de Versalhes:

cada uma destas folhas é ilustrada com fotografias, notícias históricas, dados estatísticos, fac-símiles de mapas do território do Saar. É de um marco o preço de cada exemplar do “Calendário do Saar”, do qual já foram vendidos em todas as cidades de Alemanha vários milhões de exemplares.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor J[osé] C[arlos] de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 DEZ. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Mês político.

N. 170

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 30 de dezembro de 1934.

Senhor Ministro,

Como o anterior, decorreu o mês de novembro sem sucessos políticos de maior importância, quer nos domínios da política exterior, quer da política interna.

2. À medida que se aproxima o plebiscito no território do Saar, intensifica-se na Alemanha a campanha em favor da restituição daquele território ao Reich. No começo deste mês, a opinião pública mostrou-se particularmente excitada com as anunciadas disposições militares que a França se julgava com o direito de adotar no caso de perturbação da ordem naquele território; mas, a violenta campanha da imprensa alemã levantada por essa ocasião, cessou por completo, depois das tranquilizadoras declarações feitas publicamente pelo ministro das Relações Exteriores da França. Tudo faz crer que o plebiscito se realizará na data indicada, nas condições de calma e dignidade que requer um ato popular daquela significação. Nada faz prever a possibilidade da irrupção de forças armadas alemãs, como se anunciou, nem há motivos para acreditar que a França se veja, por seu lado, na obrigação de intervir militarmente, seja para assegurar a ordem, seja para garantir a

liberdade de voto no Saar, em 13 de janeiro de 1935. Espera-se que a Liga das Nações, nos primeiros dias de dezembro, tenha resolvido em definitivo sobre as medidas de diferente natureza a serem adotadas no Saar antes, durante e depois do plebiscito, em qualquer das três hipóteses previstas no Tratado de Versalhes, isto é, anexação à França, ou à Alemanha, ou manutenção do *status quo*.

3. A situação econômica, conquanto grave, manifestou uma ligeira melhoria: pela primeira vez desde março do corrente ano, o comércio exterior alemão acusou um excedente de exportações sobre as importações no valor de 16.400.000 marcos. Com a aproximação do inverno, tem-se intensificado a luta em favor das classes pobres. Para impedir a elevação dos preços dos artigos de primeira necessidade, o governo nomeou um comissário especial que, nestes últimos, dias foi forçado a adotar medidas drásticas, tais como o fechamento de açougues e padarias em várias cidades da Alemanha.

4. Quanto ao problema religioso, parece que o governo julgou mais prudente não tomar partido na luta suscitada entre a igreja confessional e a igreja protestante oficial, nacional-socialista. Segundo as escassas informações publicadas, prosseguem ativamente as negociações entre as autoridades eclesiásticas do governo e os membros do episcopado alemão, adversários de qualquer ingerência oficial nos domínios da igreja nacional. Há quem afirme que a aproximação do plebiscito do Saar tem concorrido para este aparente desejo de conciliação, tão em contraste com a intransigência anterior. De qualquer maneira, seria prematuro dar-se por concluída a pacificação e unificação da igreja evangélica alemã.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor J[osé] C[arlos] de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 DEZ. 1934 • AHI 04/03/02

[Índice:] Mês político.

N. 182

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de dezembro de 1934.

Senhor Ministro,

Neste derradeiro mês do ano, as atenções do país estiveram plenamente voltadas para os preparativos em torno do plebiscito a realizar-se no território do Saar, em 13 de janeiro próximo. Desde os primeiros dias de novembro último, a Liga das Nações mostrou-se empenhada na delicada tarefa de prever em seus menores detalhes a solução dos vários problemas econômicos e financeiros que surgiriam infalivelmente no dia seguinte ao do escrutínio, qualquer que fosse o seu resultado. Uma comissão de três membros do Conselho da Liga das Nações, reunida em Roma em princípios do corrente mês, conseguiu, depois de longas e laboriosas negociações, chegar a um acordo baseado na hipótese de uma decisão popular favorável à Alemanha, e cujas cláusulas foram logo aceitas tanto pelo governo da França como da Alemanha. A este ato de grande significação internacional neste momento seguiu-se um outro, que concorreu poderosamente para tranquilizar a opinião pública europeia: a decisão tomada pelo Conselho da Liga das Nações de confiar a manutenção da ordem pública no território do Saar, durante o plebiscito, a uma força internacional composta de contingentes militares fornecidos pela Inglaterra, Itália, Holanda e Suécia. A notícia deste ato de cooperação internacional, sem a participação das forças militares quer da França, quer da Alemanha, foi recebida aqui com tanto mais agrado quanto ainda há um mês se levantara na imprensa uma violenta campanha contra a França, a cujo governo se atribuía a intenção de fazer aquele serviço de polícia com forças militares francesas, que seriam postas, em caso de necessidade, à disposição da comissão governativa do território do Saar.

2. O problema religioso encontra-se em ponto morto: por conveniências de oportunidade política, o governo tem afetado, nestes últimos tempos, um desinteresse pelo conflito entre a igreja oficial e os pastores da igreja confessional, e uma neutralidade entre os dois grupos de luta, que contrastam singularmente com sua primitiva intransigência. É de presumir que o problema volte novamente à tona, depois do plebiscito.

3. Enquanto isto, prossegue o governo nacional-socialista em sua obra lenta de reconstrução econômica e financeira: durante o corrente mês, foram aprovadas várias leis, entre as quais a da reforma bancária, da autoria do dr. Schacht, ministro da Economia e diretor do Reichsbank; outras limitam o dividendo das sociedades anônimas a 6%; fixam em cinquenta anos o prazo de proteção legal dos direitos autorais sobre a propriedade artística e literária; estendem aos preços dos produtos industriais o regime de fiscalização exercido pelo governo sobre os preços dos gêneros de primeira necessidade e reduzem a 12 as 21 bolsas de títulos existentes na Alemanha, subsistindo apenas as de Berlim, Breslau, Düsseldorf, Frankfurt-sobre-o-Meno, Hannover, Hamburgo, Leipzig, Munique e Stuttgart. Enfim, uma lei há muito tempo anunciada regula o executivo judicial, protegendo os devedores contra os excessos de rigor de seus credores; em certos casos, os tribunais serão chamados a julgar sobre a suspensão do pleito iniciado a pedido do próprio devedor.

4. As reformas administrativas, tendo em vista a centralização nacional, vão-se também operando progressivamente: o dr. Guertner, ministro da Justiça, tomou as medidas necessárias para que a centralização da administração judiciária alemã se realizasse a partir do 1º de janeiro de 1935. Para a maior parte dos antigos “estados” do Reich a soberania judiciária, a partir daquela data, será transferida para o poder central, já tendo sido nomeados comissários especiais para prepararem a transmissão definitiva da autoridade judiciária dos poderes locais para o poder central.

5. A situação interna é de relativa tranquilidade apesar dos boatos de profundas divergências entre os altos membros do governo e das medidas de repressão de quando em quando tomadas contra determinadas figuras de prestígio do Partido Nacional-Socialista. Em conversações, ouve-se frequentes alusões às rivalidades entre o elemento militar propriamente dito e as milícias hitlerianas, bem como à hostilidade crescente entre os elementos conservadores, prestigiados pela política econômica e financeira inaugurada e proseguida [sic] com pulso de ferro pelo dr. Schacht, e os elementos da esquerda, formados pelos teóricos e doutrinários do Partido Nacional-Socialista, cujas tendências socializantes têm sido ou vão sendo sistematicamente postas de parte pelo diretor do Reichsbank, com o apoio do chanceler Adolf Hitler.

6. Sob o ponto de vista econômico, merece apenas registro o

fato de que o comércio exterior da Alemanha em novembro acusou um ligeiro excedente nas exportações que atingiram 355 milhões de marcos. Comparados com o mês de outubro, as importações aumentaram de 3,7 milhões de marcos e as exportações diminuíram de 10,2 milhões de marcos, de maneira que o saldo da balança comercial em novembro é inferior ao mês de outubro último.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



1935

OFÍCIO • 31 JAN. 1935 • AHI 04/03/02

[Índice:] Mês político.

N. 8

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de janeiro de 1935.

Senhor Ministro,

O plebiscito do Saar realizado a 13 do corrente constituiu o acontecimento máximo do mês que acaba de passar e seu resultado representou uma estrondosa e indiscutida vitória para a Alemanha e para o governo nacional-socialista, que saem ambos prestigiados e fortalecidos ante a opinião pública internacional. Só com o tempo se poderá apreciar devidamente as repercussões do resultado dessa consulta popular, quer sobre a política interna, quer sobre a política exterior deste país. Segundo as cifras oficiais, sobre 539.541 eleitores inscritos, votaram 528.005. Destes, 477.119, isto é, 90,36%, pronunciaram-se pela volta à Alemanha; 43.513, isto é, 8,81%, votaram pela manutenção do *status quo*; 2.124, isto é, 0,40%, manifestaram-se em favor da união à França, havendo, além disto, 2.249 boletins nulos. Estes resultados excederam a expectativa do próprio governo nacional-socialista que, apesar de todos os recursos de uma tenaz e engenhosa propaganda, chegou a temer a ação dos partidários do *statu quo*, que especulavam abertamente sobre vários elementos flutuantes da população do território e, sobretudo, se serviam com habilidade das dissensões políticas dos vários agrupamentos alemães do Saar. Por fim, falou mais alto o sentimento nacional e, na hora decisiva da votação, quaisquer que fossem suas convicções políticas ou crenças religiosas, mais de noventa por cento da população cumpriu honradamente seu dever patriótico. Da possibilidade da união do território à França, nunca se cogitou aqui seriamente: toda a gente sabia que nunca passara de uma grosseira balela a afirmação de Clemenceau ao presidente Wilson, em 1919, da existência de uma minoria de 150.000 franceses no território do Saar, afirmação lançada com o único objetivo de conseguir a criação do estatuto provisório que regeu aquele território desde 1919 até 13 do corrente. Como consequência lógica dos resultados insofismáveis do escrutínio, o “Comitê dos Três” resolveu imediatamente propor ao Conselho da Liga das Nações a restituição ao Reich do território: foi logo decidido que a transferência da soberania se operaria no próximo dia 1º de março. No discurso proferido depois de conhecido o resultado do ato eleitoral, o chanceler Adolf

Hitler voltou a declarar que, com a liquidação da questão do Saar, tinham desaparecido todas as divergências territoriais entre a França e a Alemanha, o que importa em uma nova e formal renúncia a toda e qualquer reivindicação no tocante à Alsácia-Lorena. Essas declarações, comentadas por toda a imprensa europeia, fizeram nascer a esperança de que se produziriam mudanças fundamentais na diretriz da política internacional alemã: esperou-se mesmo que durante as celebrações comemorativas do segundo aniversário do governo nacional-socialista, no dia 30 do corrente, fossem feitas declarações sensacionais sobre os vários problemas europeus do momento. Dissiparam-se todas as esperanças, não sendo, entretanto, de estranhar que os homens públicos da Alemanha se tenham deliberadamente absterido de quaisquer manifestações públicas sobre as questões internacionais do momento antes de conhecido[j] os resultados das conversações franco-britânicas, que terão lugar em Londres a partir de amanhã.

2. A situação financeira acusa uma ligeira melhoria: as rendas fiscais, por exemplo, elevaram-se em dezembro de 1934 a 766 milhões de marcos, contra 621 milhões em dezembro de 1933. Nos nove primeiros meses do exercício orçamentário de 1934 elas foram de 6.093 milhões de marcos, contra 5.148 milhões no mesmo período de 1933. O ministro das Finanças acredita que as rendas fiscais atingirão – no fim do ano orçamentário, isto é, em 1º de abril próximo –, 8.100 milhões de marcos, excedendo de mais de um bilhão de marcos as previsões, que eram de 7.078 milhões. A situação econômica não pode ser encarada com otimismo: as importações alemãs elevaram-se em dezembro de 1934 a 399 milhões de marcos, contra 345 milhões em novembro. As exportações atingiram a 354 milhões de marcos, contra 356 milhões. Registra-se assim um déficit de 45 milhões de marcos na balança comercial, que acusara um ligeiro salto nos meses anteriores, como já tive ocasião de informar a Vossa Excelência. O aumento sensível das importações em dezembro recaiu sobretudo sobre as matérias-primas (26 milhões) e produtos alimentícios (19 milhões). Um comentário otimista do Ministério do Comércio sublinha que as exportações de dezembro se mantiveram ligeiramente acima da média do ano, que é de 347 milhões de marcos; quanto ao aumento das importações de artigos alimentícios, ele tem sua explicação no fato de que os produtos agrícolas são sempre adquiridos em maiores quantidades no fim de cada ano em virtude do inverno, enquanto que o aumento de importações de matérias-primas [ê] atribuível à circunstância de ainda

não se encontrar em pleno funcionamento o plano do dr. Schacht. Para o conjunto do ano de 1934, as importações foram de 4.451 milhões de marcos, enquanto as exportações elevaram-se a 4.167 milhões, registrando-se um déficit de 284 milhões de marcos na balança comercial.

3. Prossegue lentamente a obra de unificação do Reich: vão sendo pouco a pouco eliminadas todas as veleidades de separatismo e regionalismo, e dentro em breve terá o governo nacional-socialista realizado a ingente tarefa de consolidação nacional, que por si só bastaria para recomendar o atual movimento revolucionário à gratidão da Alemanha inteira. Foram publicadas há dias novas leis, que regulam e ampliam as atribuições dos *Statthaltern* (delegados do poder central) e que colocam as comunas sob a fiscalização do poder central e do Partido Nacional-Socialista. Em discurso proferido pelo dr. Frick, ministro do Interior, foi mais uma vez declarado que, graças à mentalidade fundamentalmente nacional-socialista do povo alemão, o Reich no decorrer do ano de 1935 aparecerá ante o mundo perfeitamente unificado e apto a realizar seus grandes destinos históricos.

4. Continua incerta a situação da igreja evangélica do Reich: não parecem ter surtido os efeitos desejados as últimas negociações entre os grupos em luta, a igreja oficial e o sínodo dissidente. É certo que a igreja oficial ainda está sob a direção do bispo Müller parecendo contar, por este fato, com a proteção do governo, mas sua autoridade e prestígio sobre a massa religiosa vão diminuindo dia a dia. O sínodo dissidente dispõe de dez vezes mais pastores e as adesões chegam-lhe de toda a parte: ainda agora a igreja de Schaumburg-Lippe ligou-se abertamente aos dissidentes e, só nas províncias renanas, 250 comunidades tiveram o mesmo procedimento. Os dirigentes políticos parecem manter uma estudada atitude de neutralidade, mas espera-se nova irrupção do conflito religioso depois da reincorporação do território do Saar, em 1º de março próximo. Um ministro do Reich, em discurso recente, fez uma alusão à possível separação da igreja do Estado: seria talvez o meio de assegurar a independência da igreja protestante, ciosa de seus direitos e prerrogativas seculares, em face de um Estado autoritário e absorvente como o nacional-socialista. Mas são tão íntimos e estreitos os laços existentes, através de longa tradição entre o Estado alemão e a igreja luterana, que dificilmente seriam rompidos mediante simples decreto do governo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 4 FEV. 1935 • AHI 04/03/02

[Índice:] A crise da imprensa alemã.

N. 12

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 4 de fevereiro de 1935.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 159, de 3 de novembro último (crise da imprensa alemã), tenho agora a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência certas informações que vêm confirmar o que foi dito naquele ofício. A partir de 1º de fevereiro, *Der Deutsche*, jornal da Frente do Trabalho, dirigido pelo dr. Roberto Ley e editado pela firma Franz Eher, foi transformado num hebdomadário. Também se espera, salvo circunstâncias imprevistas, a desapareição, em 31 de março próximo, do tradicional *Berliner Tageblatt*. Enquanto isto, as estatísticas ultimamente publicadas acusam um sensível declínio na produção literária na Alemanha. Em 1933, o número de livros e periódicos saídos das tipografias alemãs não alcançou senão um valor de 650 a 700 milhões de marcos, o que significa uma diminuição de 50% em relação a 1930. De 1924 a 1929, época particularmente favorável aos livreiros alemães, o valor anual desta produção se tinha elevado a uma soma superior a um bilhão de marcos (Mk. 1.2000.000.000). Paralelamente ao declínio do valor em 1933, o número de pessoas empregadas na indústria tipográfica caiu de 236.335 a 184.288, o que significa uma diminuição de 22% em relação a 1930. Em virtude das modificações introduzidas no regime interno dos jornais alemães pelo governo nacional-socialista, a cifra global dos negócios da indústria tipográfica acusa um déficit de cerca de 84 milhões de marcos. Mais de 600 periódicos desapareceram, sem contar os jornais e revistas dos partidos de esquerda. A desapareição dos jornais acarreta em geral a falência das empresas tipográficas e a despedida de operários e pessoal de redação: declarada a suspensão,

difícilmente encontram-se compradores para as máquinas tipográficas que, adquiridas originalmente por 20.000 marcos, chegam a ser oferecidas, sem compradores, por 500 marcos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 MAR. 1935 • AHI 04/03/02

[Índice:] A conscrição militar na Alemanha.

N. 38 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 23 de março de 1935.

Senhor Ministro,

O governo alemão promulgou, no dia 16 do corrente, uma lei restabelecendo o serviço militar obrigatório e fixando o efetivo do novo exército em 12 corpos e 36 divisões. Embora seja, ainda, ignorado qual será o efetivo de cada divisão, calcula-se em 400.000 homens o efetivo total do exército.

2. A notícia da reintrodução da conscrição militar foi recebida em todo o país com manifestações de regozijo e mesmo com entusiasmo delirante em muitas cidades do Reich.

3. Com a conscrição militar obrigatória e com a criação de sua aviação de guerra, repudia a Alemanha as cláusulas militares do Tratado de Versalhes, que ela vinha transgredindo veladamente, mas que já agora declara, ostensivamente, não cumprir.

4. O decreto de 16 de março, importando na liquidação do Tratado de Versalhes, torna ainda mais latente o problema das reivindicações territoriais, e é sob este aspecto, sobretudo, que ele deve interessar. Não devo deixar de assinalar a circunstância de que a nova lei foi divulgada dois dias após a resolução da França de elevar de 1 para 2 anos o tempo de serviço militar de seus recrutas. Tem este fato grande significação, pois, a Alemanha pretende justificar suas últimas medidas

militares no fato de que o Tratado de Versalhes não foi cumprido por parte de vários Estados signatários, no que concerne ao desarmamento.

5. Cumpre-me ainda levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a visita a esta capital de sir John Simon, anunciada para a próxima semana, é aguardada com a maior ansiedade aqui, pois, ao que parece, da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha está dependendo a atitude que deverão assumir, com relação à conscrição militar alemã, as grandes potências signatárias do tratado de paz.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A.D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 MAR. 1935 • AHI 04/03/02

[Índice:] A reintegração do Saar no território alemão.

N. 40 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 23 de março de 1935.

Senhor Ministro,

De acordo com a decisão do Conselho da Sociedade das Nações, em sua reunião de 17 de janeiro último, o território do Saar foi incorporado à Alemanha no dia 1º do corrente mês.

2. O governo nacional-socialista, após a memorável vitória alcançada no plebiscito de 13 daquele mês, havia organizado um grandioso programa para festejar a entrega do território. Este programa, cuja execução durou três dias, foi realizado em todas as cidades alemãs e atraiu para o Saar cerca de 200 mil pessoas.

3. Em Saarbrücken, estiveram não só o chanceler, como todos os principais chefes do Partido Nacional-Socialista que, em discursos patrióticos, adjudicaram ao seu partido uma grande parte da vitória.

2. A entrega do território às autoridades alemãs decorreu sem incidentes dignos de nota. O Saar constituirá, sob o ponto de vista go-

vernamental, uma divisão administrativa separada, com a denominação de Saarland, tendo sido nomeado o senhor Buerckel, comissário do Reich. Politicamente, fará parte da nova organização do partido nazista, sob a denominação de *Saarpfalz*.

3. Sob o ponto de vista econômico, o Saar será submetido, durante seis meses, a um regime especial, ainda em elaboração. Sabe-se, porém, desde já, que o Saar não poderá exportar para a Alemanha produtos agrícolas de origem francesa adquiridos por preços inferiores aos produtos agrícolas alemães.

4. Com a solução de 1º do corrente, desapareceu a principal causa de discórdia entre a França e a Alemanha. Sob o ponto de vista geral, porém, a conquista do Saar não fez senão avivar no espírito do povo a ideia de que ainda é possível reivindicar outros territórios perdidos em virtude do Tratado de Versalhes.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 MAI. 1935 • AHI 04/03/03

[Índice:] Situação econômica da Alemanha.

N. 66

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 20 de maio de 1935.

Senhor Ministro,

A *Reichskreditgesellschaft*, que é um dos bancos de crédito mais importantes deste país, acaba de dar à publicidade o seu relatório correspondente ao ano de 1934, contendo interessantes dados sobre a economia alemã.

2. Pelo confronto das estatísticas publicadas em 1933 com as de agora, verifica-se que o progresso econômico iniciado em 1933 ainda mais se acentuou em 1934, particularmente, nos primeiros seis meses deste último ano, e este progresso é atribuído geralmente às me-

didadas tomadas pelo governo criando novas possibilidades de trabalho e forçando a economia privada a novas iniciativas.

3. De fato, as indústrias alemãs, em geral, apresentaram notável progresso em 1934 e saíram do marasmo em que permaneciam, porém, é fora de dúvida que as obras públicas foram o fator principal deste progresso. A construção de sete mil quilômetros de estradas de rodagem, com inúmeras obras de arte, projetada pelo governo para os anos de 1934 a 1939, ocupa cerca de cem mil operários. As indústrias de construções recebem diariamente encomendas vultosas.

4. Não só com a construção de estradas tem o governo auxiliado as indústrias alemãs; o auxílio representado pela redução nos impostos e outras contribuições devidas pelas fábricas não foi menos importante. O auxílio em forma de subvenção do Estado também não faltou, em alguns casos.

5. Do exame do relatório da *Reichskreditgesellschaft* verifica-se um grande aumento na construção privada. Em 1933, foram construídas 178 mil casas, contra 300 mil em 1934 e este número se espera venha a crescer no corrente ano, devido às grandes provisões de matéria-prima existentes. O consumo de maquinismos passou de um bilhão e 100 mil marcos em 1933 a um bilhão e 700 mil marcos em 1934, quando a indústria de automóveis teve um dos seus melhores anos. O número de caminhões postos em circulação aumentou de cento por cento, com relação a 1933, e o de automóveis para passageiros de 60 por cento.

6. Com o aumento do volume total da produção, também o tráfego apresentou grande desenvolvimento em 1934. As estatísticas das estradas de ferro acusam no 3º trimestre de 1934 um aumento de 25%, sobre igual período de 1933. A venda de passagens nas linhas férreas do Estado passou de 2.925 milhões de marcos, em 1933 a 3.270 milhões, em 1934.

7. A produção agrícola decresceu em 1934, devido ao tempo desfavorável. A colheita de cereais foi consideravelmente menor e teve como consequência o aumento da importação. A penúria das pastagens, que pode ser atribuída à má colheita, determinou notável aumento na importação de laticínios. O índice do custo da vida passou, em consequência, de 118, em 1933 para 125, em 1934.

8. No que concerne ao comércio exterior, o ano de 1934 apresenta importantes alterações. Cresceu a importação de matérias-primas e diminuiu a exportação. A balança internacional apresentou, assim, um saldo passivo e diminuíram as divisas em proporção alarmante,

bem como o encaixe ouro do Reichsbank. A carência de divisas forçou o governo a controlar a importação e a fixar preços para as mercadorias importadas. Nenhuma transação se faz sem que o importador alemão obtenha, previamente, um certificado de divisas correspondente. Em virtude destas medidas do governo, que tanto vem prejudicando o comércio exportador do Brasil e de outros países, os negócios por compensação de divisas são hoje os únicos realizáveis.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 3 JUN. 1935 • AHI 04/03/03

[Índice:] Discurso do chanceler, chefe do governo.

N. 79

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 3 de junho de 1935.

Senhor Ministro,

No dia 21 de maio último reuniu-se o Reichstag, convocado especialmente para ouvir o discurso do chanceler e chefe do governo, o qual, conforme fora amplamente divulgado, deveria fazer importantes declarações sobre o desenvolvimento da política de paz continental.

2. O discurso pronunciado, então, por Hitler foi o acontecimento político de maior relevância no decorrer dos últimos meses. O chanceler definiu com precisão a posição da Alemanha diante da declaração franco-britânica de 3 de fevereiro último, do problema da limitação dos armamentos e da organização da segurança pelo sistema de pactos regionais destinados a garantir a paz na Europa Central e Oriental.

3. Hitler, mais uma vez, confirmou suas precedentes declarações divulgadas por ocasião da visita a Berlim de sir John Simon e do senhor Anthony Eden. Reafirmando seus vivos propósitos de paz e seu desejo de cooperação, Hitler justificou a orientação política do

Reich, que ele sabe tão mal interpretada fora da Alemanha, e define a atitude do governo nacional-socialista diante das controvérsias internacionais mais em foco.

4. A resolução do Conselho da Sociedade das Nações, que condenou o rearmamento da Alemanha como contrário ao capítulo V do Tratado de Versalhes, ocupa uma boa parte do discurso do chanceler. Hitler declarou então que a Alemanha se desligou unilateralmente das obrigações militares do tratado de paz, porque os demais Estados signatários não cumpriram seus compromissos com relação ao desarmamento.

5. Outro trecho interessante do discurso do chanceler é o que se refere à zona desmilitarizada da Renânia onde ele alude à concentração de tropas “do outro lado”, capaz de prejudicar os esforços empreendidos pela Alemanha a fim de respeitar a zona desmilitarizada.

6. O discurso do chefe do governo, ao contrário do que se esperava, não trouxe nenhuma fórmula nova capaz de resolver o problema primordial na Europa, que é o da organização da paz continental. A Alemanha está disposta a participar em um sistema de cooperação coletiva para assegurar a paz, desde que no mesmo seja prevista a revisão dos tratados de acordo com a lei da evolução. A cooperação europeia não poderá, porém, basear-se em condições que representem qualquer imposição à Alemanha.

7. A conclusão, com os países vizinhos, de tratados de “não agressão”, contendo estipulações para o isolamento dos beligerantes, e à [sic] localização dos conflitos, é também prevista nas declarações do chanceler, assim como a conclusão de um pacto aéreo em complemento do de Locarno. A paridade das forças aéreas da Alemanha com as das grandes potências, a limitação da marinha de guerra alemã em 35% do número total de unidades da frota britânica, a supressão dos bombardeios aéreos fora das zonas de combate, a limitação da tonelagem dos submarinos, são tantos outros pontos importantes do discurso do chanceler.

8. Sob o ponto de vista da paz continental, nenhum trecho do discurso de Hitler apresenta, porém, maior interesse do que aquele em que ele declara que a Alemanha renuncia definitivamente à Alsácia-Lorena e onde ele afirma que, após a solução da questão do Saar, nenhuma questão territorial existe mais entre a França e a Alemanha.

9. No discurso do chanceler há longas referências à situação criada na Alemanha em consequência da aplicação das cláusulas eco-

nômicas e militares do Tratado de Versalhes. A luta contra o comunismo também ocupa uma boa parte do discurso. Declarou Hitler que as insurreições e revoluções comunistas que surgiram na Alemanha foram todas preparadas, moral e materialmente, pelo bolchevismo mundial e seus chefes mais eminentes foram festejados e cumulados de honras na Rússia e até mesmo nomeados comandantes do exército russo.

10. Sobre a grande tarefa da organização da paz, o discurso do chefe do governo, se não traz nenhuma fórmula nova, deixa, entretanto, o campo aberto a toda a sorte de negociações. Nestas, a Alemanha participará em situação de igualdade de direito com as demais potências interessadas.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 17 JUN. 1935 • AHI 04/03/03

[Índice:] Comércio exterior alemão.

N. 87

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 17 de junho de 1935.

Senhor Ministro,

O desenvolvimento desfavorável do intercâmbio comercial da Alemanha, nos meses de janeiro a novembro de 1934, fez com que o governo submetesse o comércio exterior a uma reforma fundamental. Esse comércio assenta, hoje, sobre bases completamente novas: nenhuma importação se faz sem que, previamente, seja examinada a sua necessidade por uma das muitas repartições de controle criadas pelo decreto de setembro de 1934, e sem que o Ministério da Economia se manifeste sobre a possibilidade de seu pagamento.

2. As repartições encarregadas do controle das importações conseguiram reduzir a entrada de uma série de artigos, que antes eram introduzidos em excesso. Em virtude dessas restrições, a balança in-

ternacional alemã não apresenta, hoje, as cifras alarmantes dos nove primeiros meses do ano findo.

5. As importações dos gêneros de primeira necessidade são submetidas a um exame rigoroso pelas repartições especializadas do Ministério da Alimentação. Estas repartições examinam os estoques existentes, a necessidade do produto a importar e, principalmente, a conveniência ou não de sua introdução sob o ponto de vista da higiene pública.

6. As importações de matérias-primas indispensáveis à indústria estão sujeitas, igualmente, a um rigoroso controle. Este controle vem apresentando os melhores resultados e, já hoje, está afastado o perigo da paralisação das fábricas por falta de matérias-primas. As repartições de controle têm como principal objetivo examinar o grau de urgência das mercadorias a importar. As licenças de importação são sempre concedidas, de preferência, para mercadorias consideradas de primeira necessidade para a economia nacional.

7. Às repartições do Ministério da Economia cabe o exame dos pedidos de importação sob o ponto de vista do seu pagamento. A possibilidade da concessão de divisas é examinada, em cada caso, conforme a situação comercial da Alemanha com relação ao país d'onde procede a mercadoria.

8. A balança comercial apresentou melhoria logo nos primeiros meses de execução do vasto plano de reformas elaboradas pelo governo, a fim de vencer a crise das exportações. Parte principal do programa, diversos acordos comerciais foram celebrados sob a base da reciprocidade. Os negócios chamados “por compensação” se vão multiplicando e, atualmente, a Alemanha adquire a maior parte das matérias primas de que carece sua indústria aos países consumidores dos seus produtos manufaturados.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 JUL. 1935 • AHI 04/03/03

[Índice:] Reservado. Acordo naval anglo-germânico.

N. 105

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 8 de julho de 1935.

Senhor Ministro,

O acordo naval que, durante uma quinzena, foi o objeto de negociações entre os peritos navais britânicos e alemães, foi assinado em Londres no dia 18 de junho último. O texto do acordo que revestiu a forma de uma simples troca de notas entre sir Samuel Hoare, secretário de Estado no Foreign Office, e o senhor von Ribbentrop, chefe da delegação alemã e representante do chanceler do Reich para as questões relativas a armamentos, foi dado à publicidade naquela mesma data.

2. Os pontos principais do acordo são os seguintes: a força naval alemã, com relação à força naval britânica, guardará a proporção de 35 para 100, em relação permanente, que nunca poderá ser excedida pela Alemanha; esta proporção será mantida independentemente do aumento do poder naval de outros Estados, reservando-se, porém, a Alemanha o direito de convidar o governo britânico a examinar a situação que possa resultar de um aumento desproporcional de outras marinhas de guerra; o governo alemão adotará, a fim de estabelecer a proporção acordada, o sistema de limitação dos navios de guerra pelas respectivas categorias.

3. Com relação aos submarinos, o governo alemão, mantida embora a proporção de 35 por cento com relação à tonelagem total dos seus navios, se reserva o direito de possuir uma tonelagem igual à tonelagem de submarinos da frota britânica.

4. O acordo naval com a Grã-Bretanha foi recebido com grande satisfação em toda a Alemanha, não só porque o mesmo pôs termo a uma velha rivalidade mas, sobretudo, porque a assinatura desse acordo importa na denúncia do Tratado de Versalhes por um dos seus principais signatários. Sob o ponto de vista da política interna, o acordo é apontado como o maior sucesso do sistema de acordos bilaterais adotado pelo atual chanceler e chefe do governo.

5. Sob um aspecto geral, porém, o acordo anglo-germânico, deixando liberdade de ação aos demais países do continente, provocará certamente uma nova corrida armamentista, com todas as suas trágicas

consequências. O acordo de 18 de junho não representa, assim, nenhum serviço à paz europeia.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 AGO. 1935 • AHI 04/03/03

[*Indive:*] O serviço do trabalho obrigatório na Alemanha.

N. 122

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 12 de agosto de 1935.

Senhor Ministro,

Entre as leis promulgadas recentemente por este governo, devo destacar a que criou o serviço do trabalho obrigatório. A nova lei determina que o serviço do trabalho é obrigatório para todos, tal como o serviço militar, e fixa em seis meses o tempo da respectiva incorporação. Dispõe ainda que a primeira incorporação será realizada no dia 1º de outubro próximo. Nesta data deverão entrar em serviço 200 mil jovens da classe de 1915.

2. A direção do serviço do trabalho está a cargo do senhor Konstantin Hierl, que depende diretamente do Ministério do Interior. Com a nova lei, desapareceu o antigo serviço do trabalho voluntário, que funcionou inicialmente no Ministério do Trabalho e, posteriormente, passou à jurisdição do Ministério do Interior. O serviço obrigatório trouxe como consequência a criação de um pessoal permanente, que ocupará uma posição semelhante a dos funcionários do governo e a dos oficiais e suboficiais do exército.

3. A lei de 26 de junho faculta o ingresso voluntário dos jovens de 17 anos no serviço do trabalho. À semelhança do serviço militar, também, durante o serviço do trabalho é proibida toda atividade partidária e política.

4. A lei tendo considerado o serviço do trabalho um “serviço

de honra”, nele não poderão ingressar os condenados à prisão, os que não possuem os direitos de cidadão, os excluídos do Partido Nacional-Socialista e os que tenham sido condenados pela prática de atos contrários aos interesses da nação. Também, os não arianos ou os casados com não arianos estão excluídos da incorporação.

5. A lei abrange também as mulheres, mas o governo não cogita, por ora, de aplicá-la às jovens alemãs.

6. Ao promulgar a lei em apreço, teve o governo o objetivo de educar os jovens alemães dentro do espírito nacional-socialista, estabelecer a camaradagem entre os elementos de classes diferentes, bem como habituar os jovens ao serviço profissional.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 AGO. 1935 • AHI 04/03/03

[Índice:] O conflito ítalo-etíope. Situação europeia. Atitude da Alemanha.

N. 131 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 31 de agosto de 1935.

Senhor Ministro,

A esta hora, fracassada a Conferência de Paris, de 16 do mês hoje findo, já se não pode dissimular a gravidade que apresenta o conflito ítalo-etíope para salvaguarda da paz, não tanto pelo que ele representa em si mesmo e apreciado como um simples atentado à integridade da Etiópia, mas pelos interesses das grandes potências que ele vem ferir.

2. Dos interesses em jogo se pode ajuizar pelas polêmicas anglo-italianas. Os projetos de expansão econômica da Itália à custa do império africano, afetando os interesses da Grã-Bretanha e do Japão, têm provocado nesses países francas demonstrações de simpatia aos etíopes e grande clamor contra o governo de Roma.

3. A colaboração colonial na África, a paz europeia e o pres-

tício da Sociedade das Nações – são os três pontos essenciais que o problema ítalo-etíope apresenta. Em qualquer desses três capítulos a Grã-Bretanha é a maior interessada. A declaração do senhor Mussolini, de que o governo britânico nada teria que recear da política italiana com relação à Etiópia, não logrou modificar a opinião sobre a intransigência do chefe do governo italiano.

4. Por seu lado, o chefe do governo francês fez declarações categóricas sobre a atitude da França no conflito. O delegado francês, na próxima reunião do dia 4, da Sociedade das Nações, trabalhará pela conciliação. A França, como tudo faz presumir, não acompanhará a Inglaterra se esta vier a propor na próxima reunião, o estabelecimento de sanções contra a Itália, pois acredita o governo francês que a decretação das sanções terá como resultado um conflito geral.

5. A reunião do próximo dia quatro é esperada com grande ansiedade. A Grã-Bretanha apresentará, ao que consta, as mesmas propostas já recusadas pelo governo italiano, e, se a Itália propuser a expulsão da Etiópia da Sociedade das Nações ela encontrará, da parte da delegação britânica, uma oposição formal.

6. A atitude da Alemanha, como já tive ocasião de informar a Vossa Excelência, é de completa abstenção. O governo nacional-socialista se prepara para tirar do conflito o melhor proveito e já não é segredo para ninguém o seu projeto de desafogar a indústria militar com o fornecimento à Etiópia de todos os armamentos de que ela vier a carecer.

9. As consequências da situação atual podem, porém, ser mais graves ainda. A política expansionista da Itália abre as portas às reivindicações coloniais da Alemanha e esta não se esquece de que a Grã-Bretanha se apossou de suas ricas colônias da África do Sul. Revive, assim, aqui a questão colonial cujas consequências serão desastrosas para a paz continental. Vê-se deste modo o governo nacional-socialista a braços com a questão colonial que ele desejaria tratar em época muito mais remota. “As colônias virão a seu tempo” é a frase ouvida a cada dia e que me foi repetida ainda há pouco pelo duque de Mecklenburgo que é um dos homens de maior conceito neste país.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

A. D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 SET. 1935 • AHI 04/03/03

[Índice:] Congresso anual do Partido Nacional-Socialista.

N. 144 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 30 de setembro de 1935.

Senhor Ministro,

Na cidade de Nuremberg reuniu-se, no dia 12 deste mês, o Congresso Anual do Partido Nacional-Socialista, com a presença de 500 mil pessoas, entre representantes oficiais, convidados e espectadores.

2. Para esse congresso foram convidados, pessoalmente, pelo chanceler, todos os chefes de missão acreditados neste país. Não pude, porém, aceitar o honroso convite do chefe do governo, pois, tendo-se ausentado em férias o único secretário desta legação sr. J. L. de Guimarães Gomes, não me era lícito, sobretudo pelas funções consulares que desempenho, aceitar um convite que importava em uma ausência de 8 dias. Não formaram, entretanto, maioria os chefes de missões que aceitaram o convite do chanceler. Na lista publicada, notei apenas os embaixadores da Itália, da Polônia e da Espanha, os ministros da Venezuela, da Bolívia, do Peru, do Uruguai, do Haiti, de São Domingos e os encarregados de negócios de Guatemala, Panamá, Nicarágua, Chile e Equador.

3. O congresso deste ano caracterizou-se pelos ataques dos oradores à Rússia soviética e ao comunismo. Foi mesmo este o tema predileto do chefe do governo e do seu ministro da Propaganda, dr. Goebbels, e de Rudolf Hess em seus discursos. Este último declarou que todo o esforço militar da Alemanha nacional-socialista é dirigido contra a ameaça revolucionária da Rússia bolchevista, que o exército alemão foi reconstituído para reprimir a violência do bolchevismo revolucionário e destruidor.

4. A proclamação do chanceler e chefe do governo, lida logo após o discurso de Rudolf Hess, fixou o programa do III Reich no ano próximo. O nacional socialismo empreenderá uma guerra sem tréguas a todos os seus inimigos do interior, a todas as Internacionais [socia-

listas], “ao judaísmo marxista”, ao “Centro Católico corrompido” e à burguesia “estúpida e reacionária”. A política do governo será dominada por um militarismo intenso, a fim de prevenir qualquer ameaça exterior e por um radicalismo extremo para destruir todos os adversários no interior.

5. As declarações do chanceler, ao contrário do que se esperava, vêm incentivar a facção radical do partido que adquire, assim, novas forças para levar avante o seu programa extremista. A guerra aos judeus assume, hoje, proporções jamais vistas; a permanência destes na Alemanha torna-se quase impossível, diante das novas leis.

6. Os ataques ostensivos à França não faltaram também nos discursos dos grandes responsáveis pelos destinos deste país. Em um deles foi mesmo lembrada a ação das tropas negras na Grande Guerra. Os últimos acontecimentos na Lituânia foram também objeto de considerações no discurso de Adolf Hitler. O estatuto de Memel é ali qualificado de “uma espoliação legalizada pela Sociedade das Nações”.

7. O congresso de Nuremberg serviu, sobretudo, para uma demonstração do poderio militar criado pelo III Reich. Todos os apetrechos de guerra foram ali passados em revista; a aviação foi ali maravilhosamente apresentada. O desfile de 54.000 homens do serviço do trabalho, bem como de 300.000 soldados, se realizou com a perfeição tradicional das paradas militares neste país.

10. Aproveitando a estada em Nuremberg da totalidade dos deputados alemães, Adolf Hitler convocou ali o Reichstag. Este votou a abolição da antiga bandeira alemã e a permanência da bandeira nacional-socialista como único pavilhão nacional.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração

A. D. Quartin

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores.



OFÍCIO • 28 DEZ. 1935 • AHI 04/03/03

[Índice:] Encaixe ouro da Alemanha.

N. 185

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 28 de dezembro de 1935.

Senhor Ministro,

De acordo com o mais recente relatório da *Reichsbank*, publicado no dia 21 do corrente mês, o encaixe ouro do governo alemão atingia 82.430.000 marcos, com um aumento de 60.000 marcos em relação ao ano de 1934.

2. As quantidades em moeda estrangeira alcançaram 5.200.000 marcos, representando uma diferença para mais de 110.000 marcos, comparada também à cifra existente em igual período do ano anterior.

3. O papel moeda, atualmente em circulação, está calculado em 4.089.960.000 marcos, com um aumento de 22 milhões no corrente ano.

4. Os compromissos pagáveis à vista somam 800.270.000 marcos, com um aumento de 79 milhões de marcos.

5. A cobertura ouro, em relação ao papel moeda em circulação, é presentemente de 2,14%, contra 2,15/2% do ano anterior.

6. Os recursos para atender a pagamentos urgentes atingem, neste momento, um total de 6.156 milhões de marcos, contra 5.704 milhões de marcos no ano de 1934.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 DEZ. 1935 • AHI 04/03/03

[Índice:] Artigo do *Hamburger Fremdenblatt* sobre o comunismo no Brasil.

N. 189

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 30 de dezembro de 1935.

Senhor Ministro,

Junto tenho a honra de remeter a Vossa Excelência retalhos do *Hamburger Fremdenblatt*, de Hamburgo, do dia 18 deste mês, onde se lê uma interessante correspondência de Buenos Aires, referente ao movimento comunista ultimamente irrompido no Brasil.

2. O correspondente do aludido jornal, como Vossa Excelência poderá verificar da mencionada publicação, de que junto uma tradução em português, faz comentários bastante exatos sobre o assunto e a sua repercussão na América do Sul, o que certamente interessará a Vossa Excelência e ao nosso governo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

[Anexo]

Tradução de um artigo do *Hamburger Fremdenblatt*, n. 350, de 18 de dezembro de 1935

Moscou na América do Sul

A maioria dos países sul-americanos continuam a adotar frases já proverbiais, que o bom Deus nasceu na terra deles. “Deus é brasileiro” diz o brasileiro, “Díos es criollo” o argentino, e “Díos es chileno” afirma o chileno. No fundo, todos eles têm razão, porque querem, com esses provérbios, declarar que os seus países estão passando tão bem que é evidente gozarem da bênção de Deus. A locução européia “Deus em França” pode ser perfeitamente generalizada naquele continente pela fórmula: “Deus na América do Sul”... De fato, a América do Sul é rica

e só uma pequena parte de suas riquezas foram exploradas até agora. Os países daquele continente, protegidos contra complicações guerreiras e mesmo contra inquietações maiores de política exterior (guerras no próprio continente, como o ainda não definitivamente apaziguado conflito do Chaco, não têm importância decisiva, sob este aspecto), estão cientes do fato de terem um futuro econômico colossal. A sua imensa mobilidade e capacidade de adaptação em relação econômica foram justamente comprovadas durante a crise mundial – os países sul-americanos, em primeira linha os dois mais adiantados, o Brasil e a Argentina, ao mesmo tempo os dois maiores, escaparam o mais depressa das garras da crise de que foram atacados relativamente tarde. Esses povos crescem com a força irresistível da juventude, despreocupados e auferindo da superabundância, sem os cuidados orçamentários que caracterizam as economias da Europa. Não conhecem a falta de trabalho; quem quiser trabalhar, quem quiser ganhar, encontrará sempre possibilidades.

Nesses países relativamente “felizes”, ao menos do ponto de vista materialista, não pode existir – assim se julga – nenhuma base para o comunismo. Apesar disso, uma perigosa revolta comunista agitou há poucas semanas os estados do norte do Brasil, chegando até ao Rio de Janeiro, onde foi também sentido o movimento, transformando-se os bairros mais bonitos da Capital Federal brasileira em cenário de combates sangrentos entre as tropas fiéis ao governo e revolucionários bolchevistas. Ainda assim, a polícia descobre no Brasil diariamente novas ramificações dessa conspiração e foram iniciadas negociações entre o Brasil, Argentina e Uruguai, visando a possibilidade de medidas em comum para sufocar as façanhas comunistas. Os tiros do norte do Brasil assustaram também aqueles que, até agora, sempre procuraram considerar sem importância o perigo comunista na América do Sul. Modificou-se a opinião. Reconheceu-se a existência do perigo comunista naqueles países e procura-se combatê-lo.

Mas como é possível manter a agitação bolchevista nos países sul-americanos, “felizes”, sem a preocupação do pão diário, países que não foram atingidos por uma guerra? Examinando com mais rigor, descobre-se uma série de fundamentos, entre os quais o relativamente menos perigoso acreditamos seja a disposição das massas para a luta política, para a disputa com o adversário e conseqüentemente para uma revolução contra a ordem existente, ordem essa que, na ideia do homem primitivo das cidades sul-americanas, (todas as revoluções são

feitas nas cidades e a maior parte do campo nem sabe dos acontecimentos, devido às grandes distâncias e falta de vias de comunicação) é o “governo atual”. Essa disposição para combate – foi por isso que os países sul-americanos, em decênios, tiveram mais revoluções e revoltas do que os países europeus em séculos – Moscou soube aproveitar para os seus fins. Por si só esses fundamentos seriam insuficientes, se não existisse uma série de outros motivos que facilitam a agitação comunista. Verifica-se sempre, de novo, que nenhum povo aprende com a experiência dos outros e que nos grandes países sul-americanos governa o capitalismo individualista, sem ser limitado por um sentimento social. Despreocupado, como se na América do Sul não se soubesse dos acontecimentos na Europa, manobra ali o capitalismo na sua forma mais agressiva; existem algumas leis e regulamentos sociais desde a revolução de 1930, mas a sua execução é muitas vezes questão do acaso e de sorte. Assim, não causa admiração que, principalmente nos portos, o proletariado tende a obedecer às ideias anticapitalistas, mesmo quando são pronunciadas por agentes comunistas.

Tais agentes – Moscou os possui em grande número na América do Sul, sendo Montevideu (com a legação da Rússia, e principalmente com a representação comercial) a central bolchevista naquele continente, que exerce uma atividade muito hábil. Eles organizaram no Brasil um grande movimento, a “Aliança Nacional Libertadora”, sem que a maioria dos sócios soubessem da ligação com Moscou. Há alguns anos, existem correntes pan-americanas, ou semelhantes, que visam uma emancipação no sentido político e cultural, a fim de excluir qualquer influência estrangeira, correntes essas que auxiliaram os agentes. Não se quer mais ser “colônia econômica”, ou “objeto de exploração”, para os estrangeiros; pretende-se nacionalizar tudo, desenvolvimento próprio, governo próprio. (Daí as leis em diversos países, segundo os quais só podem trabalhar em um estabelecimento um determinado número de estrangeiros, etc.). Moscou, em sua propaganda “pró-Aliança”, explorou ideias dessa natureza. Os agentes bolchevistas inventaram fórmulas eficientes, compreensíveis em todo o Brasil, como por exemplo, contra o capitalismo estrangeiro, o Brasil para os brasileiros, queremos um Brasil unido, forte e social – resultando um aumento rapidíssimo de sócios para a “Aliança”. Os chefes daquela associação política apoderaram-se da presidência dos sindicatos; obtiveram a adesão de numerosos funcionários públicos de alta categoria e de pessoas influentes nos meios sociais e intelectuais. A finalidade

verdadeira da “Aliança” foi manifestada neste ano. Conheciam-na apenas alguns dos chefes, mas o programa real era fazer uma república soviética do Brasil, sob a direção de conselhos de operários, soldados e agricultores. (Como os habitantes do campo não tinham tomado parte no movimento, seria bastante difícil encontrar entre os camponeses os membros para o conselho.)

Um dos agentes mais perigosos dos *soviets*, Luiz Carlos Prestes, ao mesmo tempo o guia da Aliança, que já antes da revolução de novembro fora dissolvida, está sendo procurado pela polícia brasileira. Sua personalidade é extraordinariamente apropriada para divulgar a ideia comunista na América do Sul. Filho de uma família brasileira de renome, foi Prestes capitão do Exército Brasileiro, dispõe de relações amplas de família e de amigos, entre os quais figuram até altos funcionários; não é estrangeiro, ao contrário do que acontece com muitos outros agentes, e por isso conquista rapidamente a confiança. Ele é um aventureiro audacioso, que há mais de dez anos já dirigiu no interior do Brasil uma luta revolucionária contra o governo, possui um grande número de adeptos, os quais – como sucede com os chefes políticos sul-americanos – estão dispostos a seguir mais a personalidade do que a ideia política, acompanhando-o também em uma revolução comunista, como ficou provado agora no norte do Brasil.

Enquanto Prestes não estiver nas mãos da polícia, será sempre um perigo revolucionário, pois Moscou confiou-lhe a incumbência de agir para o comunismo nos mais importantes países da América do Sul: Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Ele mostrou-se habilíssimo até agora: a fundação da “Aliança” foi obra sua.

Leva-se agora a sério o combate ao comunismo no Brasil, onde irrompeu pela primeira vez uma revolta comunista, e já foram tomadas medidas rigorosas. Ao governo do sr. Vargas foram dados poderes ditatoriais para sanear o exército, a administração e o país. Já foram presos até agora 3.000 culpados. A Argentina e o Uruguai, cujos governos se declararam solidários ao do Brasil, tomarão medidas para evitar a repetição do exemplo da revolta no norte do país vizinho, impedindo, assim, que Moscou ponha sua mão sobre o continente sul-americano, rico em matérias-primas.



1936

OFÍCIO • 2 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Despesas para armamentos na Alemanha.

N. 1 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 2 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

De acordo com informações que me foi possível obter, de fonte absolutamente segura, pode ser assegurado que, baseado nas estatísticas secretas do governo alemão, este país, durante os três anos de administração hitlerista, já despendeu uma soma que alcança a mais de 1.000.000.000 de libras esterlinas, ou seja, em moeda brasileira, cerca de 100.000.000:000\$000, que foi aplicada exclusivamente, direta ou indiretamente, em obras e material de guerra.

2. É a primeira vez que um cálculo definido pode ser estabelecido na Alemanha, sobre a importância da compra e fabricação de armamentos terrestres, marítimos e aéreos – e como Vossa Excelência vê, atinge uma proporção verdadeiramente extraordinária. A cifra acima indicada foi baseada sobre a colocação de capitais compilados pelo Instituto Alemão das Pesquisas Comerciais, atualmente dirigido pelo grande economista do partido dominante, o professor Wagemann.

3. Tomando por base os preços de 1928, a colocação de capitais em 1935 alcançou a soma de 898 milhões de libras esterlinas.

4. Em 1932, antes do regime nazista, não alcançava aquela operação senão 392 milhões de libras e, sucessivamente, foi passando a 555 milhões, em 1933, e a 865 milhões em 1934.

5. A razão desse aumento de cifras tão rápido não pode ser justificada somente pelo desenvolvimento da indústria, que melhor tem estado estacionária, nestes últimos anos. A principal colocação foi destinada para melhorar os transportes terrestres e marítimos e melhor organizar os estabelecimentos militares, e todos sabem que se pode acreditar que as despesas para armamentos absorveram a maior parte de tão elevadas somas.

6. Se quisermos tomar a cifra de 392 milhões como sendo a indicativa da média da colocação de capitais, normalmente, para a indústria em geral e para a construção civil na Alemanha, alcançaremos um surpreendente resultado: durante os três anos 1933, 1934 e 1935, foram consagrados aos armamentos, neste país, respectivamente, 163, 473 e 506 milhões de libras esterlinas, que, transformados em moeda

brasileira ao câmbio atual, produzem mais de 100 milhões de contos, enquanto o orçamento total da despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil, para 1936, não alcança três milhões de contos.

7. Esses gastos, verdadeiramente extraordinários, são sem dúvida a causa principal da intensa crise econômica em que presente-mente se debate a Alemanha, que, enquanto aumenta sem cessar o seu poder militar, obriga a sua população às mais duras privações, mesmo na sua alimentação (a manteiga e os ovos não se encontram absolutamente no mercado), com o fim de economizar as divisas estrangeiras, que, quase todas, são destinadas à compra de material militar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 6 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Novo presidente do *Komintern* de Moscou.

N. 4 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 6 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Acabo de ser informado que o atual presidente do *Komintern*, de Moscou, o senhor Manouilsky, será proximamente substituído naquele posto pelo delegado búlgaro Dimitroff.

2. A mencionada informação, que reputo digna de toda fé, acrescenta que Dimitroff é presentemente a pessoa que goza de maior confiança do ditador Stálin e, assim, conseguiu convencê-lo de que Manouilsky foi inábil e cometeu graves faltas nos últimos meses, não cumprindo as recomendações do último Congresso Internacional do *Komintern*, reunido em Moscou, em julho e agosto do ano findo.

3. Entre as acusações, que Stálin parecer ter julgado justas, figura a de ser Manouilsky apontado como responsável pelo fracasso do golpe comunista no Brasil e a consequente ruptura de relações diplo-

máticas do Uruguai, que virá enfraquecer a ação da III Internacional na América do Sul, principalmente no Prata.

4. Dimitroff persuadiu Stálin [*de*] que a propaganda no nosso continente poderá ainda ser levada a bom termo e, desde já, serão dadas ordens para a transferência para a capital do México da central de propaganda que funcionava em Montevidéu, protegida pela legação soviética. Essa notícia já tive ensejo de transmitir a Vossa Excelência pelo meu telegrama número 1, de 2 do corrente.

5. Também estou informado de que a nomeação de Dimitroff para aquele alto cargo já está provocando emulações entre os chefes do governo de Moscou e, assim, Dimitroff iniciou uma campanha contra o comissário Radek, seu grande competidor e redator-chefe do *Isvetia*, o qual vê com grande temor a importância crescente do comissário búlgaro no seio da III Internacional e junto de Stálin e, nesse sentido, procura intrigá-lo com o ditador, insinuando que ele pretende tomar em breve tempo a chefia do próprio governo soviético.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 6 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[*Índice:*] Mensagem do chanceler Hitler ao povo alemão.

N. 6

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 6 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

O chanceler Adolf Hitler, por motivo do ano novo, dirigiu ao povo alemão uma mensagem, que foi lida pelo dr. Goebbels, ministro da Propaganda, e que foi irradiada por todas as estações radiodifusoras deste país, para ser ouvida em toda a Alemanha e no exterior.

2. Nessa mensagem, o chefe de Estado alemão relembrou toda a obra realizada pelo regime nacional-socialista durante os três anos e

toda dedicada à reorganização política do país, tanto sob o ponto de vista interno como externo.

3. Ele declarou principalmente nessa mensagem o seguinte:

Pela terceira vez sob o atual regime, tenho o grande prazer de comunicar ao meu povo que a Alemanha está mais forte e mais sadia em todos os domínios da sua vida nacional. É extremamente difícil sabermos qual seja, depois do ano de 1933, o período mais importante da nossa vida política. Em 1933, conquistamos o poder e a força interna da nação. Em 1934, nós consolidamos e preparamos a nossa liberdade no exterior. Finalmente, em 1935, é sob o signo da liberdade externa reconquistada e do progresso da política nacional-socialista no interior do país que esse ano se findou. Quanto mais a força do *Reich* cresce, mais ela se manifesta no seu exército ressuscitado, mais temos consciência dos pesados encargos que a nossa nova força armada reclama da nação e especialmente do seu povo. Contemplando as perturbações que agitam o resto do mundo, nós podemos medir a grandeza dos benefícios que auferimos da clareza e da estabilidade de nossa situação política e da paz que ela nos garante. Devemos continuar a ser o baluarte da disciplina e da cultura europeia contra o inimigo da humanidade, que é o bolchevismo, e esse deve ser o grande esforço que deveremos desenvolver no ano que começa e em todos os que se seguirão e sem desfalecimento. No futuro, como no passado, nós devemos e saberemos impedir na Alemanha que o comunismo possa minar e derrubar a ordem do mundo por meio de revoluções e de conflitos sangrentos e instigar os povos uns contra os outros.

4. Essa mensagem tem sido vivamente comentada, em geral de modo favorável, no estrangeiro e como um hino ao *führer* no interior, devendo ser notada a declaração final que se refere à defesa contra o comunismo, considerado aqui como o inimigo número um da Alemanha e do mundo civilizado.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 11 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] O novo cruzador-couraçado alemão, *Admiral Graf Spee*.

N. 14

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 11 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a hora de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, com o pedido de informar o senhor ministro da Marinha, que, no dia 6 do corrente mês, o novo cruzador-couraçado *Admiral Graf Spee* foi oficialmente incorporado ao serviço ativo da Marinha de Guerra da Alemanha.

2. A cerimônia de entrega do *Admiral Graf Spee* ao seu comandante teve lugar em Wilhelmshafen com toda a solenidade, tendo usado da palavra o comandante em chefe da Esquadra alemã, Almirante Roeder, na presença da guarnição e de uma forte representação dos sobreviventes das batalhas de Coronel e das Ilhas *Falklands*, os quais durante a guerra, nos navios da Esquadra alemã, combateram contra elementos da Marinha de guerra inglesa, e foram comandados pelo almirante von Spee.

3. A incorporação desse forte elemento à nova esquadra do Reich tem impressionado bastante os centros militares europeus, devido a ser aquela unidade considerada de grande valor militar.

4. O novo cruzador, cuja construção foi iniciada em outubro de 1932, desloca 10.000 toneladas e, da mesma forma que os dois outros de sua classe, *Deutschland* e o *Almirante Scheer*, foi armado com seis canhões de 280 mm. e o seu casco foi igualmente soldado em grande parte à eletricidade, para economizar a tonelagem e assim ser esta aproveitada para o armamento e proteção do navio. As suas máquinas constam de seis motores diesel, que podem desenvolver uma força de 54.000 cavalos. Enquanto o *Deutschland* e o *Almirante Scheer* possuem um mastro de trinquete, o *Almirante Graf Spee* está provido de uma torre metálica, do tipo adotado na Marinha de Guerra norte-americana.

5. As experiências de máquinas e os ensaios de tiros deram excelentes resultados, mas nada foi divulgado a esse respeito, parecendo que o almirante alemão quer guardar segredo sobre a velocidade exata obtida pela nova unidade de sua esquadra.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 14 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Probabilidades de próximas reivindicações de colônias por parte da Alemanha.

N. 17 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 14 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que, desde alguns dias, está sendo comentado nos círculos diplomáticos da Wilhelmstrasse a possibilidade do governo alemão manifestar proximamente, em forma clara e precisa, provavelmente em discurso que será proferido pelo *führer* sobre política externa, a orientação que ele pretende tomar, na parte referente à questão das antigas colônias alemãs.

2. Essa suposição, que parece bem fundada, está mais ou menos confirmada na forma pela qual o público alemão continua a ser instruído sobre a questão colonial, na previsão das reivindicações que o governo do Reich formulará em momento oportuno.

3. A imprensa alemã não reclama somente a revisão do Tratado de Versalhes, na parte referente às cláusulas coloniais, e avança sugerindo a transferência dos territórios da África que presentemente estão sob o domínio de países fracos – como, por exemplo, Portugal – para mãos mais fortes, alemãs evidentemente. Isso poderia ser feito como consequência de uma solução que poderia englobar todo o problema africano, o qual comportaria, naturalmente, fortes concessões de territórios, por parte da Inglaterra e da França, a outras potências europeias e, principalmente, a Itália.

4. Não é a primeira vez que o governo inglês é assim lembrado sobre as pretensões alemãs e, aliás, o Foreign Office não ignora os

termos do apelo desse gênero, publicado há tempos em um jornal de Oslo e feito por um antigo ministro da Noruega, o senhor Mellbye, concitando a Inglaterra a servir à causa da paz, resolvendo, de acordo com a França, o problema colonial da Alemanha, isto é, restituindo aos alemães suas colônias perdidas depois da guerra e abrindo na África, sob os auspícios da Liga das Nações, a discussão para obter um resultado definitivo, no que se refere à Itália, em relação à concessão à mesma de territórios próprios para a sua expansão imigratória.

5. Até agora, como Vossa Excelência sabe, a Grã-Bretanha procurou ganhar tempo e fugir ao debate da questão colonial, com a declaração de que o governo inglês não tem o direito de dispor de uma polegada de território do Império Britânico. No que se refere propriamente ao assunto, os jornais ingleses têm apenas lembrado que *sir* Samuel Hoare, quando exercia o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, teve oportunidade de declarar, na Câmara dos Comuns, que o governo britânico aceitava a ideia de um inquérito sobre a questão de saber se seria aconselhável, ou não, de ser feita uma redistribuição dos meios de acesso de todas as potências para as matérias-primas das colônias.

6. A alusão dos alemães aos portugueses contraria bastante o governo inglês. Parece ser certo que realmente existe um tratado secreto anglo-alemão, que resultou das negociações que foram iniciadas em 1898 e pelo qual a Grã-Bretanha deixava, por assim dizer, as mãos livres à Alemanha na África Central e previa a divisão com ela das possessões da África portuguesa.

7. O *Evening Star*, de Londres, refletindo visivelmente a opinião do Foreign Office, fazendo alusão ao mencionado tratado, declara que ele não é tão “cínico” quanto parece, pois não deveria ser executado senão se Portugal consentisse em vender suas colônias. Naquela época, a combinação parecia viável, pois, depois da guerra, principalmente, Portugal talvez pudesse ser obrigado indiretamente a aceitar uma tal combinação, pois então sua situação financeira era extremamente grave e as suas colônias, em vez de serem fontes de receita e de proveitos econômicos, constituíam uma pesada carga. Hoje, porém, qualquer tentativa de sugestão de obter de Portugal a venda de suas colônias à Alemanha, ou a qualquer outra potência, encontraria, como é natural, a mais viva oposição em todo o território português, mesmo porque, graças à administração da ditadura financeira do ministro Salazar, as

colônias têm progredido e presentemente produzem resultados benéficos para a economia portuguesa.

8. Assim, pois, como Vossa Excelência poderá desde logo verificar, se o assunto for novamente posto em foco – como parece ser o propósito dos alemães –, surgirá uma nova complicação para o bom entendimento entre as grandes potências e novos obstáculos para a estabilização da paz, que, cada dia mais se agrava, enchendo a diplomacia europeia das mais justas apreensões.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 15 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Política internacional europeia. Relações franco-alemãs.

N. 18 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 15 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

A imprensa alemã continua a se mostrar muito irritada, devido às conversações entre os estados-maiores dos exércitos francês e britânico.

2. Os mais importantes órgãos – tais como a *Correspondência Diplomática e Política* e o *Berliner Tageblatt*, para só citar os que representam mais diretamente o pensamento da Wilhelmstrasse – declaram que a paz universal e a justiça para todos os países se condicionam necessariamente. A ideia dominante de qualquer política construtiva deveria ser a de favorecer a compreensão das necessidades vitais dos povos e de apresentar uma tendência sincera para fixar uma delimitação natural e justa de suas necessidades e de seus interesses. Acrescentam que, se a Alemanha não deseja atualmente outra coisa senão assegurar os proveitos do seu reerguimento, contra todos os imprevistos da política externa, ela age, infelizmente, dentro de um mundo perturbado, como

um fator de segurança que deve favorecer a paz. Livre de qualquer reticência e de todo preconceito para com as demais nações, quaisquer que elas sejam, uma Alemanha de posse de sua liberdade é capaz de representar o seu papel na colaboração internacional com a consciência da sua responsabilidade e com o espírito de uma verdadeira comunhão para o bem-estar geral. Essa colaboração e um acordo durável, que seria a sua consequência, não é considerado um ideal irrealizável. Teria, porém, que ser admitido como um princípio universal a obrigação de não ser recusado aos outros o direito que reclamam para si próprio[.] e de não ser adotado o pretexto de desconfianças, de medidas ameaçadoras, que só servem para criar novas suspeitas e despertar recordações que deveriam estar enterradas uma vez para todas.

3. Ainda, dizem aqueles jornais oficiosos, que os alemães continuem a acreditar que, se os governos não o fizeram, os estados-maiores da França e da Grã-Bretanha já estabeleceram um acordo sobre a política de Locarno. Perguntam quantas viagens os grandes generais franceses e britânicos empreenderam, entre esses dois países, depois da que foi efetuada pelo general Weigand, com 40 oficiais franceses, que faziam parte da comitiva do ministro Barthou, em 1934. Naquela ocasião, não foi absolutamente objeto de cogitações a questão ítalo-abissínia, mas no entretanto já negociavam um pacto de assistência no Mediterrâneo. “Acreditamos que nos queiram iludir dizendo que essas trocas de impressões entre os exércitos francês e britânico nada comprometem os governos”. Negociações, dizem os franceses, não são tratados e simples conversações não são negociações. De qualquer forma, insiste a imprensa berlinense, isso tudo não poderá esconder que a entente cordial franco-britânica está fazendo progressos consideráveis e ameaça perturbar o equilíbrio europeu, que parece a S.D.N.²¹ [ser] impotente para manter.

4. Tendo examinado com atenção a evolução desse problema, posto agora em foco devido à ameaça de ataque por parte da esquadra italiana à *Home Fleet*, julgo interessante referir a Vossa Excelência algumas apreciações sobre tão importante assunto.

5. Em relação à política inspirada pelo Tratado de Locarno, a opinião dominante aqui é que ela não comporta acordos de nenhum gênero entre a França e a Inglaterra que impliquem em uma aliança ou, mesmo, uma simples “entente”, sem a participação da Alemanha. A garantia da fronteira franco-alemã, dizem aqui, impede a uma das

21 N.E. – Sociedade das Nações.

potências garantidoras de se entender com uma das garantidas, em detrimento de outra. Pensam ainda os alemães que essa política se baseia em uma desconfiança em relação à Alemanha que nada justifica, pois, alegam eles, o Reich proclamou a sua neutralidade no conflito atual e assim se manterá até o fim, em qualquer forma em que se desenvolva a guerra africana e ainda mesmo que a situação acarrete complicações europeias.

6. Tenho a impressão que os alemães estimariam, para dissipar qualquer receio que a França possa ter sobre a atitude alemã, no caso de se agravar o conflito no Mediterrâneo, que fosse entabulada uma conversa franca e sincera entre os dois governos para afastar definitivamente aqueles receios. Todos acreditam aqui que esse seria o bom caminho a seguir e muito mais simples do que os acordos e medidas de caráter militar para defesa da fronteira franco-alemã. Em resumo, o que reclamam os alemães é a igualdade de tratamento diplomático nas relações Inglaterra-Alemanha e Inglaterra – França. Essa igualdade, pensa a Wilhelmstrasse, estaria mais conforme com a letra do Tratado de Locarno.

7. O ano de 1936 se inicia, assim, com a questão das relações franco-alemãs, que se apresenta em forma de grande atualidade e com uma complexidade acrescida na Alemanha de Adolf Hitler.

8. De uma parte, sabem perfeitamente em Berlim que para a Europa, modificada profundamente pelos tratados de 1918-1920, o período crítico se aproxima. Se o conflito ítalo-africano, com as suas repercussões em Genebra e internacionais, suspendeu, aparentemente, todos os problemas que estavam no propósito de serem resolvidos em 1935, visando uma paz sólida na Europa, não parece que se deva pretender seriamente adiar ou deixar mesmo de buscar um acordo para um tão almejado fim.

9. De outra parte, a diplomacia do III Reich, ainda que tenha adotado – desde algum tempo, por causa do conflito abissínio, principalmente – uma atitude de marcada reserva, conforme já tive ensejo de informar Vossa Excelência, não ignora que a presença do senhor Pierre Laval na direção do Quai d'Orsay e do governo francês constitui a realização de uma das condições mais benéficas para a efetivação de uma aproximação franco-germânica. É evidente que Berlim não desconhece – e aprecia mesmo – o fator Laval em tão importante política. Não me parece que, depois da instalação do regime nacional-socialista na Alemanha, a opinião, neste país, tenha tido tanta oportunidade, e

tão frequentemente, de exprimir publicamente com comentários benévols, de indicar pela moderação de suas críticas que, no fundo, ela estava quase persuadida da verdadeira vontade de paz e de um sincero movimento de aproximação com a política do chefe do governo de França.

10. Efetivamente, em dezembro de 1934 e em janeiro de 1935, o senhor Laval, logo depois de ter assumido o Ministério dos Negócios Estrangeiros, aproveitou a ocasião do ajustamento do caso do Saar para manifestar em forma clara suas intenções de desenvolver uma política leal e sincera. Enquanto o seu predecessor, Louis Barthou, reclamava em Genebra, para o plebiscito que se preparava, todas as responsabilidades para as tropas francesas e excitava as oposições sarrenses – e assim se entregava a uma prova perigosa para a manutenção da paz e, de qualquer forma, mortal para a possibilidade de boas relações com a Alemanha –, o senhor Laval preferiu, com razão, a meu ver, tomar uma decisão, uma outra linha de conduta que aqui impressionou favoravelmente. Assim, como Vossa Excelência deve estar lembrado, ele exigiu uma política internacional, não francesa, para fiscalizar o plebiscito. Os direitos das oposições alemãs foram, assim, respeitados e todo e qualquer risco de incidentes graves foi afastado.

11. A Alemanha verificou, assim, não sem surpresa, que ela tinha na sua frente não um adversário, de má vontade, mas um homem disposto a entabular, senão negociações, pelo menos a preparar as bases de uma política de bom entendimento com o governo de Berlim.

12. Parece, porém, que sob a influência de alguns pontos de divergência, existentes na atualidade, o governo alemão esquece em parte o que deveria significar para as relações franco-alemãs a atitude da França na questão do Saar.

13. De todo modo, as declarações recentemente feitas, na Câmara dos Deputados de Paris, pelo presidente do governo francês, sobre as relações entre a França e a Alemanha, fizeram sensação nos meios governamentais do Reich. A afirmação solene, proferida pelo ministro Laval, “que a paz não poderá ser solidamente estabelecida na Europa enquanto não existir uma verdadeira aproximação entre a França e a Alemanha”, impressionou vivamente a opinião pública, constituindo, na opinião de todos, uma manifestação de um bom senso profundo. Essa declaração ainda mais impressionou devido a que os predecessores do ministro Laval, sempre que deviam fazer uma exposição sobre política externa, pareciam temer de falar claramente ao III Reich e

buscavam sempre uma evasiva, adotando frases vagas para tratar desse assunto de capital importância. As palavras do embaixador francês em Berlim, constantes do seu discurso do dia 1º do corrente, saudando a colônia francesa desta capital, anunciando notáveis progressos na política de aproximação com a Alemanha durante o ano findo, completou aquela impressão. A opinião pública ficou aqui otimamente impressionada em relação a este ponto.

14. De outro lado, porém, as dificuldades parecem querer renascer e as objeções se multiplicam, seguindo um regime que [se] poderia chamar de ducha escocesa e como me referi no começo deste ofício, ao tratar dos últimos acontecimentos.

15. Esse ceticismo pode talvez se basear sobre duas ordens de argumentos. Os primeiros são claramente formulados e constituem, cada dia, objeto de artigos e de comentários da imprensa alemã. Os outros decorrem de impressões e de uma análise discreta da situação interna e externa da França.

16. Entre estes últimos, deve ser logo notado o temor, que existe na Alemanha, de podermos assistir, em um futuro próximo, a uma transformação política na França. A revolução comunista que, visivelmente, está sendo trabalhada ali, quase impunemente, com auxílio dos socialistas, parece constituir presentemente um grave perigo para o governo francês e para a Europa. Esse fato é, sem dúvida, no momento atual, uma das sérias apreensões do III Reich, que vê com muito receio os progressos que os comunistas vão fazendo na nação vizinha. Pode ser bem imaginada a influência que a ameaça moscovita pode ter no desenvolvimento dos projetos e desejos de uma mais íntima aproximação diplomática com a França.

17. Um outro motivo de reserva, este por parte da França, reside no fato de ter a Alemanha, no atual conflito ítalo-abissínio, mantido uma neutralidade extremamente severa e não se conhecer exatamente quais sejam os seus futuros propósitos.

18. Não há dúvida que o governo alemão se colocou como uma potência consciente do que representa a paz europeia. A política germânica teve o grande cuidado de manifestar o seu completo afastamento em relação às resoluções de Genebra, como também pude informar a Vossa Excelência anteriormente, as quais riscam de ampliar o conflito, o que complicaria seriamente a presente situação da política internacional europeia. Contra as teses de Litvinof, isto é, contra a teoria absoluta da indivisibilidade da paz e da segurança coletiva, Berlim

teve prazer ouvindo o senhor Pierre Laval preconizar praticamente um método mais experimental, que se aproxima realmente das ideias de limitação e de localização do conflito com as quais o governo alemão parece simpatizar.

19. Também não foi com indiferença que os alemães – que se apresentam hoje como observadores calmos, mas muito atentos, da desordem reinante na diplomacia deste continente – seguiram os progressos da ofensiva desencadeada em Genebra por Moscou, por Praga, por Londres e, mesmo, por Paris. Aqui, em Berlim, esperam todos ter uma certeza de como vai evoluir a política internacional e especialmente a diplomacia francesa, para ser adotada uma forma de agir e mesmo porque sentem que não podem ter segurança devido às atitudes vacilarem no momento que mais parece que se vão definir.

20. Assim se explica, em parte, as múltiplas críticas que se manifestam novamente na imprensa alemã, como mencionei no começo deste ofício, sobre a política europeia em geral e particularmente sobre a francesa.

21. O acordo franco-soviético, considerado aqui como um instrumento de medidas coercitivas e de isolamento, contrárias ao espírito de Locarno; as negociações militares franco-britânicas, comentadas na forma a que anteriormente fiz menção; o ressurgimento do espírito de Stresa²² na política do senhor Laval, apesar do conflito ítalo-abissínio; e a questão da zona desmilitarizada do Reno são argumentos que poderiam ser invocados para justificar a atitude alemã de desconfiança. Creio, porém, que apesar de tudo, o governo de Berlim consideraria mais seriamente as explicações francesas se o III Reich não estivesse sentindo a dupla intranquilidade a que antes aludi.

22. Entre os argumentos enunciados no parágrafo anterior, um constitui certamente o grande obstáculo do momento para um perfeito entendimento franco-alemão. Refiro-me ao acordo franco-soviético e como consequência do qual já se publicou que a França estaria disposta a emprestar aos *soviets* uma quantia que alcançaria 800 milhões de francos, que aqui receiam, com justa razão, seja aplicada em fortalecer o poder militar russo.

22 N.E. – Coalizão de França, Grã-Bretanha e Itália, formalizada em 1935 na cidade de Stresa, na Itália, em oposição à anunciada intenção alemã de rearmar-se, em violação ao Tratado de Versalhes. Quando a Itália invadiu a Etiópia, a França e a Grã-Bretanha tentaram assimilar aquela ação em prol da necessidade de permanecer unidos contra a Alemanha, mas a coalizão acabou dissolvida.

23. Parece que, a esse propósito, haveria uma ideia em estudo: a de ser combinada uma fórmula entre os governos francês e alemão, que garantiria ao Reich contra um possível ataque por parte da Rússia. Essa fórmula, segundo estou informado, seria concebida mais ou menos nos seguintes termos:

A França e a Alemanha se comprometem a não efetuar nem a favorecer qualquer agressão contra uma terceira potência. Elas se comprometem também a não favorecer qualquer agressão de uma potência contra uma delas.

24. Essa fórmula, se fosse adotada, certamente tiraria ao acordo franco-soviético o ponto que poderia ser interpretado como hostil à Alemanha. Parece que, em recentes conferências entre o embaixador francês aqui e o ministro von Neurath, a referida fórmula foi examinada e, presentemente, os serviços políticos da Wilhelmstrasse e do Quai d'Orsay estão estudando cuidadosamente o assunto.

25. Está sendo esperado com bastante interesse o discurso que, segundo parece, o *führer* pretende pronunciar proximamente sobre a política externa da Alemanha e no qual, segundo dizem, exporá claramente quais as presentes e futuras pretensões alemãs e a parte que pretende tomar a diplomacia germânica na política europeia. Parece que, nessa ocasião, será ventilada a questão colonial e o ponto de vista atual deste país sobre a zona desmilitarizada do Reno, onde o Reich deseja aumentar sua força armada.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 19 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A mensagem do presidente Roosevelt e a sua repercussão na Alemanha.

N. 23 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 19 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a mensagem do presidente dos Estados Unidos da América, lida no dia 5 do corrente no Congresso, em Washington, produziu uma grande impressão, em toda a Alemanha, onde a discussão sobre a neutralidade americana está sendo seguida com o mais vivo interesse.

2. As novas tendências da Casa Branca, nessa questão, tinham sido observadas a princípio com grande satisfação nos meios políticos e diplomáticos de Berlim. Foi então comentado favoravelmente que, se em 1915, a América do Norte tivesse, como decidiu em 1935, recusado o fornecimento de material de guerra aos beligerantes, não teria certamente sido arrastada no conflito europeu de 1914. Nessas condições, a Grande Guerra, acrescentam aqui os políticos e jornalistas, teria tido um outro fim.

3. Não tardou, porém, muito tempo para se verificar que a proibição de exportação do petróleo americano, em caso de conflito europeu, equivale a deixar aos ingleses, aos russos, aos rumanos e a todos os povos produtores de petróleo toda liberdade em relação às minas daquele produto, o que não pode deixar de causar sérias apreensões.

4. Um outro ponto da mensagem do presidente Roosevelt coloca o Reich em embaraço, pois cada vez que a Inglaterra fez pressão sobre Berlim, para impelir o governo alemão a adotar a política sancionista, a Wilhelmstrasse respondeu negativamente, tomando como exemplo os Estados Unidos, país neutro, como a Alemanha, no conflito africano e, também, como a América do Norte, potência não membro da Liga das Nações.

5. Quanto mais a atitude americana apresentar analogias com a política de sanções de Genebra, mais o Reich, sob a pressão inglesa, se sente obrigado a se aproximar do bloco dos Estados que condenaram a Itália. Isso desagrade os dirigentes da Wilhelmstrasse, pois, apesar do desejo que realmente existe, presentemente, de agradar o Foreign Offi-

ce, o Reich teme e procura repelir qualquer ação que o possa arrastar, mais longe do que desejaria, contra a Itália e na direção da S.D.N.

6. As alusões do presidente Roosevelt, ao se referir aos autocratas que levam os seus países à guerra, encontraram um ambiente extremamente desagradável em todo o território alemão. Alguns jornais de prestígio, tais como o *Angriff*, dizem que o presidente americano exagerou a vontade de paz dos regimes democráticos atualmente existentes. Outros órgãos, também de significação política, relembram o discurso de mr. Baldwin sobre os regimes autoritários geradores de guerras. Essa manifestação de solidariedade anglo-saxônica e do bloco das democracias pacíficas contra as ditaduras de ação violenta foi interpretada aqui como uma espécie de aviso, que consideram injustificado, no que se refere ao Reich hitleriano, que, segundo eles declaram, sempre se mostrou partidário da manutenção da paz mundial.

7. O *Börsenzeitung* também se mostra descontente, ouvindo o sucessor de Wilson exortar as nações a terem paciência, quando buscam a reparação das injustiças que sofreram, pedindo que procurem alcançar os seus desejos por meios pacíficos e pela via diplomática. O órgão referido, muito apreciado na Wilhelmstrasse, aproveita para recordar que o povo alemão já esperou demasiado, e com uma paciência exemplar, a reparação das violências de que foi vítima desde o Tratado de Versalhes. Acrescenta que o povo alemão não deseja outra coisa senão ser convencido pelos princípios da bondade e da justiça, mas, enquanto perdurem enormes abismos entre as palavras e os atos, é necessário que o povo germânico se reserve o direito de decidir, de *motu proprio*, o que é bom e o que não lhe convém e, assim, estabelecer a sua política interna e externa.

8. A parte que estabelece, na mensagem americana, uma distinção entre os “bons” e os “maus” é a que mais tem sido atacada pela imprensa alemã e, por todos os motivos apontados, as declarações do presidente Roosevelt, suscetíveis de abalar a solidariedade espiritual das ditaduras europeias, causaram na Alemanha, muito especialmente, uma certa inquietação.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares

Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Discursos contra a França de oradores ingleses na Alemanha.

N. 24

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 21 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que se reuniu, pela primeira vez, nesta cidade, a Sociedade Anglo-Ale-mã, com a presença de vários representantes da associação correspon-dente, fundada na Inglaterra, a Anglo-German Fellowship, figurando entre eles o presidente desta última, lorde Mount Temple.

2. A sessão foi presidida pelo duque de Coburg, tendo compa-recido, entre outros membros, os senhores Rudolf Hess, represen-tante do *führer*, general von Epp, lugar-tenente da Baviera; Joachim von Ribbentrop, embaixador encarregado das questões do desarmamento; secretários de Estado Meissner e Milch; M. von Tschammer und Os-ten, chefe dos Esportes do Reich; e conde Helldorf, chefe de polícia de Berlim.

3. Lorde Mount Temple proferiu uma alocução, cujos tópicos principais são os seguintes:

Os sentimentos de amizade do povo inglês, para com os seus primos alemães, são mais fortes do que se pensa, e a nossa opinião pública está persuadida de que se chegará a um acordo claro e definitivo entre os nossos dois países, no interesse da paz. A opinião pública inglesa susten-ta a política das nossas duas sociedades, e timbro em lembrar a todos os presentes a necessidade de verificar a que ponto está ela a nosso favor. A energia do governo nacional-socialista livrou a Europa do perigo bol-chevista, que parece ter sido temporariamente afastado, mas que poderá ressurgir em qualquer momento.

4. Por outro lado, o professor inglês Conwell-Evans fez, na Universidade de Berlim, uma conferência sobre as forças da política exterior britânica. No seu discurso, o professor declarou que o primei-

ro princípio daquela política é a amizade com os domínios e os Estados Unidos, e que se a Inglaterra fosse obrigada a escolher entre os pedidos de segurança da França e dos Estados Unidos, ela tomaria, sem hesitar, o partido desta última potência, asseverando que:

A política inglesa é infensa aos pactos de garantia que seriam suscetíveis de arrastar o império a um conflito; ela prefere um sistema mais flexível, o da conciliação e revisão, que permite evitar a guerra. A França fez da Sociedade das Nações uma espécie de poder central e de meio de alianças universais para a manutenção do *statu quo* de Versalhes. O ponto de vista inglês faz da segurança coletiva uma política viva e sã, que reconhece o dinamismo na vida.

5. O professor Conwell-Evans concluiu afirmando que a Inglaterra e os domínios compreendiam as justas reivindicações coloniais da Alemanha e agiriam em harmonia com as mesmas.

6. A imprensa europeia tem comentado detidamente estes discursos, pronunciados quase simultaneamente, nesta cidade, por dois ingleses ilustres, cujas opiniões não deixam de refletir o desejo sempre crescente da Grã-Bretanha de manter excelentes relações com a Alemanha, reconhecendo, ao mesmo tempo, que as duas alocações constituem uma crítica direta à França. As palavras de lord Mount Temple devem ter produzido uma forte impressão neste país, parecendo ter sido destinadas a esclarecer a opinião pública alemã sobre a significação exata das diretrizes da política inglesa, dissipando, por outro lado, os temores, aqui sentidos, de um íntimo entendimento entre a França e a Inglaterra.

7. O discurso do professor Conwell-Evans não exige comentário. Foi, naturalmente, motivo de grande contentamento geral, causado, sobretudo, pelos ataques à política exterior francesa e pelo apoio da tese, cada dia mais próxima de uma realização prática, das reivindicações coloniais deste país.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Os emigrados alemães e as Leis de Nuremberg.

N. 27

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 21 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acaba de ser publicada uma nota oficiosa da agência D.N.B. (Notícias Alemãs de Berlim), protestando contra os motivos invocados pelo senhor James MacDonald, alto comissário para a emigração, em Genebra, o qual apresentou a sua demissão em 31 de dezembro de 1935.

2. Essa publicação observa, desde logo, que o secretário da Liga das Nações esperou dezessete anos, depois da guerra, para tomar conhecimento e querer impor certos deveres, que considera como devidos, por obrigação de caráter humanitário.

3. Alega, ainda, a referida agência, que os centenares de milhares de pessoas pertencentes aos países vencidos, que depois de estabelecida a paz, perderam as suas pátrias ou meios de existência, não despertaram a mínima piedade de quem quer que seja. Não foi feito, também, nenhum protesto contra a expulsão recente de cinco habitantes de Malmédy, que queriam conservar a nacionalidade alemã.

4. No Reich, acrescenta a mesma agência, todos pensam que a Sociedade das Nações faria bem de se ocupar do tratamento imposto às minorias nos Estados que dela fazem parte, de preferência a se inquietar com a maneira pela qual a Alemanha realiza a reconstrução de sua vida como nação independente e soberana, para a felicidade do seu povo, tomando em consideração as experiências materiais e morais de sua derrota.

5. A *Correspondência Nacional-Socialista* também publica uma nota sobre o mesmo assunto, dizendo que a Alemanha é um Estado soberano como qualquer outro e não pode continuar a suportar nenhuma intervenção nos seus negócios ou na sua política interna ou externa. A referida *Correspondência* é editada pelo próprio Partido Nacional-Socialista e segue diretamente a inspiração do ministro Goebels, que presentemente dirige o Departamento da Propaganda Nacional.

6. O *Voelkischer Beobachter*, outro órgão oficioso do governo, afirma que a demissão do alto comissário não deve ser atribuída às razões invocadas por ele e que o fracasso, do qual ele se queixa, deve ser devido à atitude dos emigrados alemães, os quais se tornaram indesejáveis na maioria dos países para onde emigraram. O referido órgão nacional-socialista diz, ainda, que se recusa a responder ao argumento do senhor MacDonald baseado na lealdade dos israelitas durante o Império Alemão e, mesmo, durante a guerra. Conclui o *Voelkischer Beobachter* que a Sociedade das Nações teria muito mais assunto para se ocupar se quisesse examinar a fundo o “sistema sanguinário do bolchevismo implantado na Rússia e que a ferro e fogo quer estender ao mundo inteiro, destruindo em toda a parte a nossa civilização e os sagrados princípios consagrados sob a base do respeito a Deus, pátria e família” e, se a mencionada liga de Genebra não age assim, isso constitui a melhor prova [de] que a ação do comissário para a emigração foi inspirada por motivos puramente políticos. Parece, diz ainda o mesmo jornal, que houve uma intenção de atingir a Alemanha do III Reich, sob pretextos de causas de ordem humanitárias.

7. Dois juristas do Ministério do Interior, deste país, acabam precisamente de publicar um comentário detalhado das leis chamadas de Nuremberg. Eles desde logo definem a legislação alemã, em oposição aos Direitos do Homem, decorrentes da Revolução Francesa, “que frequentemente não servem senão para proteger os inimigos da comunidade”. O nacional-socialismo opõe à igualdade de todos os homens a desigualdade das civilizações e culturas das diversas raças humanas. É baseado nesse princípio de desigualdade que o novo direito alemão julga acertado recusar aos israelitas os direitos de cidadão do Reich.

8. Prosseguem aqueles jurisconsultos afirmando que todos se surpreenderam, vendo a guerra movida contra a expressão “ariano”, que foi adotada pelo III Reich. Não é bastante, dizem eles, precisar exatamente o que se quer definir. A palavra mencionada está baseada sobre uma confusão entre povos e raças. Na realidade, não se deve colocar a questão de saber a qual raça pertence este ou aquele povo, mas simplesmente é necessário saber de qual raça faz parte tal ou qual representante, ou membro deste ou daquele povo.

9. Dizem ainda, textualmente, os mesmo juristas oficiais:

Devemos considerar como parentes próximos do povo alemão todos os povos que se compõe [sic] das mesmas misturas de raças. Essas são

essencialmente as que formam os povos europeus e seus descendentes que se encontram fora do continente, estando, assim, consequentemente excluídos todos os indivíduos de raça estrangeira que vivem entre esses povos e, em primeira linha, os judeus.

10. Os comentadores mencionados agregam que, se a lei alemã leva até a desassimilação dos judeus, essa política finalizará o ódio de raça de ambos os lados e criará um sentimento de afastamento, fora de qualquer paixão.

11. Devo dizer a Vossa Excelência que, enquanto assim se exprimem aqueles juristas, o *Stürmer*, jornal dirigido por um amigo íntimo do chanceler Hitler e que presentemente tem uma tiragem de quase 300 mil exemplares, prega abertamente o ódio de raças na forma a mais brutal e desumana.

12. Examinando a questão da mistura de sangue, a interpretação jurídica que aqui dão à Lei de Nuremberg tende à assimilação à raça alemã até um quarto de sangue judeu e, a partir de meio-judeu, os indivíduos deverão ser submetidos a uma legislação especial e terão o qualificativo de não arianos. Todas as organizações que admitiram em seus estatutos um parágrafo ariano, ultrapassando as resoluções de Nuremberg, deverão imediatamente suprimi-lo.

13. A lei sobre os domésticos ficou assim concebida:

Os casais israelitas não terão o direito de contratar ou de se fazer servir por empregados arianos e, tratando-se de judeus solteiros, em qualquer caso não podem ter ao seu serviço criadas de menos de 45 anos de idade.

14. Serão considerados como família israelita qualquer agrupamento onde se encontre um homem de mais de 16 anos de idade daquela raça. As diversas empresas, estabelecimentos comerciais, hotéis, pensões, etc. não foram atingidos por esta lei, mas seus proprietários, sendo judeus, não poderão contratar empregados, do sexo feminino, senão para os serviços de ordem comercial e não nas suas residências particulares. Os hóspedes de passagem e os sublocatários não darão às famílias onde habitam o caráter de israelitas, mesmo porque nenhuma família ariana tem o direito de receber hóspedes de raça judia.

15. Visando uma interpretação mais ampla das Leis de Nuremberg, foram recentemente tomadas novas medidas em relação ao corpo

médico não ariano. Assim, os professores e docentes não poderão continuar a lecionar nas diversas universidades, cursos médicos, faculdades e escolas oficiais, ou de ordem particular, desde que não sejam arianos; e aos israelitas só é permitido quando se tratem de estabelecimentos puramente judeus. Também aos médicos israelitas é vedado exercer a sua profissão em hospitais, cursos particulares, etc., de caráter oficial, ou em qualquer estabelecimento médico cristão. Essa intensificação de medidas governamentais contra os israelitas produziu profunda impressão nos centros médicos estrangeiros, pois, grandes expoentes da ciência médica alemã e que atraíam a Berlim, Munique, Hamburgo, etc. um grande número de médicos de quase todo o mundo, para com eles praticarem, serão, a partir de 1º de março vindouro, obrigados a se submeter às ditas prescrições, se quiserem permanecer na Alemanha, ficando, porém, praticamente privados dos meios de subsistência decorrentes de suas especialidades.

16. Nessas condições e em todas que Vossa Excelência já conhece, e que se referem às perseguições que têm sofrido, neste país, os indivíduos de raça israelita, parece que o protesto formulado em Genebra pelo senhor MacDonald e que tanta indignação tem aqui causado é, a meu ver, perfeitamente justificado, ao invocar os princípios de caridade e de humanidade contra a guerra impiedosa que aqui se desenvolve cada vez mais cruel contra os infelizes judeus.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 22 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Convenção de assistência entre a Alemanha, a Polônia e o Japão.

N. 28 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 22 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, desde que aqui cheguei e em diferentes ocasiões, tem sido objeto de comentários na imprensa internacional, principalmente na de Paris e Londres, as notícias que circulam – devo dizer, insistentemente – sobre a existência de acordos militares secretos entre a Alemanha, Japão e Polônia para, unidos, melhor se defenderem em caso de conflito entre a Rússia e o Japão.

2. O boato parece ter fundamento e, ainda há dias, em conversa na Wilhelmstrasse, ouvi de um alto funcionário quase a confirmação do fato acima citado, ao se referir à necessidade do Brasil estabelecer uma perfeita solidariedade e, mesmo, uma frente comum com os países que presentemente tratam de formar uma barreira à propaganda da III Internacional no mundo inteiro.

3. Devo dizer a Vossa Excelência que, em tempo, o governo do Reich desmentiu, evasivamente e muito fracamente, a existência de semelhantes convenções, que mais parecem ser verídicas em face do acordo germano-polonês, assinado em 26 de janeiro de 1934, e, também, pela presença atual, em Berlim, de numerosas delegações japonesas, que incessantemente se renovam e que estão praticando, principalmente, nos departamentos de aviação alemã.

4. Segundo outras notícias, também colhidas em boa fonte – das quais, entretanto, não me foi possível obter confirmação –, parece que o embaixador alemão em Tóquio teria confirmado, por escrito, um acordo verbal, estabelecido em 4 de janeiro corrente, pelo qual os governos alemão e japonês se comprometem a uma mútua assistência aérea, em caso de uma ou outra daquelas duas potências vir a ser atacada pela Rússia. A referida convenção também estabelece as bases pelas quais deve ser orientada essa assistência e a forma prática de um e outro país poder socorrer o que estiver em tal situação.

5. Essa informação, posso assegurar a Vossa Excelência, coincide com o espírito da política atual do Reich, o qual, por todas as formas, quer estabelecer os meios de defesa contra um possível ataque russo, mormente depois que a propaganda comunista ganha visivelmente terreno na França e na Tchecoslováquia, ameaçando, assim, duas fronteiras deste país.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A Marinha de Guerra alemã.

N. 32

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 23 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em aditamento ao meu ofício número 14, de 11 do corrente, que a construção da nova frota de guerra alemã progressa rapidamente.

2. Em uma interessante publicação de caráter oficioso, feita recentemente na *Marine Rundschau*, revista mensal e sempre orientada pelo Ministério da Marinha alemão, encontramos alguns dados interessantes sobre o movimento que tem tido a política de construção naval de guerra, nos últimos tempos.

3. Assim, vemos que, depois da incorporação do *Almirante von Spee*, de dois submarinos e de cinco vedetas ultrarrápidas, destinadas à caça dos submarinos, ainda existem em construção as seguintes unidades: dois encouraçados de 26 mil toneladas cada um; dois cruzadores protegidos de 10 mil cada um; 16 destróieres de 1.625 toneladas cada um; seis submarinos de 500 toneladas cada um; dois submarinos de 750 toneladas e 10 navios de escolta de 800 toneladas, os quais também podem ser utilizados como avisos de guerra. Esses navios de escolta, cuja construção tem sido cercada do mais rigoroso segredo, obedecem a um novo tipo de grande poder ofensivo, pois são otimamente armados e dispõem de bons meios de defesa e de uma marcha ultrarrápida. A primeira dessas unidades já está em serviço desde 16 de dezembro último e há projeto de ulteriormente ser aumentado o número de tais unidades.

4. Em outras publicações da mesma natureza, constantemente têm sido editados artigos de técnicos navais alemães, onde sempre vem defendido o programa de intensificação dos meios da defesa naval alemã, e sempre vemos referências ao acordo naval anglo-alemão assina-

do em junho do ano findo, que constitui, sem dúvida, um dos grandes acontecimentos da política do Reich e um grande êxito diplomático deste país, no ano findo.

5. Muito agradecerei a Vossa Excelência, se julgar dever, informar o excelentíssimo senhor almirante ministro da Marinha do que precede.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 29 JAN. 1936 • AHI 04/03/04

[*Índice:*] A situação econômica da Alemanha.

N. 40 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 29 de janeiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que, segundo pude verificar nos meios autorizados, o reservado acolhimento que está sendo dispensado ao projeto de elevação das tarifas ferroviárias, principalmente no que se refere ao transporte de mercadorias, é explicável mormente entre os produtores e os pequenos industriais, pois serão eles, certamente, os que mais duramente deverão suportar os encargos suplementares de tal medida, que deve atingir, na melhor das hipóteses, a uma cifra de cerca de 100 milhões de marcos, sem que lhes seja possível cobrar uma compensação pelo aumento do preço das mercadorias, que desde já o governo alemão ameaça impedir.

2. A margem de lucros – já muito afetada pelas pesadas contribuições existentes e de caráter obrigatório, destinadas ao fundo de *dumping* instituído em junho último, por outras taxas de diversas origens e pela obrigação existente em muitos pontos do país de ocupar um pessoal excedente ao que é necessário – ficará, assim, ainda mais reduzida. O aumento de despesas será particularmente penoso para as

indústrias de consumo alimentício, que atualmente atravessa, como é sabido, uma crise bem severa.

3. Alguns ligam à decisão sobre as tarifas ferroviárias uma importância simbólica, em relação ao curso do ano de 1936, que agora começa, considerado como sendo o verdadeiro início de uma era de penitência, de acordo com as necessidades de reduzir as despesas exageradas da Alemanha e conforme tanto deseja o ministro das Finanças.

4. Posso, porém, assegurar que uma tal providência não poderá ser realizada senão pelo próprio Estado, que sempre e cada vez mais aumenta suas despesas e sem contar, visando completar a política de rearmamento do país no mais curto prazo.

5. Em revistas econômicas das mais autorizadas, já se começa a preconizar o aumento geral dos impostos e, aliás, as vezes que fazem propaganda em favor das mais severas restrições de despesas aumentam, por assim dizer, diariamente. Assim, a *Reichskreditgesellschaft*, banco pertencente ao Estado, aparece como advogado de tal alvitre e, no seu último relatório semestral, sugere, a título de compensação, um aumento de contribuições por parte de empresas particulares em favor do governo, e acrescenta, para o país.

6. Na mesma ordem de ideias, o senhor Koehler, presidente da Comissão Política e Econômica do Partido Nacional-Socialista, estabelece como programa da nova batalha do trabalho a nacionalização da economia nacional para aumentar a vitalidade da máquina. Trata-se, como Vossa Excelência poderá apreciar, de uma política absolutamente nova no III Reich, cujos economistas até agora não cessaram de criticar a nacionalização efetuada durante o período compreendido entre os anos de 1925 a 1929, devido ao aumento de falta de trabalho que então foi verificado. Não se pode bem entender como uma nova política nesse gênero, visando melhorar o material industrial, poderá repercutir favoravelmente no mercado do trabalho e a esse respeito o senhor Koehler silenciou de modo significativo.

7. A agravação da situação em numerosos centros comerciais do país pode ser ilustrada pelo número de falências e de concordatas que alcançaram, em 1935, a 3.695, com um aumento de mais de 4% sobre o ano anterior.

8. De outro lado, a expansão ao extremo do crédito, praticada pelo nacional-socialismo risca de criar para o Reichsbank as maiores dificuldades. Essas aparecem desde já no balanço, que recentemente apresentaram os diretores daquele estabelecimento para o ano findo.

9. A agravação que acima mencionei também se refletiu no setor bancário e econômico do país. A carteira comercial do Reichsbank – compreendendo letras, cheques, bônus do Tesouro – aumentou de cerca de 500 bilhões de marcos em relação ao ano anterior, isto é, ao de 1934. A situação, porém, ainda é mais grave se considerarmos que duas terças partes das letras são títulos sem nenhum valor comercial, descontadas para atender a interesses de ordem política e, ainda mais, se examinarmos o ponto referente ao Banco de Descontos em ouro, que retomou do Reichsbank, para entregar ao mercado monetário livre, uma quantidade considerável de letras representando 1.200 milhões de marcos livres, ou seja, em moeda brasileira, cerca de nove milhões de contos de réis.

10. Enquanto, a 31 de dezembro de 1934, a carteira de letras do Banco de Descontos em ouro, simples sucursal do Reichsbank, possuía 101.800 milhões de marcos, representados por bons títulos, em 30 de novembro de 1935, isto é, menos de um ano depois, essa soma ficou reduzida a apenas 1.316 milhões de marcos e, na presente data, ainda é menor essa reserva.

11. A circulação de notas do Reichsbank aumentou, durante o período de um ano, segundo informações oficiais, de 400 milhões de marcos, mas há quem afirme que a inflação disfarçada já atingiu a um número mais elevado e já se fala em cerca de um bilhão de marcos. O volume da circulação é, no entretanto, bastante superior ao que indicam oficialmente e que figura nas informações do Reichsbank, de 5.115 bilhões de marcos. O *Frankfurter Zeitung*, jornal dos mais conceituados nos meios financeiros alemães, avalia que essa cifra deva alcançar agora a 6.389 bilhões de marcos, contra 5.589 bilhões no fim do ano de 1934.

12. O encaixe metálico atual de 88 milhões de marcos alcançou um dos níveis mais baixos e, assim, o papel-moeda não está presentemente coberto senão em uma porção de 1,9%, enquanto que, em janeiro de 1935, essa cobertura ainda alcançava a 3%. A garantia metálica total da circulação não deve ser calculada em uma porcentagem superior a 1,5%, o que quer dizer que praticamente é inexistente.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares

Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 04 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Antecedentes de Harry Berger.

N. 51 / CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 4 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o meu telegrama confidencial número 12, de 3 do corrente, e de acordo com o que então anunciei a Vossa Excelência passo a referir alguns detalhes complementares.

2. No sentido de poder enviar a Vossa Excelência informações seguras para melhor podermos estabelecer aí a nossa defesa contra o comunismo, já obtive uma ligação com a *Geheimes Staatspolizeiamt*²³ e com os elementos da organização alemã à qual está afeta a repressão da propaganda da III Internacional neste país. De ambas obtive promessa de que me seriam fornecidos todos os elementos de informação, no que se refere ao trabalho comunista no Brasil e na América do Sul.

3. Nessas condições eles logo puseram à minha disposição as fichas referentes ao pseudo Harry Berger e esclarecimentos sobre a sua mulher, também conhecida pela polícia alemã. Na mesma ocasião, me foi facilitado o retrato de um tal Zelaznik, que também se intitula Barsilai e que, em tempo, teve ligação e parece que chegou a mesmo usar o nome de Berger.

4. A polícia alemã considera Arthur Ewert, que aí foi preso com o nome de Harry Berger e a sua mulher Elisa Berger – realmente Saborowski – um casal extremamente perigoso e deve ser julgado como o principal chefe do movimento comunista na América do Sul, gozando em Moscou de maior prestígio e autoridade do que o próprio ministro soviético em Montevideu, Minkin.

5. Assim como já foi dito, o indicado Harry Berger não é senão o antigo deputado comunista ao Reichstag alemão Arthur Ernst Ewert, nascido em 13 de novembro de 1890 em Heinrichswalde, distrito de Niederung na Prússia Oriental. Ele é conhecido, desde 1921, como

23 N.E. – Repartição da Polícia Secreta do Estado (Gestapo).

comunista influente e já naquela época Ewert fazia parte do Comitê de Ação da coligação dos comunistas germânicos.

6. No ano de 1923, durante o congresso do Partido Comunista Alemão, ele foi designado para trabalhar como membro do comitê chefe do bureau político daquele partido. Em 1926 fez parte do comitê central do Partido Comunista Alemão, como membro do comitê central, pertencendo ao bureau político e de organização da propaganda da III Internacional.

7. É sabido que Ewert esteve na Rússia em 1927, regressando à Alemanha em 1928, quando em 20 de maio foi eleito deputado do Reichstag pelo partido comunista alemão.

8. Em 1928, durante a reunião do VI Congresso Internacional do *Komintern* em Moscou, ele foi eleito membro do Comitê Executivo da III Internacional.

9. Ulteriormente, Ewert foi aqui acusado de alta traição e contra ele foram instaurados vários processos criminais perante os tribunais alemães, mas todos ficaram anulados devido à lei geral de anistia política, que então foi promulgada.

10. Ewert, durante a sua atividade política na Alemanha, usou de diversos nomes, tais como: “Arthur”, “Braun” e “Blom”. Utilizava passaportes falsos com os seguintes nomes: “Georg Keller, nascido em 13 de novembro de 1890, na Basileia, Suíça”; “Arthur Korner, nascido em 18 de setembro de 1890, em Breslau”; e “Ulrich Dach, nascido em 12 de outubro de 1894, na Basileia”.

11. Arthur Ewert casou-se, em 1922, com Elisa Saborowski, nascida em 14 de novembro de 1886, em Borszymmen, distrito de Lyck, Prússia Oriental. Esteve em Berlim, com interrupções, de 1905 a 1930 e, em 20 de dezembro de 1930, a polícia berlinense registrou a sua saída para Moscou. No período compreendido entre abril de 1914 e agosto de 1919, esteve na América do Norte. Em 8 de agosto de 1919, foi verificada oficialmente a sua volta a Berlim, precedente de Kapuskasing, domínio do Canadá.

12. A mulher que foi presa no Rio de Janeiro em companhia de Ewert-Berger deve ser, segundo julga a polícia alemã, a sua antes mencionada esposa que foi aqui identificada pela primeira vez em 1924, quando usava, como agente da “Tcheca” o nome “Sabo”. Exercia, ela, naquela época, o cargo de secretária na central do Partido Comunista Alemão e usava, também, os pseudônimos “Klara” e “Josef”. Na reunião suplementar do Comitê Executivo da III Internacional de Mos-

cou, reunido em março de 1926, ela tomou parte com o pseudônimo “Braun”. A sua saída de Berlim foi verificada, em 1º de outubro de 1931, com destino desconhecido.

13. Quando foi aqui conhecida a prisão no Rio de Janeiro de um “Berger” como agente comunista e quando ainda não era sabido que esse “Berger” [era] o Arthur Ewert, houve a suposição nos meios policiais do *intelligence service* alemão de que “Berger” pudesse também ser um indivíduo que, há anos, foi preso em Berlim e depois expulso do território alemão e que se chamava Isidor Zelaznik, guarda-livros, nascido em 29 de outubro de 1900 ou 1909, em Cracóvia, Polônia. Zelaznik foi preso, em 1931, por ocasião de uma busca verificada nos escritórios da “Liga contra o Imperialismo”, em Berlim. Ao ser preso declarou ser Siegfried Stahl, nascido em Koenigsberg, na Prússia Oriental, mostrando documentos falsos para confirmar tais declarações, que visavam principalmente evitar a sua expulsão deste país. Ele também se fazia chamar Isidor Barsilai, nascido em 29 de novembro de 1909, em Cracóvia. Por ocasião de ser interrogado, declarou ter estado dez anos na Palestina, onde ocupou um posto de evidência no serviço de propaganda comunista, tendo sido obrigado a fugir em 1931, para não ser preso pela polícia inglesa, que então o vigiava de perto.

14. Entre os documentos encontrados nos escritórios da “Liga contra o Imperialismo”, existia um que se referia a um indivíduo de nome “Berger”, que em 1927 exerceu em Jerusalém o cargo de secretário do Partido Comunista da Palestina. Em junho de 1929, esse – ou outro “Berger” – figurou como delegado da “Liga contra o Imperialismo” em Moscou.

15. Junto, Vossa Excelência encontrará fotografia de Arthur Ewert, sua ficha policial e impressões digitais e, bem assim, uma fotografia de Isidor Zelaznik. Todos esses documentos me foram fornecidos, como já referi, pelo serviço secreto da polícia alemã.

16. As autoridades policiais alemãs estimariam muito se pudessem ter confirmação oficial de nossa polícia, se o preso aí com o nome de “Berger” pode ser considerado como sendo o antigo deputado Ewert e, também, se pudéssemos fornecer informações detalhadas sobre a atividade aí de Ewert ou Berger, da mulher que com ele foi presa e, bem assim, sobre os documentos confiscados. Também agradeceriam a remessa de fichas e fotografias dos indivíduos que, na mesma ocasião, foram presos pela polícia brasileira e também dos comunistas deportados. Pede igualmente o serviço secreto alemão, com particular

interesse, uma recente fotografia de Luiz Carlos Prestes e, possivelmente, a sua ficha de identificação.

17. O mesmo serviço sugere que, de futuro, essa remessa de informações para uma melhor repressão do comunismo, entre as polícias alemã e brasileira, seja feita de forma regular, como já executado no que se refere ao tráfico das brancas; e, para que possa conservar um carácter absolutamente confidencial e serem mais garantidas as remessas, poderão ser encaminhadas por intermédio desta legação para as nossas comunicações e pela embaixada alemã aí para as deste país.

18. Rogo a Vossa Excelência ordenar que sejam transmitidas em forma absolutamente confidencial à nossa polícia as informações contidas neste ofício, sendo que o *intelligence service* de Berlim estimaria que, para maior eficácia dos comunicados já feitos e dos que prometeu para o futuro, não sejam os mesmos dados à publicidade, principalmente, para não ser identificada a origem.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 5 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A política internacional e a Alemanha.

N. 52 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 5 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício desta série, n. 28, de 22 de janeiro último, tenho a honra de informar Vossa Excelência que os centros políticos e diplomáticos alemães estão acompanhando, com mais vivo interesse, as negociações diplomáticas que presentemente estão sendo realizadas em Paris, depois de iniciadas, em Londres, por ocasião dos funerais do rei Jorge V.

2. A imprensa do Reich adverte severamente os diplomatas

do mundo contra as manobras do senhor Litvinoff, o qual, segundo o *Lokal-Anzeiger*, um dos mais importantes órgãos berlinenses, está percorrendo todas as capitais para introduzir o micróbio da revolução mundial, habilmente cultivado nos laboratórios da III Internacional.

3. Segundo os comentários ouvidos nos meios diplomáticos autorizados deste país e estampados nos principais jornais alemães, parece que, atualmente, o Reich se acha em face de uma situação que se assemelha à que existia depois de Stresa, tendo, porém, o posto da Itália – agora absorvida com as preocupações da sua guerra na África – sido ocupado pela Rússia. O Reich vê, não sem sérios temores para a paz europeia, aparecer novamente, no cenário da política deste continente, o projeto de um pacto oriental e o de um acordo danubiano.

4. Em relação a este último, que se destina a assegurar a independência da Áustria, o *Deutsche Allgemeine Zeitung*, um dos jornais mais autorizados de Berlim, refuta categoricamente que a Alemanha ameace de qualquer forma essa independência. Lembra, em favor dessa contestação, as recentes palavras do *führer*, o qual, em uma entrevista concedida a um jornal francês, afirmou que o problema da *anschluss*²⁴ não figura na ordem do dia da política internacional alemã. No entanto, o que figura nessa ordem do dia, acrescenta o mesmo jornal, é a ratificação do pacto entre Moscou e Paris.

É sabido que essa aliança é francamente dirigida contra a Alemanha. Enquanto o texto de tal acordo se contenta de falar de uma terceira potência, o relatório que foi submetido ao Parlamento da França pela Comissão dos Negócios Estrangeiros se refere claramente ao Reich,

assim prossegue o *Deutsche Allgemeine Zeitung*, que também menciona a possibilidade, em tal emergência, de ser levado a efeito um acordo germano-italiano. Essa será fatalmente a direção que tomará a política internacional alemã, se as dificuldades opostas ao estabelecimento de uma combinação entre a Alemanha, França e Inglaterra forem de caráter irremovível.

5. Também aqui se acompanha atentamente o desenvolvimento desse mesmo assunto em Tóquio e Roma. Já a Itália fez saber que o pacto danubiano não é mais de atualidade para o governo de Roma e que, assim, neste momento, deve ser afastada qualquer tentativa de fazê-lo[?] reviver, visando evitar novas complicações perigosas para a

24 N. E. – Anexação.

paz. Em Tóquio, as provocações de Moscou já começam a exasperar os círculos políticos e militares. Em geral, a opinião japonesa está muito preocupada com a orientação seguida pela diplomacia inglesa em relação aos *soviets* e, assim, os governantes nipônicos estão temerosos que as conversações entre o senhor Litvinoff e o ministro Eden tenham concluído, entre outras coisas, na possibilidade de uma cooperação anglo-soviética no Extremo Oriente. Isso praticamente seria considerado, no Japão, como a necessidade de acelerar a guerra russo-japonesa, com todas as suas graves consequências para a paz mundial.

6. Como Vossa Excelência pode desde logo julgar, os meios políticos de Berlim estão bastante inquietos e são feitas as mais variadas hipóteses, principalmente sobre a atitude que deverá assumir o Reich em face da ratificação do pacto franco-soviético pela Câmara francesa e se realmente forem efetivados novos acordos com a Rússia – aqui, em geral, considerados como medidas inamistosas e ameaçadoras para a Alemanha.

7. Continuarei a informar Vossa Excelência de tudo o que chegar ao meu conhecimento a esse respeito, considerando, porém, o assunto de bastante gravidade.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 10 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] O atual exército alemão.

N. 56 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 10 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência, com o pedido de levar ao conhecimento do excelentíssimo senhor general ministro da Guerra, que, segundo informações obtidas em fonte segura, o Reich

presentemente dispõe de um exército permanente de 600 mil homens, compreendendo 250 mil oficiais e soldados procedentes da Reichsheer²⁵, 250 mil recrutas e 100 mil homens da polícia militar.

2. A essas forças aquarteladas, equipadas e otimamente armadas e municadas, devem ser adicionados 250 mil homens do serviço do trabalho militar, 100 mil das milícias hitlerianas denominadas S.A. (*Sturm-Abteilung*) e S.S. (*Schutz-Staffel*)²⁶ e 40 mil reservistas de primeira linha de 25 a 35 anos de idade, que estão fazendo serviço militar nas unidades especiais denominadas *Ergänzung*²⁷.

3. Desde abril de 1935, os milicianos alemães foram divididos em duas categorias: as classes de 1921 a 1934 e as de 1935 em diante.

4. Nessas condições, a Alemanha, no fim de 1936, poderá dispor facilmente de um exército de primeira linha de dois milhões de homens aptos para todas as operações de guerra.

5. Além disso, 2.500.000 jovens de 14 a 18 anos de idade estão recebendo uma instrução pré-militar, comandados por oficiais instrutores do exército nas formações da “juventude hitleriana”.

6. Os mobilizados da campanha 1914 a 1918 foram novamente inscritos nos registros do exército e alcançam a mais de um milhão de homens, entre oficiais e soldados.

7. O potencial de guerra deste país pode, assim, ser considerado como formidável e de primeira ordem e, sem medo de errar, pode ser afirmado que sete milhões de homens fizeram, de uma ou outra forma, o serviço militar.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



25 N.E. – Denominação dada ao Exército Imperial e que foi usada no período de 1919 a 1935.

26 N.E. – Escolta, guarda pessoal.

27 N.E. – Adendo, complemento.

OFÍCIO • 12 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A Marinha de Guerra alemã.

N. 61 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 12 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 32, de 23 de janeiro último, tenho a honra de informar Vossa Excelência, com o pedido de levar ao conhecimento do excelentíssimo senhor almirante ministro da Marinha, que, segundo informações que pude obter de fonte autorizada, os dois novos couraçados alemães de 26 mil toneladas cada um, atualmente em construção nos estaleiros alemães para a sua Marinha de Guerra, serão armados respectivamente de nove canhões de 279 mm e de 12 canhões de 152 mm. Nada se sabe ainda sobre o número exato e o calibre dos canhões antiaéreos, mas supõem os centros navais que serão mais numerosos do que os empregados até agora em navios daquela categoria e de um poder ofensivo que excede a todas as armas desse gênero, e construirão mesmo, segundo dizem, uma grande surpresa em matéria de armamento contra aviação.

2. No que se refere aos dois cruzadores de 10 mil toneladas, estes serão armados, cada um, de oito canhões de 203 mm; e os 16 destróieres de 1.650 toneladas terão, cada um, cinco canhões de 127 mm e oito tubos lança-torpedos de 533 mm.

3. Nos 20 submarinos de 250 toneladas, o armamento compreenderá uma metralhadora pesada e três tubos lança-torpedos. A velocidade desses navios será de 13 nós na superfície e de sete nós quando navegarem submergidos.

4. Ainda não se sabe exatamente qual será o armamento dos seis submarinos de 500 toneladas e dos dois submarinos de 750 toneladas.

5. Os novos navios “surpresa” – cuja construção está sendo feita sob o maior mistério e que parecem destinados a combater os *scouts* e submarinos – serão, segundo pude averiguar, em número de 10, que será progressivamente elevado até formar um conjunto de 100. Disporão de uma grande velocidade e de um grande poder ofensivo, e desde já posso informar Vossa Excelência que terão, cada um, dois canhões de 101 mm, duas metralhadoras pesadas, dois tubos lança-torpedos e dois canhões antiaéreos.

6. As vedetas armadas – em cuja ação muito confiam as autoridades navais alemães e que estão sendo construídas em número de 15 – destinam-se principalmente a proteger os portos e as esquadras quando navegando próximo dos mesmos. Esses pequenos navios desenvolverão uma extraordinária velocidade e serão armados, cada um, de uma metralhadora e de dois tubos lança-torpedos de 508 mm e de um canhão pequeno antiaéreo.

7. Soube também, em caráter confidencial, que estão muito adiantados os estudos para a construção de dois couraçados ultrapotentes, que deslocarão, cada um, 35 mil toneladas, mas que, sendo construídos pelo processo aqui chamado “de bolso”, poderão de fato ser considerados como de quase 440 mil toneladas. Essa notícia, embora divulgada secretamente, já está causando sério alarme na França e na Inglaterra, pois ambas essas potências ainda não dispõem de navios de uma tão alta força ofensiva e defensiva, acrescentando que o projeto alemão é de iniciar a referida construção no começo da primavera próxima, isto é, dentro de dois ou três meses.

8. Atendendo ao desenvolvimento que vai tendo a Marinha de Guerra alemã e [a]o interesse que os estaleiros alemães estão demonstrando – direi, mesmo, insistentemente – para receber encomendas do Brasil com pagamento na base de trocas de mercadorias, tomo a liberdade de respeitosamente sugerir a Vossa Excelência a conveniência do nosso governo nomear um adido naval para esta legação, que, aliás, dentro em pouco será elevada a embaixada. Presentemente, aqui está em estudos o comandante Oswaldo de Alvarenga Gaudio, oficial que muito se tem esforçado em auxiliar os serviços desta legação nesta parte e que, sem nenhum aumento de despesa, suponho aceitaria essa comissão, que viria, aliás, facilitar os trabalhos que aqui está fazendo por ordem do Ministério da Marinha.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 13 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Sofrimentos de alemães residentes na Rússia.

N. 62 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 13 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que, desde algum tempo, é aqui sabido, por notícias chegadas da Rússia e agora mais amplamente divulgadas pelo jornal oficioso do Departamento do Trabalho do Reich, o *Arbeitsmann*, que alemães ali residentes têm sido vítimas de violências e de maus tratos.

2. Assim, há poucos anos o número de alemães que permaneciam na Rússia era avaliado em cerca de 15 mil, mas, no correr dos anos de 1934 e 1935, ficaram reduzidos a menos da metade.

3. O governo soviético tem-se recusado a aplicar para aqueles indivíduos, principalmente para os que estão estabelecidos no campo, as cláusulas do acordo de trabalho que foi concluído há cinco anos entre o Reich e a Rússia, antes do regime hitleriano na Alemanha. Assim, apesar da existência desse tratado – que, aliás, está em pleno vigor, pois nunca foi denunciado por nenhuma das altas partes contratantes –, têm sido exigidos empréstimos forçados aos referidos trabalhadores alemães, os quais, além disso, são frequentemente perseguidos, sob pretextos de atos políticos contra o governo russo, e enviados para regiões insalubres ou extremamente frias, onde, obrigados a pesados trabalhos, com escassa alimentação, morrem em curto prazo. Os que exercem a profissão de operários, ou de empregados de diversas naturezas recebem salários inferiores ao mínimo necessário para apenas obterem alimentação. Finalmente, o governo soviético continua a perseguir atrozmente o culto religioso, quer seja católico ou protestante, levando-o à ruína pela obrigação de pesados impostos e prisão dos padres e pastores. Uma escola alemã foi fundada há alguns anos em Moscou, mas as autoridades russas, por meios indiretos e violentos, impedem as crianças de frequentá-la, exercendo uma forte pressão sobre as famílias das mesmas para obrigá-las a terem seus filhos matriculados em colégios populares soviéticos, onde se ensina a moral comunista e o abandono de qualquer ideia religiosa, e o ateísmo impera.

4. O governo alemão está seriamente preocupado com tal assunto, mas não tem meios de poder repatriar esses seus nacionais; e há

poucos dias o *Deutsche Allgemeine Zeitung*, em vibrante artigo, referiu-se aos fatos acima mencionados, atacando fortemente os *soviets* por essas novas atrocidades.

5. Não resta dúvida que tais atos são cometidos como represália à campanha que o Reich move contra a ação nefasta do comunismo e, assim, ainda mais reprovável se torna um tal proceder, que tem indignado o público alemão de forma que obrigará certamente este governo a tomar providências urgentes, dentro de curto prazo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 15 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Discurso do chanceler Hitler contra os israelitas.

N. 65 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 15 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no dia 13 do corrente, foram celebrados, em Schwerin, solenes exéquias em homenagem a Wilhelm Gustloff, chefe do grupo dos nacionais-socialistas alemães na Suíça, recentemente assassinado em Davos por um israelita. Essas exéquias se revestiram de uma excepcional solenidade, com a presença do *führer*, do ministro Rudolf Hess, representante direto e substituto eventual do chanceler Hitler na direção do Partido Nacional-Socialista; do dr. Goebbels, ministro da Propaganda do Reich; do ministro alemão em Berna e de altos funcionários do partido nazista.

2. O chanceler Hitler pronunciou nessa ocasião um violento discurso, no qual fez um severo histórico da atitude dos judeus na Alemanha, desde o fim da guerra até a presente época. Declarou o chefe do governo do Reich que os atentados praticados neste país contra a

vida dos bons cidadãos e patriotas, em geral, e contra a dos nacionais-socialistas, em particular, foram sempre o resultado do trabalho de camaradas alemães, agindo sob a influência direta e do ódio dos israelitas, que ele considera como únicos responsáveis de todas as desgraças que a Alemanha tem sofrido desde a assinatura do Tratado de Versalhes.

3. O *führer* declarou textualmente que:

(...) no caminho já percorrido pelo nacional-socialismo e durante os anos de luta, nunca foi assassinado nenhum adversário político pelos nazistas e jamais nenhum membro do partido referido foi acusado de estar envolvido em qualquer atentado político. É preciso declarar solenemente, em honra da Suíça como da Alemanha e dos alemães residentes na Confederação Helvética, que não foi possível encontrar um só nacional desses dois países que aceitasse o miserável encargo de uma tão revoltante ação criminal. Foi assim que o nosso camarada foi abatido por um representante da raça que empreendeu uma luta fanática, não somente contra o povo alemão, mas contra toda e qualquer nação livre e independente. Nós já compreendemos essa declaração de guerra dos judeus contra nós e aceitamos a luta com todas as suas consequências.

4. Esse discurso produziu grande sensação, pois as declarações do chanceler Hitler não são perfeitamente exatas, bastando recordar a longa série de crimes políticos praticados na Alemanha durante o período do governo do presidente Ebert que vitimaram, entre outras personalidades, os ex-ministros Erzberger e Rathenau e, mais recentemente, os assassinatos dos chefes nazistas Roehm, general von Schleicher e senhora, o chefe católico Klaussner, Strasser, antigo lugar-tenente de Hitler e chefe da dissidência nazista no momento do *führer* assumir o governo do Reich, e um grande número de milicianos das tropas de assalto. Esses crimes, como é sabido, foram obra dos nazistas e dos adeptos do atual regime.

5. Reina, também, uma grande intranquilidade entre os alemães de origem judaica que ainda residem na Alemanha. Temem eles fortes represálias por parte do Partido Nacional-Socialista, para vingar a morte de Gustloff, as quais, segundo dizem, serão levadas a efeito terminados os Jogos Olímpicos.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 17 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A atitude da Alemanha em face do pacto franco-soviético.

N. 67 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 17 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, segundo informações que obtive em boa fonte, a Alemanha não aceita o pacto franco-soviético, presentemente em discussão no Parlamento francês, nem sob o ponto de vista político, nem jurídico, e o governo do Reich considera de grave responsabilidade para os que concluíram esse acordo as consequências que dele podem resultar para a paz europeia.

2. A *Correspondência Diplomática e Política*, folha oficiosa da Wilhelmstrasse, há dias se manifestou com energia contra uma informação divulgada em Paris pela agência Havas e transmitida de Berlim, na qual foi publicado que a Alemanha teria aceito, tanto sob o ponto de vista jurídico como político, o pacto franco-soviético.

3. A referida *Correspondência Política* da Wilhelmstrasse, nessa ocasião, acrescentou que as informações da agência telegráfica francesa tinham infelizmente conseguido dar uma tal impressão em Paris e Londres, sobre a atitude alemã em face do referido pacto, que se torna urgente que a opinião pública em França e na Inglaterra seja devidamente esclarecida. Desde o momento em que surgiu o projeto de um pacto entre Paris e Moscou, a atitude do Reich não variou. Apesar das trocas de impressões entre Paris e Berlim e entre Berlim e as demais potências signatárias do Acordo de Locarno, as questões suscitadas pelo referido projeto de um tratado soviético ficaram em suspenso, principalmente porque os acontecimentos políticos de ordem geral sobrevindos ulteriormente constituíram elementos favoráveis para apoiar o ponto de vista alemão e justificar amplamente as apreensões da Wilhelmstrasse.

4. O órgão do Ministério dos Negócios Estrangeiros acrescenta que não somente os jornais franceses e russos admitiram que o pacto era contra a Alemanha, como também tal fato foi confirmado pelo deputado francês senhor Torrès, relator do projeto na Câmara francesa, que, em discurso, não fez o menor mistério sobre o objetivo de tal acordo.

5. Depois de analisar os perigos que comporta o pacto franco-soviético, que não pode ser comparado aos tratados de garantia franco-polonês e franco-tchecoslovaco, o órgão da Wilhelmstrasse repele com energia toda e qualquer possibilidade de participação do Reich em tal acordo com os *soviets*.

6. Acrescenta ainda a mesma publicação que um convite à Alemanha de aderir ao mesmo pacto não poderá ser tomado em consideração senão pelos que imaginam que a Rússia poderia desempenhar, em qualquer época, o papel de guarda do Reno no caso de uma agressão francesa contra a Alemanha.

7. Assim, pois, conclui a *Correspondência Diplomática e Política*, as apreensões alemãs continuam a existir, como também a responsabilidade de todos aqueles que organizaram o pacto franco-soviético, que se batem pela sua provação ou que procuram envolver na questão principalmente a responsabilidade da Grã-Bretanha.

8. Depois de ter sublinhado os riscos que comporta para a França uma aliança com a Rússia comunista, o órgão da Wilhelmstrasse termina declarando que a Alemanha, na sua qualidade de potência europeia, estima do seu dever chamar insistentemente a atenção do governo francês sobre o caminho perigoso pelo qual enveredou a política francesa.

9. Devo dizer a Vossa Excelência que este assunto está apaixonando deveras a opinião pública alemã, e os jornais, embora mantendo uma linguagem elevada, não escondem as graves consequências que podem advir para a paz do mundo se o referido pacto for finalmente ratificado pela França, pois ele é aqui considerado incompatível com o espírito e a letra do Tratado de Locarno.

10. Convém salientar que presentemente não se pode assegurar se as publicações que, como disse, têm aparecido em profusão na imprensa alemã, a propósito da discussão no Parlamento francês do pacto franco-soviético, são destinadas a preceder uma simples campanha mais intensa e violenta, que seria desencadeada pelos jornais em todo o Reich no caso de ser ratificado o aludido acordo, ou se visam preparar

a opinião pública para uma ação forte de protesto por parte do governo do Reich. Não sendo possível, como disse, dar de imediato uma opinião segura, parece ser prudente não avançar qualquer previsão, atendendo a que, neste país, as mais importantes decisões dependem da vontade de um só homem e, principalmente, este homem sendo Adolf Hitler, de caráter extremamente violento e que se vê obrigado a praticar atos de energia e imprevistos, necessários para aumentar o seu prestígio em face do seu povo.

11. De qualquer forma, a atual situação internacional, agitada pelas conversas diplomáticas de Londres e Paris e agravada pela conclusão dos diversos pactos de não agressão, de defesa e de assistência mútua, todos celebrados ultimamente entre várias potências europeias sempre com exclusão da Alemanha, justifica plenamente a desconfiança e o temor do[s] governantes do Reich, os quais veem na atual política europeia o objetivo – principalmente da França e, mesmo, da Inglaterra – de cercar e isolar a Alemanha, devido ao contínuo aumento do seu poder militar e com o fim de impedir, ou enfraquecer, qualquer reação que porventura quisesse tentar, principalmente na zona desmilitarizada do Reno.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A política interna do Reich.

N. 68 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 18 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

O ano que findou não foi farto em acontecimentos políticos de ordem interna na Alemanha, fazendo naturalmente abstração da lei militar, que deve ser considerada como assunto de política externa.

2. As consequências dessa lei, no que diz respeito à economia interna do país, foram, porém, consideráveis, pois as encomendas para o Exército e para a Marinha, visando um rearmamento maciço, vieram substituir os diversos trabalhos executados pelo Estado e pelas empresas públicas para impedir o aumento dos desocupados e, antes, diminuir o seu número. As leis para a organização do novo exército e do serviço de trabalho dela decorrente e que tem caráter obrigatório como preparação militar dos jovens de 14 a 18 anos, ocuparam, durante alguns meses, a atenção do país e tiveram, como Vossa Excelência sabe, uma larga repercussão no estrangeiro. O afastamento definitivo das seções de assalto, a supressão dos “capacetes de aço” foram medidas que podem ser consideradas em relação direta com a reconstituição do Exército alemão. Igualmente a lei adotando a cruz hitleriana – em centro branco, rodeado de vermelho –, em substituição do antigo pavilhão imperial, marcou uma nova era de atividade militar em todo o país e foi feita para demonstrar a força e o prestígio de uma política que deve obedecer a uma só vontade e que tem o poder de romper com a maior tradição nacional – abolir a velha bandeira preta, branca e vermelha, o que não foi possível conseguir totalmente durante o governo socialista que nasceu em Weimar. A nova bandeira hitleriana deve ser considerada como o emblema da restauração da potência militar alemã.

3. Além dessa reforma, que é, por assim dizer, capital, a medida mais importante adotada no correr de 1935 foi a legislação antisemita de Nuremberg, de que, aliás, já me ocupei em ofício anterior desta série, n. 27, de 21 de janeiro último. De fato, os israelitas estavam já reduzidos antes dela ao papel de cidadãos de segunda classe. A referida lei consagrou essa degradação, tirando-lhes o direito de voto – lei de desigualdade desconhecida em qualquer Estado moderno – e proibindo-lhes o casamento com as pseudo “arianas”. Essa política teve como resultado acentuar a emigração, que antes tinha tendência a diminuir. As repercussões econômicas foram incalculáveis: *boycottage* dos produtos alemães no estrangeiro; transferência para fora da Alemanha de certas indústrias e, apesar das medidas severas de fiscalização, a fuga de capitais consideráveis. A mais grave consequência será certamente a de obrigar o governo do Reich a conservar durante muitos anos uma fiscalização rigorosa, para evitar a saída de moeda livre e de cambiais e, assim, impedir que tais fortunas israelitas possam emigrar em massa.

4. No terreno da religião, a política adotada e seguida nos dois primeiros anos do III Reich foi continuada, isto é, a guerra prosseguiu

entre o Estado e as igrejas. O Estado tratou de intensificar a sua fiscalização, principalmente para as igrejas protestantes, nomeando um ministro para os cultos, o dr. Hanns Kerrl, que desde logo manifestou o desejo de conciliar as duas principais tendências; mas, até agora, a Igreja confessional, ou confessante, está resistindo à ação, ou intromissão, do governo. Em relação aos católicos, as polêmicas e numerosos processos e prisões de padres, frades e freiras mantiveram uma forte tensão e irritação nos meios religiosos. As perseguições sob pretexto de favorecerem os mesmos a exportação ilícita de marcos, motivando até a prisão de um bispo e de um vigário, não fizeram senão intensificar o conflito entre o catolicismo e o nacional-socialismo. O problema relativo ao ensino dos católicos e protestantes subsiste sem solução, não tendo ainda havido nenhum acordo, mas parece que o governo alemão vai tentar novos esforços, principalmente para a instrução dos jovens católicos, assunto de extrema importância política, mormente na Baviera, onde existe uma população católica extremamente numerosa.

5. Um dos grandes objetivos do regime hitleriano é, sem dúvida, a unificação do Reich, mas isso não se está operando tão rapidamente quanto era lícito supor. A solução desse problema encontra uma série de dificuldades, principalmente no que diz respeito à administração financeira, pois, se for preciso unir as caixas econômicas, as caixas de seguros sociais, etc. à de novas unidades territoriais, resultarão cálculos extremamente complicados.

6. Em 1º de abril do ano findo, a justiça dos “países” foi suprimida e o Reich, desde então, domina completamente nessa prerrogativa essencial do Estado.

7. Uma lei reorganizou a administração das comunas, que conservam uma certa autonomia, dependendo, porém, de uma fiscalização do Reich, representada pelos *Statthaltern* e o Partido Nacional-Socialista.

8. Na mesma forma foi efetuada a organização dos grupos econômicos e da frente do trabalho. Foram realizadas eleições para os membros dos conselhos de confiança das empresas.

9. Uma grande manifestação realizada em Leipzig, em agosto do ano findo, na presença do ministro Schacht teve em vista integrar na Frente Unida do Trabalho, que substitui os sindicatos operários, os grandes agrupamentos da economia nacional. Foi uma demonstração para patentear a solidariedade popular da união da economia com a social [*sic*].

10. A dominação nacional-socialista continua a ter entre os seus

mais graves problemas os de ordem econômica e financeira. As esperanças da classe operária e, de uma forma geral, da classe menos abastada, de alcançar benefícios com a mudança do regime foram adiadas para tempos indefinidos. Mas se, de um lado, os dirigentes do III Reich renunciaram a imediatamente melhorar essa situação, se esforçam no entretanto para que uma tal situação não se agrave. Como evitar a baixa dos salários? Por meios artificiais foi possível abaixar o número de desocupados de seis a dois milhões, mas será possível manter essa situação por longo tempo? Não parece provável e, ainda mais, não se sabe como poderá ser assegurado o abastecimento do povo alemão quando as importações são insuficientes e uma grande parte do produto das exportações em dinheiro, de valor ouro, é aplicada na compra de matérias-primas destinadas a armamentos. O financiamento de tais gastos e a obtenção de recursos para o referido fim são sérios problemas, que obrigam os dirigentes do Reich a encarar seriamente a situação, como uma das mais graves que tem atravessado este país.

11. Embora o orçamento tenha sido aliviado de uma despesa de quatro bilhões de marcos no atual exercício, devido principalmente ao aumento de impostos e diminuição da subvenção aos desocupados, de qualquer forma, a referida soma ainda está longe de poder cobrir os gastos extraordinários decorrentes do rearmamento intensivo e das grandes obras públicas e despesas exageradas de propaganda e defesa do regime. A propaganda absorve, no seu trabalho dentro e fora do Reich, somas fantásticas e há quem as avalie, sem perigo de errar, em várias centenas de milhões de marcos anuais; os funcionários da polícia secreta e os diversos elementos do Partido Nacional-Socialista atingem presentemente um número extremamente elevado, calculado em várias centenas de mil.

12. Não se conhece exatamente o material que presentemente possui o Exército alemão, qual o número de aparelhos da sua aviação militar e naval, carros de combate, material motorizado, artilharia leve e pesada, etc., mas todos sabem que, no correr do ano de 1935, na aquisição de tal material foram gastas somas imensas, que alcançaram vários bilhões de marcos.

13. Os recursos orçamentários, sensivelmente aumentados como acima referi, sendo insuficientes, forçoso foi confessar um vultoso déficit. Três remédios aparecem logo em primeiro plano: o aumento de imposto, empréstimos e créditos. Para o primeiro caso não se pode fazer menção publicamente, com receio de uma forte reação,

devido à grande sobrecarga desse gênero que já pesa sobre o povo alemão, embora veladamente ele sinta que cada vez aumentam as suas contribuições para o Estado. O último é, sem dúvida, o recurso que mais tem sido aplicado desde a implantação do III Reich e do qual este governo tem usado e abusado quase sem limites, e já os técnicos financeiros estrangeiros avaliam a dívida a curto prazo do Reichsbank e do Tesouro alemão em cerca de 20 bilhões de marcos. Tais cifras são aqui contestadas, mas já chegam a admitir que alcancem 15 bilhões de marcos. Deve ser observado que tais obrigações datam principalmente de mais ou menos seis meses e que o ministro da Economia, dr. Schacht, tem insistido em várias ocasiões para que sejam adotadas urgentes medidas para evitar o aumento das dívidas a curto prazo, bem como sobre a necessidade imediata de serem as mesmas consolidadas. Qualquer que seja exatamente a cifra de tais encargos, deve ser considerado que a Alemanha atingiu o limite máximo e que, de agora em diante, só resta o recurso de empréstimo externo ou interno. Assim, já se está ouvindo com insistência a ordem governamental, dirigida imperiosamente ao seu povo, de economizar e confiar as suas economias ao Reich, como obra patriótica.

14. Até agora, os empréstimos do Reich, relativamente pouco importantes, foram subscritos principalmente pelas caixas econômicas e pelas de seguros sociais. Os depósitos das caixas econômicas alcançaram, em 1935, a 13.000.000.657 contra 12.240.000.000 no ano anterior; os depósitos em conta corrente nos bancos passaram de 1.730.000.000, em 1934, a 1.980.000.000 em 1935; e os seguros sociais aumentaram de cerca de 1.400 milhões de marcos. No seu total, esses números acusam um aumento de recursos bem modesto para um povo de quase 70 milhões de almas. Eles concordam com a renda dos empregados em geral – operários, empregados domésticos e funcionários –, que subiu durante os três primeiros trimestres de 1935 de 22.072.000 a 23.230.000 de marcos.

15. Os negócios de caráter comercial a varejo, que não aumentaram senão de 2,5%, e o trabalho nas indústrias ditas de consumo, que baixou, em 1935, de cerca de 56% de sua capacidade total a menos de 55%, confirmam que a renda das massas, suas economias e as suas faculdades de consumir, três ordens de prosperidade intimamente ligadas entre si, se mantêm estacionárias. É preciso não esquecer que o índice dos preços em geral, de janeiro de 1933 a dezembro de 1935,

subiu de 91,3 a 103%, tornando, assim, o custo da vida neste país cada vez mais elevado.

16. Toda a prosperidade celebrada pela propaganda nacional-socialista, com exibição de dados estatísticos, reside nas indústrias que fornecem materiais para as grandes obras públicas e nas que executam as encomendas do Estado de caráter militar, e em outras para impedir a falta de trabalho. Nessa categoria, a proporção das horas de trabalho em função da capacidade atingiu a 66,2% em outubro de 1934, contra 53,9% em janeiro de 1935 e 28,5% em janeiro de 1933; na indústria de ferro atingiu a 78,4%; nas indústrias mecânicas, 72,8%; e, na indústria elétrica, 71,9%. Se a curva da produção alemã se apresenta ascendente, não nos devemos deixar iludir, pois o que ela indica não são os produtos consumidos pelos particulares, e simplesmente os de que necessita o Estado para as suas grandes instalações, principalmente de caráter militar. A produção das fábricas de tecelagem baixou de 10% a 20%, isto é, exatamente à metade, e uma das grandes indústrias de Berlim, a de roupas feitas para homens e senhoras, não conseguiu vender, em 1935, senão 30 milhões de marcos, tendo os seus negócios, no ano anterior, alcançado cerca de 50 milhões de marcos.

17. Em relação à colheita de 1935, é estranho que até agora não se conheça nenhuma estatística oficial. Antes de ter sido feita, essa safra tinha sido objeto de várias avaliações de caráter provisório, segundo as quais deveria ser ligeiramente superior à do ano de 1934, que, aliás, foi das mais reduzidas destes últimos anos. A discrição que reina nas publicações do fim do ano, que aos poucos vão aparecendo, sobre a produção do país e, em geral, sobre a situação agrícola, surpreende bastante e tem dado lugar a um grande ceticismo. Há alguns dados sobre a produção do aço e do cimento, e não se profere nem uma palavra sobre o que ocorreu com o trigo e com as batatas. Em relação a este último produto, que é, como Vossa Excelência sabe, a base da alimentação do povo alemão, a colheita tinha sido calculada, para outubro de 1935, em 39 milhões de toneladas, contra 46 milhões colhidas na mesma época em 1934.

18. A penúria existente neste país de certos produtos de alimentação, desde principalmente três meses, tais como a manteiga, ovos, graxas, carne de porco e mesmo de vaca fala mais eloquentemente do que as estatísticas. De tempos a esta parte, ouvimos rumores sobre certos camponeses que se obstinam em não entregar os seus produtos contra pagamento pelos preços oficiais fixados pelo Estado. Há mes-

mo quem assevere que o espírito público no campo não é mais o que se sentia no princípio do regime hitlerista, e isso se explica até certo ponto. Naquela época, o camponês era o favorito dos governantes e representava a parte sã da nação, e todos os demais habitantes do país deviam, em uma certa medida, deixar-se sacrificar em favor dele. Infelizmente, essas teorias não subsistem longo tempo em um país que possui 70% de população urbana, cujos dirigentes não podem prescindir do apoio das massas em geral. Em 1933, os preços fixados pelo governo eram um pouco superiores aos que certamente resultariam de um mercado livre, seguindo a lei natural da oferta e da procura e, assim, eram vantajosos para os produtores. Depois de dois anos de colheitas medíocres, ou menos boas, esses preços têm uma natural tendência a subir e a ação do governo naturalmente se faz sentir vigorosa, para impedir que tal suceda, pois traria como consequência imediata o aumento correspondente dos salários e dos vencimentos dos empregados e funcionários: o Estado não está em condições de suportar um tão elevado aumento de despesas. Os camponeses, que esperavam que a fiscalização dos preços seria sempre a eles favorável, não estão satisfeitos e, assim, já sentimos e ouvimos, em vez das referências e do tratamento preferencial que lhes dedicava o governo, severas ameaças.

19. Em nenhum país, talvez, a fiscalização do Estado não [*sic*] se faz sentir sobre o comércio exterior como na Alemanha. Nada pode aqui ser importado sem uma autorização do Departamento das Divisas, que centraliza, por assim dizer, os meios de pagamento, e o ministro dr. Schacht mantém um rigor absoluto, não permitindo que os mesmos sejam efetuados senão quando se verifica que se destinam ao interesse do Estado. Esses meios dependem do volume das exportações e da balança comercial. Se esta última é um pouco mais favorável que a do ano precedente, o volume total das trocas será diminuído, o que é um índice pouco satisfatório para a economia alemã; ela tem necessidade realmente de matérias-primas abundantes para a sua indústria e para a alimentação do seu povo, tanto quanto artigos de exportação para pagá-las. Concebe-se bem que um dos dois temas preferidos pelo dr. Schacht seja: “desenvolvamos nosso comércio exterior”. Infelizmente, porém, esse progresso não depende senão em parte da Alemanha.

20. Alargar suas portas para fora e fazer passar uma maior quantidade de mercadorias seria o único meio de tirar este país da atual situação crítica em que se acha. O crédito do qual a Alemanha viveu desde os últimos tempos está, por assim dizer, esgotado. Agora, re-

correm à iniciativa privada para substituir e tomar o lugar do Estado nas encomendas a serem feitas às diversas fábricas e indústrias do país; mas, para fabricar, é preciso vender e, para vender, é preciso achar compradores. O consumo é fatalmente limitado pela renda nacional e, de outra parte, o Estado alemão incita os cidadãos a economizar para poderem emprestar maiores quantias ao Tesouro do Reich e, naturalmente, auxiliar a obtenção de recursos para a compra de armamentos, despesa perfeitamente improdutiva para o país. Vemos, assim, este cruel dilema, qual o de gastar para ativar as indústrias, ou economizar para pagar carabinas e canhões. Seria naturalmente mais útil e cômodo que fosse o estrangeiro que comprasse os produtos alemães, pois assim melhor aproveitaria a indústria e o fisco, de maneira que os canhões, couraçados e submarinos seriam, assim, pagos com o ouro de outros países.

21. Se não for possível, em curto prazo, reforçar as relações comerciais da Alemanha com os países estrangeiros, deveremos crer, como geralmente se supõe, que o Reich caminha para uma catástrofe, não podendo mais manter o valor da sua moeda, equilibrar o seu orçamento ou impedir uma recrudescência da falta de trabalho? Não me parece que uma tão negra perspectiva seja de realização imediata. Os regimes autoritários têm geralmente recursos e expedientes que faltam aos democratas e constitucionais. Sem nenhum impedimento, podem aumentar discricionariamente impostos, reduzir salários e vencimentos, limitar os lucros dos comerciantes em favor do Estado, decretar empréstimo forçado, finalmente, manipular livremente uma moeda cujo curso não assenta sob nenhuma base e cujo valor é fictício. Em tais condições, é necessário um acontecimento extraordinário para que se chegue a um real desastre. Em caso de crise aguda, o povo deve, por ordem superior, sofrer privações. Assistimos a esse quadro aqui, na Rússia e na Itália. Os dirigentes nacionais-socialistas não se perturbam, nem mesmo para anunciar ao povo que essa é a perspectiva que se apresenta para o dia de amanhã, a fim de permitir que o Reich possa ocupar um dos primeiros lugares entre as potências militares mais fortes.

22. Em todo caso e apesar do que possa ser dito e criticado sobre os princípios e métodos do nacional-socialismo, deve ser feita justiça ao chanceler Hitler, de ter imperturbavelmente seguido o seu caminho e o seu programa de governo com uma rara e extrema energia, uma coragem sem limites. Se, no correr desse labor, assistimos

às suas reações com força, contra as tendências dos elementos mais avançados do partido, tal como sucedeu em 30 de junho de 1934, por ocasião das execuções de Roehm e outros, ele jamais renunciou ao que constitui a essência e a base do seu programa, e ao que representa o essencial e o verdadeiro objetivo da sua política, o qual abertamente todos sabemos ser a formação de um grande império germânico, de nacionalidade puramente alemã.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] As atribuições e organização da Gestapo.

N. 71 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 21 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Estou informado, e tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, em forma confidencial, que o general Goering, ministro presidente da Prússia, por delegação do *führer*, acaba de ordenar a execução de uma lei orgânica, pela qual foram fixadas as atribuições da Gestapo, a polícia secreta política do regime nacional-socialista.

2. De acordo com a referida lei, a Gestapo deve investigar, impedir e combater todo e qualquer movimento ou propaganda de caráter político, que ofereça perigo à segurança das instituições nacionais e ao próprio Estado; e, nessas condições, informar sempre o governo, sugerir e tomar imediatamente as medidas de repressão que sejam necessárias.

3. A direção geral da Gestapo terá a sua sede em Berlim, sob a orientação do almirante Canaris, e ficará intimamente ligada à *Geheimes Staatspolizeiamt* e depende[n]te do ministro presidente Goering, o qual exercerá as funções de chefe supremo.

4. Serão instalados comissariados regionais junto aos grandes distritos administrativos prussianos e do Reich. Os chefes desses comissariados especiais organizarão serviços deles dependentes nas fronteiras do país, que serão instaladas em Aix-la-Chapelle, Allenstein, Breslau, Koeslin, Alta Silésia, Schneidemuehl, Tilsit e Treves.

5. A Gestapo poderá tomar decisões e tratar de negócios envolvendo a segurança do Estado sem necessidade de intervenção dos tribunais administrativos, ou de qualquer autoridade judiciária.

6. A nova lei também precisa certas atribuições especiais da Gestapo, que poderá proceder a inquéritos e intervir em todas as questões relativas a conspirações contra a segurança do Reich e dos seus governantes; de alta traição, tráfico de armas e munições, bem como nas que se referem aos ataques contra o Partido Nacional-Socialista e ao Estado. Pode fazer executar imediatamente toda e qualquer medida extensiva a todo o território do Reich, visando providências de repressão e de defesa contra perturbações da ordem pública e de segurança do regime. Fiscalizará o uso de armas e a distribuição de munições, e se encarregará do serviço de informações e verificação de notícias policiais que interessam ao Estado. Administrará os campos de concentração, onde são internados os elementos perigosos à ordem pública, principalmente os agitadores comunistas.

7. A Gestapo terá poderes para dar ordens e instruções à polícia comum e poderá dirigir-se diretamente aos presidentes superiores de regência e a todas as autoridades policiais do Reich. Os presidentes superiores de regência são obrigados a obedecer às instruções da Gestapo.

8. Os funcionários da Gestapo dependem unicamente do chefe dessa instituição e, nos processos políticos, os empregados dessa organização secreta podem agir na qualidade de representantes do procurador geral do Reich.

9. O orçamento geral da Alemanha fixará as verbas especiais destinadas à Gestapo e esses recursos financeiros serão postos imediatamente, em cada exercício, à disposição do chefe geral, que presentemente é, como disse anteriormente, o general Goering, o qual terá completa liberdade para aplicação dos mesmos e só em casos excepcionais poderá ser obrigado a prestar contas ao *Führer*.

10. Essa lei entrou em vigor no dia 10 do corrente mês.

11. O almirante Canaris, com que mantenho relações pessoais, facilitou-me a visita às instalações da Gestapo – o que farei proxima-

mente – e, outrossim, ofereceu os serviços dessa instituição a esta legação, para tudo o que possa interessar o Brasil na sua campanha contra o comunismo. Sua Excelência disse-me mesmo que, se eventualmente Vossa Excelência e a nossa polícia de ordem social e política necessitar, ele poderá facilitar, pelos serviços secretos da Gestapo, a decifração e descoberta de qualquer cifra de documentos de caráter comunista em código russo ou de qualquer idioma, que porventura a nossa polícia tenha necessidade de conhecer e que se refiram a cartas, ordens, etc. que aí tenham sido, ou venham a ser apreendidos em poder de agentes comunistas. Também prometeu me trazer ao corrente sobre o movimento dos emissários de Moscou que se destinem ou regressem ao Brasil e da América do Sul, acrescentando que, se o nosso governo assim o desejar, haverá possibilidade de ser concluído um acordo secreto entre a Gestapo e a nossa polícia política secreta, contra a propaganda do *Komintern*.

12. Lembrou aquele almirante que seria talvez interessante, aproveitando a próxima viagem de representantes brasileiros para as Olimpíadas de verão, incluir entre eles alguns agentes secretos de nossa polícia e de confiança do nosso governo, a fim dos mesmos entrarem em contato com a Gestapo e verificarem pessoalmente como é feito na Alemanha o serviço de defesa da ordem pública e social. Sobre esse ponto, que me foi dito sob a maior reserva, rogo a Vossa Excelência dar as suas ordens com a possível antecedência no caso de assim concordar. A Gestapo pensa que a vinda, nessa forma, de agentes de nossa polícia não despertaria a atenção dos espões russos, mas será conveniente, se essa ideia for aceita por Vossa Excelência, que os referidos agentes falem pelo menos francês, inglês ou alemão, para melhor aqui se entenderem com os seus colegas alemães.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A proibição da Suíça de funcionamento das organizações nazistas em território helvético.

N. 73

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 24 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 65, de 15 do corrente, tenho a honra de informar Vossa Excelência que a recente proibição imposta pelo governo suíço, visando impedir qualquer ação do Partido Nacional-Socialista alemão no território daquele país, desencadeou, em Berlim, uma verdadeira tempestade de protestos.

2. O governo suíço resolveu não mais tolerar a existência, no seu território, de uma seção central e de diversas organizações regionais do partido nazista alemão, como consequência lógica do incidente político, extremamente desagradável, motivado pelo assassinato, em Davos, do *führer* dos nacionais-socialistas alemães na Suíça, Gustloff, e a esse fato já tive ensejo de fazer referência no ofício acima citado.

3. A opinião pública na Suíça ficou profundamente emocionada com o triste acontecimento de Davos e condenou severamente o atentado político, mas não deixou, também, [d]e reprovar asperamente as atividades nazistas no território suíço. Informações de diversas origens contribuíam, sem dúvida, a manter a inquietação no país, que, como Vossa Excelência sabe, preza principalmente a sua independência política e, agora, a julga algo ameaçada por aqueles fatos e, mais ainda, com a construção de importantes trabalhos de fortificação e concentração de forças militares alemãs a menos de 60 quilômetros da fronteira suíça-alemã, em Schaffhausen.

4. A decisão acima referida, tomada pelo Conselho Federal Suíço, marca uma reação contra toda e qualquer veleidade de Berlim de inquietar, ou querer se imiscuir na política interna e, mesmo, ameaçar a independência daquele país. Essa preocupação não visa o nazismo alemão, pois o Conselho Federal Suíço submeteu ao exame do Ministério da Justiça a questão de saber se, de futuro, poderá ser permitida a existência na Suíça de organizações políticas estrangeiras, sejam quais forem. A advertência é, assim, dada a todas as propagandas, oficiais ou não, que se esforçariam de levar a sua ação dentro dos limites da Confederação Suíça. Nessa forma, ficou decidido pelo governo de Berna

que nenhuma outra representação oficial será reconhecida, nem tolerada, a não ser a respectiva missão diplomática ou consular.

5. Os protestos da imprensa do Reich se baseiam nos argumentos que o Partido Nacional-Socialista se confunde com o próprio governo alemão e, presentemente, ser alemão quer dizer, implicitamente, ser nacional-socialista. Nessa forma, interditar as organizações do partido aqui dominante e imperante significaria impedir os nacionais alemães de se agruparem seguindo a sua nacionalidade, ainda que somente visando fins culturais. A imprensa de Berlim chega mesmo a pretender que o governo suíço, visando um partido ao qual os alemães têm a obrigação de pertencer, busca exercer sobre eles uma influência política e estabelece uma discriminação injuriosa para a Alemanha, pois os agrupamentos políticos estrangeiros, fora do nacional-socialismo, são tolerados na Suíça. Acusam abertamente a Confederação Helvética de obedecer à pressão dos partidos da esquerda, o que parece ser a todos perfeitamente injusto.

6. O recente ato do governo suíço determinou, porém, uma iniciativa da Wilhelmstrasse, que, por intermédio do ministro alemão acreditado em Berna, endereçou àquele governo uma nota protestando contra a proibição de funcionamento na Suíça das diversas seções do Partido Nacional-Socialista alemão. Essa nota declara que a medida tomada pelo governo de Berna é uma demonstração política considerada aqui inadmissível e pede uma modificação na atitude do Conselho Federal. De qualquer forma, porém, não se confirmou a ameaça de certas represálias, que tinham sido anunciadas como sendo intenção de serem adotadas pelo governo de Berlim.

7. Segundo estou informado, o governo suíço não modificará a sua decisão, que foi tomada com a maior calma e depois de cauteloso exame do Conselho Federal, tendo em vista somente evitar complicações políticas e manter as boas relações com países vizinhos, tais como a Alemanha e a Itália.

8. Provavelmente, o assunto ficará regularizado por via diplomática, diretamente entre as chancelarias de Berna e de Berlim.

9. Esse incidente deve certamente interessar ao nosso governo, atendendo a que no Brasil também funcionam seções do Partido Nacional-Socialista e do fascismo e, em qualquer momento, poderão surgir complicações e o atual precedente poderá, então, eventualmente, ser de grande utilidade para medidas do mesmo gênero, que devam ser adotadas pelo nosso governo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 27 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Proibição da exibição do novo filme de Charlie Chaplin.

N. 77

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 27 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, a fim de que as nossas autoridades sejam devidamente informadas, que o governo alemão acaba de proibir a projeção em todo o Reich da recente película cinematográfica de Charlie Chaplin, intitulada “Tempos Modernos”.

2. Segundo estou informado, a referida película é destinada à propaganda de ideias comunistas e a sua divulgação nas principais capitais do mundo está sendo patrocinada pela III Internacional de Moscou.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 28 FEV. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A inauguração da Exposição Internacional do Automóvel em Berlim.

N. 78

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 28 de fevereiro de 1936.

Senhor Ministro,

Acaba de ser inaugurada oficialmente a 25ª Exposição Internacional de Automóveis, com a presença do chanceler Hitler; do dr. Goebbels, ministro da Propaganda, barão von Eltz-Rübenach, ministro dos Transportes; do corpo diplomático acreditado em Berlim e de altas autoridades civis e militares. A exposição deste ano coincide com o meio centenário da fundação da indústria do automóvel na Alemanha.

2. Os jornais desta capital deram uma larga publicidade a essa solenidade e principalmente ao discurso inaugural, então proferido pelo *führer*.

3. Nesse discurso, o chefe do governo do Reich fez um rápido histórico do papel primordial que o automóvel e a aviação já desempenham, e que serão chamados a representar, em tudo o que se refere às comunicações motorizadas que, cada vez mais estão sendo também aplicados às necessidades da guerra moderna.

4. Depois de ter traçado as diretivas e indicado as diferentes fases das diversas evoluções de ordem social, o *führer* declarou que a política dos povos repousa principalmente na necessidade de sempre poder contar com o carvão e o petróleo.

5. O automóvel, disse sua excelência, não é mais um objeto de luxo mas sim um acessório indispensável da vida normal, e já pode ser considerado como artigo de primeira necessidade. Acrescentou que é por tal motivo que a Alemanha tem favorecido o desenvolvimento da sua rede rodoviária e tem intensificado a produção das indústrias do automóvel, riqueza que todas as nações devem constantemente estimular. Disse mais o chanceler: que nem os impostos, nem qualquer outra taxa devem ser aplicadas aos fabricantes ou aos automobilistas; e mesmo, ao contrário, deve ser buscada a possibilidade de serem construídos o maior número possível de carros pequenos, para que cada um e, mesmo os alemães de classe modesta, possam pretender usar do automóvel, como condução a fim de ganhar tempo e dinheiro, e para o auto todas as vias estão abertas pelo governo do Reich, principalmente

no que se refere aos carburantes e à borracha. Para ser conseguido tal objetivo, continuou o *führer*, é indispensável baixar os preços e adaptá-los à renda e recursos de quatro ou cinco milhões de compradores e, assim, o carro popular, cuja fabricação venho pedindo há três anos, deve ser realizada sem mais demora.

6. O senhor Hitler, insistindo sobre a necessidade de ser empreendida a construção de tais modelos de automóvel, para mais facilmente também serem mobilizados os compradores, continuou o seu discurso dizendo que os políticos e os jornalistas, principalmente os judeus, acusam o governo como culpado da falta de manteiga, de ovos, de margarina etc.

Eles acrescentam que é uma punição de Deus. Não é necessário chegar tão longe: na Alemanha existem demasiados habitantes para um espaço extremamente reduzido. No entanto se muita gente quisesse em certa forma se acomodar a reduzir a sua maneira de viver e de gastar isso redundaria em benefício da grande massa.

Nessa parte, visivelmente, existe uma alusão às possíveis reivindicações alemãs em relação às suas antigas colônias, e já a imprensa de Paris e Londres fez comentários a respeito.

7. Disse, ainda, o chanceler que o atual salão de automóvel prova eloquentemente a eficiência das medidas econômicas do nacional-socialismo.

Nós temos o direito de esperar que o êxito no futuro será completo e dois argumentos confirmam as minhas asserções: 1º) a falta do carburante alemão foi vencida e o carburante alemão aqui está; 2º) pela primeira vez apresentamos, neste gênero de exposições, pneumáticos fabricados com borracha sintética e eu os julgo de 10 a 30% superiores aos de goma natural.

Terminando, o *führer* afirmou que o governo nacional-socialista mantém integralmente o seu programa de motorização nas indústrias de guerra e de agricultura, e que prosseguirá na construção de autoestradas.

8. O chanceler fez todas essas interessantes declarações diante de um quadro luminoso, onde linhas coloridas indicavam a importância das produções da indústria automobilística alemã, em comparação

com as da França, Estados Unidos, Inglaterra e Itália durante o ano de 1935. Todas as curvas marcam um aumento constante, mês a mês, com exceção da parte referente à indústria francesa, cuja linha descendente demonstra a diminuição da produção de automóveis em França, desde cerca de três anos. No que se refere à indústria alemã, ficou demonstrado que a produção de automóveis foi de 44.000 carros em 1932; de 83.000 carros em 1933; de 157.000 em 1934 e de 215.000 em 1935.

9. Em relação ao combustível nacional, do qual tratarei especialmente em outro ofício, pouco foi publicado até agora sobre o assunto, mas os resultados têm sido os mais satisfatórios possíveis.

10. O salão apresenta também aos visitantes uma seção reservada à borracha sintética, a que o chanceler fez referência no seu discurso. Esse produto, sucedâneo da borracha natural, tem merecido por parte dos técnicos a mais viva atenção e interesse, e os resultados obtidos e expostos na presente exposição internacional registram êxitos muito satisfatórios para a técnica alemã. Conquanto seja duvidoso afirmar desde já, os jornais dizem que, devido aos referidos resultados, dentro de poucos anos o automobilista alemão poderá escolher, aproximadamente ao mesmo preço, o pneumático ou câmara de ar fabricado com a borracha natural ou com a sintética alemã. Esse novo produto, que constitui uma defesa contra a exportação de divisas e de caráter militar, em caso de guerra e consequente bloqueio da Alemanha, foi obtido com substâncias tiradas do carvão de pedra, do carbureto de cal e da cal, e ficou denominado “Buna”. O exército e as diversas administrações públicas já estão ensaiando a “Buna” em seus carros e caminhões automóveis, já tendo os mesmos veículos percorrido satisfatoriamente mais de um milhão de quilômetros, o que indica a boa resistência do referido produto. Voltarei brevemente a tratar deste assunto, estando neste momento reunindo informações detalhadas sobre a “Buna”, da qual penso mesmo poder remeter a Vossa Excelência amostras, que certamente interessarão ao nosso governo, tratando-se de uma fabricação que, pelo menos no mercado alemão, poderá vir a prejudicar a borracha brasileira.

11. A exposição em geral pareceu-me menos importante do que as que em tempo tive ensejo de visitar, aqui em Berlim. Domina naturalmente a representação de carros alemães e muitos dentre eles já estão adaptados a receber o combustível alemão, e também é interessante mencionar que outros voltam a apresentar motores elétricos, que, ex-

perimentados no princípio da vida dos automóveis, agora, pelo menos aqui na Alemanha, merecem novamente uma mais intensa aplicação.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 1 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Ordens telegráficas das polícias estaduais para vistos em passaportes.

N. 87

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 1º de março de 1936.

Senhor Ministro,

Desde que assumi a direção desta legação, tenho observado que muitos vistos em passaportes são concedidos, pelo departamento consular, em virtude de autorizações telegráficas emanadas das administrações policiais e de segurança pública dos estados, sem que aquele departamento tenha elementos para julgar sobre a autenticidade das referidas autorizações.

2. No intuito de melhor prover a fiscalização que, no caso, compete ao serviço consular e no de impedir a entrada no Brasil de elementos indesejáveis, que possa resultar de um telegrama apócrifo, permito-me sugerir a Vossa Excelência a conveniência de serem expedidos por essa Secretaria de Estado os telegramas das administrações estaduais autorizando a concessão de vistos em passaportes.

3. O entendimento que, porventura, se realize entre esse ministério e os governos estaduais poderia também se estender a todas as comunicações que devam fazer aqueles governos aos representantes diplomáticos e consulares do Brasil, e, nesse caso, seria a meu ver ainda mais útil a ação de Vossa Excelência na defesa dos próprios interesses dos estados.

4. A expedição por esse ministério das comunicações que de-

vam fazer os governos dos estados aos representantes diplomáticos e consulares do Brasil, teria ainda a vantagem de evitar a diversidade de instruções sobre um mesmo assunto, que poderá resultar da continuação do regime atual, o que aliás já sucedeu com ordens expedidas por um então interventor e que eram contrárias aos regulamentos que regem o nosso corpo diplomático.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 3 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] O pacto franco-soviético e a sua repercussão na Alemanha.

N. 91 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 3 de março de 1936.

Senhor Ministro,

A notícia da ratificação do pacto franco-soviético pela Câmara francesa foi acolhida em Berlim com a máxima reserva. Os meios competentes se contentam, pelo menos por enquanto, de salientar que a França acaba de tomar uma decisão extremamente grave, não somente de consequências perigosas para o governo francês e o seu povo, como para toda a Europa.

2. Os que esperavam, como consequência imediata da ratificação daquele pacto pelos deputados franceses, um golpe de força ou qualquer ato surpreendente e de efeito por parte da Alemanha, verificaram que a surpresa consistiu em verificar a absoluta calma, visivelmente aparente, com a qual a Wilhelmstrasse e a opinião pública alemã acolheram a notícia em Berlim e o silêncio quase total que foi feito em torno do assunto pela imprensa, em todo o território do Reich, no cumprimento visível de uma ordem superior.

3. As mesmas personalidades oficiais e oficiosas que asseguravam há dias que a Alemanha não deixaria passar sem uma qualquer

manifestação a ratificação pela Câmara dos Deputados de França do pacto soviético, hoje demonstram uma reserva e uma discrição impenetráveis e, assim, não se sabe como interpretar um tão sintomático silêncio. Talvez o *führer* espere a ratificação pelo Senado francês para empreender qualquer ato ou agir na forma que lhe pareça mais oportuna; mas, pessoalmente, tenho a impressão que o governo alemão, ou melhor, o próprio *führer* não tomou até agora nenhuma decisão a respeito e aguarda o desenvolver dos acontecimentos para ser resolvida a atitude que deverá assumir o governo do Reich.

4. As conversas realizadas recentemente por intermédio do senhor von Hassel, embaixador da Alemanha em Roma, entre o *führer* e o *duce* não parece que tenham encorajado o chanceler Hitler à execução de um golpe de força, como por exemplo o rearmamento da zona desmilitarizada do Reno, ou a reivindicação pública das colônias alemãs. De qualquer forma, tudo revela que o *führer* presentemente se interessa deveras em se aproximar da Itália, como potência garantidora do Tratado de Locarno, pacto que os alemães pretendem ter sido violado pelo novo acordo celebrado entre Paris e Moscou.

5. A esse propósito, e como já disse anteriormente no meu ofício número 67, de 17 de fevereiro último, desta série, o governo alemão continua a manter o seu ponto de vista [de] que o pacto franco-soviético é incompatível com o Acordo de Locarno. A sugestão recentemente feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de França, senhor Flandín, de submeter ao Tribunal da Haia a discussão franco-alemã sobre a compatibilidade do pacto soviético com o Tratado de Locarno não encontrou, devo dizer a Vossa Excelência, eco favorável na Wilhelmsstrasse e nem mesmo a imprensa mais autorizada se ocupou do assunto na sua devida importância. Nos círculos políticos e diplomáticos, acham que essa sugestão foi apresentada demasiadamente tarde, pois não é depois da ratificação do pacto, que cria um fato consumado, mas sim no mês de maio de 1935, quando o governo alemão apresentou oficialmente as suas objeções, que deveria ter sido feita pelo governo francês uma proposta desse gênero.

6. A tendência que domina aqui foi sempre [a] de colocar em segundo plano o lado jurídico do problema e a tese que defendem é mais ou menos a seguinte: o Tratado de Locarno não é somente uma obra jurídica, ele considerou também as realidades políticas do equilíbrio das forças e era precisamente o que aqui consideravam como o seu principal valor; associando a Alemanha e a França com potências

garantidoras, previa inevitavelmente a aliança e associação de três grandes potências, pelo menos contra um agressor eventual; essa superioridade esmagadora, em caso de conflito, tornava qualquer agressão mais ou menos impossível; o pacto constituía, assim, uma garantia de paz muito sólida na Europa Ocidental e, isso, apesar da França ter já como aliados a Polônia e a Tchecoslováquia; essas alianças não deixaram de produzir uma certa hesitação por parte do Reich, mas os dois países em questão, em 1925, não eram senão potências de segunda ordem, e a Alemanha não podia temer uma ofensiva da parte de uma delas, ou mesmo de ambas. No que se refere à Rússia, a situação é aqui diversamente considerada. Potência forte, cujas forças militares crescem continuamente e em pouco tempo constituirão uma grande força militar, naval e aérea, deve ser bem observada e, se presentemente procura afirmar os “seus sentimentos pacíficos”, ninguém pode garantir que assim agirá no futuro, pois a política da III Internacional visa a propaganda, no exterior, da guerra e revolução mundial, por todos os meios, mesmo com a ajuda de apoio militar. O fato [de] que presentemente a Alemanha não tem fronteiras com a Rússia parece ainda mais incitar o governo soviético a empresas belicosas, pois estaria sempre protegida pela barreira polonesa, enquanto as suas aliadas, França e Tchecoslováquia, seriam as vítimas imediatas. A entrada da Rússia nas combinações de alianças e acordos de mútua proteção, enquanto em 1925 ela não figurava em tais pactos, modifica sensivelmente o equilíbrio europeu. Isso é uma questão de fato, que nenhuma chicana jurídica poderia modificar e, ainda mesmo que os juízes da Haia proclamassem que o pacto franco-soviético se encaixa dentro do Acordo de Locarno, não poderão negar, no entretanto, que o Tratado de Locarno, tal como foi concebido há 10 anos, não mais existe, em face das novas combinações da política franco-anglo-italo-russa.

7. Esses são os argumentos que apresenta a Wilhelmstrasse e que se manifestam pelas opiniões colhidas dos mais eminentes diretores daquele ministério, mas de qualquer forma, não se chega a nenhuma conclusão.

8. No que se refere à posição da Itália, relativamente ao desejo de uma aproximação da Alemanha com aquele país, todos sabemos que a recente atitude britânica, potência igualmente garantidora do Tratado de Locarno, desagradou profundamente o governo de Roma e, assim, ali também consideram o referido pacto como violado, ou pelo menos afetado e, desse modo, parece existir uma espécie de identidade de in-

teresses entre o Reich e a Itália. Ambas essas nações consideram que, por motivos embora diferentes, o pacto de Locarno não foi cumprido, quer pela Inglaterra, quer pela França. Tanto o Reich como a Itália já declararam, em diferentes ocasiões, que o modo de agir daquelas duas potências poderia acarretar consequências graves. A Alemanha já se referiu à possibilidade da intensificação das sanções contra a Itália, como consequência do pacto franco-soviético. Esse ponto parece ser o mais interessante, pois a todos não se afigura impossível que a Alemanha, antes de decidir definitivamente sobre a atitude a assumir, deva aguardar a evolução dos debates que serão realizados pelo Comitê dos 18, cuja reunião está fixada para o dia 2 do corrente mês.

9. Compreende-se bem o sentimento alemão ao se sentir abandonado pelo Foreign Office – e isso, aliás, se manifesta nos ataques da imprensa alemã, que mais visam à Inglaterra, por ter influenciado a França no que diz respeito à conclusão do pacto soviético – e, nessas condições, se explica que a Wilhelmstrasse lance seus olhares para Roma.

10. Em conversa com o embaixador de Itália, esse disse-me textualmente:

Il ne saurait être question entre le Reich et l'Italie ni d'un mariage d'amour ni même d'un mariage de raison. Ce serait simplement l'isolement de l'un et le désespoir de l'autre, que jetteraient le Reich et l'Italie dans les bras l'un de l'autre.

Essas declarações são perfeitamente sugestivas e esclarecem bem a presente situação.

11. Em outro ofício, informarei detalhadamente sobre as negociações que ultimamente foram tentadas entre Berlim e Roma, visando uma maior aproximação entre as duas chancelarias, a que acima referi.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 5 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] As recentes declarações do *führer* sobre as relações franco-alemãs.

N. 93 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 5 de março de 1936.

Senhor Ministro,

As recentes declarações feitas pelo chanceler Hitler ao senhor Bertrand de Jouvenel, redator do *Paris Midi*, reanimaram inesperadamente as discussões em torno do problema das relações franco-alemãs.

2. Essa entrevista, que deveria ter sido publicada em Paris no dia 20 do mês passado, isto é, antes da ratificação do pacto franco-soviético, por intervenção do governo francês somente no dia 2 de março o *Paris Midi* deu à publicidade, sacrificando, em grande parte, o efeito que produziria sobre a opinião pública francesa e, talvez mesmo, prejudicasse na Câmara a ratificação do aludido pacto.

3. Essa entrevista foi reproduzida no dia 3 do corrente, em quase toda a imprensa parisiense e retransmitida para todas as principais capitais. Os jornais alemães dedicaram, nestes últimos dias, longos comentários sobre a repercussão que as referidas declarações tiveram no estrangeiro.

4. Esses jornais destacam particularmente certos trechos, nos quais o *führer* reprovava o pacto franco-soviético, e os que se referem diretamente à necessidade de uma leal colaboração franco-alemã.

5. Diz o chanceler Hitler:

Cada povo deve contribuir com a sua parte para a cultura europeia. Cada nação imagina que sua colaboração particular é a mais valiosa. Quem, porém, poderá julgá-la? O que, porém, é certo e indiscutível é a extrema importância das contribuições francesa e alemã. Existe entre nós uma espécie de jogos olímpicos do espírito. O gênio germânico, o gênio latino são concorrentes cuja emulação enriquece um patrimônio comum. Os franceses fariam bem refletindo seriamente sobre os meus oferecimentos. Nunca um dirigente alemão fez tais demonstrações e adiantamentos, e tão repetidamente. Eu lhes trago o que nenhum outro poderá jamais vos oferecer – uma “entente” que será aprovada por 90% da nação alemã, os 90% que me seguem. Eu vos peço para tomar nota do seguinte: há na vida dos povos ocasiões decisivas. No que se refere ao

meu livro *Mein Kampf*, devo declarar que as correções que poderia fazer, eu as faço na minha política externa, que é baseada na reconciliação com a França. Essas correções serão inscritas no grande livro da História.

6. As notícias procedentes de Paris indicam que a repercussão das palavras do *führer* não contentaram inteiramente os meios oficiais do Reich. Efetivamente, pelos comentários da imprensa parisiense, se verifica que, relativamente bem acolhidas nos círculos da direita parlamentar, foram objeto de reservas e críticas por parte dos esquerdistas moderados e da extrema esquerda.

7. Em geral, os políticos franceses desconfiam, talvez injustamente, que essas pretendidas ofertas de paz e amizade não representem senão uma manifestação sentimental franco-hitleriana e que sirvam de pretexto para uma verdadeira imposição alemã, que poderia ser traduzida pela frase “jetez-vous dans mes bras, sinon gare à vous”, e assim se pode depreender dos próprios comunicados franceses da oficiosa agência Havas.

8. Parece, porém, que a opinião dominante é de poder ser afirmado que as relações franco-alemãs, em geral, e as últimas declarações do *führer*, em particular, constituirão objeto de conversações importantes, em Genebra, entre os ministros Eden e Flandin, que ali se acham presentemente reunidos. Acresce que tais conversações se tornaram ainda mais necessárias, pois os meios autorizados de Berlim não estão satisfeitos com o acolhimento reservado que em França dispensaram às declarações do *führer*, e essa decepção parece ir crescendo cada vez mais.

9. Assim, a *Correspondência Diplomática e Política* da Wilhelmstrasse tomou uma enérgica atitude, rebatendo as acusações formuladas por certos meios franceses, os quais consideraram que o *führer* tinha sido pouco claro e que suas declarações não continham propostas concretas, levando o problema das relações germano-francesas para o terreno do sentimentalismo. O referido órgão conclui o seu artigo de ontem com a seguinte frase:

A França oficial parece não procurar presentemente um acordo com a Alemanha. Fiel à tradição francesa, ela continua a defender a política das alianças. Somente uma política de “entente”, e não uma política de alianças, permitiria alcançar o objetivo que deve constituir a principal preocupação dos povos francês e alemão e que, em resumo, reside em

uma paz dentro dos princípios da honra, da segurança e de um mútuo respeito.

10. Tenho a impressão que a França não aceitará qualquer negociação de acordo com a Alemanha, no sentido indicado, sem antes conhecer a opinião da Grã-Bretanha; e em Genebra, como disse antes a Vossa Excelência, poderão talvez ser estabelecidas as bases e os limites em que poderá ser negociado um acordo franco-alemão.

11. A opinião oficial inglesa ainda não é aqui conhecida, mas tudo leva a crer que será favorável, pelo que se pode depreender da leitura dos comentários dos órgãos mais autorizados da imprensa londrina. Aliás, parece que o governo inglês está empenhado em concluir com o Reich um acordo de limitação naval e, possivelmente, de forças aéreas; para este último ponto, seria indispensável a participação da França e da Rússia, sobre cujo governo o Quai d'Orsay poderá exercer benéfica influência. Nessas condições e com o objetivo principal de ser atenuada a crise armamentista, é provável que o Foreign Office se mostre interessado e, mesmo, partidário de uma aproximação franco-alemã, como parece verdadeiramente disposto o governo do Reich.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 7 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

[*Índice:*] A proibição da Suíça de funcionamento de seções do Partido Nacional-Socialista alemão.

N. 94

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 7 de março de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício número 73, de 24 de fevereiro último, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que o governo

de Berna já entregou ao ministro alemão naquela capital a resposta do Conselho Federal à nota de protesto do Reich, relativa à proibição decretada pelo governo suíço de funcionamento de centrais do partido nazista em território helvético.

2. A resposta suíça, conforme tive ensejo de antecipar no meu referido ofício, não modifica a resolução anteriormente tomada pelo Conselho Federal e, segundo me foi dado saber por um conduto oficial, diz, em resumo, o seguinte:

Cada Estado tem o direito de regular soberanamente as condições e as formas nas quais se podem organizar e conduzir as colônias estrangeiras. Isso não exclui, naturalmente, a faculdade que têm as mesmas de formar associações, com objetivo de cultivar em comum o sentimento nacional e de defender os interesses dos seus nacionais ou, simplesmente, de se entregarem a uma atividade com fins humanitários ou recreativos. O Partido Nacional-Socialista alemão possui os caracteres e as qualidades de uma corporação de direito público e visa diretamente fins de ordem política. Os chefes do referido partido no estrangeiro, mesmo se fossem considerados, no país que os hospeda, como simples particulares, não deixam, no entanto, de serem tidos pela Alemanha como personalidades munidas de atribuições oficiais, tendo deveres e obrigações também de caráter oficial a desempenhar. Mesmo sem que tivesse ocorrido o lamentável assassinato do agente nazista Gustloff, o Conselho Federal Suíço teria sido obrigado a examinar a questão, que lhe tinha sido imposta, de saber se a direção central e as direções regionais do Partido Nacional-Socialista alemão na Suíça poderiam continuar a funcionar em face das leis suíças. A tragédia de Davos obrigou o Conselho Federal a examinar o assunto um pouco mais rapidamente, pois, de outra forma, o referido conselho correria o perigo de ficar colocado em face de um fato consumado, decorrente da nomeação, que já estava iminente, de um novo chefe para substituir Gustloff, o que forçosamente tornaria a posição do governo de Berna mais difícil, necessitando, então, significar a esse novo agente nazista ser indesejável a sua presença, no exercício das suas funções políticas. A pessoa de Gustloff não exerceu nenhuma influência sobre a decisão do governo helvético e a medida recentemente tomada, objeto da reclamação do governo de Berlim, não podia em caso algum tomar o aspecto de uma manifestação de caráter político. O Conselho Federal acrescenta que jamais teve a intenção de se entregar a uma manifestação política contra qualquer governo estrangeiro e, muito

menos, contra seus dirigentes pessoalmente; e declara, para concluir, que lamenta não poder modificar a sua atitude e decisão, tomada depois de longas e refletidas reflexões e com plena consciência de causa. Espera, assim, que o governo do Reich compreenderá o seu ponto de vista na questão e que, mesmo, ajudará o governo suíço a dissipar qualquer má interpretação que porventura pudesse ter sido dada à medida do governo suíço e a sua injusta apreciação na Alemanha.

3. A resposta do governo suíço, como Vossa Excelência poderá apreciar, refuta ponto por ponto, com firmeza e independência, todos os argumentos da nota alemã.

4. A imprensa do Reich não voltou a tratar do assunto e as notícias de possíveis represálias, que seriam tomadas pelo governo alemão contra associações esportivas e culturais suíças que funcionam na Alemanha, não foram mais referidas e acredito mesmo que, se foram projetadas tais medidas, o bom senso e a prudência fizeram com que fossem postas de lado. Tudo indica que o assunto ficará encerrado, embora subsista um profundo ressentimento por parte dos elementos mais influentes do Partido Nacional-Socialista contra a decisão suíça.

Prevalço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 9 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A ocupação da zona desmilitarizada do Reno.

N. 98 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 9 de março de 1936.

Senhor Ministro,

A ruptura do equilíbrio europeu, provocada pela campanha da Etiópia, continua a produzir os seus efeitos. Depois de um longo silêncio, mais inquietante do que se tivessem sido proferidas ameaças, o

führer mobilizou a sua imprensa e, imediatamente depois, entrou em via de fatos. Metodicamente, ele liberou o Reich das cadeias que o encerravam e o imobilizavam, desde a assinatura do Tratado de Versalhes. Sem nenhum acordo prévio com os vencedores de 1918, ele revogou unilateralmente as convenções internacionais que obrigavam a nação alemã. Durante o ano findo, proclamou o direito da Alemanha de se rearmar, fazendo, assim, publicamente o que secretamente já vinha sendo feito desde longos anos e, agora, repudiou a servidão da zona da Renânia, claramente determinada nos artigos 42 a 44 do Tratado de Versalhes.

2. Uma vez mais, a Alemanha colocou a Europa, e principalmente a França, em face de um fato consumado: denunciou o Pacto de Locarno, rasgou as estipulações do Tratado de Versalhes referentes à desmilitarização da zona da Renânia e ocupou imediatamente o Reno com importantes efetivos militares de infantaria, artilharia e de aviação, que não devem estar longe numericamente das tropas francesas estacionadas naquela parte da fronteira francesa.

3. Em compensação, o chanceler Hitler propõe negociar imediatamente um outro tratado de segurança ocidental, do qual esboça as linhas gerais. Oferece mesmo concluir um pacto de não agressão com os Estados limítrofes, incluindo a Áustria e a Tchecoslováquia, e deixa prever que poderá, sob certas condições, voltar à Liga das Nações. A forma dessa proposta foi considerada inaceitável pela França, mas o fundo agradou ao governo britânico, que, assim, vê realizado o seu velho desejo de fazer a Alemanha voltar a Genebra e, principalmente, obter com o governo de Berlim a conclusão de um acordo de segurança e de limitação de forças aéreas.

4. O ato de força realizado pelo Reich causou, incontestavelmente, uma profunda emoção em toda a Europa e se reflete além da França, nos chamados pequenos países; e, conquanto esperado por parte da Alemanha, uma tal atitude está causando sérias e graves apreensões. Todos temem as consequências de uma política que procura justificar a ruptura unilateral de um tratado que comporta compromissos de ordem internacional. Se não estivesse em jogo somente o Tratado de Versalhes, que o Reich considera como um *diktat*²⁸, talvez o seu gesto pudesse ser desculpado, mas é sabido que a Alemanha negociou o Pacto de Locarno em um pé de perfeita igualdade com as demais potências signatárias. Assinou espontaneamente e, como compensação às

28 N.E. – Penalidade imposta pelo vencedor ao perdedor. Historicamente, o termo foi largamente usado pela Alemanha para referir-se ao Tratado de Versalhes.

cláusulas de desmilitarização do Reno, obteve, como Vossa Excelência sabe, a retirada, em 1930, com cinco anos de antecipação, das tropas de ocupação dos aliados da Renânia. Os pequenos países, principalmente, estão estupefatos e condenam em termos severos a recente deliberação alemã, pois consideravam o Acordo de Locarno o único tratado assegurando definitivamente e eficazmente a segurança europeia, representando um esforço realizado por meio de uma leal colaboração internacional.

5. Evidentemente, para um pequeno país, a política dos fatos consumados representa graves perigos e a garantia dos mesmos reside unicamente no respeito ao direito; e a entrada de tropas alemãs em uma região em que não podiam penetrar, senão com o consentimento dos demais signatário de Locarno, suscita a mencionada emoção.

6. A ruptura de um pacto aumenta a instabilidade mundial e diminui a segurança dos Estados que não estão protegidos senão por documentos diplomáticos e pela confiança que devem inspirar os que neles puseram as suas assinaturas. Certamente a perspectiva da volta da Alemanha a Genebra agrada a muitos, mas quem pode assegurar que o golpe de força atual marca o último acontecimento de uma política que, pela sua repercussão e consequências, desorganiza cada vez mais e obriga a novas combinações para a organização do que é geralmente denominado a estabilização da paz?

7. A cidade de Berlim e todas as outras do Reich ofereceram, no dia 7 do corrente, o aspecto dos grandes dias de júbilo nacional e, conforme as ordens oficiais, os edifícios públicos e particulares arvoraram bandeiras nacionais e foram realizadas festas de regozijo popular, terminando com desfiles patrióticos. Dezenas de milhares de soldados e marinheiros desfilaram à noite pelas ruas de Berlim, com tochas, e diante dos palácios da Wilhelmstrasse, vieram aclamar o *führer*, que os saudou do balcão com frases inflamadas, considerando aquela data como a de uma jornada histórica, quando finalmente a nação alemã retomou a sua posição de potência perante o mundo, readquiriu todas as suas prerrogativas, inerentes à sua soberania e ao seu poder militar, como meios de prover à sua própria defesa.

8. Segundo informação de Paris e Londres, a opinião geral é que não se preveem consequências de maior importância do gesto alemão de 7 do corrente e os meios políticos agora encaram a situação com mais calma e sem excesso de pessimismo.

9. Em Paris, a emoção foi sensivelmente maior e devem ser

encaradas com certa inquietação as iniciativas e declarações formais do governo francês, que preliminarmente rejeitou em absoluto o *memorandum* alemão. Quanto ao desejo francês de ser anulada a ocupação e ser operada a retirada das tropas que acabam de reocupar a Renânia, é uma medida que não pode ser considerada exequível. Um governo autoritário, como o que presentemente existe neste país, não admitirá que uma tal solução seja imposta, considerando que a mesma atingirá o prestígio do próprio regime, cuja principal política é a da força. Como disse o próprio *führer* em Karlsruhe, ele estará pronto a dar todas as garantias de sua sinceridade, desejoso de estabelecer a paz sobre bases sólidas, mas a retirada dos seus soldados do Reno representaria uma humilhação para a Alemanha e é considerada incompatível com o exercício da soberania nacional e com a própria segurança do regime nacional-socialista.

10. Embora intransigentes sobre o fundo da questão, os meios políticos e diplomáticos da Wilhelmstrasse se esforçam em fugir à responsabilidade do ato cometido em violação de tratados, mas essa atitude não deve ser interpretada como traduzindo uma indecisão. Comporta, certamente, precedentes que não devem ser considerados tranquilizadores sobre a atitude do Reich, que passo a passo vai caminhando para o final de todas as suas reivindicações.

11. *Die Kraftprobe*, prova de força, como é geralmente aqui chamada, eis o que representa para o chanceler Hitler e seus colaboradores diretos a reocupação da zona desmilitarizada da Renânia, determinada pelo Tratado de Versalhes e confirmada pelo Pacto de Locarno, assinado em 1925. Em toda a Alemanha, os partidários entusiastas do *führer*, mesmo os mais moderados e até os seus adversários, neste momento pensam do mesmo modo. O *führer*, conseguindo que a Europa aceite, ainda que com protesto, esse seu novo gesto de audácia, levou todos os alemães, hitlerianos ou não, a se convencerem [de] que, finalmente, todas as etapas do programa de reivindicações da soberania integral da nação alemã serão percorridas sem maiores obstáculos. Essas etapas se denominam serviço militar de dois anos, anexação da Áustria (*Anschluss*) e, possivelmente, da Tchecoslováquia e obtenção de colônias ou de mandatos coloniais.

12. A modificação pelo chanceler de sua política de força e de audácia determinaria a fraqueza do seu prestígio e comprometeria, mesmo, o regime.

13. Todos perguntam por que o *führer* agiu tão bruscamente,

empenhando-se em uma aventura cujas consequências poderiam ter tido graves consequências [sic]. Como em tempo tive ensejo de dizer a Vossa Excelência, em um país em que a solução de qualquer assunto depende unicamente de uma só pessoa – o chanceler Adolf Hitler – nada pode surpreender, pois ele, impetuoso por natureza, toma as suas resoluções de momento e ainda mesmo quando opiniões abalizadas tentam demovê-lo de tal propósito, como sucedeu no presente caso. O momento parece propício para uma tal demonstração de força. Havia um excelente pretexto – o pacto franco-soviético – e a presente situação confusa da Europa, devida ao conflito ítalo-abissínio, que tão graves complicações determinou, principalmente no seio da S.D.N.; e, assim, qualquer reação de natureza mais séria ficou enfraquecida, senão impossibilitada, por tais fatores. Além disso, subsistem razões de ordem interna. Entre os mais influentes da política do Reich há visivelmente uma certa divisão, que tende a se acentuar. Uns querem sanear as finanças para conjurar a grave crise econômica, que todos aqui sentem, e desde logo reduzir os exorbitantes gastos decorrentes da política de rearmamento maciço; enquanto outros se batem ao lado do *führer* para que não seja medido sacrifício algum no sentido de ser dado ao Reich o máximo de poder militar, embora com privações de seu povo. O primeiro grupo está encabeçado pelo dr. Schacht, o chefe da política financeira e econômica do país, e o segundo está constituído pelo próprio chefe do governo e os seus partidários extremistas nazistas. É preciso ter presente que estamos nos aproximando do fim do prazo de quatro anos exigido pelo *führer* para restaurar a Alemanha em toda a sua soberania e, se enormes êxitos políticos foram, sem dúvida, obtidos, também devemos salientar que a vida material é extremamente dura e o sofrimentos da população é cada vez maior. Os nazistas se sentem, talvez, ameaçados em sua situação, devido em grande parte às sólidas razões dos técnicos e dos trabalhadores, que desejariam menos armamento e mais alimentos. Assim foi concertada, em definitivo, toda essa grande operação militar, que – devido à fraqueza em que se encontra a Europa e aos interesses divergentes da Inglaterra e da França –, talvez venha fortalecer a ditadura nacional-socialista, afastando a explosão de qualquer crise interna.

14. Segundo os cálculos oficiais e os dados de natureza particular, colhidos em boa fonte, os efetivos alemães que penetraram na Renânia atingem a 90 mil homens, formados por 19 batalhões e 13 seções de artilharia, e a zona do Reno por eles ocupada já está perfeitamente

organizada militarmente, de acordo com o plano geral do estado-maior do Exército alemão.

15. O essencial para os governos nas circunstâncias graves é ter uma orientação segura e uma política claramente definida. É o que possui presentemente a Alemanha e falta aos velhos aliados de 1914, e melhor se observa pelas hesitações e dificuldades de entendimentos, pelo menos entre os dois mais diretamente interessados, que são a França e a Inglaterra.

Argumentação alemã

16. O governo alemão, para justificar a sua atitude, denunciando unilateralmente o Tratado de Versalhes, tem feito uma série de publicações sob a forma de entrevistas que são concedidas à imprensa estrangeira e à alemã, ora pelo próprio *führer*, ora por elementos do seu governo, tais como os ministros Goering, Goebbels, etc. Essa justificativa procura principalmente impressionar a opinião pública, de forma a demonstrar que o ato de força foi praticado em defesa do país e, assim, relembram que, em maio do ano passado, o chanceler Hitler declarou que a Alemanha ficaria fiel ao Tratado de Locarno, enquanto os demais signatários se mantivessem na atitude e no propósito de bem cumpri-lo. Consideram, porém, que a aliança franco-russa e, mais recentemente, a ratificação do pacto soviético demonstram que a política francesa se tornou incompatível com o espírito e a letra daquele tratado, pois do recente acordo entre a França e a Rússia decorrem grandes perigos para a paz na Europa e, principalmente, aumentam as probabilidades de ser a Alemanha arrastada em um conflito com a França. Locarno tinha tornado um tal conflito quase impossível e era por isso que a desmilitarização do Reno, conquanto represente uma medida muito deprimente e penosa para um Estado soberano, era, em rigor, aceitável sob o ponto de vista da segurança alemã. O pacto soviético, que arrisca, como já foi dito, de levar a França a uma guerra com a Alemanha, não pode deixar de determinar medidas imediatas de defesa por parte do governo do Reich.

17. O governo alemão considera, ainda, que a França violou também o Tratado de Locarno quando, aproveitando o afastamento momentâneo da Itália, tentou obter da Inglaterra obrigações unilaterais, que devem ser consideradas contrárias à sua posição de garantidora do mesmo tratado. A França, aqui julgam, sempre aplicou medidas

duplas na sua política internacional em relação à Alemanha. Na questão do desarmamento, ela se considerava como dispensada dos compromissos e das condições impostas à Alemanha e, assim, interpreta Locarno como melhor lhe convém, isto é, como uma barreira contra a Alemanha, esquecendo que esse tratado devia constituir uma garantia tanto para a França como para a Alemanha. Do seu texto implicava a renúncia da França de livremente agir na sua fronteira este. Suas possibilidades de intervenção foram claramente delimitadas, para não aumentar ao infinito os riscos da Alemanha. Os tratados de aliança com a Polônia e a Tchecoslováquia foram devidamente tomados em consideração. Fora de um conflito direto entre a França e a Alemanha, somente os conflitos com aqueles dois países justificariam uma intervenção francesa. Tudo isso foi completamente modificado pelos acordos celebrados entre a França e a Rússia e entre Praga e Moscou. Os fatores de intranquilidade e falta de segurança foram acrescidos em proporções incalculáveis e as bases do Tratado de Locarno foram completamente destruídas.

18. Também aqui se acusa o governo francês de não ter considerado devidamente as objeções alemãs e de ter sempre assumido, no que se refere a Locarno, uma atitude como se a Alemanha não tivesse direito a nenhuma objeção. Relembrem também os jornais oficiosos do Reich que as ofertas de paz e de boa vizinhança, constantemente formuladas pelo chefe do governo, jamais foram estudadas em Paris, e a França sabe perfeitamente que nenhuma ofensiva a ameaça e que a sua segurança na fronteira este está protegida contra qualquer ataque, mesmo se este fosse efetivado, o que é absurdo considerar. O abandono da zona desmilitarizada do Reno não constitui um perigo; mas a supressão da região fortificada pela França, que representa uma zona de perigo para a Alemanha, favoreceria incontestavelmente uma aproximação entre Paris e Berlim.

Propostas do Reich

19. “O dever que se impõe a todos é o de reconstruir”, assim se exprimiu o ministro Eden, em Londres, na Câmara dos Comuns, tendo mesmo acrescentado que é nesse espírito que devem ser abordadas as propostas formuladas pelo chanceler Hitler.

20. Reconstruir de acordo com o demolidor é extremamente desagradável, mas, qualquer que seja a repugnância que exista em ne-

gociar com uma potência violadora de tratados, é necessário para o bem da humanidade, para a salvaguarda da paz da Europa e do mundo. Convém, assim, examinar o novo plano geral, no qual deverá ser baseada e construída a política europeia de ora em diante e, principalmente, o projeto do arquiteto, que destruiu o antigo sem licença dos coproprietários.

21. Tudo indica que o desejo do *führer* seria que o método de negociações a seguir fosse principalmente tratar diretamente entre os governos interessados. No que se refere aos pactos de segurança, interessando as fronteiras da França e da Bélgica e, talvez, da Holanda, participariam os governos desses países e o da Alemanha. A Inglaterra e a Itália assinariam também um tal acordo, como potências garantidoras. Talvez fosse aconselhável que as referidas nações garantidoras tomassem parte na discussão do problema com as potências garantidas.

22. Quanto às demais nações que limitam com a Alemanha, poderiam ser negociados pactos de não agressão, como no caso do acordo polonês-alemão, mas sempre por meio de negociações diretas entre os governos respectivos. A Alemanha teria muita satisfação e estimaria que uma terceira potência – a Inglaterra, por exemplo – interviesse como intermediária e elemento conciliador para a solução pacífica de todos esses graves assuntos.

23. Causou excelente impressão a declaração do *führer*, que na sua proposta de concluir pactos de não agressão resolveu a inclusão da Áustria e da Tchecoslováquia, cuja indicação precisa tinha sido omitida no *memorandum* que o governo alemão enviou aos países signatários de Locarno, causando sérias apreensões naquele momento.

24. O *führer* também propôs substituir a zona do Reno desmilitarizada por uma zona igualmente desmilitarizada, porém dos dois lados da fronteira franco-alemã e germano-belga. Essa ideia provocou, naturalmente, as reações as mais vivas, tanto em Paris como em Bruxelas. Os franceses não esquecem que retiraram suas tropas até 50 quilômetros para atrás de suas fronteiras com a Alemanha em 1914, e que nem por isso deixaram de ser atacados pelos exércitos do Reich naquela época. Acabam de terminar os grandes trabalhos de fortificação, a fim de que essas fronteiras fiquem protegidas contra uma nova agressão e, assim, parece ser causa impossível pedir que essas fortalezas sejam agora destruídas. Por outro lado, não é também permitido conceber a possibilidade de – como desejaria o governo francês – exigir do *führer* a retirada das tropas germânicas da Renânia, cuja reocupação, em

7 do corrente, encheu de júbilo toda a nação alemã; qualquer governo que agora tentasse essa medida de satisfação aos signatários de Locarno não se poderia manter no poder. Atendendo a que ninguém pode tomar a responsabilidade de provocar uma guerra, cujas consequências são incalculáveis, provocar pela força o restabelecimento dessa servidão jurídica seria, de fato, a guerra e, assim, principalmente a Inglaterra tende a considerar o gesto de força que acaba de ser praticado como um fato consumado. Isso, naturalmente, deveria ser compensado por novas garantias e importantes concessões por parte da Alemanha.

25. Quanto aos desejos expressos pela Alemanha – tais como a separação do pacto de sua base do Tratado de Versalhes, pois os alemães consideram que o referido pacto não deve constituir parte integrante do que eles denominaram de *diktat*; acordos amigáveis para restabelecer a igualdade entre todas as nações em matéria colonial – serão novas etapas imediatas, para cuja realização marcha a política do Partido Nacional-Socialista.

26. Conforme tive ensejo de informar Vossa Excelência, no meu ofício reservado n. 93, de 5 do corrente, o *führer* concedeu a um jornalista francês uma importante entrevista sobre o propósito do governo alemão de entabular negociações com a França, visando o desenvolvimento de uma cordial política, destinada a mais solidamente garantir a paz na Europa. Essa entrevista deveria ter sido publicada em Paris no dia imediato, mas o governo francês não julgou dever permitir que o *Paris Midi* a publicasse senão no dia 29 do mês findo, isto é, depois de aprovado pela Câmara dos Deputados o pacto franco-soviético, que evidentemente aquela entrevista visava em grande parte impedir, ou pelo menos adiar a respectiva ratificação. Essa entrevista foi aprovada em reunião secreta presidida pelo *führer*, com assistência dos principais chefes militares. Nessa ocasião já foi objeto de deliberação a eventual ocupação da Renânia pelas tropas alemãs, na possibilidade de ser aprovado o aludido pacto e ainda mais se fossem ativadas as negociações entre a Inglaterra e a França, visando impedir aquela ocupação, sobre a qual, conforme também escrevi a Vossa Excelência, os ministros Eden e Flandin, em Genebra, tiveram ocasião de trocar ideias.

27. O Estado Maior alemão observou ao *führer* que os riscos de ordem militar exigiam o exame da situação do Exército alemão, que consideravam ainda insuficientemente preparado para enfrentar os demais, tais como o francês e o russo. Somente prevaleceu a opinião do *führer* e a reunião se dissolveu na perspectiva de oportunamente ser

mantido o propósito da ocupação do Reno, como menosprezo dos compromissos de Locarno.

28. Devo também dizer a Vossa Excelência que o aludido jornalista francês, antes de remeter para Paris a entrevista, avistou-se com o embaixador François Poncet, que lhe declarou que julgava aquela entrevista sem maior importância, supunha que nenhum jornal de Paris a publicaria, pois ali acreditariam que o senhor Bertrand de Jouvenel, para obter aquelas declarações do *führer*, teria sido subvencionado pelo mesmo. O redator do *Paris Midi* revoltou-se contra essa insinuação, afirmando que o seu nome estava acima de qualquer suspeita e que podia afirmar que a sua entrevista seria publicada, mas desejava que o embaixador em Berlim assegurasse ao governo francês que a entrevista não era apócrifa, e isso ele poderia verificar perguntando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que estava ao corrente do assunto. O embaixador Poncet não se quis ocupar mais detalhadamente do caso e, talvez em parte por esse motivo, a publicação em Paris sofreu o atraso que tanto irritou o *führer*.

29. Finalmente, no dia 4 do corrente, tendo a imprensa francesa e, principalmente, a parisiense dado uma falsa interpretação ao significado da entrevista, julgando que, apesar da ratificação do pacto soviético, o *führer* ainda assim – e talvez por receio da Rússia – permanecia firme no propósito de uma entente com a França, foi resolvida urgentemente a convocação do Reichstag. Essa resolução foi definitivamente combinada em uma importante conferência realizada na chancelaria do Reich, aparentemente preparada para se ocupar do recente arranjo naval anglo-alemão. Essa reunião tomou o aspecto de um conselho de chefes de todos os departamentos militares e políticos. Entre as personalidades que ali compareceram, além do *führer*, foi notada a presença do general von Blomberg, do general von Fritsch, do almirante Roeder, do general Goering, do embaixador von Ribbentrop, do ministro dr. Goebbels e do ministro dos Negócios Estrangeiros, barão von Neurath. A conferência, que teve início às oito horas da manhã, se prolongou até as três horas da tarde, voltando a se reunir naquele mesmo dia às cinco horas, até uma hora tardia da noite. Nenhum comunicado foi fornecido à imprensa, mas desde então ficou deliberado como seria consumado o ato de força e que o fato seria anunciado

ao mundo do alto da tribuna do Reichstag, pelo chanceler Hitler, o qual justificaria a medida na forma pela qual acima me referi, baseada na violação, pela França, do Pacto de Locarno, ao ratificar o pacto soviético.

30. Nessa reunião, os elementos militares de maior responsabilidade mostraram-se apreensivos com as consequências graves, que poderia acarretar esse ato, principalmente no setor da defesa do país, que eles julgam ainda não estar completa. Prevaleceu, porém, a vontade irreduzível do *führer*, que também foi então contraditada pelo grupo do ministro Schacht, que trata de defender a política financeira contra os esbanjamentos do armamentismo.

31. Não acreditando que o caso possa imediatamente determinar uma guerra, de qualquer forma teremos que assistir a um período político mais agitado e mais grave do que o que atravessamos até o presente.

32. Pelo meu telegrama confidencial n. 27, de 9 do corrente, já antecipei a Vossa Excelência algumas destas informações.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 10 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A solução alemã dos carburantes.

N. 100

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 10 de março de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 78, de 28 de fevereiro último, tenho a honra de informar Vossa Excelência sobre a solução que os técnicos alemães encontraram para o problema relacionado com os carburantes, tendo em vista a absoluta falta que existe na Alemanha de carburantes naturais.

2. Em uma revista científica que acaba de ser editada por motivo da recente Exposição Internacional do Automóvel, realizada nesta capital, encontrei um trabalho deveras interessante que explica minuciosamente o assunto, e que assim me habilita a bem informar Vossa Excelência, completando o que tive ensejo de relatar no meu citado ofício.

3. Alguns dias depois do armistício, em 1918, celebrado entre as potências aliadas e os impérios centrais, lorde Curzon, presidindo em nome do governo britânico um banquete oferecido aos delegados da Conferência Inter-Aliada de Carburantes, pronunciou algumas palavras que desde então têm sido sempre lembradas e que se resumem no seguinte: “Os aliados foram levados à vitória sobre torrentes de petróleo”. Nada parece ter sido mais exato, mas devemos concordar que nem os vencedores nem os vencidos tinham então previsto a importância máxima que o conflito mundial de 1914 reservaria ao óleo mineral. Todos supunham que a guerra seria de curta duração e que terminaria sem produzir modificações notáveis dos meios materiais, julgados necessários no começo das hostilidades.

4. Entre esses meios, os carburantes ocupavam um lugar de menor importância. A aviação então estava na sua fase inicial e, se entre os beligerantes já existia o uso de numerosos automóveis de turismo para assegurar as ligações rápidas entre os estados-maiores, de caminhões aptos para os serviços de guerra e de transporte de tropa e material de guerra, contudo não parecia suscetível de aumentar consideravelmente o emprego de gasolina. Os grandes depósitos dos tempos de paz pareciam suficientes.

5. Assim, tanto do lado da Alemanha como dos aliados, a questão do petróleo não preocupava seriamente. A Alemanha, porém, pobre de carburantes naturais, se contentava em importar do estrangeiro, seja por intermédio das firmas anglo-saxãs, seja por meio das explorações da Rumânia. A guerra, no entanto, se prolongava, as dificuldades das importações cresciam e a perda de certas regiões petroleiras da Áustria, logo no começo das hostilidades, teriam posto o Reich em situação extremamente grave se a contraofensiva austro-alemã de maio de 1915 não tivesse podido recuperar a Galícia e feito cair a Polônia no poder das potências centrais. Um ano mais tarde, os poços de petróleo

rumaicos foram por sua vez conquistados. Desde então, e apesar das importantes destruições operadas pelos exércitos vencidos no curso de suas retiradas, a Alemanha estava de fato defendida contra qualquer crise por falta de petróleo.

6. O Reich não podia, porém, esquecer os perigos que tinha corrido e decidido a retomar o lugar a que julga ter direito entre as demais nações livres, graças à reconstituição do seu exército; e, presentindo o desenvolvimento que tomariam os serviços motorizados, tendo feito a experiência dos rigores de um bloqueio, procurou deliberadamente a sua independência no que diz respeito à importação, principalmente, de petróleo e de outros combustíveis.

7. Essa política de liberdade, à qual o nacional-socialismo imprimiu uma ação acelerada, tende de uma parte a intensificar a extração do petróleo nacional e de outra parte a desenvolver a produção de carburantes não derivados do petróleo bruto.

8. A exploração das jazidas de petróleo do Hannover é coisa muito antiga, pois alcança quase a mesma data do início das explorações dos poços norte-americanos. A produção das explorações petroleiras alemãs foram durante muito tempo por assim dizer insignificantes, pois que em 1914 foram extraídas apenas 120.000 toneladas de óleo bruto e quase da metade proveniente da região de Pechelbronn, região hoje francesa, onde o petróleo tinha sido descoberto alguns anos antes. No começo e durante a guerra, os poços de Hannover foram quase abandonados, tendo então a Alemanha ativado as explorações petroleiras na Rumânia e na Galícia.

9. Assinada a paz de Versalhes, a extração desse mineral foi reiniciada no Hannover, seguindo desde então um movimento lento mas progressivo, não conseguindo ultrapassar até 1929 a quantidade de 100.000 toneladas. A partir de 1930, novos poços foram perfurados e desde então a produção passou a ser de 312.000 toneladas em 1934, e, no decurso de 1935, calculam que deva atingir a mais de 450.000 toneladas.

10. Desde três anos passados, o governo alemão tem continuamente subvencionado e incentivado a exploração do petróleo, não somente em Hannover mas em todo o território do Reich, visando descobrir novos poços, pois há indícios da existência desse produto em outros pontos do país. Um decreto-lei datado de janeiro de 1934 colocou toda a indústria de extração do petróleo nas mãos do Estado, ao qual confere a propriedade absoluta de todos os terrenos petrolíferos

e das minas que eventualmente forem descobertas. Nenhuma pesquisa pode ser empreendida sem autorização e fiscalização do Estado.

11. Sob o ponto de vista econômico, essa decisão e essa política de aumentar possivelmente a exploração do petróleo alemão parecem menos rendosas, considerando que a maioria das usinas de preparo e refinação do óleo bruto na Alemanha ainda são dotadas de um material antiquado, cujo preço de produção resulta bastante elevado. No caso de se tratar unicamente de um problema financeiro, o Tesouro alemão teria certamente interesse, seja em aumentar as importações do petróleo refinado, seja em modernizar as refinarias instaladas, na maioria, desde longo tempo e geralmente dotadas, como disse, de um material antiquado e melhor tratar como nos Estados Unidos e em outros países os óleos brutos [*sic*]. No caso presente, o que ocorre são as preocupações de ordem militar, que parecem concordar com todas as medidas ditadas pelo governo hitleriano na constituição de reservas e de meios de defesa contra o bloqueio, em caso de uma possível guerra.

12. É igualmente sob o aspecto militar que creio deva ser apreciado o esforço considerável empreendido desde alguns anos pelo Reich, para reduzir cada vez mais a sua importação de carburantes e substituí-la pela utilização do combustível sintético, derivado do carvão. Nessa ordem de ideia, as explorações dos depósitos de lignite tem aumentado consideravelmente.

13. As reservas de lignite do subsolo alemão são avaliadas em cerca de seis trilhões de toneladas. A fabricação da gasolina sintética pela hidrogenização das lignites prossegue com grande êxito desde bastante tempo na usina de Leuna, propriedade da I. G. Farbenindustrie, que explora as descobertas do engenheiro dr. von Bergius. O processo de fabricação desse produto sintético faz agir uma temperatura elevada até 450° e uma fortíssima pressão de 300 atmosferas para fixar, sobre o carvão das lignites, cerca de 10% do seu peso de hidrogênio. De 50.000 toneladas de gasolina sintética obtidas em 1928, a produção da usina Leuna passou a 105.000 toneladas em 1934, e 180.000 em 1935. Devo, porém, dizer a Vossa Excelência que, no entanto, não entra nas cogitações do Reich de se contentar com esses já

brilhantes resultados e, assim, ele se esforça por obter anualmente das lignites uma produção muito mais elevada daquele sucedâneo.

14. Para um tal fim o governo criou uma sociedade, a Braunkohlen Benzin A. G., que usa a abreviação de “Brabag”, reunindo obrigatoriamente todos os grupos industriais, e todos os representantes da indústria de gasolina. A Brabag deve construir todas as usinas suscetíveis de alcançar dentro de 18 meses uma produção de gasolina sintética de 500.000 toneladas. De fato, duas dessas fábricas já estão em construção e se calcula que cada uma poderá produzir cerca de 180.000 toneladas daquele produto. Não se sabe exatamente a quanto subirão os gastos de uma tal empresa, mas há quem calcule que atingirão 50 milhões de marcos cada uma daquelas usinas. Para que uma tal despesa não desanime os seus acionistas, a “Brabag” lhes assegurará que suas instalações serão amortizadas em dez anos e que um juro de 5% será regularmente distribuído sobre o capital realizado.

15. É provável também que dado o preço de custo elevado da gasolina sintética, os direitos que gravam os óleos minerais estrangeiros serão ainda aumentados. Parece enfim que o método de hidrogenização não será mais o de Bergius, que será abandonado o da hidrogenização da lignite e substituído pelo da hidrogenização dos alcatrões de lignite. Assim seria obtida, além da gasolina desejada, uma tonelagem superior para ser utilizada pelos motores diesel especialmente preferidos na Alemanha.

16. Os processos de síntese, cujo início vem do carvão, matéria que abunda no Reno, já saíram praticamente do período de ensaio. Esses visaram tanto um método da I. G. Farbenindustrie denominado processo Bergius aperfeiçoado, que já pode obter uma gasolina de primeira ordem, mas excessivamente cara, como a orientação do dr. Fischer. A síntese Fischer consiste em fixar o hidrogênio sobre o carbono de um gás na água oriunda do coque, na presença de corpos apropriados, operando com a pressão atmosférica e com uma temperatura inferior a 200 graus. O rendimento de carburante seria tal, que seria suficiente, segundo dizem, tratar 3.500.000 toneladas de carvão para cobrir todo o consumo de gasolina na Alemanha. Três usinas vão ser imediatamente instaladas na região do Ruhr, das quais uma utilizará o processo Bergius aperfeiçoado e as duas outras o processo Fischer; a produção esperada será de 30.000 toneladas por usina.

17. Parece, pois, que o carvão seja chamado, dentro em pouco, a ocupar na fabricação dos produtos sintéticos um lugar tão importan-

te quando a lignite. Qualquer que seja o resultado final, a questão do preço de produção parece ocupar uma posição secundária nas soluções adotadas pelo Reich para resolver o problema dos carburantes.

18. Deve, porém, ser considerado que os resultados já obtidos têm sido extremamente rápidos e, desde já, pode ser afirmado que a Alemanha está apta a tirar do seu próprio território uma grande parte dos carburantes de que carece. Talvez, mesmo, em futuro próximo conseguirá libertar-se das importações, mas, em todo, os seus processos sintéticos parecem poder desde já fornecer um produto de qualidade superior, de que necessitaria a sua aviação em caso de guerra.

19. É evidente que esse esforço imenso está intimamente ligado ao programa que ativamente segue o governo do Reich de constituir o mais rapidamente possível a sua grande força militar e de organizar todos os seus meios de defesa contra as possíveis medidas de bloqueio.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A inauguração da Feira de Leipzig.

N. 103

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 12 de março de 1936.

Senhor Ministro,

No dia 1º do corrente, conforme sucede todos os anos, foi inaugurada solenemente a Feira Internacional de Leipzig, com a presença de altas autoridades nacionais e representantes estrangeiros do alto comércio, finança e indústria.

2. O dr. Goebbels, ministro da Propaganda do Reich, proferiu no ato da inauguração um discurso que tem sido vivamente comentado, principalmente na França e Inglaterra. Ele se referiu sobretudo à presente situação econômica da Alemanha e acusou o “*diktat* de Versa-

lhes” de ter destruído todos os meios de riqueza do Reich, privando a Alemanha das fontes de matérias-primas e de ter esvaziado o Tesouro da nação.

3. O Tratado de Versalhes, disse o ministro Goebbels, criou o princípio que, quanto mais agrava a situação econômica e financeira da Alemanha, mais prosperam as demais nações.

4. Além disso, o sistema de empréstimos a juros elevados concedidos ao Reich pode ser considerado uma verdadeira calamidade, pois alguns países ainda dele não se puderam libertar e outros foram obrigados a suspender o pagamento de suas dívidas.

5. O ministro fez, em seguida, um estudo resumido da crise econômica mundial nestes últimos anos e insistiu sobre a necessidade de uma melhor repartição das matérias-primas aos países que delas não dispõem senão insuficientemente, ou estão absolutamente privados, e se manifestou favorável a uma política de supressão de todas as dificuldades de comércio e das barreiras alfandegárias, o que visivelmente está em contradição com o que presentemente aqui pratica o ministro da Economia.

6. Não será assegurada, acrescentou o orador, a felicidade dos povos fazendo circular massas de ouro inerte. Os Estados Unidos, possuindo quase a metade das reservas mundiais de ouro, calculadas em 24.600.000.000 de marcos, constituem a nação mais feliz? Não. Os seus nove milhões de desocupados servem tragicamente de prova.

7. O ministro Goebbels afirmou ainda que o nacional-socialismo reduziu de mais de cinco milhões o número dos sem trabalhos [*sic*] na Alemanha e enumerou os diversos novos sucedâneos de que atualmente dispõe a indústria alemã, como sejam a borracha sintética e os carburantes. De ambos já referi a Vossa Excelência nos meus ofícios números 78 e 100, e, quanto à borracha artificial, estou preparando uma exposição mais detalhada, que espero poder remeter prontamente.

8. O dr. Goebbels atacou todos os que aparentam serem cegos, pretendendo que se podem enriquecer eliminando a concorrência da Alemanha no mundo, a “nação talvez a mais civilizada”. Afirmou, depois, que a invenção dos sucedâneos conduzirá logicamente ao fechamento do mercado alemão àquelas matérias-primas. Prosseguiu dizendo:

De 1931 a 1935, o Brasil teve que queimar ou jogar ao mar quase 40 milhões de sacos de café; os camponeses da Manchúria empregaram

obrigatoriamente favas de soja como combustível para o aquecimento. De um lado, são destruídas riquezas inestimáveis e, de outro, a mais negra miséria se faz sentir. A Alemanha saberá prover às suas necessidades econômicas e posso assegurar que já fez nesse sentido um grande passo para a frente.

9. O ministro da Propaganda declarou, depois, que a Alemanha de Adolf Hitler está imunizada contra a anarquia internacional, mas está seriamente preocupado com a situação atual de outros países, pois as revoluções sociais movidas pela III Internacional não cessam. Os incêndios sacrílegos dos templos religiosos, os atos criminosos e de depredação nos exércitos e nas marinhas, as greves comunistas de caráter revolucionário, orientadas por Moscou, são sinais de aviso que não devem ficar sem ser observados muito atentamente. As conferências econômicas fracassaram e, assim, é necessário estabilizar os pagamentos comerciais, suprimir o processo inexecutável e incompreensível das dívidas de guerra e dos *diktats* econômicos e financeiros e, finalmente, serem permitidas e facilitadas a venda e compra de boas mercadorias por um preço acessível com uma moeda real.

10. A feira, como nos anos anteriores, tem despertado um grande interesse aos comerciantes dos países que mantêm relações com a Alemanha e, este ano, os visitantes têm sido mais numerosos.

11. Segundo notícias aqui publicadas e por informações que me foram trazidas pelo nosso adido comercial, que esteve em Leipzig em visita àquela exposição, e pelas fotografias que junto remeto a Vossa Excelência, posso informar que o Brasil esteve representado e, assim, exibiu no seu *stand* alguns produtos dos estados do Pará e Amazonas, várias amostras de café e algodão de São Paulo, mate dos estados do Sul, etc. Parece que a seção brasileira está bem apresentada, mas com grande pobreza de produtos, ressentindo-se de organização. Devo respeitosamente lembrar a Vossa Excelência que nenhuma responsabilidade cabe a esta legação, pois ignorava completamente que o Brasil estaria representado este ano na Feira de Leipzig; e, nesse sentido, pedi informações a esse ministério, telegrafando nos dias 27 de janeiro, 10 e 19 de fevereiro, telegramas números 10, 15 e 20, para os quais não me foi dado obter qualquer resposta e, assim, nem eu, nem o adido comercial estávamos habilitados a intervir no assunto.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] Vistos em passaportes estrangeiros.

N. SC 109

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Berlim, 20 de março de 1936.

Senhor Ministro,

O departamento consular desta legação tem recebido, de pessoas que desejam transferir-se para o Brasil, a fim de empregar seus capitais, pedidos de informações sobre a quantia mínima estipulada para obter o visto consular de acordo com o que preceitua o artigo 8º, combinado com o artigo 29º do Decreto n. 24.258, de 16 de maio de 1934, que aprova e regula a entrada de estrangeiros em território nacional.

2. Com efeito, os artigos acima mencionados do Regulamento em vigor são omissos nesse particular, dando motivos a interpretações as mais variadas, com prejuízo, algumas vezes, dos interessados. E é justamente o caso do senhor Georges Grossenbacher, cidadão suíço, cabeleireiro de grande conceito nesta cidade e conhecido desta legação, que, já tendo feito transportar todo o seu mobiliário e instrumentos de sua profissão para o Brasil, foi-lhe informado pelo nosso consulado em Zurique de que, para obter o visto consular, de acordo com os artigos 8º e 29º do Regulamento, seria necessário apresentar um cheque sobre qualquer estabelecimento bancário no Brasil, no valor de francos suíços 50.000,-, ou sejam, ao câmbio atual, aproximadamente Rs.250:000\$000, além dos móveis e aparelhos, que representam por si só também um capital, e que, devido a isso, recorreu aos bons ofícios deste departamento consular para resolver favoravelmente o seu caso.

3. Com o crescente movimento de imigrantes, judeus na maioria, que procuram o nosso país para ali se estabelecerem, terá o serviço consular desta legação, para o futuro e muito assiduamente, que responder a pedidos de informações dessa natureza.

4. A fim de estar habilitado a prestar informações semelhantes sobre o assunto, muito agradeceria a Vossa Excelência, se julgar dever dar, se possível, pelo telégrafo, uma solução ao caso em apreço.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares
Ministro de Estado das Relações Exteriores



Editora Executiva

Maria do Carmo Strozzi Coutinho

Projeto Gráfico

Natalia Costa das Neves

Editoração e Revisão

Rodrigo Domit

Capa

Ingrid Erichsen Pusch

C122

Cadernos do CHDD. – Ano XI, n. 21 (dez. 2012)- . Rio de Janeiro: CHDD; FUNAG,
2012.
v. ; 23 cm.

Semestral.

ISSN: 1678-586X

1. História diplomática. 2. Brasil. 3. México. 4. Alemanha. I. Centro de História e
Documentação Diplomática. II. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 94:341.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão
Impresso no Brasil – 2012

*Esta publicação foi elaborada com as fontes Garamond,
Georgia, Myriad Pro e Trajan Pro, versões open type.*

ISSN 1678-586X



Neste número:

Carta do Editor

Missão brasileira ao México

DUARTE DA PONTE RIBEIRO (1833-1836)

A Alemanha:

Correspondência de Berlim (1932-1936)

*Sendo conveniente restabelecer na correspondência
regulamentos de cortezia usadas no estylo de chancellaria
publicas, declaro revogada a circular de 7 de julho
que dirigir a funcionarios publicos brasileiros
lhes reiterar, conforme o caso, os protestos mencionados
Quando forem dadas ou transmittidas ordens
re a sua execução: bastará, na generalidade dos casos
ite, devendo este entender que o pedido de seu superior*